UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Programa de Pós-Graduação em Educação

Dissertação

Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)

Vanessa Barrozo Teixeira

Pelotas, 2013

VANESSA BARROZO TEIXEIRA

Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara

Pelotas, 2013.

T266 Teixeira, Vanessa Barrozo

Escola de Engenharia Industrial : a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961) / Vanessa Barrozo Teixeira. – 2013.

234 f. : il.

Orientador: Elomar Antônio Callegaro Tambara.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Pelotas, Programa de Pós-Graduação em Educação, Pelotas, RS, 2013.

1.Educação 2. Escola de Engenharia Industrial
I.Tambara, Elomar Antônio Callegaro II. Título

CDD 370

Magali Martins Aquino – CRB 10/1180

Banca examinadora:

Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara – Orientador
Profª Drª Flávia Obino Werle (UNISINOS)
Profª Drª Giana Lange do Amaral (UFPel)
Profª Drª Patrícia Weiduschadt (UFPel)

A minha querida mãe pelo amor e dedicação à família e à docência.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente ao meu orientador, Prof. Dr. Elomar Tambara, por acreditar no meu potencial e, sobretudo, no potencial do meu objeto de pesquisa. Obrigada por ter me instruído em todos os momentos e por ter me acolhido como orientanda.

Agradeço a banca examinadora por todas as considerações, críticas e sugestões construtivas que me auxiliaram para a conclusão desta etapa tão importante em minha vida. A todas vocês, muito obrigada!

Agradeço a minha família que sempre esteve ao meu lado, me apoiando e me auxiliando em diversos momentos. Agradeço aos meus queridos pais por todos os momentos bons que passamos juntos. Agradeço a minha doce irmã pelo carinho e amor que sempre encontro ao seu lado. Agradeço aos meus amados sobrinhos por sempre me proporcionarem momentos de alegria e de incontáveis gargalhadas.

Agradeço ao meu amado e fiel Bruno, que sempre se manteve firme ao meu lado em diferentes situações e que continua sendo meu porto seguro em todos os momentos. Agradeço aos meus queridos sogros pela agradável companhia e pela incansável fé. Obrigada de coração.

Agradeço ao grupo de pesquisa do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) pelas boas discussões e pela grande parceria. Um agradecimento em especial aos professores que fazem parte da linha de Filosofia e História da Educação pela troca de conhecimento tão enriquecedora. Agradeço também a oportunidade de fazer parte da equipe técnica do Centro de Documentação (CEDOC-CEIHE).

“Quem tem o sabor do arquivo procura arrancar um sentido adicional dos fragmentos de frases encontradas; a emoção é um instrumento a mais para polir a pedra, a do passado, a do silêncio”.

Arlette Farge, 2009.

RESUMO

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)**. 2013. 232f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

A presente dissertação tem como objetivo mostrar como se deu o surgimento da Escola de Engenharia Industrial (EEI), primeira instituição de ensino superior da cidade do Rio Grande, na década de 1950. A periodização do trabalho está delimitada de 1953 a 1961, por tratar do período em que é criada a Fundação Cidade do Rio Grande, entidade mantenedora da EEI até meados da década de 1960, quando a escola é federalizada, processo que inicia em 1961. Para poder analisar a história desta instituição de ensino foi preciso reconstruir os seus anos iniciais, tendo como principal suporte, a cultura escolar preservada em sua materialidade nos diferentes acervos na cidade do Rio Grande. Além das fontes materiais, também foram realizadas entrevistas com membros do corpo docente e discente dos primeiros anos da EEI, considerando a memória como uma importante fonte documental para esta pesquisa. A partir dos vestígios desta cultura escolar, foi possível rememorar seus primeiros passos, abordando seus espaços, professores, alunos, disciplinas, dentre tantos outros aspectos. É válido destacar a presença de alguns personagens importantes na trajetória da EEI, dando ênfase à figura do Engº Francisco Martins Bastos, personagem chave para que a escola pudesse enfim, se tornar uma realidade e dar início à história do ensino superior da cidade do Rio Grande. Sua perspicácia empreendedora atrelada ao seu papel de gestor, respaldado pelo interesse e investimento de um grupo de indivíduos pertencentes a uma classe social escolarizada e estabilizada profissionalmente, foram cruciais para o surgimento desta instituição.

Palavras-chave: Cultura escolar. Acervos escolares. História das instituições escolares. Ensino superior. Escola de Engenharia Industrial.

ABSTRACT

TEIXEIRA, Vanessa Barrozo. **Escola de Engenharia Industrial: a gênese do ensino superior na cidade do Rio Grande (1953-1961)**. 2013. 232f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

The following dissertation aims to show how the School of Industrial Engineering emerged, (*Escola de Engenharia Industrial – EEI)*, the first institution of higher education in the city of Rio Grande, in the 1950s. The periodization of work is comprised from 1953 to 1961, as it is the time period in which the Foundation of the City of Rio Grande was created, the unit responsible for supporting the School of Industrial Engineering until mid-1960s, when the school was federalized, process which begins in 1961. In order to analyze the history of this teaching institution, there had to be a reconstruction of its early years, having as main source of information, the school culture preserved in its materiality in a variety of collections in the city of Rio Grande. In addition to the material sources, they were also conducted interviews with faculty members and students of early years of the School of Industrial Engineering, considering memory as a major source of documentation for this research. From the traces of this school culture, it was possible to recollect their first steps, addressing their spaces, professors, subjects, among many other aspects. It is worth noting the presence of some important characters in the history of the institution, emphasizing the figure of Eng. Francisco Martins Bastos, a key person, for the school could finally become a reality and launch the history of higher education in Rio Grande. His entrepreneurial nature along with his role as manager backed by the interest and investment from a group of individuals belonging to a highly educated social class and professionally stabilized, were all crucial to the emergence of this institution.

Keywords: School culture. School collection. History of Educational Institutions. Higher Education. School of Industrial Engineering.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Anúncios de professores particulares voltados ao ensino profissionalizante. Jornal RIO GRANDE, de 14 e 15 de junho de 1940. Acervo da Biblioteca Rio Grandense.....82

Figura 2 Fotografia da inauguração do Museu Oceanográfico da cidade do Rio Grande, 1953. Imagem pertencente ao acervo fotográfico do NUME, coleção da Escola de Engenharia Industrial.....103

Figura 3 Sala de aula localizada no prédio da Biblioteca Rio Grandense, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.....111

Figura 4 Sala de Desenho localizada no prédio da Biblioteca Rio Grandense, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME 111

Figura 5 Sala da Diretoria da Escola de Engenharia Industrial, localizada no edifício da Biblioteca Rio Grandense, sede provisória da Escola, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, de 1954. Acervo do NUME.....112

Figura 6 Gabinete de Física e Laboratório do Colégio Estadual Lemos Jr, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, de 1954. Acervo do NUME.....117

Figura 7 Sala de desenho da Escola de Aprendizagem Industrial “João Simplício”, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.....119

Figura 8 Sala de ensino de tecnologia mecânica da Escola de Aprendizagem Industrial “João Simplício”, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.....120

Figura 9 Visão parcial das instalações da Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.....124

Figura 10 Visão parcial da oficina mecânica do Serviço Riograndino de Transportes Coletivos, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.....126

Figura 11 Casa de barcos do Club de Regatas Rio Grande (CRRG), década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.....127

Figura 12 Imagem do primeiro concurso para professor catedrático do Ginásio Municipal Lemos Júnior, em 26 de outubro de 1926. Fonte: FONTOURA, 1933.....136

Figura 13 Primeira aula inaugural da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande, 5 de março de 1956. Acervo do NUME.....154

Figura 14 Aula inaugural da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande, março de 1960. Acervo do NUME.....175

Figura 15 Abelha talhada em madeira, símbolo da EEI. Pertencente ao acervo museológico do NUME.....180

Figura 16 Flâmula da EEI. Pertencente ao acervo museológico do NUME. Acervo particular da autora.....180

Figura 17 Imagem da mesa composta por autoridades da EEI e convidados durante a conferência do Capitão de Fragata Paulo Moreira da Silva, realizada na sede provisória da escola em 1958. Pertencente ao acervo fotográfico do NUME.....181

Figura 18 Simulação do que seria uma aula de Química Tecnológica com o Prof. Eliézer de Carvalho Rios, turma do segundo ano da EEI. Pertencente ao Relatório de Reconhecimento da EEI, 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.....189

Figura 19 Formandos da primeira turma da EEI em sua colação de grau. Auditório da Escola Normal Santa Joana d'Arc. Pertencente ao acervo fotográfico do NUME.....191

Figura 20 Ato solene de inauguração do edifício sede da EEI, 28 de dezembro de 1960. Pertencente ao acervo fotográfico do NUME.....195

Figura 21 Imagem da inauguração do edifício sede da EEI, 28 de dezembro de 1960. Pertencente ao acervo fotográfico do NUME.....197

Figura 22 Telegrama enviado ao Diretor da EEI, Cícero Marques Vassão em 1961. Pertencente ao acervo do Arquivo Geral da FURG.....202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Dados estatísticos referentes ao ano de 1935. Quadro resumido e adaptado de PIMENTEL, 1944:258-259.....74-75

Tabela 2 Dados estatísticos referentes ao ano de 1942. Quadro resumido e adaptado de PIMENTEL, 1944:261.....75

Tabela 3 Pesquisa sobre a zona de influência da Escola de Engenharia Industrial no interior do estado do RS, década de 1950. Adaptada do Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.....131

Tabela 4 Quadro provisório do corpo docente e das disciplinas escolares para o Curso Preparatório da EEI, anos 1954 e 1955. Acervo do Arquivo Geral da FURG.....145

Tabela 5 Quadro definitivo do corpo docente e das disciplinas escolares para o Curso Preparatório da EEI, anos 1954 e 1955. Acervo do Arquivo Geral da FURG.....146

Tabela 6 Relação das disciplinas e das bancas examinadoras do primeiro concurso de habilitação da Escola de Engenharia Industrial. Relatório de Reconhecimento, 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.....151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CCMAR - Centro de Convívio dos Meninos do Mar

CTA - Conselho Técnico Administrativo

DEPREC – Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais

EEI – Escola de Engenharia Industrial

EESC – Escola de Engenharia de São Carlos

FCRG – Fundação Cidade do Rio Grande

FURG – Universidade Federal do Rio Grande

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MEC – Ministério da Educação e Cultura

NUME – Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos

SAMEISA - Sociedade de Assistência Médica dos Empregados da Ipiranga S/A

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

URGS – Universidade do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

Introdução..... 15
1. Referencial teórico-metodológico.....20
1.1. A construção de uma narrativa historiográfica em História da Educação: abordagens baseadas na História Cultural 21
1.2. A História das Instituições Escolares como objeto de pesquisa em História da Educação 24
1.3. A perspectiva sociológica de Max Weber para a compreensão de um tipo ideal empreendedor.....27
1.3.1. Weber: sociólogo ou historiador.....28
1.3.2. O tipo ideal e as classes sociais na perspectiva weberiana.....29
1.4. As fontes documentais da pesquisa: indícios de um pesquisador.....34
1.4.1. A cultura material escolar preservada: o acervo museológico do Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME).....37
1.4.2. A memória como fonte documental: o uso da metodologia de História Oral.....43
1.4.3. O uso da fotografia como fonte documental em História da Educação.....49
2. O ensino superior de Engenharia no Brasil 58
2.1.Ensino superior: a problemática de uma definição.....58
2.2 O ensino profissional de saber aplicado: as primeiras instituições de Engenharia no Brasil.....60
2.3 O ensino de Engenharia no Rio Grande do Sul: a "menina dos olhos" do ensino superior gaúcho.....67
3. A cidade do Rio Grande em meados do século XX: trilhando o caminho para o ensino superior.....73
3.1. Os primórdios da cidade do Rio Grande: desenvolvimento industrial e educacional.....73
3.1.1. Ipiranga S/A – Companhia Brasileira de Petróleos e Francisco

Martins Bastos: uma história de inovação e empreendedorismo no cenário industrial riograndino.....86
3.1.2. Novos rumos para a cidade do Rio Grande.....87
3.2. Fundação Cidade do Rio Grande: a base para o ensino superior.....98
4. A Escola de Engenharia Industrial: pioneirismo no ensino superior da cidade do Rio Grande.....107
4.1. As primeiras instalações: um espaço escolar provisório.....107
4.1.1. As aulas práticas e os espaços conveniados.....115
4.2. O regime de cátedra: o poder nas mãos dos professores.....133
4.2.1. O papel da Congregação e do Conselho Técnico Administrativo da EEI.....138
4.2.2. O Curso preparatório: a preparação para o ingresso na EEI (1954-1955).....144
4.2.3. O primeiro concurso de habilitação da EEI.....149
4.3. Corpo docente: a formação e a trajetória profissional dos primeiros professores da EEI.....155
4.3.1 O primeiro corpo docente da EEI.....157
4.4. As disciplinas escolares dos primeiros anos da EEI: saberes e práticas.....168
4.5 O corpo discente da EEI: os primeiros egressos da escola.....176
4.5.1. A colação de grau: primeira formatura da EEI (1960).....190
4.6. Espaço escolar próprio: a inauguração do edifício sede da EEI (1960).....193
4.7. O processo de federalização da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande (1961).....198
Considerações finais.....206
Referências.....213
Apêndices.....228
Apêndice A.....229
Apêndice B.....230
Apêndice C.....231
Anexos.....232
Anexo A.....233-234

INTRODUÇÃO

Esta dissertação vinculada à linha de pesquisa de Filosofia e História da Educação, dentro do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas busca analisar e compreender como se deu o processo de implantação do ensino superior na cidade do Rio Grande, na segunda metade do século XX. Tendo como objeto de análise a primeira instituição escolar de ensino superior da cidade, a Escola de Engenharia Industrial (EEI), criada na década de 1950. Nesse sentido, a periodização da pesquisa se delimitou a analisar a partir do ano de 1953, ano da criação da Fundação Cidade do Rio Grande mantenedora da EEI, até o ano de 1961, data de federalização da escola.

Ao compactuar com a ideia de que não existe neutralidade quando se trabalha com pesquisa (LOMBARDI, 2004), pois, existe um envolvimento com a temática, como, por exemplo, o próprio olhar do pesquisador que seleciona, analisa e interpreta o objeto conforme sua intencionalidade, vale destacar como surgiu a ideia desta pesquisa de dissertação e como esse objeto de análise foi escolhido e por quais motivações. Em decorrência da formação como Bacharel em Museologia pela Universidade Federal de Pelotas, surgiu o primeiro contato com algumas das fontes que, com o decorrer do tempo, viriam a se tornar um projeto de pesquisa no âmbito da História da Educação. Ao realizar o tratamento técnico do acervo museológico de uma instituição museal da cidade do Rio Grande, percebe-se que a coleção mais antiga e com maiores lacunas em sua documentação museológica é a que preserva os artefatos pertencentes à EEI. Com isso, surgiu um primeiro interesse em desenvolver uma pesquisa voltada a esta instituição. Entretanto, como o cotidiano de um museu abarca uma série de demandas, pouco pode ser feito com relação aos objetos da EEI, além das prioridades de documentação, conservação preventiva e expografia.

Como as inquietações continuaram, foi preciso que buscasse, a partir de um primeiro contato como aluna especial do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas, na disciplina de Seminário Avançado de História da Educação Brasileira com os Professores Elomar Antonio Callegaro Tambara e Giana Lange do Amaral, como desenvolver essa ideia e transformá-la em um projeto de pesquisa, para que dessa forma fosse

possível obter dedicação exclusiva para aquilo que deveria ser uma das funções básicas de um museu, a pesquisa do seu acervo (CHAGAS, 2005).

Ao começar a formular o que seria o projeto de pesquisa do Mestrado, surgiu o interesse dos membros das comissões de acervo do museu com relação à temática em questão. É preciso elucidar que as comissões de acervo do museu são constituídas pelos principais doadores, muitos destes ex-professores, ex-funcionários e ex-alunos das instituições escolares que ali se encontram salvaguardadas por meio dos objetos. Alguns membros das comissões ao serem indagados sobre um artefato tridimensional, uma fotografia ou um documento escrito, sentem-se muito à vontade em relembrar e narrar uma série de acontecimentos que giram em torno de um único objeto. Esse interesse e, de certa forma, as relações afetivas que existem com o objeto de análise estudado, possibilitou a realização de entrevistas baseadas na metodologia de História Oral, que em alguns momentos foram contextualizadas e problematizadas com fotografias do acervo museológico do Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME), possibilitando o enriquecimento da análise. Vale frisar, que o fato de ter existido um contato prévio com os entrevistados, mesmo que informalmente no espaço museológico, como, por exemplo, o fato de conhecer a pesquisadora, de já estar a par do que se está pesquisando, proporcionou o ato da entrevista algo mais tranqüilo tanto para entrevistador, quanto para entrevistado (PHILLIPS, 1974; SZYMANSKI, 2004).

Dentro dessas perspectivas a pesquisa foi sendo consolidada, juntamente com a orientação do Prof. Elomar Tambara através das disciplinas ministradas, da indicação de bibliografia específica e dos questionamentos frequentes. É preciso frisar que o problema central desse trabalho é compreender como se deu a criação da EEI, a partir da análise de sua cultura escolar, atrelada ao espírito empreendedor da figura do Engº Francisco Martins Bastos, então, diretor-superintendente da Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos. Que juntamente com o apoio de um grupo pertencente a uma classe social escolarizada, buscou a criação e a consolidação da Escola de Engenharia Industrial.

Ao longo do desenvolvimento da pesquisa perceberam-se algumas questões que giram em torno do problema da pesquisa, como: o interesse

relativamente tardio do município para criar uma instituição de ensino superior em uma cidade considerada um importante pólo industrial da época; o apoio do Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), Dr. Eliseu Paglioli desde os primeiros movimentos de criação da EEI; e a atuação do Engº Francisco Martins Bastos, empresário do setor industrial e responsável pelas articulações políticas, econômicas e sociais que precederam a criação da EEI, como, por exemplo, o auxílio constante da Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos, o "empréstimo" dos seus principais funcionários para a EEI, bem como as boas relações que ele mantinha tanto com os profissionais do ramo de Engenharia da cidade, como com autoridades e políticos da época, como o próprio Dr. Eliseu Paglioli e com os deputados Clóvis Pestana e Tarso Dutra.

Desse modo, através da diversidade de fontes documentais, das diferentes formas de problematização e suas possibilidades de análise no campo da História da Educação, essa pesquisa de dissertação foi guiada segundo os preceitos da História Cultural, perspectiva historiográfica que se interessa por toda a produção e atividade humana (BURKE, 1992). A partir desse viés, foi possível trabalhar, neste caso em específico, com a cultura material escolar presente nos artefatos musealizados, além dos testemunhos, as fontes orais, sem perder de vista a criticidade necessária ao tratar com as fontes, o entrecruzamento com outros documentos a fim de auxiliar na interpretação do pesquisador. Sobre a questão da narrativa que foi produzida é importante esclarecer que se trata justamente de um "ponto de vista particular" como já citado por Peter Burke (ibidem, 1992), ou seja, uma visão dentre tantas possíveis sobre o fato analisado, o que não impossibilita que outras interpretações e outros olhares possam surgir sobre essa instituição escolar.

A dissertação se divide em cinco partes, as quais serão elucidadas individualmente. Primeiramente, procurou-se definir logo no primeiro capítulo o referencial teórico-metodológico da pesquisa, que tem como referência principal a História Cultural, a qual foi abordada segundo as leituras realizadas, principalmente no que tange seu embasamento para as pesquisas em História da Educação. Logo, discute-se a questão da história das instituições escolares, categoria fundamental para a compreensão do objeto de pesquisa desse trabalho, afinal as instituições escolares podem ser consideradas importantes meios de compreender o passado, de representar a memória, quando esta

possui traços de sua cultura escolar preservados, e a própria trajetória da História da Educação brasileira, neste caso em específico, a trajetória do ensino superior brasileiro. Também foi elucidado o uso da categoria weberiana de tipo ideal para caracterizar a presença do Eng.º Francisco Martins Bastos em sua trajetória profissional e na própria trajetória da EEI.

Após será abordada a questão das fontes documentais, suas diferentes tipologias, material, oral e imagética, e as metodologias que foram aplicadas para analisar as mesmas, como a Análise Documental, Iconográfica e Iconológica, além do uso da metodologia de História Oral. O segundo capítulo intitula-se "O ensino superior de Engenharia no Brasil", o qual buscou conceituar o que seria ensino superior e, a partir dessa definição, fazer um levantamento histórico de como foram implantadas as primeiras instituições escolares de Engenharia a partir da vinda da Família Real Portuguesa ao Brasil, no século XIX. Após, analisou-se como se constituíram as primeiras instituições de Engenharia no estado do Rio Grande do Sul (RS), primeiramente na capital, para então, poder compreender como foi criada uma instituição de Engenharia no interior do estado, na cidade do Rio Grande.

Em um terceiro momento, o tema central foi a cidade do Rio Grande com ênfase na década de 1950, por esse motivo o terceiro capítulo intitula-se "A cidade do Rio Grande em meados do século XX: trilhando o caminho para o ensino superior", onde intentou-se reconstruir a trajetória histórico-educacional da cidade ao longo do século XX, buscando frisar a primeira metade do século e seu percurso educacional até esse período. É necessário mencionar que para uma melhor compreensão da trajetória analisada, foram necessárias abordagens anteriores ou posteriores ao recorte temporal selecionado, buscando dessa forma compreender e interpretar a situação pontual que estava sendo discutida. Além disso, também foram elucidadas as relações da Empresa Ipiranga S/A – Companhia Brasileira de Petróleos com o município, juntamente com a atuação do seu diretor-superintendente, Engº Francisco Martins Bastos, caracterizado como um tipo ideal weberiano, além da criação da Fundação Cidade do Rio Grande, entidade fundamental para a implantação da Escola de Engenharia Industrial no município.

No quarto capítulo intitulado "A Escola de Engenharia Industrial: pioneirismo no ensino superior da cidade do Rio Grande" realizou-se a análise

desde o ano de 1954, data de criação da escola, até 1961, data de sua federalização. Nesse capítulo o conceito de cultura escolar será pontualmente abordado, principalmente a partir das leituras de Chervel (1990), Julia (2001) e Viñao Frago (1995, 2011), buscando compreender as práticas e normas que atuavam nesse espaço institucional. Para isso, o capítulo foi subdividido em sete partes, dentre elas incluem-se as primeiras instalações da escola, o corpo docente e o regime de cátedra, as disciplinas escolares, a primeira turma e a federalização do ensino. Vale notar que as instalações, o corpo docente e discente e as disciplinas analisadas serão aquelas correspondentes ao recorte temporal da pesquisa (1953-1961). Por meio da cultura material escolar preservada nos acervos pesquisados, estas fontes documentais foram destrinchadas e entrecruzadas com outras fontes, como os testemunhos orais, os documentos produzidos pela própria instituição, bem como bibliografia pertinente sobre o assunto. Desse modo, buscando compreender, interpretar e construir uma narrativa histórico-crítica no âmbito da História da Educação.

Por fim, encontram-se as considerações finais da pesquisa, reiterando novamente as diversas possibilidades de análise que foram feitas e que poderão ser feitas por outros pesquisadores. O objeto de análise em questão não se esgota e as fontes documentais, sempre que analisadas a partir de metodologias específicas continuarão sendo investigadas e problematizadas sob diferentes vieses. Sem dúvida, a Escola de Engenharia Industrial continuará rendendo muitas pesquisas e muitas reflexões, preenchendo lacunas no que diz respeito à História da Educação da cidade do Rio Grande.

1. Referencial teórico-metodológico

No momento em que se inicia uma pesquisa, o pesquisador deve atentar-se a algumas questões básicas de organização, questões de cunho teórico e metodológico que serão as responsáveis por nortear todo o trabalho que será desenvolvido. Vale ressaltar que algo que é preliminar a estas questões é a escolha, a seleção pelo assunto, pelo tema, algo que instiga o pesquisador. Todo trabalho científico deve ser envolvente e, portanto conter certo grau de subjetividade, ou seja, conforme Severino (1996:113) afirma "[...] a escolha de um tema de pesquisa bem como a sua realização necessariamente é um ato político". O que reforça a ideia de que não existe neutralidade ao tratar-se de pesquisa científica.

A partir dessa reflexão serão elucidadas ao longo desse capítulo algumas das leituras que foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho. Leituras que fazem parte do embasamento teórico-metodológico que sustenta esta dissertação no âmbito da História da Educação. Para isso será fundamental tratar sobre o referencial teórico-metodológico basilar no qual esse trabalho se apóia que é sob a perspectiva da História Cultural. Uma história capaz de reconstruir narrativas e de não buscar ser a única verdade, mas uma dentre tantas possíveis. Pesavento (2008:51) acredita que "o mais certo seria afirmar que a História estabelece regimes de verdade, e não certezas absolutas". Dentro dessa perspectiva é que foi abordada a questão da História da Educação, dando ênfase a uma categoria chave para a pesquisa, a história das instituições escolares. Contudo, alguns preceitos da sociologia weberiana também foram trabalhados, principalmente para a análise das fontes que envolvem um personagem considerado chave para a criação da escola, o Engº. Francisco Martins Bastos. Esta correlação entre a Sociologia e a História, não deve ser vista como uma ligação abstrata, mas sim, como uma oportunidade enriquecedora de utilizar com harmonia, teóricos e autores de ambos os ramos científicos em prol de uma análise crítica para a História da Educação.

É necessário salientar que para que fosse possível pensar e por em prática a pesquisa propriamente dita, foi imprescindível que se pensasse nas fontes documentais, em sua preservação e acessibilidade para o pesquisador. Fontes que não se esgotam em sua materialidade, mas que são enriquecidas

com sua imaterialidade inerente. Portanto, as fontes foram trabalhadas de acordo com metodologias específicas que abordam tanto sua materialidade como imaterialidade, neste caso específico, referindo-se as fontes orais.

Desse modo, pretendeu-se ilustrar ao longo desse capítulo como a dissertação foi estruturada, quais as fontes de pesquisa, quais os teóricos e autores que dialogam com o pesquisador, entre outras questões.

1.1. A construção de uma narrativa historiográfica em História da Educação: abordagens baseadas na História Cultural

A História da Educação vem consolidando-se como um domínio científico responsável por estudar as especificidades da educação sob uma perspectiva histórica. Conforme afirma Lombardi (2004:151), "a história da educação está indicando que o objeto de investigação - a educação – é estudado a partir dos métodos e teorias próprias à pesquisa e investigação histórica". Além disso, vale ressaltar que a História da Educação constitui um campo interdisciplinar que se encontra aberto às inovações dos processos histórico-educacionais. Portanto, segundo Justino Magalhães,

> Historiar a educação é compreender que as grandes movimentações da história contemporânea, desenvolvendo-se sob a forma de revolução, reforma ou resistência, não constituem aplicações de princípios e que, em si mesmos, os princípios são inseparáveis das circunstâncias históricas. Desenvolvendo-se, a educação integra constelações teórico-práticas, conferindo nexo às transformações individuais, grupais e sociais (MAGALHÃES, 2004:88).

O caráter interdisciplinar e a multiplicidade de estudos presentes na História da Educação fazem com que ela possa encontrar-se ancorada nos princípios da História Cultural, movimento renovador, de caráter internacional, que foi redescoberto na década de 1970[1] e que tem dentre seus principais objetivos "encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação

[1] De acordo com Burke (2008:15) a História Cultural já era praticada na Alemanha desde o século XIX e existem obras anteriores, que remontam ao século XVIII, que abordavam a história da cultura humana ou de regiões ou nações.

exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva" (PESAVENTO, 2008:58).

Para que se possa compreender como a perspectiva da História Cultural serve como aporte teórico-metodológico para a História da Educação, basta refletir sobre os novos caminhos abertos por ela, como, por exemplo, novos campos e novos objetos de análise que anteriormente acabariam sendo menosprezados por serem considerados sem relevância para a compreensão dos processos educacionais, como a própria história das instituições escolares, sendo investigada a partir de sua cultura escolar. Ou mesmo o tipo de abordagem que é feita, as fontes utilizadas ou até mesmo a ênfase dada a certas questões que sem a presença da História Cultural acabariam sendo esquecidas ou descartadas pelos pesquisadores. Sobre esta questão Magalhães reforça,

> [...] a história da educação aberta à interdisciplinaridade, associada à sociologia, tendeu a evoluir de uma história institucional (centrada na educação como sistema, como instituição) para uma história-problema aberta às relações da educação e das instituições educativas, na sua diversidade sociocultural e pedagógica, com a sociedade, pelo que a historiografia apresenta uma panóplia de conceitos e de temas inovadores: herança cultural, igualdade de oportunidades, educação e mobilidade social, educação e desenvolvimento, educação e poder, educação e reprodução social, educação e gênero (MAGALHÃES, 2004:91).

É importante reconhecer que a História Cultural como um novo paradigma na historiografia fez com que muitos pesquisadores pudessem ampliar seu campo de pesquisa e desse modo, descobrir novos objetos de análise, novas possibilidades de enfoque. É preciso frisar que quando se trata de História Cultural não se pode apenas falar sobre historiadores, mas sim, em pesquisadores. Afinal, ela é como afirma Peter Burke em seu livro "O que é história cultural?" (2008:170) "multidisciplinar, bem como interdisciplinar; em outras palavras, começa em diferentes lugares, diferentes departamentos na universidade – além de ser praticada fora da academia". Por tais razões é tão difícil responder objetivamente a pergunta que Burke lança no título de seu livro. Todavia, a reflexão feita por Sandra Pesavento em seu livro "História Cultural: experiências de pesquisa" auxilia na compreensão de que a subjetividade existente nessa corrente historiografia, suas dúvidas e problemas devem ser analisados como algo positivo e reforça que por mais que,

> [...] a História Cultural apresente mais dúvidas do que certezas [...] isto em nada invalida o fato dos historiadores continuarem empenhados nesta aventura do conhecimento que é a de tentar capturar a vida, os sentimentos e as lógicas dos homens de um outro tempo. Neste sentido, há que se entender que a escrita da História é sempre uma busca de verdades e uma elaboração de versões sobre os traços do passado que o historiador construiu como fontes, versões a serem testadas por um método e analisadas questões formuladas a partir de conceitos (PESAVENTO, 2003: 8).

Por ser uma corrente histórica que se interessa por toda atividade humana e por isso, como já fora afirmado, possibilita uma série de novos objetos, fontes e métodos de investigação, acaba fazendo com que a História da Educação através de sua interdisciplinaridade alcance uma "maior centralidade nos discursos, nas práticas educativas e nas representações simbólicas" (MAGALHÃES, 2004:91). Abordando justamente toda a diversidade dessa perspectiva história,

> Verifica-se que o avanço da História Cultural, em extensão, apresenta-se como rápido e incessante movimento de descoberta e incorporação de uma variedade quase ilimitada de objetos e abordagens descritos ou rotulados, genericamente, de novos ou, em certos casos, esquecidos [...] Assim, uma vez concebida como um campo de múltiplos temas e saberes, a História Cultural ora é pensada como um leque disciplinar, ora como área de investigação interdisciplinar ou mesmo metadisciplinar, capaz de dar conta de todas as práticas e representações sociais (FALCON, 2002:105).

Desse modo, surge dentro da História da Educação um tema que passa a ser considerado como fundamental para a historiografia da educação e que proporciona uma melhor compreensão dos processos histórico-educativos, a história das instituições escolares. Tal categoria auxilia na compreensão das realidades educacionais e dos reflexos que, por exemplo, a legislação ou as mudanças pedagógicas podem causar nesses espaços, o que se torna evidente é que cada instituição é um universo específico e cada uma possui uma realidade, o que faz com que as mudanças de caráter amplo e generalizador, acabem sendo assimiladas de diferentes formas. Outra importante questão que deve ser retomada é a de que toda construção histórica é sempre uma construção pessoal, uma leitura individual que requer prudência no momento de reconstruir uma narrativa historiográfica, afinal "o passado que "conhecemos" é sempre algo contingente em relação às nossas

concepções e ao nosso presente" (FALCON, 2002:30). Enfim, para entender sobre o que essa categoria refere-se e como ela foi trabalhada na dissertação, é necessário que a mesma seja aprofundada no item seguinte.

1.2. A História das Instituições Escolares como objeto de pesquisa em História da Educação

A escolha dessa categoria de análise surge dentro da História da Educação como uma possibilidade de pesquisa, afinal trata-se de uma história institucional que corresponde à memória de um local, de um contexto e de indivíduos. A pesquisa sobre instituições escolares demarca segundo Gatti Jr (2002:3), "um novo campo temático da historiografia da educação brasileira", o qual abrange uma série de novos estudos e fontes de análise capazes de auxiliar na compreensão dos processos históricos e educativos brasileiros. Como afirma Magalhães (2004:67), "a instituição é contexto, representação, materialidade e é apropriação" e dentro dessa perspectiva é que se pretende considerar este objeto, buscando problematizar a trajetória de uma escola, considerando que

> A história das instituições educacionais integra uma tendência recente da historiografia, que confere relevância epistemológica e temática ao exame das singularidades sociais em detrimento das precipitadas análises de conjunto, que, sobretudo na área educacional, faziam-se presentes (GATTI JÚNIOR, 2002:4).

Este foco da historiografia, característico dos novos paradigmas trazidos pela História Cultural, mudando a perspectiva do geral ao particular e mais do que isso, buscando interligar tais perspectivas, tem a intenção de demonstrar as diferenças e as semelhanças existentes nas singularidades de cada objeto de análise, privilegiando as instituições como "um arsenal de fontes e de informações fundamentais para a formulação de interpretações sobre elas próprias e, sobretudo, sobre a história da educação brasileira" (GATTI JÚNIOR, 2002: 4). No que tange os possíveis objetos de análise, as fontes documentais tornam-se inúmeras, afinal,

> É o próprio conceito de fonte que se alarga. Em se tratando de história da educação, memórias, histórias de vida, livros e cadernos

> dos alunos, discursos em solenidades, atas, jornais de época, almanaques, livros de ouro, relatórios, fotografias, etc. são fontes importantíssimas. Assim, alguns dos nossos historiadores da educação passaram a pesquisar o particular, o pontual, o efêmero, renunciando à possibilidade de uma compreensão objetiva da realidade (NOSELLA; BUFFA, 2000:19).

É importante ressaltar que esta categoria dentro da História da Educação engloba uma série de análises possíveis, como a arquitetura do prédio, as disciplinas escolares, as relações sociais e políticas, dentre outras. Trata-se justamente de uma análise investigativa que busca compreender a cultura organizacional da escola por meio dos elementos que constituem sua cultura escolar (NÓVOA, 1995). Esse olhar do campo educacional almeja,

> […] escapar ao vaivém tradicional entre uma percepção *micro* e um olhar *macro,* privilegiando um nível *meso* de compreensão e de intervenção. As instituições escolares adquirem umas dimensão própria, enquanto espaço organizacional onde *também* se tomam importantes decisões educativas, curriculares e pedagógicas […] As escolas constituem uma *territorialidade* espacial e cultural, onde se exprime o jogo dos actores educativos internos e externos; por isso, a sua análise só tem verdadeiro sentido se conseguir mobilizar todas as dimensões pessoais, simbólicas e políticas da vida escolar, não reduzindo o pensamento e a acção educativa a perspectivas técnicas, de gestão ou de eficácia *stricto sensu* (NÓVOA, 1995: 15-16, grifos do autor).

A gama de possibilidades interpretativas é justificada através da própria constituição da História da Educação como domínio científico, enfatizada por Justino Magalhães (2004:71) como “[...] um campo em aberto, marcado pela construção de novos campos e objetos de investigação, por uma associação investigação-ação, por uma renovação conceitual e epistêmica de base interdisciplinar”. Além disso, torna essencial a busca incessante por diferentes tipologias de fontes documentais e para isso,

> O regresso aos arquivos a partir de problemáticas complexas, interpretadas mediante uma hermenêutica de presente-passado e informadas numa base de abertura e de cruzamento de fontes orais, museológicas, imagéticas, compreendidas e explicadas por meio de uma dialética entre historicismo e hermenêutica, vê fomentando uma história conceitualizante e aberta à interdisciplinaridade, que permite articular, de forma substantiva, e integrar, de forma intelectiva, os processos de institucionalização e de inovação do educacional (MAGALHÃES, 2004: 92).

Além do regresso aos arquivos, como defende Magalhães, é importante que se visualize e que se busque reconstruir a instituição em sua totalidade,

em sua organização como espaço escolar, um espaço capaz de alterar realidades, lugares e indivíduos. Afinal,

> [...] a instituição educativa apresenta uma cultura pedagógica que compreende um ideário e práticas de diversa natureza, dados os fins, os actores, os conteúdos, inserida num contexto histórico e desenvolvendo uma relação educacional adequada aos públicos, aos fins, aos condicionalismos e às circunstâncias. A instituição educativa constrói um projecto pedagógico, indo ao encontro de um determinado público, constituindo-se, deste modo, a relação e a razão fundamentais para a manutenção e desenvolvimento de seu projecto educativo – um processo que envolve dimensões humanas, culturais e profissionais de diversas naturezas: dimensões pedagógicas, sociológicas, administrativas, relações de poder e de comunicação, relações de transmissão e apropriação do saber (MAGALHÃES, 1999:68-69).

Sobre isto é importante ressaltar que a história das instituições escolares também reúne a história dos espaços escolares, lugares que resguardam e que evidenciam a base material da escola. Para Werle (2004a: 22) essa história "é também história dos prédios escolares", prédios que repercutem a identidade e a memória dessas instituições, assim como do contexto em que estão inseridas. Para a autora,

> A história da instituição escolar, no que se refere à base material, precisa levar em consideração seus usos, as preocupações com beleza, segurança, funcionalidade, ampliações, reformas, transferências de espaços e da localização dos prédios e sua inserção no panorama local. À cidade como um todo pertence a escola e, portanto, a preservação da memória de instituições escolares está afeta ao ambiente no qual a escola se insere, às ruas e demais prédios, à vizinhança, ao bairro e à cidade (WERLE, 2004a: 24).

Além dos seus espaços escolares, a escola necessita da memória individual e coletiva daqueles que vivenciaram as diferentes épocas da instituição. Através das narrativas orais, a memória a partir da experiência do indivíduo torna-se um importante aliado do pesquisador na construção do discurso. Werle (2004a) defende que apesar da subjetividade que envolve as narrativas orais, com seus esquecimentos e silêncios, é importante levá-las em consideração, como uma das possíveis fontes de pesquisa. Werle, Britto e Colau (2007) destacam que através das narrativas orais é possível reconstruir os usos e interpretações sobre a instituição escolar, construindo espaços e não apenas lugares. Para a autora o espaço escolar deve ser compreendido

> […] como um cruzamento, como movimento, contraposto a lugar como ordem, relação entre elementos posicionados entre si, preestabelecidos. Assim, um lugar admite muitos relatos de espaços vistos de forma diferente em decorrência dos atores e acontecimentos em decorrência dos projetos e das temporalidades (WERLE, 2007:157).

As autoras ainda ressaltam a pluralidade de histórias e leituras que podem ser feitas sobre a história das instituições escolares, e que não se pretende construir uma visão objetiva e verdadeira da mesma. Jenkins (2009) sintetiza claramente tais prerrogativas e afirma:

> [...] não existe nenhuma narrativa, nenhuma história "verdadeira" [...] não existe nenhum texto fundamentalmente "correto" do qual as outras interpretações sejam apenas variações; o que existe são meras variações. [...] O passado que "conhecemos" é sempre condicionado por nossas visões, nosso próprio presente (JENKINS, 2009:32-33).

Seguindo esta linha de raciocínio, para que se possa compreender a história da Escola de Engenharia Industrial e sua trajetória como sendo o primeiro curso de ensino superior da cidade do Rio Grande, também é preciso conhecer os sujeitos envolvidos e aqueles responsáveis por sua criação. No caso desta instituição de ensino superior, levanta-se uma importante hipótese sobre aquele que pode ter sido o principal responsável pela criação da EEI, Francisco Martins Bastos, engenheiro mecânico e eletricista, além de empresário do ramo do petróleo na cidade do Rio Grande. Para consolidar essa hipótese é necessário definir as fontes documentais que foram analisadas, bem como a metodologia de análise empregada, o que acontecerá a seguir.

1.3. A perspectiva sociológica de Max Weber para a compreensão de um tipo ideal empreendedor

Após ter esclarecido que o referencial teórico basilar deste trabalho é a História Cultural, torna-se fundamental esclarecer como a sociologia weberiana foi utilizada na análise das fontes documentais que dizem respeito a uma história institucional, objeto central para o estudo que foi realizado neste trabalho. Primeiramente é importante justificar a utilização deste teórico, afinal ele é abordado em um momento específico do trabalho, sendo utilizado unicamente para auxiliar na análise de uma das hipóteses levantadas a partir

da questão central de pesquisa. Em um segundo momento, será elucidado como se utilizou a categoria weberiana de tipo ideal empreendedor e de classe social, por fim, serão traçadas algumas perspectivas que auxiliaram na compreensão da criação da Escola de Engenharia Industrial na cidade do Rio Grande.

1.3.1 Weber: sociólogo ou historiador?

Max Weber (1864-1920) é um teórico que deixou em suas obras categorias de análise utilizadas tanto por historiadores como por cientistas sociais, afinal seus estudos dizem respeito à busca pela compreensão do funcionamento e do dinamismo interno e existentes na sociedade ocidental (KALBERG, 2010). Presenciando uma Alemanha que dava largos passos em direção a modernidade, tanto por meio da industrialização como pela urbanização, muitas questões lhe inquietavam, fazendo com que ele se perguntasse quais seriam os valores que a sociedade passaria a ter com todas essas mudanças, quais seriam os rumos que a sociedade tomaria, quais fundamentos éticos seriam levados em conta, dentre outras questões.

A fim de compreender e responder suas instigações, Weber conseguiu por meio de pesquisas empíricas categorizar alguns conceitos e teorias que se tornaram balizadores tanto para poder analisar a sua época, como para poder analisar as sociedades atuais.

A utilização dos tipos ideais, teoria sociológica de Max Weber, esta ancorada sob a perspectiva histórico-comparativa do autor, que busca analisar como as ações sociais dos indivíduos podem ajudar na compreensão das transformações da sociedade, considerando sua subjetividade. Os usos da teoria weberiana bem como sua metodologia são bem vistas no âmbito da História da Educação, que ampliou seus horizontes, proporcionando um diálogo franco e aberto com diversas áreas do conhecimento. Nesse sentido, Magalhães afirma,

> Para além das entradas “particulares”, a historiografia da educação abriu-se à filosofia, à **sociologia,** à psicologia, à antropologia, à lingüística, alcançando uma (re)valorização conceitual e uma maior centralidade nos discursos, nas práticas educativas e nas

> representações simbólicas – uma historiografia marcada pela história cultural (MAGALHÃES, 2004:9, grifo da autora).

Peter Burke (2002), estudioso da História Cultural, define a profundidade do conhecimento de Weber sobre o passado como algo fenomenal. Burke acredita que as relações históricas estabelecidas por Weber em suas teorias, evidenciam o quanto este autor estava à frente de seu tempo, acreditando em uma interdisciplinaridade que no início do século XX não era vista com bons olhos pelos historiadores que não compactuavam com o paradigma da História Cultural[2]. Para o autor,

> Foi bastante apropriado que o mais interessado em história entre os grandes sociólogos do século XX tenha vindo de uma vertente cultural que, na época, era a mais voltada para a história da Europa. Weber, na verdade, não se imaginava um sociólogo. No final de sua vida, quando aceitou uma cadeira da matéria em Munique, fez este comentário indiferente: "Eu agora, por acaso, sou sociólogo de acordo com os papéis de minha nomeação". Weber considerava-se um economista político ou um historiador da área de história comparativa (BURKE, 2002:24).

Refletindo sobre essas questões básicas acerca do pensamento do teórico Max Weber, e da importância do mesmo para a compreensão dos processos sócio-históricos, é preciso justificar e conceituar o que significa a categoria tipo ideal e o que se pode denominar como classe social, categorias que foram abordadas no decorrer do trabalho.

1.3.2. O tipo ideal e as classes sociais na perspectiva weberiana

Os métodos e análises feitas por Weber não possuem intenção de serem generalizadas, mas sim, serem compreendidas como particularidades, situações isoladas, características específicas de sujeitos históricos e sociais que são repletos de subjetividade. Segundo o próprio autor,

> Isto é um resultado necessário da natureza dos conceitos históricos que tentam abarcar para suas finalidades metodológicas a realidade histórica não em fórmulas gerais abstratas, mas em conjuntos

[2] De acordo com Gabriel Cohn (2003:115), no início do século XX, Weber publicou uma série de artigos nos quais o autor se posicionava diante dos problemas do historicismo, principalmente no que tange à questão da busca por uma verdade única e objetiva presente na historiografia da época. Uma crítica clara às concepções positivistas.

> genéticos de relações, que são inevitavelmente de caráter individual e especificamente único (WEBER, 1985:179).

Por tais razões a sociologia de Weber é dita como uma “sociologia compreensiva” (BERTEN, 2011), que busca, justamente, compreender as ações e o sentido por trás destas ações, as quais são realizadas pelos indivíduos. Por se interessar por estas questões específicas é que surge a análise dos tipos, levando sempre em consideração a subjetividade existente. Reiterando que

> [...] ele se interessa pela forma da ação “individual” não nas suas características mas em seu “tipo”, e, também, que ele utiliza modelos de ação individual para reconstruir as relações sociais e os conjuntos sociais. O que não significa dizer que a sociologia não leva em consideração as “estruturas”, ou o sistema, mas sim que estruturas e sistema são considerados seja como conseqüências involuntárias dos agentes, seja como condições quase naturais (BERTEN, 2011:85).

O tipo ideal pode ser definido como um conceito capaz de esclarecer situações históricas complexas (BERTEN, 2011). Como já mencionado, a descrição de um tipo ideal não deve ser generalizada, afinal “não visa determinar traços universais da natureza humana, mas, ao contrário, deve servir como matriz de interpretação para situações históricas concretas e singulares” (idem, ibidem: 89). Por tais peculiaridades é que essa categoria foi escolhida para analisar um indivíduo histórico que é considerado como fundamental para a criação da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande, em meados da década de 1950. É de suma importância frisar que “a sociologia de Weber defronta-se inexoravelmente com uma série de questões decisivas ao formular “uma ciência empírica da realidade concreta” e ressaltar que **as pessoas**, não Deus, leis naturais ou a Evolução, **conferem sentido à história** (KALBERG, 2010:28, grifos da autora). Para Kalberg

> [...] o tipo ideal estabelece pontos de referência claros – ou parâmetros – em função dos quais se pode comparar e “medir” regularidades de sentido subjetivo em um *caso particular*. A particularidade dos casos pode ser então claramente definida por meio de uma avaliação de sua aproximação ou desvio com relação ao tipo teoricamente construído (KALBERG, 2010:43, grifos do autor).

Através do uso do conceito tipo ideal dentro da perspectiva weberiana, investigou-se um “indivíduo histórico”, nas palavras de Weber. Esse indivíduo, o Engº Francisco Martins Bastos, foi analisado por meio de suas ações singulares com relação à criação de uma instituição educativa de nível superior, a Escola de Engenharia Industrial. Buscou-se compreender também, como as ações desse indivíduo, não só ligadas à criação desta instituição, mas ao próprio desenvolvimento industrial e do ensino na cidade do Rio Grande, foram ímpares e significativas, classificando-o como um tipo ideal empreendedor capitalista, o dito “homem de negócios” na visão de Max Weber (1985). Além de enquadrar-se dentro desta perspectiva, o Engº Bastos pertencia a uma classe social específica, a qual na concepção de Weber estava diretamente condicionada a Num tipo de ordem social e que era cadenciada “pelo volume e tipo de poder, ou falta dêles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica” (WEBER, 1982: 212).

É interessante definir que, segundo Weber, o uso da palavra “classe” refere-se a qualquer grupo de pessoas que se encontre em uma mesma situação econômica (WEBER, 1982). Neste caso em específico, a classe social a qual o Engº Bastos pertencia era uma classe escolarizada, uma classe social composta por “jovens originários de lares altamente favorecidos do ponto de vista social” (NOGUEIRA, 2002: 49), que assim como ele, puderam dar continuidade aos seus estudos de nível superior, situação que exigia, na maioria dos casos, um grande investimento financeiro por parte da família[3]. Vale esclarecer que para Max Weber (1982), a ordem econômica norteava as definições de classe, e para o autor ““ propriedade” e “falta de propriedade” são, portanto, as categorias básicas de tôdas as situações de classe” (Idem, ibidem: 213). O que reforça a ideia de que a classe social a qual este grupo de profissionais pertencia foi a responsável por acreditar na necessidade e na relevância de criar-se uma instituição de ensino superior, voltada para as engenharias, na cidade do Rio Grande na década de 1950.

[3] Maiores detalhes sobre esse investimento familiar será abordado no capítulo 3 que trata sobre a vida do Engº Francisco Martins Bastos, bem como através de trechos de entrevistas realizadas com dois professores fundadores da Escola de Engenharia Industrial que realizaram seus estudos superiores em Porto Alegre (Ivo Pereira Braga e Eliézer de Carvalho Rios).

No que diz respeito ao tipo ideal, é importante esclarecer que esta é uma categoria reconhecida dentro da história das instituições escolares. Segundo Flávia Werle (2004a), estes dão características singulares à criação das escolas, adquirindo um grau de paternidade perante as instituições. A autora esclarece que

> A instituição é transpassada e constituída por relações de poder, vinculada à figura de uma pessoa principal, inaugural, que nos primórdios da instalação da instituição contribuiu para criá-la e a seus "herdeiros" que interpretam o ideário, aspirações e necessidades institucionais em diferentes momentos temporais (WERLE, 2004: 19).

Para a análise documental deste referencial foram consideradas as seguintes fontes documentais: entrevista em vídeo realizada na década de 1980, para um projeto realizado pelo Grupo Ipiranga chamado "Projeto Memória", a biografia de Francisco Bastos lançada em 2011, documentação do acervo da Fundação Cidade do Rio Grande, do acervo do NUME, do acervo do Arquivo Geral da FURG e as três entrevistas realizadas com dois professores fundadores da EEI e com um aluno da primeira turma da escola. É importante ressaltar que

> [...] o tipo ideal é um valioso instrumento para a exposição preliminar de um dado fenômeno, além de possuir um certo valor heurístico. A sua utilização pode auxiliar a compreensão de determinados aspectos que interessam para uma situação específica em análise, por meio do confronto entre o não-real e o real, entre o idealizado e o empírico. As semelhanças, divergências ou contrastes identificados ajudam a descrever, interpretar e esclarecer a realidade pesquisada (SOUZA, 2006:1).

Essa análise será aprofundada no capítulo 3, capítulo que irá abordar especificamente a história da educação do município de Rio Grande atrelada com a história da Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos e da criação da Fundação Cidade do Rio Grande, instituição mantenedora da EEI, já que o engenheiro foi um dos primeiros funcionários da empresa que veio a se tornar diretor-superintendente e um dos fundadores da FCRG, além de ter sido eleito o primeiro presidente da instituição. É significativo salientar que, além de tratar-se de uma análise de um tipo ideal pertencente a uma classe social sob a perspectiva weberiana, o trabalho também irá abordar o empreendedorismo do Engº Francisco Bastos, portanto classificando-o dentro de uma categoria

específica, a de tipo ideal empreendedor. Para tanto serão levadas em consideração suas ações empreendedoras no município de Rio Grande, dando ênfase às que influenciaram diretamente na criação da Escola de Engenharia Industrial, na década de 1950. Contudo, é preciso que se compreenda o que se entende por empreendedorismo, o qual pode ser definido como

> [...] a capacidade de alguém que toma iniciativa, busca soluções inovadoras e age no sentido de resolver problemas econômicos ou sociais, pessoais ou dos outros, mediante a constituição de empreendimentos econômicos e sociais (SANTIAGO, 2009:87).

É válido esclarecer que o ato de empreender não diz respeito apenas à criação de empresas, de propostas ou invenções, mas sim, conseguir concretizar ideias, lucrativas ou não, através de conhecimentos e teorias que embasam sua criação. Dolabela (2009) define que o fato de alguém ser empreendedor trata justamente da sua construção como indivíduo, das suas atitudes perante os desafios que encontra e principalmente, da subjetividade inerente a todo ser humano.

> Empreender é um processo humano, com toda a carga que isso representa: ações dominadas por emoção, desejos, sonhos, valores, ousadia de enfrentar as incertezas e de construir a partir da ambigüidade e no indefinido; consciência da inevitabilidade do erro em caminhos não percorridos; rebeldia e inconformismo; crença na capacidade de mudar o mundo; indignação diante de iniqüidades sociais. Empreender é, principalmente, um processo de construção do futuro (DOLABELA apud SANTIAGO, 2009: 87).

Através dessa metodologia de análise pretende-se elencar uma série de características, elementos, traços que evidenciam a construção desse tipo ideal empreendedor em meados do século XX. Mais uma vez é fundamental lembrar que se tratar de uma análise sob a égide da sociologia weberiana e que

> [...] o esquema weberiano é especialmente poderoso quando se trata de analisar processos que envolvam a caracterização da relação de forças num processo social dado e, de modo geral, que o seu ponto forte está na contribuição que pode dar ao estudo de situações empíricas de conflitos de interesses e de poder, sempre que eles sejam tomados nas suas manifestações particulares (COHN, 2003, p. XII).

Todavia, como já mencionado, foi necessário analisar as fontes que tratam deste sujeito histórico para poder, desse modo, consolidar a hipótese lançada sobre o tipo ideal empreendedor. Para isso tornou-se imprescindível

refletir acerca da importância das fontes documentais que foram utilizadas para a interpretação da história desta instituição e assim, elucidar como se deu o contato com as mesmas e como elas auxiliaram a tecer os nexos, parafraseando Justino Magalhães, dessa história institucional.

1.4. As fontes documentais da pesquisa: indícios de um pesquisador

Para realizar uma pesquisa de cunho historiográfico é necessário delimitar as operações que auxiliarão o pesquisador a organizar e interpretar seu objeto de análise. Segundo Chartier (2009:16) essa organização operacional diz respeito às "práticas próprias da tarefa do historiador", e elas acabam por designar as principais etapas da pesquisa, que são: "recorte e processamento das fontes, mobilização de técnicas de análise específicas, construção de hipótese, procedimentos de verificação".

Para compreender e poder apropriar-se desse fazer-historiográfico, é necessário explanar acerca de algumas questões. Primeiramente é de suma importância que se defina o que são fontes e o que são documentos. Como optou-se por utilizar o termo fontes documentais nesta dissertação, é importante trazer algumas definições acerca de ambos os termos, para deixar claro o que a pesquisadora crê como sendo as fontes documentais da pesquisa.

De acordo com Saviani (2004a) fonte é uma palavra de caráter ambíguo, dependendo do contexto em que esta inserida. Mas, para este trabalho a definição mais precisa seria a de fonte histórica, sob a qual caberia a seguinte definição:

> As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado [...] Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apóia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004a: 5-6).

Seguindo esse raciocínio pode-se concluir que a ideia de fonte diz respeito ao próprio fazer-historiográfico do pesquisador, afinal, elas são a base

da pesquisa, onde ela irá se apoiar, a “matéria-prima dos historiadores” (BACELLAR, 2010:25). No entanto, as fontes não falam por si só, elas começam a dialogar com o pesquisador a partir do momento que ele formula sua questão de pesquisa, sua indagação e desse modo, as fontes o auxiliarão a entender e assim responder suas inquietações, produzindo conhecimento histórico.

Com o documento não é diferente, é preciso que se compreenda o que pode ser considerado documento e o que ele significa para a pesquisa. A partir da leitura do texto de Jacques Le Goff “Documento/Monumento” pode-se compreender que esse conceito, assim como o de fonte, é de caráter dúbio. Contudo, o autor especifica que o documento tem como principal função comprovar algo, tornar real o que já não existe em sua materialidade, e a única materialidade preservada seria o próprio documento. No entanto, ele também ressalta que o pesquisador não deve ser ingênuo em crer que os documentos foram preservados naturalmente. Eles foram preservados, pois fizeram parte de uma seleção, uma seleção que opta por salvaguardar uma versão dos fatos em detrimento de outra. Portanto, é importante que o pesquisador, mais especificamente o historiador da educação, tenha clara consciência do caráter seletivo que o documento possui. Afinal,

> [...] o que sobrevive não é o conjunto daquilo que existiu no passado, mas uma escolha efetuada quer pelas forças que operam no desenvolvimento temporal do mundo e da humanidade, quer pelos que se dedicam à ciência do passado e do tempo que passa, os historiadores (LE GOFF, 2003:525).

Em um primeiro momento, ainda muito baseado na vertente positivista, o documento considerado verdadeiro e capaz de responder às indagações de um pesquisador era apenas o documento escrito. Contudo, Le Goff relembra que já na primeira metade do século XX, os fundadores da revista *Annales d´Histoire Économique et Sociale,* Marc Bloch e Lucien Febvre, defendiam o alargamento do conceito de documento, ampliando os domínios de estudos dos historiadores. Para consolidar essa ideia, o autor traz uma citação de Febvre, do final da década de 1940, bastante elucidativa e que vem de encontro ao que se pretende realizar neste trabalho.

> A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos

> escritos, quando não existem. Com tudo que o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais. Logo, com palavras. Signos. Paisagens e telhas. Com as formas do campo e das ervas daninhas. Com os eclipses da lua e a atrelagem dos cavalos de tiro. Com os exames de pedra feitos pelos geólogos e com as análises de metais feitas pelos químicos. Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, exprime o homem, demonstra a presença, a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem (FEBVRE apud LE GOFF, 2003:530).

Através dessa reflexão percebe-se que tanto as fontes como os documentos, principalmente abordando a perspectiva da História Cultural, são construções do pesquisador, podendo ser de diferentes tipologias: escritos, orais, tridimensionais, imagéticos, dentre tantos outros possíveis. Enfim, compreende-se que os documentos são a base para a construção das fontes, enquanto as mesmas são criadas e delimitadas pelo pesquisador, neste caso em específico, um historiador voltado para o campo da educação. O uso do termo fontes documentais reúne esses dois conceitos, buscando atrelar um significado amplo e intenso de que se pretende trabalhar com fontes históricas e documentos de diversas tipologias, associando esse alargamento de possibilidades à uma abordagem histórico-cultural no âmbito da História da Educação.

É válido frisar que as fontes documentais não podem ser consideradas neutras, afinal, como já mencionado, elas tratam apenas de uma verdade, a verdade selecionada por quem a preservou. Assim sendo, não se pode defendê-las como verdades absolutas, mas sim, problematizá-las, cruzá-las com outros documentos, afim de, interpretá-las, de reconstruí-las a partir de um olhar específico, ou como afirma Burke (1992:337), de um “ponto de vista particular”.

Para Saviani (2004a: 6), as fontes são documentos e ao mesmo tempo, são inesgotáveis, principalmente se levarmos em consideração as inúmeras possibilidades de objetos de pesquisa que emergem sob o viés da História Cultural. Segundo Jenkins (2009:35) “[...] mude o olhar, desloque a perspectiva, e surgirão novas interpretações”. Essa inesgotabilidade mencionada por Saviani e por tantos outros autores, diz respeito aos novos olhares, aos novos indícios que se tornam evidentes para o pesquisador, detalhes que passaram despercebidos em um primeiro olhar, e que a cada

nova incursão tornam-se curiosos, despertam um novo interesse, ganhando novas perspectivas de investigação.

1.4.1. A cultura material escolar preservada: o acervo museológico do Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME)

Conforme já mencionado, o primeiro contato com as fontes desta pesquisa ocorreu quando a pesquisadora iniciou o tratamento técnico do acervo museológico de uma instituição responsável pela preservação da história do ensino superior da cidade do Rio Grande. Esse espaço museal denominado Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME) foi e é o referencial documental de maior relevância deste trabalho, sendo capaz de redirecionar a investigação para outros espaços de pesquisa, mas mantendo-se como o norteador indiciário[4].

Sobre esse espaço é importante reforçar algumas questões, a iniciar por sua consolidação como um museu propriamente dito. O NUME foi criado em 1994 como um projeto de extensão da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), que visava reunir objetos que contassem a história da universidade desde sua criação, que data de 1969. Entretanto, o projeto acabou não tendo seqüência e apenas em 2000 retoma suas atividades, não mais como um projeto, mas sim como um espaço museal, que além de contar a história da universidade fosse responsável por contar a história das instituições escolares que deram origem a ela.

Esse acervo, assim como tantos outros acervos escolares, ocupou lugares físicos diversos, pois foi concebido em primeiro momento como um projeto de extensão que não teve continuidade e após alguns anos quando foi retomado não tinha um lugar fixo dentro da universidade, o que ocasionou uma série de transferências e perdas de informação. Apenas em 2009 o NUME consegue fixar-se em um espaço adaptado para receber suas coleções e para desenvolver suas atividades museológicas, o que proporcionou a salvaguarda tão necessária para os documentos e o tratamento específico realizado por um

[4] O termo indício será utilizado nesta dissertação a partir da definição de paradigma indiciário do historiador italiano Carlo Ginzburg (2006).

profissional da área, o Museólogo. Sobre a importância desses espaços de preservação institucional, Peixoto reitera:

> As instituições escolares não têm, de uma maneira geral, preocupação com esse material como história. A falta de um local adequado nos estabelecimentos e a ausência de funcionários especializados para a organização de documentos, propiciam a conceituação de "papel velho", seguido de descarte prematuro. Esse processo de descarte é estimulado pelos órgãos de administração do sistema que, tendo em vista a necessidade de racionalização dos serviços administrativos, autorizam as escolas a promover periodicamente, uma atualização em seus arquivos, queimando documentos considerados "velhos" (PEIXOTO, 2000:80).

Infelizmente é fato que não são todas as instituições escolares que recebem o mesmo cuidado e tratamento técnico para com a sua documentação. Muitas delas carecem de uma política de preservação com relação a sua memória institucional, não se preocupando em como conservar sua história ou mesmo não pensando em doar seus acervos particulares a espaços como museus ou arquivos que se dedicam a salvaguardar essa documentação, o que faz com que esta memória se perca ou acabe fragmentada em diferentes locais. Segundo Souto (1998:82), quando isso acontece existe uma "carência de informação", o que pode vir a prejudicar a própria pesquisa que está sendo desenvolvida, dando origem a um "silêncio institucional" sobre certos dados referentes àquela história escolar.

Desse modo, é importante que se pense na constituição de acervos museológicos voltados para essa memória escolar, como o exemplo do NUME. Sobre a constituição de acervos, Meneses observa:

> No museu, objetos de nosso cotidiano (mas fora desse contexto e, portanto, capazes de atrair a observação) ou estranhos à vida corrente (capazes, por isso, de incorporar à minha as experiências alheias) assumem valores cognitivos, estéticos, afetivos, sígnicos. Doutra parte, é a função documental do museu (por via de um acervo, completado por bancos de dados) que garante não só a democratização da experiência e do conhecimento humanos e da fruição diferencial de bens, como, ainda, a possibilidade de fazer com que a mudança - atributo capital de toda realidade humana - deixe de ser um salto do escuro para o vazio e passe a ser inteligível (idem, 2010:19).

É fundamental que se compreenda que os acervos museológicos se formam a partir da seleção dos bens de natureza material e/ou imaterial que a sociedade, neste caso, as próprias instituições e seus integrantes (professores,

funcionários e alunos) define, classifica, distingue e valoriza como sendo patrimônio e que por isso, deve ser preservado. Conforme afirma Abreu (2008:48) estes bens são “tomados individualmente ou em conjunto, [...] portadores de referências à identidade, à ação e à memória social”, e por meio deste processo é que as coleções que são doadas aos museus passam a constituir um acervo específico, interligando-se com outras coleções e outros objetos. Ao fazerem parte de um acervo museológico, estes bens passam a fazer parte de um espaço que tem como função básica a sua preservação, os quais se encontram respaldados por uma área do conhecimento que considera esses espaços específicos como um dos seus principais objetos de estudo. Sobre esta área do conhecimento, a Museóloga Maria Cristina Bruno (1997b) esclarece,

> [...] a Museologia está consolidada na ideia de preservação e esta, por sua vez, tem a potencialidade de desencadear processos orientados para a construção da identidade, e constata-se que os museus, assumindo primordialmente a função preservacionista, podem desempenhar um papel relevante nas sociedades (BRUNO, 1997b:27).

É partindo desses pressupostos que os espaços museais são concebidos, segundo Chagas (2006:19) como espaços de estudo, pesquisa e reflexão, não apenas de apreciação e deleite, atuando em diferentes áreas do conhecimento e se consolidam como espaços de salvaguarda, aprendizagem e troca de conhecimento. Ainda seguindo o pensamento do autor (2005:59), “[...] os museus foram e, em certa medida, ainda o são, núcleos formadores de pesquisadores”, afinal estes espaços conservam diversos bens culturais capazes de serem analisados por diferentes vieses, e neste caso em específico, preservar a história de instituições escolares traz para a História da Educação uma gama de possibilidades de análise a partir do universo museológico.

A partir do momento que teve início o tratamento do acervo percebeu-se a riqueza patrimonial que cada objeto continha, afinal o acervo museológico do NUME reúne diversas coleções, mas as que mais se destacam são àquelas referentes à história das primeiras escolas e faculdades da cidade do Rio Grande: Escola de Engenharia Industrial, Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Direito Clóvis Bevilácqua, Faculdade Católica de

Filosofia do Rio Grande[5] e Faculdade de Medicina. Símbolos de um pioneirismo acadêmico que unidas deram origem a FURG, em 1969. Um acervo que reúne objetos da cultura material escolar, cultura esta que representa um universo específico e repleto de características próprias. Segundo Julia (2001:10), a cultura escolar é responsável por delimitar um "conjunto de *normas* que definem conhecimentos a ensinar e condutas a inculcar, e um conjunto de *práticas* que permitem a transmissão desses conhecimentos e a incorporação desses comportamentos". E é a cultura escolar do ensino superior riograndino, em sua materialidade, que o NUME mantém salvaguardada em seu acervo. A autora Rosa Fátima de Souza (2007) ao abordar algumas questões sobre a história da cultura material escolar defende que,

> Ao recortar o universo da cultura material especificando um domínio próprio, isto é, o dos artefatos e contextos materiais relacionados à educação escolarizada, a expressão não apenas amplia o seu significado reinserindo as edificações, o mobiliário, os materiais didáticos, os recursos audiovisuais, e até mesmo as chamadas novas tecnologias do ensino, como também remete à intrínseca relação que os objetos guardam com a produção de sentidos e com a problemática da produção e reprodução social (SOUZA, 2007:170).

Ainda sobre cultura escolar, um objeto de análise tão caro para a História da Educação, principalmente por ser o responsável por estudar as particularidades do universo escolar, ressalta-se que são vários os temas e questionamentos que podem ser analisados sob esse viés, como, por exemplo: "a constituição do currículo, a formação das disciplinas escolares, o cotidiano institucional, o exercício diário de professores e professoras, alunos e alunas, a materialidade da escola [...]" (VIDAL, 2005:5). Desse modo, acredita-se que por meio dessa cultura material escolar é possível conhecer e assim, reconstruir uma história institucional. Para o pesquisador Augustín Benito (2010) a cultura material das instituições escolares é um objeto de análise ímpar e reforça que

> La cultura material de la escuela es una especie de registro objetivo de la cultura empírica de las instituciones educativas, distinta de la académica y de la política. Élla puede ser valorada como es el exponente visible, y tras su lectura el efecto interpretado, de los signos y de los significados que exhiben los llamados objetos-huella, así como también las representaciones que los replican o

[5] Sobre a Faculdade Católica de Filosofia da cidade do Rio Grande já existe o trabalho de dissertação de Josiane Alves da Silveira, aluna do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), defendida em março de 2012.

> acompañan, fuentes intuibles y manejables en las que ha quedado materializada la tradición pedagógica (BENITO, 2010: 14)

Dentro desse prisma, encontra-se o caso pontual da análise histórico-institucional de uma instituição como a Escola de Engenharia Industrial, que possui uma documentação de caráter museológico, repleta de uma materialidade específica, o NUME acaba por contribuir para a compreensão de questões retratadas na forma escrita ou em imagens e que podem ser articuladas e interpretadas com o auxílio de placas, instrumentos de cálculo, flâmulas, móveis e, inclusive, uniformes. É nesse momento que se percebe a riqueza da preservação da materialidade dos objetos, da preservação de uma cultura carregada de significados, onde é possível notar

> O esforço em se preservar a memória das instituições, prática que se tem difundido amplamente entre os historiadores da educação, faz com que se vá além dos registros escritos, ao se considerar também os suportes que guardam esses registros, que trazem vestígios até então descartados. Para além dos escritos e seus suportes, a iconografia, vista não mais apenas como ilustração, mas como fonte, dentre outros materiais. É (re) conhecer a escola nos seus objetos, vê-los como suportes físicos das práticas que ali se desenvolveram (MENEZES, 2005:14).

A preservação de acervos que resguardam memórias escolares é uma importante questão que deve ser levada em consideração no que se refere às pesquisas em História da Educação, principalmente as que abordam instituições escolares. Afinal, é por meio destes acervos que a materialidade dos objetos ainda se mantém e onde também é possível interagir e apropriar-se simbolicamente desses bens culturais. Muitas são as fontes que permitem que se estude a história de instituições escolares, contudo, os acervos museológicos são objetos, em sua grande maioria, originais e que fizeram parte da cultura material escolar de uma época, e que por meio deles torna-se possível compreender o passado educacional. Logo, é com propriedade que Peixoto (2010:207) afirma que “[...] cada documento, cada coleção, em sua singularidade reflete uma totalidade, sendo manifestações concretas de determinada maneira de pensar, sentir e fazer a educação”.

É de fundamental importância explicitar que as fontes que foram elencadas para a produção deste trabalho tem como base norteadora o NUME, todavia, houve um direcionamento para outras fontes a partir do momento em que o problema da pesquisa foi descoberto. Dentre esses espaços estão o Arquivo

Geral da FURG, a Fundação Cidade do Rio Grande, a Assessoria de Comunicação da Refinaria de Petróleo Riograndense (RPR) e a Biblioteca Rio Grandense. Trata-se de relatórios, atas de reuniões e assembleias, estatutos, artefatos escolares, fotografias, vídeos, que foram analisadas sob a perspectiva do método da análise documental. Esse método, segundo Lüdke e André (1986:38) pode ser definido como uma "técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja completando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema". Além disso, os autores reforçam que o uso de documentos oferece uma maior estabilidade aos resultados que são obtidos, assim como:

> [...] constituem também uma fonte poderosa de onde podem ser retiradas evidências que fundamentem afirmações e declarações do pesquisador. Representam ainda uma fonte "natural" de informação. Não são apenas uma fonte de informação contextualizada, mas surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto (idem, 1986:39).

Por meio do uso dessa metodologia é possível analisar e problematizar uma série de documentos de diferentes tipologias, buscando através desse processo de entrecruzamento de fontes documentais, descobrir as circunstâncias, as relações existentes entre os documentos bem como o contexto da época em que foram produzidos. Richardson (1999:230) lembra que o método de análise mais conhecido de análise documental é o histórico, o qual "consiste em estudar os documentos visando investigar os fatos sociais e suas relações com o tempo sócio-cultural-cronológico". Tal aplicação metodológica torna-se fundamental para uma pesquisa que busca compreender os processos históricos e educativos de uma instituição escolar.

Além da análise documental feita com os documentos utilizou-se uma metodologia específica de análise de entrevistas, a metodologia de História Oral, as quais foram realizadas com sujeitos que vivenciaram a criação e a trajetória da EEI. Sobre essa metodologia que utiliza testemunhos orais como fonte documental será realizada uma contextualização e uma explicitação do que se trata, além de algumas considerações sobre os entrevistados.

1.4.2. A memória como fonte documental: o uso da metodologia de História Oral

Além de todo o trabalho de preservação desenvolvido pelo NUME, ele possui uma característica fundamental para a existência do museu e para a compreensão dos objetos que ali se encontram. Trata-se das comissões de acervo, que são constituídas, como já foi dito, por ex-funcionários, ex-alunos e ex-professores das primeiras instituições de ensino superior da cidade do Rio Grande e da FURG, o que possibilita ao pesquisador o contato com os principais doadores do acervo e também a aplicação de entrevistas, coletando testemunhos referentes à história de cada instituição, seu contexto e sua trajetória. Com esses testemunhos é possível realizar, conforme observa Mezzano (1998:38) "[...] o cruzamento que se estabelece entre lembranças pessoais e memórias institucionais". O que torna possível

> Resgatar as memórias institucionais, reconhecendo as formas oficiais instituídas, valorizadas, assim como as marginalizadas, desvalorizadas e escondidas é tentar restabelecer uma ligação vital, plural e heterogênea da convivência. A leitura e a abordagem institucional requerem uma confrontação crítica dessas histórias opostas para recolher uma versão mais ou menos harmônica resultante dessas diversas versões relatadas (MEZZANO, 1998:53).

A entrevista é um método bastante utilizado nas pesquisas de caráter qualitativo como forma de coleta de dados e construção de narrativas. Igualmente, a entrevista aborda a interação entre pesquisador e entrevistado, e a subjetividade existente na entrevista e nos documentos que são constituídos a partir dela.

> A *entrevista* como fonte de informação pode nos fornecer dados secundários e primários de duas naturezas: (a) os primeiros dizem respeito a fatos que o pesquisador poderia conseguir por meio de outras fontes como censos, estatísticas, registros civis, documentos, atestados de óbitos e outros; (b) os segundos – que são objetos principais da investigação qualitativa – referem-se a informações diretamente construídas no diálogo com o indivíduo entrevistado e tratam da reflexão do próprio sujeito sobre a realidade que vivencia. Os cientistas sociais costumam denominar esses últimos de dados "subjetivos", pois só podem ser conseguidos com a contribuição da pessoa. Constituem uma representação da realidade: ideias, crenças, maneira de pensar; opiniões, sentimentos, maneiras de sentir; maneiras de atuar; condutas; projeções para o futuro; razões

> conscientes ou inconscientes de determinadas atitudes e comportamentos (MINAYO, 2009:65, grifos da autora).

A entrevista pode ser estruturada em diferentes níveis, e como ressalta Gil (1999:117) “ela é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizada no âmbito das ciências sociais”. No entanto, o estudo sobre a história das instituições escolares requer um método em específico para a construção e coleta de dados, trata-se da História Oral.

A reintrodução das fontes orais, produzidas por meio de entrevistas, como fontes possíveis de análise vem sendo abordado e questionado no âmbito das Ciências Humanas e Sociais, em específico na História, desde a década de 1950[6]. O uso dessas fontes como documentos são balizadas pelo método de História Oral, método este que aborda o uso dos testemunhos orais como fontes documentais. Considerada como metodologia, conforme Ferreira e Amado[7], baseada na realização de entrevistas e na análise das mesmas, a História Oral pode favorecer a análise de outras fontes através do cruzamento destas com as fontes orais, possibilitando novas interpretações. Segundo Thompson:

> A história oral não é necessariamente um instrumento de mudança; isso depende do espírito com que seja utilizada. Não obstante, a história oral pode certamente ser um meio de transformar tanto o conteúdo quanto a finalidade da história. Pode ser utilizada para alterar o enfoque da própria história e revelar novos campos de investigação (THOMPSON, 2002:22).

A escolha desse método para compreender o processo histórico da Escola de Engenharia Industrial pode auxiliar a problematizar as fontes materiais existentes, formulando questões sobre sua história institucional. Formando esta ponte entre teoria e prática, expressão usada por Ferreira e Amado, esta metodologia de História Oral nos auxilia a produzir as fontes, contudo, como todas as fontes, a análise teórica deve ser feita, a partir da História, em específico, da História da Educação. A partir dos testemunhos de sujeitos que vivenciaram a trajetória desta instituição, foi possível adquirir novas leituras, novas reflexões acerca da temática, sem buscar a verdade absoluta, mas sim, uma leitura, dentre tantas possíveis de serem feitas. A subjetividade encontrada nestas fontes enriqueceu o trabalho, acrescentou

[6] JOUTARD, 2006: 43-46.
[7] FERREIRA; AMADO, 2006: XIV- XV.

informações, emoções e valores simbólicos à história da instituição. Alessandro Portelli afirma que,

> [...] a subjetividade existe, e constitui, além disso, uma característica indestrutível dos seres humanos. Nossa tarefa não é, pois, a de exorcizá-la, mas (sobretudo quando constitui o argumento e a própria substância de nossas fontes) a de distinguir as regras e os procedimentos que nos permitam em alguma medida compreendê-la e utilizá-la. Se formos capazes, a subjetividade se revelará mais do que uma interferência; será a maior riqueza, a maior contribuição cognitiva que chega a nós das memórias e das fontes orais (PORTELLI, 1996: 3-4).

Como já existia um conhecimento prévio do assunto que estava sendo investigado, bem como dos indivíduos que presenciaram essa história institucional, foi possível listar os entrevistados "em potencial", expressão utilizada por Verena Alberti (2004:32) para definir determinadas pessoas que atuaram na escola durante o recorte temporal da pesquisa. Sobre a utilização do método a autora reforça:

> Na história oral, a pesquisa e a documentação estão integradas de maneira especial, uma vez que é realizando uma *pesquisa,* em arquivos e bibliotecas etc., e com base em um projeto que se produzem entrevistas, que se transformarão em *documentos,* os quais, por sua vez, serão incorporados ao conjunto de fontes para novas pesquisas. A relação da história oral com arquivos e demais instituições de consulta de documentos é, portanto, bidirecional: enquanto se obtém, das fontes já existentes, material para a pesquisa e a realização de entrevistas, estas últimas tornar-se-ão novos documentos, enriquecendo e, muitas vezes, explicando aqueles aos quais se recorreu de início (ALBERTI, 2004:81, grifos da autora).

Portanto, o uso da História Oral para a construção e análise das fontes orais foi fundamental para a compreensão do processo histórico da Escola de Engenharia Industrial, processo este que envolveu diversos sujeitos ao longo de sua trajetória. Conforme ressalta Magalhães (1999:67) "a história das instituições educativas é um campo de investigação em que a instituição e a educação se articulam por ação dos sujeitos". Utilizar as fontes orais, por meio da realização de entrevistas, como mais uma possibilidade de análise dentro da pesquisa em História da Educação é válido e positivo. Este domínio científico da História permite que sejam analisados diferentes contextos, objetos e fontes relativos à educação e seus processos históricos.

Ao todo foram realizadas três entrevistas, contabilizando cinco encontros com três entrevistados "em potencial", ligados à trajetória da EEI. Dois

professores, o Engenheiro Civil e Naval, Prof. Ivo Pereira Braga[8] e o Químico Industrial Prof. Eliézer de Carvalho Rios[9], que participaram da fundação da escola e um aluno da primeira turma da EEI, Engenheiro Mecânico Industrial Nelson Dias Castro[10]. Tratando-se da aplicação de entrevistas e mais pontualmente, de entrevistados com uma faixa etária que ultrapassa os 80 anos, foi de suma importância refletir acerca do uso da memória como fonte documental, para que desse modo fosse possível, através das lembranças e dos esquecimentos, reconstruir esta história institucional.

Para tanto, é essencial que se compreenda que a memória é seletiva, a memória é esquecimento (CANDAU, 2011), por isso, a relevância do cruzamento entre as fontes orais e as fontes materiais ao longo do desenvolvimento da pesquisa. Em certos momentos, foi preciso agregar o uso de fontes materiais às entrevistas, buscando auxiliar o entrevistado em sua narrativa, bem como auxiliando a pesquisadora na problematização das fontes documentais, buscando construir uma narrativa historiográfica criteriosa, uma narrativa que abordasse o passado no presente, uma reconstrução, a partir de um novo olhar. Afinal,

> A memória, ao mesmo tempo que nos modela, é também por nós modelada. Isso resume perfeitamente a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apóiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa. Ao final, resta apenas o esquecimento (CANDAU, 2011:16).

Compactuando da mesma ideia defendida por Candau, Antonio Viñao (2011) acredita na ideia de que a história, bem como a memória, também é seletiva e que ambas “funcionan u operan gracias al olvido, a la desmemoria o, más simples y llanamente, al hecho de que lo recordado o lo preservado es siempre una ínfima parte de lo acaecido o producido” (idem, ibidem:36). Seguindo essa perspectiva, foi incluído como anexo neste trabalho uma carta de duas páginas escritas pelo Prof. Rios após nossos primeiros encontros. Carta esta que foi escrita a partir de pesquisa realizada pelo professor sobre a criação da EEI, baseada basicamente na obra memorialística escrita em 1997 pelo historiador pelotense Mário Osório Magalhães, utilizada, possivelmente, como vetor para aguçar suas recordações. Acredita-se que o interesse por

[8] Nasceu em dia 21 de setembro de 1923 e é natural de Rio Grande (BRAGA, 2012).
[9] Nasceu em 9 de novembro de 1921 e é natural de Rio Grande (RIOS, 2012).
[10] Nasceu em 16 de março de 1933 e é natural de Rio Grande (CASTRO, 2012).

pesquisar e redigir uma carta que englobasse várias das questões propostas pela pesquisadora, deu-se justamente pelo fato de que durante as entrevistas, o Prof. Rios tinha certos momentos de grande lucidez e outros de completo silêncio. Esquecer acabou se transformando em uma situação inadmissível, onde recorrer para o documento escrito, ou seja, redigir sua carta acabou se tornando a única alternativa para manter vivas as lembranças desse professor de mais de 90 anos.

Para Le Goff (2003:469) memória é identidade, seja individual ou coletiva, ela define os indivíduos, ela é capaz de construir ou desconstruir tradições, e acima de tudo, é um objeto de poder para a sociedade atual, principalmente no que diz respeito à construção de uma memória coletiva. No caso da trajetória escolar da Escola de Engenharia Industrial percebe-se que ainda existe um lugar onde a memória dessa escola está cristalizada, materializada, trata-se, justamente do NUME. Um "lugar de memória", usando a definição de Pierre Nora (1993), onde a memória e seus "restos", expressão utilizada pelo autor, são mantidas e dessa forma, perpetuadas. O museu então, se preocupa em salvaguardar esses objetos simbólicos, esses suportes memorialísticos que são responsáveis por ajudar o historiador a reconstituir a história dessa e de outras instituições que lá se encontram. Para Nora (1993:27) o lugar de memória é "um lugar de excesso, fechado sobre si mesmo, fechado sobre sua identidade, e recolhido sobre seu nome, mas constantemente aberto sobre a extensão de suas ramificações". Tal afirmação permite que o pesquisador entenda que a memória, mesmo que materializada em artefatos não fala por si só, e não deve ser considerada objetivamente como verdade absoluta. E tratando de fontes orais, torna-se mais que do necessário realizar uma complexa análise com outras tipologias de fontes, a fim de complementar a investigação. Logo, compreende-se que:

> [...] a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo "atual" das representações. Pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, "desloca" estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994:47).

Contudo, a oralidade sempre que possível, deve ser abordada, principalmente no que tange a problematização das fontes e os novos caminhos de pesquisa que podem surgir a partir dela. Os relatos orais serviram como forma de auxiliar as interpretações e observações, além de possibilitar novas leituras quanto ao objeto de pesquisa, evidenciando muitas vezes nos silêncios, questões fundamentais para a problematização da mesma. Afinal:

> A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. [...] Paralelamente, a história oral propõe um desafio aos mitos consagrados da história, ao juízo autoritário inerente a sua tradição. E oferece os meios para uma transformação radical do sentido social da história (THOMPSON, 2002:44).

A ideia inicial do projeto de dissertação era através de um roteiro geral[11] entrevistar professores, um aluno da primeira turma e um funcionário da EEI. Contudo, a disponibilidade dos entrevistados acabou sendo crucial para a realização das entrevistas. Foram realizadas três entrevistas, duas com professores fundadores da escola e uma com um dos alunos da primeira turma. Com exceção do Prof. Eliézer de Carvalho Rios, os outros entrevistados, Prof. Ivo Pereira Braga e Prof. Nelson Dias Castro, receberam a pesquisadora em suas respectivas residências. Tal fato se deu em virtude das atividades que o Prof. Rios ainda desenvolve junto ao museu que recebe seu nome, o qual ele foi fundador, o Museu Oceanográfico Prof. Eliézer de Carvalho Rios, museu pertencente a Universidade Federal do Rio Grande (FURG). No total foram quatro encontros nas tardes de quarta-feira, dia da semana em que o Prof. Rios vai ao museu e dedica-se à organização e ao estudo da maior coleção malacológica da América Latina, a qual ele ajudou a reunir. Nestes encontros, bem como nos outros dois, muitas memórias e histórias se cruzam, já não se trata apenas de rememorar a história da Escola de Engenharia Industrial, mas sim, de relembrar a juventude, o primeiro emprego, os estudos em Porto Alegre, a carreira docente e tantos acontecimentos que permeiam a trajetória destes indivíduos que ajudaram a reconstruir uma, dentre tantas narrativas possíveis sobre a primeira instituição escolar de ensino superior da cidade do Rio Grande.

[11] Os roteiros das entrevistas elaborados para serem aplicados com professores e aluno da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande, acatou as sugestões da banca examinadora, contudo, optou-se em mantê-lo apenas no Apêndice do projeto de dissertação, o qual foi avaliado no momento de qualificação.

É fundamental ressaltar que essa relação que se estabeleceu durante as entrevistas foi extremamente produtiva e que a subjetividade existente entre as perguntas e as respostas deve ser sempre analisada positivamente, afinal tratam-se de sujeitos históricos, como diria Weber, que vão da faixa dos 80 até os 92 anos, e que tem muita história para contar. Ecléa Bosi (1994) aborda o que ela denomina como “lembrança de velhos” e mostra a importância de se ouvir e trabalhar com aqueles que muito já viveram. Logo, a autora deixa claro que

> Entre ouvinte e o narrador nasce uma relação baseada no interesse comum em conservar o narrado que deve poder ser reproduzido. A memória é uma faculdade épica por excelência. Não se pode perder, no deserto dos tempos, uma só gota da água irisada que, nômades, passamos do côncavo de uma para outra mão. A história deve reproduzir-se de geração a geração, gerar muitas outras, cujos fios se cruzem, prolongando o original, puxados por outros dedos (idem, 1994, p. 90).

Baseado neste ideia de Bosi é que se pretendeu analisar estas entrevistas, sempre considerando o que foi dito e sempre problematizando os testemunhos com diferentes tipologias de fontes documentais. Valorizando cada um como importante fonte para a história da educação e mais especificamente, para a história desta instituição escolar. Refletindo sobre essas questões e sobre a diversidade de fontes documentais que foram utilizadas para reconstruir a história da EEI, possibilidade ampliada através da História Cultural, emergiu outro tipo de análise bastante cara para a História da Educação, e pouco implementada pelos que se utilizam dessa fonte que acaba sendo usada apenas como ilustração ou exemplo do que foi dito, que é o caso da fotografia. Outra fonte documental que foi de grande valia para a compreensão dessa história institucional.

1.4.3. O uso da fotografia como fonte documental em História da Educação

A fotografia é um advento pertencente ao século XIX, mas que continua cativando e permitindo com que os rastros do passado perdurem até os dias de hoje. Utilizá-la como fonte documental em estudos historiográficos requer uma apropriação proveniente da História da Arte para que se possa realmente ler e

interpretar as imagens[12]. Para a História da Educação, o uso da fotografia, quando possível, é relevante e fundamental principalmente para a visualização da materialidade de algumas práticas, utensílios ou suportes escolares, bem como para o reconhecimento dos sujeitos envolvidos com a instituição. Também pode ser utilizada para o estudo de espaços escolares arquitetonicamente modificados e que vão perdendo suas antigas características, ou instituições escolares que já não existem mais, as quais correm sérios riscos de serem esquecidas, caso não se preservem esses registros iconográficos do passado. Segundo Susan Sontag (2004:84) “As fotos são, é claro, artefatos”, portanto baseado nessa premissa é necessário reconhecer que as fotografias fazem parte de uma cultura escolar, e mais ainda, de uma cultura material escolar que auxilia na interpretação de diversos momentos da história da EEI. Essa cultura escolar materializada nas fotografias é que torna o uso dessa fonte para a pesquisa educacional com foco historiográfico, cada vez mais interessante e complexa de ser feita, englobando

> Um repertório dos elementos materiais da cultura escolar, desde os prédios até as lousas, passando por manuais, uniformes, cadernos escolares, instrumentos de escrita e os mais diversos materiais, vem sendo construído, paulatinamente, como resultado de pesquisas e projetos de preservação de acervos escolares. Tomá-los como portas de entrada para a compreensão dos processos educativos que ocorrem no espaço escolar exige o movimento de conectá-los às práticas que os circunscrevem (ALVES, 2010:105).

Por meio das fotografias é possível, conforme mencionado por Alves (2010) conectar as práticas, os espaços e, inclusive, os sujeitos de uma história educacional, auxiliando assim, na reconstrução de trajetórias escolares. Sobre isso Burke (2004:38) acredita que as “imagens podem auxiliar a posteridade a se sintonizar com a sensibilidade coletiva de um período passado”, e por isso, a relevância de se optar por utilizá-las como fonte documental e não como mera ilustração. Esta característica ainda encontra-se presente em diversos trabalhos acadêmicos, não somente nos desenvolvidos pela área de História da Educação, e que infelizmente, não condiz com o potencial das imagens ali presentes.

[12] Para maior aprofundamento ver PANOFSKI (2011).

> Exemplo altamente sintomático da persistência dessa inclinação para usos ilustrativos da imagem são estudos de altíssima qualidade e ornados de farta e bela documentação visual, às vezes até em grande parte inédita, e que dizem respeito à história do cotidiano, da vida doméstica, das relações de gênero, das crianças, etc. As imagens, contudo, não têm relação documental com o texto, no qual nada de essencial deriva da análise dessas fontes visuais; ao contrário, muitas vezes, algumas delas poderiam mesmo contestar o que vem dito e escrito ou, ao menos, obrigar a certas recalibragens. O pior, entretanto, é contemplar o desperdício de um poderoso potencial documental (MENESES, 2003:21).

É importante lembrar que a utilização da fotografia como fonte documental vem sendo constantemente discutida pela historiografia e conforme já mencionada por Meneses (2003) em diversos momentos ela acaba sendo utilizada apenas no sentido ilustrativo, exemplificador, o que não acrescenta qualquer reflexão aos estudos históricos que vem sendo desenvolvidos no âmbito, por exemplo, da História da Educação. Sobre tal realidade Maria Augusta Oliveira acrescenta,

> As fotografias, muitas vezes, limitam-se a ilustrar a análise verbal. Quando bem escolhidas, funcionam como manchetes de jornais diários, com a finalidade de sintetizar ou ampliar o que o texto escrito exprimiu. Por ter caráter diferente da documentação escrita, a imagem acaba servindo como mostruário do texto, ocultando informações e interpretações próprias, alheias ou complementares do texto escrito (OLIVEIRA, 2005:151).

Contudo, é fundamental esclarecer que nesse estudo a fotografia é compreendida como um recorte pré-selecionado do passado, não um reflexo fiel, portanto, não sendo considerada como um objeto neutro. Tal fato não a diferencia das demais fontes documentais explicitadas anteriormente, afinal, todo documento deve ser questionado e deve ser lido nas “entrelinhas”, levando em consideração seus detalhes e suas ausências. Sobre isso, não se pode deixar de notar que todas as fotografias que estão sendo analisadas e que fazem parte do acervo fotográfico do NUME e do Arquivo Geral da FURG, foram realizadas a pedido da direção da Escola de Engenharia Industrial, ou seja, são fotos encomendadas pela instituição, que em sua maioria integram relatórios anuais da mesma. Um detalhe curioso, é que segundo o Prof. Eliézer Rios[13], um dos professores fundadores da instituição, o qual aparece

[13] Em um dos encontros com o Prof. Eliézer Rios, foram levadas cópias de algumas fotografias pertencentes aos relatórios da EEI (acervo do NUME e do Arquivo Geral) dentro da

constantemente retratado em palestras e aulas práticas presentes nos relatórios da EEI, as imagens, na maioria das vezes, eram registradas após o fato ocorrido, o que ilustra claramente a busca pela imagem perfeita, reiterando a assertiva de que as imagens não são neutras.

Como de costume, é preciso lembrar que a fotografia mostra e ao mesmo tempo esconde o que se encontra no instante fotografado, o que reforça o caráter subjetivo da imagem. Esse caráter ambíguo possibilita que o historiador da educação se questione sobre as reais intenções das fotografias, daquele momento em específico e das pessoas que ali se encontram. Todas essas características da fotografia auxiliam na reconstrução de uma dada história institucional, ainda mais por se tratar de um indício material que foi preservado, que faz referência àquela memória escolar, além de poder estar atrelada a relatos de sujeitos que presenciaram esta história. No que diz respeito aos indivíduos que vivenciaram esta história escolar, o uso da fotografia no momento da entrevista foi fundamental no caso do Prof. Rios. O professor alegava em diversos momentos a dificuldade de recordar daqueles momentos tão longínquos, por isso, optou-se pelo uso da fotografia como uma "ponte" entre a história e a memória daquele indivíduo. O uso das fotografias neste momento em particular foi muito positivo, trazendo novas lembranças e detalhes que auxiliaram tanto no desenrolar da entrevistas, como na contextualização das próprias imagens que fazem parte desta dissertação. Sobre essa interligação entre oralidade e materialidade, Werle (2004b) pontua,

> O cultivo da memória institucional implica rearticular relações, emoções vividos em um certo espaço numa perspectiva individual e grupal. Merece destaque a importância da base material ao ser mesclada com o real subjetivo que emerge em processos de preservação da memória. Recuperar a memória com referência à base material pode significar se recolocar naquele lugar e, a partir de fotos e imagens, revisitar, pela recordação, os espaços subsequentes e contíguos ao fragmento presente na imagem, retomando afetos e acontecimentos que ali ocorreram, recuperando os fatos vividos sob a forma de narrativas (WERLE, 2004b: 113).

Através da ampliação das tipologias e dos usos de fontes documentais, embasadas pela perspectiva da História Cultural, tornou-se possível trazer a fotografia para as pesquisas históricas em seus diferentes

---

periodização da pesquisa (1953-1961), nas quais ele aparece. Neste momento quando questionado sobre as imagens, ele recorda que as mesmas eram registradas após o fim da atividade contida na imagem, ou de uma aula ou após o fim de uma palestra.

âmbitos, além de possibilitar um novo olhar sobre esse documento tão banalizado ao longo da sua trajetória, mas ao mesmo tempo tão rico para interpretações. Conforme afirma Peter Burke (2004) a fotografia pode ser considerada história e evidência da história. E desse modo, ser utilizada como "evidência da cultura material do passado" (idem, ibidem: 29). E é nesse sentido que a fotografia foi tratada neste trabalho, sendo abordada sob o viés de uma história institucional que ainda se mantem preservada em vestígios do passado, principalmente através do trabalho desenvolvido pelo NUME. Sobre o valor documental da fotografia, Pesavento complementa,

> […] a imagem, enquanto registro de algo no tempo, é testemunho de época, mas testemunho também de si própria, tal como o texto literário, ou seja, é o momento de sua feitura, e não a temporalidade do seu conteúdo ou tema que cabe atingir. Em suma, ver como uma época se retrata ou retrata o passado, se for o caso, ou ver, na imagem, quais os valores e os sentimentos que se busca transmitir, quais os sonhos e fantasias de um tempo dado, ou quais os valores e as expectativas do social com relação aos atores (PESAVENTO, 2008:87-88).

Além disso, é importante perceber que para a análise de qualquer tipo de fonte é necessário haver criticidade, e com a fotografia não deve ser diferente. Como já mencionado, é preciso ter em mente que mesmo elas sendo valiosos indícios do passado, não são capazes de traduzir a pura realidade do momento em questão, são apenas um recorte, um olhar sobre a situação. Isso se confirma pelo próprio ato fotográfico, que não é neutro, afinal envolve um indivíduo que é o responsável por todos os recortes temporais e momentâneos que hoje são ricas fontes de pesquisa para os historiadores. Este registro que a fotografia proporciona mostra sua semelhança com a realidade, sua proximidade com o universo que está sendo fotografado, um recorte temporal que fornece, iconograficamente, um painel de informações visuais e não visuais que possibilitam uma melhor compreensão do passado e do presente. Esse recorte não pode ser considerado um recorte neutro, como já mencionado, afinal por trás deste ato/processo mecânico, encontra-se o fotógrafo, personagem que busca através da fotografia traduzir o momento, o cenário, o universo que ele quer representar, portanto a fotografia é um ato intencional e ao mesmo tempo subjetivo, sendo capaz de possuir inúmeras significações e continuar sendo reinterpretada sempre que posta em questionamento ou pura observação. Para Dubois (1993),

> O ato fotográfico implica, portanto não apenas um gesto de **corte** na continuidade do real, mas também a idéia de uma **passagem**, de uma transposição irredutível. Ao cortar o ato fotográfico faz passar para o outro lado (da fatia); de um tempo evolutivo a um tempo petrificado, do instante à perpetuação, do movimento à imobilidade, do mundo dos vivos ao reino dos mortos, da luz às trevas, da carne à pedra (idem, ibidem: 168, grifos do autor).

Philippe Dubois, portanto, define o ato fotográfico em dois tempos específicos. O corte temporal, aquele responsável por congelar a ação, o movimento, o instante, e o corte espacial, o qual não é determinado e nem construído, defini-se apenas como um espaço “pleno” que é completamente recortado pelo fotógrafo, é ele quem determina a imagem como um todo, afinal,

> [...] o que uma fotografia não mostra é tão importante quanto o que ela revela. Mais exatamente, existe uma **relação** – dada como inevitável, existencial, irresistível – do fora com o dentro, que faz com que toda fotografia se leia como portadora de uma **presença virtual**, como ligada consubstancialmente a algo que não está ali, sob nossos olhos, que foi afastado, mas que se assinala ali **como excluído** (idem, ibidem: 179, grifos do autor).

O registro fotográfico como fonte de informação visual ainda pode ser considerado alvo de críticas, principalmente por não estar atrelado à tradição escrita, talvez por isso, tanto receio em utilizar as fotografias como fonte documental, em atrever-se a analisá-las. Conforme Kossoy (2001), a fotografia busca seu status documental, que tradicionalmente, sempre significou o documento escrito, manuscrito. Devido a sua característica subjetiva e das possíveis interpretações que ela pode receber ao longo dos anos, a fotografia acaba sendo considerada um simples retrato e não uma fonte documental de um momento específico da história.

É necessário compreender que as imagens podem ser consideradas documentos, mas, assim como todas as tipologias documentais, elas não falam por si só. Esta valorização dá-se por meio de um trabalho de pesquisa histórica e iconográfica para que, através deste embasamento científico ela possa ser reconhecida como fonte documental. O contato com acervos escolares, mesmo que catalogados e trabalhados de formas diferentes, por se tratar de espaços arquivísticos e museológicos, traz consigo um leque de informações que devidamente trabalhadas auxiliaram na constituição desta dissertação, que aborda a história institucional da Escola de Engenharia Industrial. São acervos fotográficos com características de documentos históricos, de fontes de

informação visuais, que são tão importantes quanto os documentos escritos e que auxiliaram a agregar e problematizar as demais fontes de pesquisa. Complementando esta ideia, Guinchat e Menou (1994:41) definem documento como “um objeto que fornece um dado ou uma informação. É o suporte material do saber e da memória da humanidade”. Por isso,

> […] não se pode ignorar que fotografias preservam documentalmente cenas do passado. Usar criteriosamente e de maneira não isolada esta fonte nas pesquisas em História da Educação possibilita rico material de análise de contextos educacionais do passado. Não se pode descartar o uso da fotografia como fonte documental devido às suas características intrínsecas de embelezamento do passado. Nem de sua constituição consciente pelo fotógrafo, que previamente selecionou e organizou o que deveria ser registrado na foto. Isto ocorre, às vezes de maneira mais sutil, com quaisquer tipos de documentos usados pelos historiadores, quer sejam fontes orais, iconográficas ou escritas. Se as fontes documentais comportam grande carga de subjetividade de quem as registrou, cabe ao historiador buscar alguma objetividade no trato destas fontes (CELESTE FILHO, 2010:154).

Percebe-se que a fotografia desde o século XIX atua como mudança cultural, trazendo consigo marcas próprias, servindo como suporte para pesquisas científicas e transformando a maneira do homem de ver o mundo. A imagem fixa lembranças, guarda o modo de enxergar aquele momento específico, guarda as vivências. A subjetividade presente na fotografia é mais do que necessária para ajudar a construir novos significados a cada olhar, a cada experiência de vida, a cada instante fotografado. O homem através dela consegue manter sua história constante, transmitir suas experiências e ressignificar seu passado.

A fotografia nada mais é, do que um testemunho das mudanças temporais, espaciais e humanas que ocorrem ao longo do tempo. Uma imagem com poder evocativo, que provoca sentimentos, vontade de saber o que se encontra fora do cenário fotografado, de conhecer um pouco da história que se passava na época e de atribuir novos significados cada vez que se observa uma imagem. Memória e fotografia coexistem, estão intrinsecamente ligadas e através delas é possível construir referências históricas, individuais e coletivas. Segundo Burke (2004:175) “toda imagem conta uma história”, e as fotografias que fazem parte deste trabalho auxiliam a contar uma história, tornam possível uma leitura sobre o passado, um passado institucional que foi fundamental

para o desenvolvimento do ensino superior na cidade do Rio Grande e para o próprio desenvolvimento do município.

> [...] os testemunhos sobre o passado oferecidos pelas imagens são de valor real, suplementando, bem como apoiando, as evidências dos documentos escritos. […] Elas oferecem acesso a aspectos do passado que outras fontes não alcançam (BURKE, 2004:233).

Como fotografia é seleção, portanto, possui uma intencionalidade, pretende-se analisar as imagens dessa pesquisa baseada na análise iconográfica e na interpretação iconológica, originadas de estudos feitos pelo historiador da arte Erwin Panofsky. Para este autor, a iconologia significa "um método de interpretação que advém da síntese mais do que da análise" (PANOFSKY, 2011:54). Enquanto que a iconologia seria "a iconografia que se torna interpretativa" (PANOFSKY, 2011:54). Nos estudos de Panofsky percebe-se três fases de análise, a pré-iconográfica, voltada para as formas, linhas e cores, que não será aplicada neste trabalho; a iconográfica, onde já existe certa familiaridade com o que está sendo retratado na imagem e é possível reconhecer espaços, objetos, pessoas. E a última seria a interpretação iconológica que requer mais do que a familiaridade com os objetos, levando em conta o "significado intrínseco" da imagem, suas condições históricas, o contexto da época, dentre tantos outros aspectos. O ato da interpretação iconológica, segundo o autor, é um ato subjetivo e que se altera conforme se alteram os intérpretes. Para Panofsky é necessário considerar outras fontes que auxiliem o pesquisador a interpretar e a concluir algo sobre aquela imagem.

> O historiador de arte terá de aferir o que julga ser o significado intrínseco da obra ou grupo de obras, a que devota sua atenção, com base no que pensa ser o significado intrínseco de tantos outros documentos que testemunham as tendências políticas, poéticas, religiosas, filosóficas e sociais da personalidade, período ou país sob investigação. Nem é preciso dizer que, de modo inverso, o historiador da vida política, poesia, religião, filosofia e situações sociais deveria fazer uso análogo das obras de arte. É na pesquisa de significados intrínsecos ou conteúdo que as diversas disciplinas humanísticas se encontram num plano comum, em vez de servirem apenas de criadas umas das outras (PANOFSKY, 2011:63).

Segundo Kossoy (2001) essa metodologia de análise fotográfica gira em torno de dois momentos: o primeiro voltado para os aspectos descritivos da imagem o que inclui situá-la no espaço e no tempo e identificá-la; e o segundo

voltado para sua interpretação, ou seja, sua análise mais profunda, onde leva-se em consideração o contexto, os sujeitos, ou seja, todas as interlocuções que podem ser feitas a fim de compreender as razões daquela fotografia. Para o autor,

> A fotografia ou um conjunto de fotografias não reconstituem os fatos passados. A fotografia ou um conjunto de fotografias apenas congelam, nos limites do plano da imagem, fragmentos desconectados de um instante de vida das pessoas, coisas, natureza, paisagens urbana e rural. Cabe ao intérprete compreender a imagem fotográfica enquanto informação descontínua da vida passada, na qual se pretende mergulhar. No esforço da interpretação das imagens fixas, acompanhadas ou não de textos, a leitura das mesmas se abre em leque para diferentes interpretações a partir daquilo que o receptor projeta de si, em função do seu repertório cultural, de sua situação socioeconômica, de seus preconceitos, de sua ideologia, razão por que as imagens sempre permitirão uma leitura plural (KOSSOY, 2001:114-115).

Por tratar-se de uma leitura plural, esse trabalho se preocupou em trazer uma das possíveis leituras das imagens que aqui serão utilizadas, não apenas no sentido ilustrativo, mas sim, buscando interpretações além da própria fotografia, descobrindo nos meandros da imagem questões que auxiliaram na compreensão dessa história escolar. É com este embasamento teórico preliminar, que se pretendeu analisar algumas fotografias pertencentes aos relatórios de inspeção de 1954 e de reconhecimento da escola de 1957, bem como fotografias pertencentes ao acervo fotográfico do NUME, que auxiliam a contar e a interpretar iconograficamente a trajetória da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande dentro da periodização da pesquisa.

No entanto, foi imprescindível conhecer o objeto de pesquisa em questão e possuir um problema definido para nortear o trabalho e desse modo, desenvolver uma análise crítica sobre essa história institucional. Primeiramente, para que fosse possível reconstruir a trajetória da Escola de Engenharia Industrial foi crucial compreender os processos de implantação do ensino superior brasileiro, no que tange as instituições de Engenharia, além do contexto histórico onde surgem essas instituições, fatos que serão abordados no capítulo a seguir.

2. O ensino superior de Engenharia no Brasil

Nesse capítulo será analisada e problematizada a questão do ensino superior de Engenharia no Brasil. Primeiramente buscando definir o que pode ser considerado como ensino superior, almejando conceituar essa categoria fundamental para a compreensão do trabalho. Logo, será abordada como se deu a implantação do ensino superior voltado para a Engenharia no Brasil, um panorama geral que pretende evidenciar como foi o surgimento dessas instituições e as razões que impulsionaram a criação desse curso em específico. Em seguida será realizada a mesma análise dando ênfase ao estado do Rio Grande do Sul que teve sua primeira instituição de Engenharia ainda no século XIX.

2.1. Ensino superior: a problemática de uma definição

Ao tratar do conceito de ensino superior muitas são as definições possíveis, existentes e contraditórias. Contudo, mais interessante do que apenas definir essa categoria, é trazer algumas definições basilares e delas partir para uma síntese capaz de agregar a totalidade do seu significado. Afinal, é notório que essa categoria de análise estará sendo constantemente refletida ao longo do trabalho, já que se trata justamente de uma investigação que busca compreender os processos de criação de uma instituição desse nível no Brasil.

Para Cunha (2007:18) o ensino superior "é aquele que visa ministrar um saber superior". Com relação ao que seriam estes saberes, o autor acrescenta:

> Numa formação social, concebida historicamente, não se encontra apenas um saber, mas vários: esquematicamente, os saberes dominantes (das classes dominantes) e os saberes dominados (das classes dominadas). Todo ensino, operando necessariamente por meio de um aparelho escolar, propõe-se a ministrar um saber dominante, mas *não todos* os saberes dominantes. Eles estão hierarquizados, de modo que há saberes dominantes inferiores (por exemplo, o domínio da lei e da escrita na língua dominante) e saberes superiores (por exemplo, o domínio das práticas letradas mais complexas e da filosofia com e sem aspas) (idem, 2007: 18-19, grifos do autor).

Em um contexto histórico, Vasconcelos (2007) ressalta as características que representavam as instituições de ensino superior, presentes na sociedade

ocidental desde o século XII, trazendo resumidamente seus momentos de ascensão e de crise.

> No século XII a universidade era central e hegemônica quanto à legitimação do saber. Nos séculos XIII, XIV e XV viveu sob o jugo da Igreja Católica. Nos séculos XVI e XVII, a instituição não acompanhou o ritmo dos acontecimentos históricos relacionados ao Renascimento e no século XVIII, durante o Iluminismo, e entrou em profunda crise sofrendo reformas radicais em seu projeto e estrutura (idem, 2007:27)

Desse modo, compreende-se que o ensino superior é o ensino responsável pelo conhecimento e aprofundamento de um saber em específico, saber relevante dentro da sociedade na qual o individuo está inserido, capacitando-o para uma profissão. Conforme Neves (2007), o surgimento das instituições de ensino superior está vinculado:

> [...] aos processos de desenvolvimento e modernização das sociedades, numa ação recíproca com a produção das condições materiais e das demais formas espirituais. A circunstância de serem produtos do desenvolvimento da sociedade e de estarem referenciadas aos processos econômicos, políticos, sociais e culturais, não deve obscurecer o fato de que as mesmas, enquanto instituições sociais, cristalizam-se, a cada momento de sua história, numa modalidade específica de organização das ações e relações sociais entre grupos e indivíduos envolvidos na realização de seus fins (idem, 2007:335).

A ligação da criação das instituições de ensino superior com o desenvolvimento da sociedade torna-se evidente, já que elas são criadas com o caráter primordial de sanar as necessidades de um setor, de uma cidade, de uma nação. Portanto, o ensino superior poderia ser brevemente definido como um ensino voltado para as demandas sociais, preocupado em manter as características de uma sociedade, e acima de tudo, capaz de moldar-se conforme as circunstâncias que lhe são impostas a cada conjuntura.

Partindo desses pressupostos, Anísio Teixeira (1989:60) traz sua contribuição ao reiterar que a educação de certo modo sempre foi um “instrumento utilizado para impor o modelo social desejado”, o que faz com que seja possível compreender alguns fatores do ensino superior brasileiro, como, por exemplo, as características profissionais e técnicas evidentes nos primeiros cursos de ensino superior do país.

Para compreender o desenvolvimento do ensino superior brasileiro, em específico, o ensino de Engenharia é necessário que se faça um panorama histórico-educacional de como surgem estas primeiras instituições.

2.2. O ensino profissional de saber aplicado: as primeiras instituições de Engenharia no Brasil

A implantação de instituições de ensino superior no Brasil inicia com a transferência da Monarquia portuguesa para o Brasil, em 1808. Tratava-se de instituições de caráter isolado, que buscavam atender as necessidades, assim compreendidas pela Coroa, do que então poderia se chamar de sociedade brasileira. É significativo ressaltar que o Brasil encontrava-se relativamente "atrasado" em relação ao ensino superior, tendo iniciado este processo apenas no século XIX, ao contrário das vizinhas colônias espanholas, que já no século XVI se preocupavam com a criação de instituições de ensino superior em seu território. De acordo com Fávero (2000a:18), tais colônias no final do século da Conquista já contavam com seis universidades, e aproximadamente dezenove no momento de independência.

Todavia, essa situação educacional pode ser compreendida através dos interesses que Portugal mantinha para com o Brasil, interesse em manter a Colônia sob controle, evitando assim, qualquer manifestação de independência política ou cultural. No que tange o ensino, Fávero (2000a:19) acredita que "as diretrizes emanadas da Corte eram feitas como se visassem a estabelecer a rotina; paralisar as iniciativas, em vez de estimulá-las. Parecia haver uma intervenção, mesmo à distância". A Metrópole considerava mais cômodo que as elites interessadas em cursos superiores procurassem as universidades da Europa, mais especificamente, a Universidade de Coimbra. Além disso, segundo Veiga (2007) o pacto colonial existente entre Brasil e Portugal deixava claro que era proibido que se fundasse na Colônia alguma instituição escolar de estudos superiores que visasse às carreiras liberais, fazendo com que a conclusão dos estudos na Europa fosse inerente aos que possuíam condições financeiras.

A partir da instalação da Família Real Portuguesa em terras brasileiras, inicia-se as primeiras mudanças com relação ao ensino superior da antiga

Colônia, que passa a ser sede da Monarquia. Contudo, as escolas superiores criadas são marcadas por um ensino prático e profissionalizante, focadas para um saber aplicado, visando atender aos interesses do Reino. Conforme Cunha (2007:63) “O novo ensino superior nasceu sob o signo do Estado nacional, dentro ainda dos marcos da dependência cultural aos quais Portugal estava preso”. Essa “dependência cultural” citada por Cunha pode ser interpretada como sendo a influência cultural exercida pela França no modelo educacional português, principalmente, no ensino superior que acabou sendo implantado nas colônias latino americanas. Rossato respaldado por Vanderley ilustra pontualmente essa situação.

> O exemplo que o modelo francês trouxe para a América Latina foi o estabelecimento de faculdades para cada profissão, que diplomamos alunos para o exercício profissional outorgando títulos e qualificações com conhecimento dado pelo Governo. O importante a ressaltar é que as universidades funcionavam como locais apropriados para a educação das elites dos países desta região e seu conseqüente acesso aos postos políticos burocráticos (VANDERLEY apud ROSSATO, 2005:93).

Além disso, é significativo explanar que essas características provenientes do ensino superior francês estavam de acordo com as políticas educacionais que Portugal procurava manter e implantar no ensino superior brasileiro, o que é possível de ser observado, principalmente, por meio da ênfase ao ensino profissional. O que resultava em instituições sem interesse pela pesquisa e pela difusão do saber científico, instituições realmente isoladas em seus saberes particulares. Vindo a corroborar com a ideia de organização das instituições superiores francesas, as quais possuíam a seguinte estrutura:

> Estruturalmente subordinada ao imperador, e com uma organização administrativa complexa, a universidade francesa não tinha autonomia na pesquisa e no ensino voltados para o movimento das problemáticas sociais, sendo fragmentada em faculdades estanques, tratando-se de uma corporação estritamente supervisionada, integrada na hierarquia do Estado (VASCONCELOS, 2007:30).

Seguindo essa perspectiva, é fundamental contextualizar que o ensino superior a partir do Ato Adicional de 1834[14], era de total responsabilidade do Império, ficando a cargo das províncias a responsabilidade do ensino de primeiras letras e do ensino secundário (ARRIADA, 2011). Tal fato pode ter

[14] Sobre o Ato Adicional de 1834 e a descentralização do ensino ver SUCUPIRA, 2001.

influenciado na não criação de outras instituições de ensino superior nas províncias, fazendo com que as instituições deste nível continuassem centralizadas na sede da Corte ou próximas a ela, afinal, as províncias deveriam se dedicar a outros estabelecimentos de ensino voltados à instrução pública. O que dificultava a conclusão dos estudos superiores daqueles que não tinham condições de transitar pelo país. Já aqueles que possuíam condições, muitas vezes, acabavam concluindo seus estudos no exterior. Todavia, mesmo com o regime republicano pouco se modificou. Segundo Saviani (2004), a primeira constituição da República, de 1891, mantinha a responsabilidade da criação de instituições superiores e secundárias pelo governo central e o ensino primário continuaria a cargo dos estados.

A formação em Engenharia era uma das responsáveis por formar burocratas para o Estado, bem como os cursos de Medicina e Direito. Além dessa característica, a Engenharia possuía o objetivo primordial de contribuir com a defesa militar do território nacional. Para tanto, D. João VI cria a Academia Real Militar, atual Escola Nacional de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)[15], em 1810 na sede da Corte. De acordo com Fávero, respaldada por Villanova, a Academia Real Militar tinha como principais finalidades,

> "[...] a formação de hábeis Oficiais de Artilharia, Engenharia, ainda mesmo Oficiais da Classe de Engenheiros Geógrafos e Topógrafos, que possam também ter o útil emprego de dirigir objetos administrativos de minas, de caminhos, portos, canais, pontes, fortes e calçadas" (VILLANOVA apud FÁVERO, 2000a:19).

Além de formar indivíduos aptos para o exercício de funções militares, também os capacitava para as funções de caráter mais civil. Segundo Nosella e Buffa (2000), a partir da segunda metade do século XIX devido às transformações econômico-sociais desencadeadas com a indústria e com o processo de urbanização das cidades, e principalmente, com o desenvolvimento dos meios de transporte, como, por exemplo, as necessidades de construção de ferrovias no final do século acabaram abrindo novas perspectivas para a profissão de engenheiro.

[15] De acordo com OLIVE (2002: 31-42) a Universidade do Rio de Janeiro foi a primeira universidade do Brasil, criada em 1920.

Vale destacar que a Academia Real Militar foi a primeira instituição de ensino voltada para as Engenharias criada nas Américas [16], antes dela existia apenas as aulas isoladas. De acordo com Santos e Silva respaldado por Telles, no final do século XVII já existia a Aula de Fortificação no Rio de Janeiro, enquanto no início do século XVIII foi criada a Aula de Fortificação e Artilharia em Salvador (TELLES apud SANTOS; SILVA, 2008: 2). Com a criação da Academia Real Militar no início do século XIX, esta se torna a responsável pelo ensino superior das ciências exatas e das engenharias de uma forma geral. Citando Santos e Silva baseados em Kawamura, "a formação e o trabalho estavam estritamente ligados à "arte militar", e a tecnologia interessava apenas enquanto meio de segurança e repressão" (2008: 2).

A partir da criação desta instituição no Rio de Janeiro, o ensino superior e em específico o ensino de Engenharia foi ganhando importância e relevância dentro do cenário nacional. Segundo Nagle (2001) durante o século XIX, após o período colonial, o país passou por diferentes ciclos econômicos, mas principalmente baseados na agricultura e em um segundo momento na cafeicultura, final do século XIX e início do século XX. Tal fato gerou novas demandas econômicas e políticas, mas, sobretudo, marcou o surgimento de uma agricultura voltada para a exportação, características de uma sociedade semi-industrial.

Primeiramente o ensino de Engenharia estava muito atrelado ao ensino militar e à preocupação da Coroa em manter o território brasileiro protegido, portanto este ensino se tratava de uma instrução geral sobre as Engenharias, que não abordava especificamente os diferentes âmbitos desta área do conhecimento. Conforme Pereira (1994:169) o ensino militar separa-se do ensino de engenharia civil através do Decreto nº 2116 de 1º de maio de 1858, fazendo com que fosse criada a Escola Central que ficou responsável pelo "ensino das Matemáticas, Ciências Físicas e Naturais e às doutrinas próprias da Engenharia Civil". No que tange o ensino militar, duas eram as instituições que se destinavam a este tipo de instrução a Escola Militar e de Aplicação do Exército, no Rio de Janeiro, e a Escola Militar da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul[17].

[16] SANTOS; SILVA, 2008: 1-2.
[17] Mais detalhes sobre o ensino militar ver PEREIRA, 1994.

No final do século XIX, começam a surgir as indústrias manufatureiras no país, enquanto a Europa já havia presenciado a Revolução Industrial e as diferentes transformações que esta ocasionou, o Brasil estava começando a estabelecer suas primeiras fábricas. Apesar da concorrência européia, as indústrias de manufaturas nacionais foram se estabelecendo e se estabilizando neste país. Com esses novos interesses de produção e de mercado, novos profissionais passam a ser requisitados.

Com a fundação da Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1874, antiga Escola Central, criam-se novas tipologias específicas de atuação, além da formação de engenheiros civis, formavam-se engenheiros de minas, geógrafos e industriais[18]. Além da Politécnica, a Escola de Minas de Ouro Preto, organizada em 1876[19], formava engenheiros civis, geólogos e engenheiros de minas. Segundo Nagamini (1994) a partir de 1883 os profissionais formados pela escola passaram a receber o título de Engenheiro de Minas e Civil. Muitos dos recém formados da instituição acabaram trabalhando na instalação de estradas de ferro, um novo ramo profissional que se encontrava em desenvolvimento no país.

Isso acontece justamente devido as transformações e as novas necessidades da economia nacional. Conforme Santos e Silva (2008), essas transformações acontecem a partir da segunda metade do século XIX, quando a indústria cafeeira, citada anteriormente, torna-se um dos maiores produtos exportados do país, o qual passa a necessitar de melhorias e modernização das indústrias rurais, novas instalações e construções de estradas de ferro para o transporte de mercadoria[20]. Estas mudanças na economia brasileira marcam alguns dos aspectos da modernização desta sociedade, iniciada no final do século XIX, prolongando-se e acentuando-se no século XX.

Através destas novas especificidades, o campo de inserção profissional dos engenheiros tende a se expandir, afinal este profissional passa a ser reconhecido e solicitado pelas necessidades desta nova sociedade. Outro aspecto é que esse processo serviu de base para a constituição de sua identidade específica consolidando-se como intelectuais que têm uma visão

[18] Além de possuir mais duas especialidades de bacharéis, em Ciências Físicas e Naturais e em Ciências Físicas e Matemáticas (CUNHA, 2007: 96).
[19] Segundo Teixeira (1989:71) a Escola de Minas e Metalurgia de Ouro Preto foi criada por D.João VI em 1832, mas instalada 34 anos após sua criação.
[20] SANTOS; SILVA, 2008: 3.

explicativa da sociedade brasileira e um projeto próprio no qual eles se auto-reconheciam como agentes diretos dessa modernização (BUFFA, 2002). Sobre a atuação do profissional Engenheiro neste período, Marilda Nagamini coloca da seguinte forma:

> Grande parte dos engenheiros atuou junto às comissões oficiais, nas atividades relacionadas à demarcação das fronteiras, ao levantamento dos rios e suas condições de navegabilidade e estudos hidráulicos, aos trabalhos de meteorologia e astronomia, às pesquisas na área de geologia e mineralogia, aos serviços de eletricidade, como a instalação das redes telegráficas e, posteriormente, a iluminação pública e residencial, entre outras (NAGAMINI, 1994:137).

Refletindo sobre a constituição do ensino superior brasileiro torna-se evidente que mesmo o Brasil não possuindo um ensino com status universitário, contando apenas com as escolas superiores isoladas que possuíam um caráter profissional que focava a prática e a aplicação do saber, é importante notar que, conforme ilustrado por Teixeira (1989) esse era um ensino que possuía alguns dos valores de uma universidade, buscando, talvez, criar o que seria uma cultura universitária. Sobre isso o autor reforça,

> O ensino nas escolas superiores, depois da Independência, era um ensino de tempo parcial, com professores de tempo parcial e de intensa vida profissional fora da escola, os quais ofereciam poucas horas por semana aos alunos, em aulas supostamente magistrais. [...] essa escola de tempo parcial tinha, no fundo, ambições que lembrariam, por mais absurdo que pareça, as das universidades de tempo integral, no sentido de formar o *scholar.* E isto se comprova pelo culto e admiração que provocava o êxito intelectual de algum aluno. Tal ambicionado sistema de valores estava em radical contradição com a real prática escolar, com a organização da escola, com os seus métodos de trabalho, com o espaço e o tempo dedicado ao ensino, com o pagamento simbólico dos professores (TEIXEIRA, 1989:68, grifo do autor).

No entanto, o ensino superior brasileiro mesmo após o período de Independência continuou bastante centrado em questões utilitárias e pragmáticas (FÁVERO, 2000a), onde a pesquisa, uma das atividades centrais do ensino universitário, ainda era desenvolvida em institutos, estações experimentais e museus (FONTANA, 2001). Ainda durante o período imperial inicia-se o debate sobre a criação ou não de universidades no território brasileiro, situação que alteraria a realidade do ensino superior. Contudo, existia um cenário adverso, resultado de críticas contra a universidade, as

quais provinham principalmente dos positivistas, defensores da república e do abolicionismo, tendo como principais espaços de divulgação de suas ideias as próprias instituições de ensino superior (VEIGA, 2007). De acordo com Veiga (2007:191) “o positivismo esteve muito presente não só na campanha republicana desde 1870 como também nos debates educacionais de professores do Colégio Pedro II, das escolas militares e das faculdades, na defesa do ensino científico e moralização das instituições”.

Como o foco de interesse deste trabalho não é discutir como se dá o surgimento do positivismo ou como se deu sua atuação nos processos educacionais brasileiros, serão apenas aludidos alguns aspectos a guisa de compreensão do tema para o ensino superior. Para tanto, é necessário esclarecer que o ideal positivista diz respeito a uma corrente de pensamento francesa, elaborada por Auguste Comte, que pretendia “unificar os conhecimentos do mundo “humano” ao “natural” pela aplicação àquele da metodologia que as ciências naturais teriam desenvolvido: um método “positivo” em oposição ao método “metafísico” (CUNHA, 2007: 87). No Brasil, o positivismo influenciou principalmente a área educacional da chamada Primeira República. Segundo Tambara (1991:118) para o positivismo, a educação era considerada “um investimento que a sociedade faz, e o qual se propõe restituir a médio e longo prazo”. Com o ensino superior o pensamento não foi diferente, fazendo com que o positivismo obtivesse destaque principalmente nas escolas e academias militares e nas “escolas livres”, com destaque para as instituições de Engenharia. Sobre essa influência educacional, Tambara destaca:

> Em termos ideológicos, no Brasil, nota-se claramente uma divisão educacional do trabalho. Enquanto que os estabelecimentos de ensino vinculados às instituições religiosas dedicaram-se à uma educação mais “humanística”, os estabelecimentos sob orientação positivista implementaram um ensino de caráter mais “técnico” (idem, 1991:145).

Apesar de todas as críticas envolvendo a criação do sistema universitário, vale lembrar que o ensino superior pouco se altera até o momento da criação das primeiras universidades. A reunião das instituições isoladas já existentes desde o Império é o que define o que seriam os embriões das futuras universidades do período republicano. Quanto a isto, Rossato reitera:

> Tratou-se mais de iniciativas pioneiras pessoais do que propriamente de uma política governamental. As reformas, ora centralizando, ora descentralizando, ora seguindo os princípios positivistas, ora abandonando-os, em muito pouco ou em nada contribuíram para a evolução da educação no período (ROSSATO, 2005:141).

Compreender a influência do positivismo na educação brasileira, bem como o desenvolvimento das instituições de ensino superior de Engenharia nos séculos XIX e XX, ajuda a entender como se deu a criação da primeira instituição de Engenharia no Rio Grande do Sul, um estado que possui características peculiares, caracterizado por um ideário republicano e de cunho positivista, fatores que garantiram a criação de uma instituição deste nível ainda no século XIX.

2.3. O ensino de Engenharia no Rio Grande do Sul: a “menina dos olhos” do ensino superior gaúcho

Conforme já abordado, a vinda da Família Real portuguesa para o Brasil no início do século XIX trouxe uma série de transformações nos âmbitos sociais, econômicos e culturais. Uma dessas alterações diz respeito às questões educacionais, buscando reorganizar o ensino e sistematizar a instrução pública através do Ato Adicional de 1834, o qual pode ser considerado um dos exemplos desta reorganização da instrução pública brasileira. Segundo relatório do ministro do Império em 1866 pode se compreender algumas das medidas tomadas, “em conseqüência do Ato Adicional, a instrução elementar tem sido dirigida nas províncias por suas exclusivas autoridades, sem nenhuma ingerência das autoridades centrais” (SUCUPIRA, 2001:63).

Sobre a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul é importante observar que a instrução pública nesta, como em tantas outras províncias do país, começa tardia e precariamente, apenas no século XVIII. Este fator, atrelado a tantos outros, faz com que o ensino superior seja pensado e enfim, criado apenas no final do século XIX. O ensino praticado era baseado nas aulas régias, ou seja, aulas avulsas de latim, grego, filosofia e retórica, que eram ministradas por um professor que organizava o local de trabalho, podendo ser em sua casa ou em prédios cedidos pelo Estado (GHIRALDELLI, 2009:27).

Entretanto, conforme Tambara (2000:16), até 1820 havia apenas uma única aula de Latim, que se localizava em Porto Alegre, e que não havia uma escola de primeiras letras paga pelo Estado em toda a província. Além da dificuldade de encontrar mestres naturais da província que possuíssem formação em ensino superior na Universidade de Coimbra, universidade até então responsável por graduar os brasileiros interessados na graduação em nível superior, existia a pouca remuneração que não os atraía.

De acordo com Tambara fundamentado por Carvalho (2000:17) “no que se refere ao Rio Grande do Sul, a relativa ausência de gaúchos em Coimbra foi certamente uma razão adicional para o isolamento da província e seu sempre problemático relacionamento com o governo central”. Este quadro começa a alterar-se somente no século XIX, quando a elite gaúcha passa a graduar-se em cidades como Recife e São Paulo que já possuíam instituições escolares próprias para a formação superior.

O processo de formação educacional, principalmente em nível superior acaba tendo como principal objetivo a ocupação de um cargo público, além da auto-afirmação dentro da sociedade, para fins de consolidação nos meios sociais. Segundo Tambara (2000), existia uma legitimação do poder que tinha como eixo principal o bacharelado e o coronelismo, fontes que definiam a importância e o nível social da elite provincial. Essa distinção que passa a ocorrer através do ensino superior no período Imperial, pode ser definida como forma de consolidação de uma determinada elite, que acabava excluindo a maioria da população.

> Elemento poderoso de unificação ideológica da política imperial foi a educação superior. E isto por três razões. Em primeiro lugar, porque quase toda a elite possuía estudos superiores, o que acontecia com pouca gente fora dela: a elite era uma ilha de letrados num mar de analfabetos. Em segundo lugar, porque a educação superior se concentrava na formação jurídica e fornecia em seqüência um núcleo homogêneo de conhecimentos e habilidade. Em terceiro lugar, porque se concentrava, até a Independência, em quatro capitais provinciais, ou duas, se considerarmos apenas a formação jurídica. A concentração temática e geográfica promovia contatos pessoais entre estudantes das várias capitanias e províncias e incutia neles uma ideologia homogênea dentro do estrito controle a que as escolas superiores eram submetidas pelos governos tanto de Portugal como do Brasil (CARVALHO apud TAMBARA, 2000: 71-72)

Durante o período de transição de Império para República, a economia do Rio Grande do Sul passa a ser considerada uma das mais importantes do país. Iniciando com a agricultura, passando depois pelas agroindústrias, pelas pequenas manufaturas até as grandes indústrias exportadoras. Segundo Paulitsch:

> O Rio Grande do Sul e São Paulo foram contemporâneos no começo de seu desenvolvimento industrial; São Paulo voltou-se para a exportação do café, e o Rio Grande do Sul para o mercado interno. Nas últimas duas décadas do século XIX, ocorreu um surto industrial significativo, concomitantemente com a troca do regime monárquico para o republicano (PAULITSCH, 2008:27-28).

A constituição e o período conhecido como de prosperidade econômica do setor industrial gaúcho encontra-se no início do século XX, neste momento a economia mundial exigia dos países que iniciavam este processo industrial, a modernização da infra-estrutura, transportes e superestrutura político-administrativa (PAULITSCH, 2008). Os principais pólos industriais gaúchos eram Porto Alegre, Pelotas e Rio Grande, possuindo indústrias alimentícias, de bens de consumo e principalmente indústrias de fiação e tecelagem. Conforme Paulitsch (2008: 31), “o ramo têxtil era líder no setor industrial do Rio Grande do Sul”.

> A industrialização é insofismavelmente a maior aspiração com vistas ao desenvolvimento econômico e social. O progresso, o bem-estar social e a elevação cultural estão profundamente ligados com a criação, implantação e evolução do processo de industrialização. As transformações de matérias-primas em outros bens de produção e de consumo definem um estágio importante do próprio desenvolvimento da sociedade. A industrialização é uma necessidade vital à geração de novos produtos, empregos, recursos tributários e novas perspectivas de vida (VIEIRA, 1983:150).

É indispensável falar sobre o desenvolvimento econômico e principalmente sobre o desenvolvimento industrial do estado, afinal é a partir desta demanda que surgem os primeiros cursos superiores no Rio Grande do Sul, justamente em dois dos importantes pólos econômicos, Pelotas e Porto Alegre. Em Pelotas é criada a Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel em 1883, especializada nas Ciências Agrárias e em Porto Alegre é criada a Escola de Engenharia em 1896, todas buscando corresponder aos interesses econômicos e profissionais de cada região.

Sobre esta última, vale frisar que se trata da primeira instituição de Engenharia do Rio Grande do Sul, criada no início do período republicano, em 1896, sendo a quarta escola de Engenharia criada no Brasil (MACEDO, 1993). Período no qual "a ideologia positivista começa a constituir-se em uma alternativa ao modo de pensar dominante" (TAMBARA, 1991:153), refletindo no modo de pensar e agir do então Presidente da Província, Júlio de Castilhos. Sobre este período Sandra Pesavento esclarece

> A instalação da República no Rio Grande do Sul implicou a adoção de uma forma de governo autoritária, inspirado na república ditatorial de Comte. Adotando uma perspectiva de promover o progresso econômico sem alteração da ordem social, assegurava o domínio das "classes conservadoras" no Estado (PESAVENTO, 1982:77).

A criação da Escola de Engenharia, considerada a "menina dos olhos" da classe política hegemônica do Rio Grande do Sul (TAMBARA, 1991), foi marcada pelo ensino livre, característica das ideias castilhistas. De acordo com Pesavento (1992:84) a escola seria o "núcleo central da proposta republicana e positivista de educação das elites gaúchas". Apesar de ser uma instituição particular criada com a participação de engenheiros militares e professores da Escola Militar de Porto Alegre[21], contava com as doações da senhora Baronesa de Candiota (MACEDO, 1993) e com total apoio do estado. No decorrer de sua criação, foi consolidando-se como um importante espaço escolar para a formação da sociedade burguesa que estava surgindo no estado. Conforme Pesavento, a Escola de Engenharia de Porto Alegre:

> [...] destinava-se a ser o estabelecimento preparador de um grupo técnico de nível que contribuísse com seus conhecimentos para a racionalização da produção industrial gaúcha, que estabelecesse projetos, estudos sobre aplicação tecnológica à produção, análises sobre novos métodos, etc. (PESAVENTO, 1992:84).

A Escola de Engenharia foi transformada em Universidade Técnica em 1922, reunindo em sua responsabilidade onze institutos[22] de ensino técnico e

[21] HANSEN; FERREIRA, 1996:14.

[22] Esses institutos eram: Instituto de Engenharia: formação de engenheiros civis, engenheiros de estradas e agrimensores; Instituto Montaury: formação de engenheiros mecânicos e elétricos, além de montadores nessa área; Instituto Borges de Medeiros: formação de veterinários e engenheiros agrônomos; Instituto de Zootecnia (Viamão): formação de técnicos rurais através dos cursos secundários de agricultura e pecuária; Instituto Experimental de Agricultura: dedicado a pesquisa nas áreas da pecuária, agricultura e tecnologia rural; Instituto

profissional, que passaram a ter caráter de faculdade, além de um Curso Ginasial, que posteriormente recebeu o nome de Instituto Júlio de Castilhos, responsável por preparar os futuros alunos da Escola de Engenharia. Segundo Hansen e Ferreira (1996: 99-100), o primeiro artigo do estatuto que formalizou a Escola como Universidade Técnica, já afirmava que "[...] seu fim é propagar no Rio Grande do Sul e no Brasil a mais moderna e eficiente educação técnica, profissional e industrial, baseada em uma real educação primária e preparatória".

O ensino de engenharia no estado ficou centralizado nesta instituição durante a primeira metade do século XX. Outras instituições de ensino superior isoladas continuaram sendo implantadas e o processo de interiorização do ensino superior, conforme Neves (2007: 341) teve maior ênfase a partir da década de 1950, inclusive com o surgimento das primeiras universidades no interior do estado. Este processo de expansão da educação superior teve conseqüências para o ensino de engenharia, que passou a ser pensado e organizado na cidade do Rio Grande, onde ainda não existia curso de ensino superior em plena década de 1950.

Até a década de 1950, o ensino superior mantinha-se centralizado em Porto Alegre, principalmente, por já existirem duas universidades neste período, a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) (ROSSATO, 1995). Como o processo de interiorização do ensino superior foi tardio, o contingente de alunos acabava dirigindo-se à capital para poder concluir seus estudos. É importante reconhecer que conforme se dá o crescimento demográfico e populacional neste período, isso acaba influenciando na criação de outras instituições de ensino superior (IES) no estado, e consequentemente na interiorização desse processo. Segundo Fontana (2001:21) "O ano de 1950 é um referencial delimitador importante na relação expansão populacional/expansão das IES, pois é a partir do mesmo que se intensifica o processo de urbanização".

Coussirat de Araújo: destinado ao ensino de astronomia, física e metodologia; Instituto Parobé: formação de mestres e contramestres em diversos ofícios para a indústria; Instituto de Química Industrial: ensino de química analítica e química industrial; Instituto Júlio de Castilhos: formava estudantes para ingresso nos cursos superiores; Instituto Pinheiro Machado: ensino primário de formação de operários rurais; Instituto de Educação Doméstica e Rural: destinado à educação feminina, preparando mulheres para os trabalhos domésticos e rurais (DILL apud CAMPOS, 2011: 6-7).

Para tratar da criação da segunda instituição de ensino superior voltada para o ensino de Engenharia no Rio Grande do Sul, é necessário reconstruir o cenário da cidade mais antiga do estado, berço da sociedade sul-riograndense e importante pólo-industrial do final do século XIX até a segunda metade do século XX. É na cidade do Rio Grande, em meados da década de 1950 que é criada a Escola de Engenharia Industrial, instituição responsável por marcar o início do processo de implantação e desenvolvimento do ensino superior da cidade.

3. A cidade do Rio Grande em meados do século XX: trilhando um caminho para o ensino superior

Para compreender como inicia a trajetória do ensino superior na cidade do Rio Grande, é necessário contextualizar como inicia a própria trajetória da instrução pública na cidade. Assim, será possível entender quais as razões que fizeram com que uma cidade fundada no século XVIII fosse possuir seu primeiro curso superior apenas na segunda metade do século XX. Vale ressaltar que existe uma bibliografia bastante restrita no que tange à história da educação do município, o que dificulta, mas não impossibilita a realização desse levantamento histórico acerca do ensino superior da cidade.

3.1. Os primórdios da cidade do Rio Grande: desenvolvimento industrial e educacional

A cidade do Rio Grande fundada em 1737 é considerada a mais antiga do estado do Rio Grande do Sul. Primeiramente uma vila de fundação portuguesa, foi o primeiro referencial urbanístico luso-brasileiro no Brasil, caracterizado como principal centro comercial da capitania no início do século XIX e que, ao longo do século XX, passou por grandes transformações urbanas e tecnológicas, com ascensão do capitalismo industrial (PAULITSCH, 2008). No início do século XX inicia-se a construção do Porto Novo e dos Molhes da Barra que começam a constituir o perfil do atual complexo portuário da cidade.

No âmbito econômico, a cidade se desenvolvia e ampliava seus domínios, com isso, as diversas classes sociais se distinguiam cada vez mais. Além das classes sociais existentes, a burguesia e o proletariado, ganhava espaço a classe média que era constituída por pequenos proprietários e comerciantes, funcionários públicos, profissionais liberais, entre outros.

É válido ressaltar que a industrialização gaúcha, conforme Loner (2001) inicia aproximadamente em 1870, onde os pólos que se destacam são Porto Alegre e Rio Grande - Pelotas. Contudo, a indústria gaúcha começa a partir da instalação da Fábrica Rheinghantz em Rio Grande, considerada uma das mais importantes fábricas manufatureiras da cidade, fundada como Companhia

União Fabril no ano de 1873. Uma empresa voltada a produção de lã, fabricando desde meias até tapetes, e que se tornou uma das mais importantes indústrias têxteis do Brasil, inclusive trabalhando com exportação. A empresa de fiação e tecelagem desenvolveu um grande complexo industrial que, apesar das modificações urbanas e arquitetônicas existe até os dias atuais. Conforme Ferreira (2009:24) possuía: o núcleo industrial (escritórios, setor administrativo, unidades de produção dispersas em pavilhões como a tecelagem, a fiação e outras, a usina que abastecia as necessidades energéticas da empresa, as oficinas diversas que davam suporte ao processo de produção), os edifícios com funções específicas tais como o Cassino dos Mestres, a Mutualidade (cooperativa dos empregados da fábrica), o Ambulatório, a Escola e a Creche. Para Paulitsch, a cidade do Rio Grande

> [...] foi considerada uma das cidades mais industrializadas do estado do Rio Grande do Sul. Essas atividades industriais iniciaram nas últimas décadas do século XIX, momento histórico que coincide com os investimentos no porto e na barra. [...] O desenvolvimento da indústria gaúcha nesse período voltava-se para atender a expansão do mercado interno. Na República Velha, mais indústrias se estabeleceram na cidade do Rio Grande. Eram grandes estabelecimentos, com investimentos de capital acima da média e pouca diversificação de ramos, sendo os que mais se destacavam no município o da tecelagem, charutos e conservas alimentícias, somando em 1913 cerca de 18 indústrias (PAULITSCH, 2008: 46-47).

Conforme a Estatística Industrial de 1935 (Tabela 1), Rio Grande possuía o maior número de empresas na indústria alimentícia e na indústria voltada para o vestuário (PIMENTEL, 1944). A Estatística industrial do município de 1942 (Tabela 2) ilustra a diversidade de setores industriais que estavam em desenvolvimento na década de 1940, além do significativo aumento no número de empresas que estavam atuando no município.

Indústrias	**Número de fábricas**
Indústria têxtil	5
Indústria de couros	5
Indústria madeireira	5
Metalurgia	23
Cerâmica	5
Produtos químicos	5
Indústria alimentícia	44

Indústria vestuário	46
Indústria do mobiliário	4
Indústria de edificações	24
Transporte	4
Indústria relacionada à Ciências	6
Indústrias reunidas	1
TOTAL	**178**

Tabela 1: Dados estatísticos referentes ao ano de 1935. Quadro resumido e adaptado de PIMENTEL, 1944:258-259.

Indústrias	**Número de fábricas**
Indústria de Alimentação	75
Indústria de Borracha e Couro	42
Indústria de Cerâmica e Calcários	11
Indústria das Construções	14
Indústria da Eletricidade	2
Indústria Metalúrgica	66
Indústria de óleos e gorduras vegetais	1
Indústria de Produtos Químicos	11
Indústria Têxtil	11
Indústria do Vestuário	33
Indústrias diversas	60
Indústria de Madeira e Vime	25
TOTAL	**351**

Tabela 2: Dados estatísticos referentes ao ano de 1942. Quadro resumido e adaptado de PIMENTEL, 1944:261.

A partir dessas tabelas pode-se visualizar a grande quantidade de empresas e a diversidade de tipologias de matéria-prima e mercados que elas abarcavam. Alguns exemplos desses estabelecimentos industriais que fazem parte desses levantamentos estatísticos: Companhia Swift do Brasil S.A., fábrica de origem norte-americana situada no Porto Novo em 1917, que trabalhava com o abate e a industrialização de carnes congeladas para exportação; Aviação Comercial, criada em 1927, tendo início com a Linha da Lagoa dos Patos, ligando RG – POA; Empresa portuguesa Leal Santos funda sua sede na cidade em 1889, e em 1947, com a denominação de Indústrias

Reunidas Leal Santos S/A passa a trabalhar unicamente com a indústria pesqueira; Companhia de Tecelagem Ítalo-brasileira fundada em 1894 e desativada em 1950, era uma indústria especializada na fabricação de tecidos de algodão; além de possuir umas das mais antigas indústrias químicas do Brasil, a Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A. fundada em 1937, a qual será uma das maiores incentivadoras da instalação do ensino superior no município, portanto será analisada mais detalhadamente no decorrer do trabalho. Sobre o desenvolvimento industrial do município, Ézio Bittencourt respaldado por diversos autores que pesquisaram a história do município, pontua:

> Proporcionando empregos, crescimento demográfico e acelerada urbanização, a industrialização gerou também necessidade de melhorias no setor de transportes que assegurassem o escoamento da produção. Em 1884 foi inaugurada a estrada de ferro Rio Grande-Bagé, passando por Pelotas, facilitando a comunicação da cidade também com outros municípios. A partir da década de 1890 foram executados melhoramentos substanciais no setor portuário: aprofundamento do Canal do Norte; construção molhes leste e oeste da Barra, que facilitaram a entrada e saída de navios no complexo portuário, e construção do Porto Novo com modernas instalações (1911-1917). Em 1923 foi concluída a remodelação do Porto Velho (BITTENCOURT, 1999: 39).

No âmbito educacional, é no final do século XVIII que Rio Grande, ainda em situação de vila[23], inicia o processo de instrução primária. Segundo Bittencourt (1999), as aulas eram ministradas por um professor baiano chamado Manoel Simões Xavier, o qual ensinava a ler, escrever e contar. De acordo com este autor, Xavier após um período lecionando em Rio Grande, transferiu-se para Porto Alegre. Na década de 80, desse mesmo século, mais dois professores são nomeados, um para Rio Grande e outro para o Povo Novo. Esses professores recebiam a nomeação de mestres e eram responsáveis por ensinar "leitura, escrita, as quatro operações aritméticas e doutrina cristã" (BITTENCOURT, 1999:111).

Em 1820, Rio Grande passa a promover aulas de Latim no modelo das aulas régias de caráter público, juntamente com Rio Pardo, enquanto Porto Alegre além da aula de Latim, também passou a ministrar uma aula de Filosofia Racional (TAMBARA, 2000). É preciso esclarecer que o termo aulas régias diz

[23] Rio Grande é elevada à categoria de vila por carta régia de 17 de julho de 1747, sendo elevada a mesma categoria em 1809, por alvará. Em 27 de junho de 1835 é elevada à categoria de cidade, pela Lei Provincial nº 5 (PIMENTEL, 1944: 535).

respeito às aulas ditas avulsas, aulas ministradas individualmente por professores que ensinavam as disciplinas de latim, grego, filosofia e retórica, além de serem os responsáveis, inclusive, por organizar onde aconteceriam essas aulas. A partir do momento em que suas aulas começassem a funcionar, o professor entrava em contato com o governo requisitando seu honorário (GHIRALDELLI, 2009). Segundo Dermeval Saviani (2004b) a organização destas escolas dava-se da seguinte maneira:

> [...] as escolas primárias, então chamadas também de primeiras letras, eram classes isoladas ou avulsas e unidocentes. Ou seja, uma escola era uma classe regida por um professor, que ministrava o ensino elementar a um grupo de alunos em níveis ou estágios diferentes de aprendizagem. E estas escolas isoladas, uma vez reunidas, deram origem, ou melhor, foram substituídas pelos grupos escolares (SAVIANI, 2004: 24).

De acordo com a pesquisa realizada por Loner (2001), em 1888 a cidade possuía um total de 20.277 habitantes, onde 8.937 eram considerados alfabetizados, aproximadamente 40% da população. Em um novo levantamento realizado em 1911, existe um aumento de 2,4% entre os alfabetizados, o que tange apenas o ensino de primeiras letras. Os que se interessavam por uma instrução em nível superior deveriam buscá-la em outras localidades, estados ou até mesmo no exterior. O que não diferenciava Rio Grande das demais cidades da província, que também enfrentavam situações semelhantes.

É preciso ilustrar que o final do século XIX marca o início de um período próspero no que tange ao desenvolvimento industrial do Rio Grande do Sul, solidificando-se como o “celeiro do país”, sendo um dos principais responsáveis pelo abastecimento regional e nacional, juntamente com o eixo Rio - São Paulo (PAULITSCH, 2008). Fator reforçado pelo principal atributo da cidade, o de contar com o único porto marítimo do estado e assim, consolidando-se como um importante pólo atrativo para as indústrias de diferentes fins comerciais. Martins (2006) reforça este diferencial afirmando que

> A indústria brasileira era descentralizada até o final do século XIX e várias são as razões que explicam esse fenômeno. Entre elas estaria a falta de articulação entre os complexos econômicos regionais, o que possibilitou o desenvolvimento de economias isoladas nacionalmente. Um dos principais entraves era a dificuldade de meios de

> comunicação terrestre. Portanto, grande parte do desenvolvimento se dava por meio de embarcações e das cidades que abrigassem portos (MARTINS, 2006:100).

No quesito educação, é a partir do início do século XX que começam a surgir as primeiras instituições escolares pertencentes à municipalidade e de caráter secundário e artístico. Os estabelecimentos de instrução pública eram de responsabilidade do Estado, do município e de particulares, sendo que o ensino superior ficava a cargo do Governo Federal, que até então, não havia demonstrado interesse em investir em instituições deste porte na cidade, de acordo com a documentação até então pesquisada. Contudo, tal fato não justifica a não existência de instituições de nível superior, já que muitas escolas superiores ou secundárias acabavam sendo criadas por particulares, através de doações ou apadrinhamentos[24]. Além disso, por meio da Lei Rivadávia Corrêa de 1911, fica instituído um regime livre de ensino, que propunha autonomia às instituições e que permitia, até, que os de ensino secundário criassem cursos de ensino superior (AMARAL, 1999). Sobre esta lei, Giana Amaral destaca,

> A Reforma Rivadávia interrompeu o rígido controle que o governo federal exercia sobre o ensino secundário e superior, passando a conceder ampla liberdade e autonomia aos estabelecimentos de ensino. Tal Lei desoficializou o ensino secundário, extinguiu o sistema de equiparações e eliminou a necessidade de apresentação de qualquer certificado ou atestado de estudos secundários para o ingresso nos cursos superiores. Diante deste quadro, houve uma *"desenfreada disseminação de escolas superiores",* que passaram a preencher a lacuna criada pela desestabilização dos cursos secundários (AMARAL, 1999:150, grifos da autora).

Mesmo com essa modificação na legislação da educação brasileira, nenhuma instituição de ensino cria cursos de ensino superior na cidade do Rio Grande durante a vigência desta Lei. Contudo, na cidade vizinha Pelotas, o Gymnasio Pelotense, instituição mantida pela Maçonaria, cria nos anos de 1911 e 1913, três cursos de nível superior: Faculdade de Farmácia e

[24] Exemplos como o da Escola de Engenharia de Porto Alegre criada em 1896 e que manteve-se por mais de trinta anos como instituição privada, recebendo doações principalmente da Baronesa de Candiota e de outros doadores, dentre eles o Theatro São Pedro que remetia a renda dos espetáculos para a Escola (HASSEN;FERREIRA, 1996). Em Rio Grande o Ginásio Municipal Lemos Júnior só foi criado porque o comerciante Antônio de Lemos Júnior deixou uma significativa quantia em dinheiro para a Prefeitura em testamento, demandando a criação de uma instituição de ensino (MAGALHÃES, 1997).

Odontologia, Escola de Agrimensura e Faculdade de Direito[25]. Sobre essas transformações causadas por esta reforma educacional, Fernando Osorio (1914) contemporâneo a este período registrou sua opinião sobre o que significaria a chamada "liberdade de ensino" que faria parte da constituição desses espaços escolares na cidade de Pelotas. O autor acrescenta que,

> A lei Organica, avisadamente, estatue, com a exigencia do exame vestibular e das provas de idade minima de 16 annos e idoneidade moral, - a liberdade de frequencia, adoptando, o que mais é, o systema de cadernetas, que não consiste na liberdade de "não frequentar" curso algum, senão o curso que approuver ao estudante. Tambem não acreditamos que a liberdade de ensino seja a de não cursar aulas, dispensar lições e sabbatinas... e ficar sabendo sem aprender. Taes as vantagens primordiaes, os pontos favoritos que "não devemos perder" todos os que almejam o ensino prospero e que nós proporiamos para o caso em Pelotas, ainda que a Reforma só para os institutos officiaes offereça o padrão organisatrix, por isso mesmo que visa, como accentuámos, um periodo de transição para a éra da liberdade definitiva que tendem as aspirações liberaes (OSORIO, 1914:19).

É significativo ressaltar que a liberdade de ensino mencionada por Osorio (1914) acentua um dos grandes ideais positivistas do período republicano. A questão do chamado "ensino livre" trata justamente da desoficialização do ensino, da liberdade de ensinar, que dava plena autonomia didática e administrativa para as instituições particulares existentes ou para a criação delas, além de admitir que os exames de admissão acontecessem nas próprias faculdades, acabando com o domínio do Estado sobre o ensino superior. Essa discussão sobre liberdade de ensino tem sua origem ainda no período imperial, sendo inclusive mencionada na última reforma do período, a Reforma Leôncio de Carvalho de 1879. As razões pela exigência dessa liberdade ficam claras através das palavras de Xavier (1994).

> As escolas particulares, secundárias e superiores, eram de fato cerceadas pela submissão compulsória aos modelos curriculares oficiais. […] eles eram impostos indiretamente pelo monopólio do poder central sobre a concessão de diplomas e títulos acadêmicos e a consequente introdução dos exames preparatórios e de equivalência ou habilitação. Essas escolas eram ainda limitadas pelas restrições quanto à veiculação de opiniões e crenças. A religião católica, pela Constituição Imperial, era a religião do Estado. Isso obrigava os professores públicos a prestar juramento à fé católica e proibia às escolas privadas defender princípios contrários a essa religião (XAVIER, 1994:90).

[25] Para maior aprofundamento ver Amaral, 1999.

Vale lembrar que já em 1920, o Rio Grande do Sul possuía 44 escolas superiores, dentre elas 40 mantidas por entidades particulares, 3 mantidas pelos municípios e uma estadual (TAMBARA, 2000). Rio Grande ainda não fazia parte desta lista. Contudo, é importante refletir que o ensino superior riograndino, ou a falta de instituições desse tipo na cidade, não é um fato isolado. Essa realidade condiz com a realidade brasileira, essa organização de um ensino superior estanque faz parte da origem dessas instituições, que remonta ao período imperial, já que

> [...] o ensino superior no Brasil apresenta, na sua gênese, uma organização heterogênea, se originando a partir de faculdades ou escolas nos diferentes estados, portanto, sem uma iniciativa do Estado em organizar, planejar e gerenciar um projeto de educação superior para o país (VASCONCELOS, 2007:41-42).

No que tange a instrução pública do município, em específico, a instrução primária percebe-se que até a década de 1940 esta era composta por aulas isoladas, escolas unitárias, aulas particulares e grupos escolares. Dos grupos escolares, 7 estavam a cargo do Estado, enquanto 3 estavam a cargo do município. É interessante notar que a criação dos grupos escolares data do final do século XIX, primeiramente em São Paulo e depois acaba se expandindo por todos os estados brasileiros. A intenção da criação desses espaços significava a construção de lugares próprios para a realização da instrução primária. Um espaço que visava a higiene, a organização das salas e a utilização de novos materiais didático-pedagógicos que começavam a chegar no país, como, por exemplo, quadro-negro, classes individuais, cadernos, livros, dentre outros (FARIA FILHO, 2011). Além disso, os grupos escolares possuíam a ideia de mudança que estava atrelada à mudança do ensino imperial para o republicano.

> Os grupos escolares, concebidos e construídos como verdadeiros templos do saber, encarnavam, a um só tempo, todo um conjunto de saberes, de projetos político-educativos, e punham em circulação o modelo definitivo da educação do século XIX: o das escolas seriadas. Apresentadas como prática e representação que permitiam aos republicanos romper com o passado imperial, os grupos escolares projetavam um futuro em que na República o povo, reconciliado com a nação, plasmaria uma pátria ordeira e progressista (FARIA FILHO, 2011:147).

O município ainda contava com outras instituições que atendiam a demanda do ensino primário como, por exemplo, o Ginásio Municipal Lemos

Júnior criado em 1906, que também oferecia ensino secundário. Sobre essa instituição é mister lembrar que ela é criada a partir da doação do comerciante Antônio de Lemos Júnior que deixa em testamento uma relevante quantia de dinheiro para a Intendência, atual Prefeitura Municipal, para que esta providenciasse a instalação de um Curso de Engenharia (BORTHEIRY, 2008). Entretanto o curso não é criado nesse momento, e o dinheiro é investido na criação de um ginásio municipal que depois passa para a alçada estadual.

O Ginásio e Escola Complementar Santa Joana d'Arc que também oferecia ensino secundário e ensino normal; o Ginásio e Instituto Comercial São Francisco e o Liceu Salesiano de Artes e Ofícios Leão XIII, que além do ensino primário e secundário oferecia ensino profissional para os estudantes interessados, pois possuía "magníficas e completas oficinas, com escolas de torneiros, de marcineiros, carpinteiros e outras, dispondo de fôrça a vapor" (PIMENTEL, 1944:89). Rio Grande ainda contava com um Conservatório de Música fundado em 1921, que tinha como programa de ensino inicial "teoria e solfejo, piano, violino e canto" (PIMENTEL, 1944:90).

Além das instituições, existiam aulas particulares com um ensinamento específico voltado para as demandas profissionais de um município que não possui qualquer instituição de ensino superior. É notável a presença de propagandas de cursos sendo oferecidos por professores particulares na cidade ao longo da década de 1940. Estes ofertavam uma formação para aqueles que almejavam um espaço no mercado de trabalho, industrial ou comercial, aprendendo taquigrafia, contabilidade, datilografia e etc. Os anúncios que seguem ilustram tais colocações.

Figura 1: Anúncios de professores particulares voltados ao ensino profissionalizante. Jornal RIO GRANDE, de 14 e 15 de junho de 1940. Acervo da Biblioteca Rio Grandense.

De acordo com o Memorial escrito pela municipalidade e dirigido ao reitor da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), Dr. Eliseu Paglioli em 1952, existia uma demanda, um crescimento significativo nos setores industrial e comercial, e consequentemente aumentava a procura por qualificação dos interessados em trabalhar nesses espaços, nessas novas atividades em expansão. Com isso, a municipalidade e as denominadas “forças vivas da Cidade do Rio Grande” (MEMORIAL, 1952) mostravam seu interesse em criar uma instituição de ensino superior que auxiliasse na formação desses profissionais e que esta surgisse como uma dependência da URGS.

> A fixação do homem no meio de que é originário é uma necessidade. No setor industrial, as vantagens sociais de uma escola de engenharia num meio proletario como é o de Rio Grande, torna-se vital, pelos benefícios que déla advirão. Um membro pelo menos, de cada família proletaria, dotado de cultura universitária, naturalmente contribuirá para o entendimento mais perfeito das diferentes classes e da própria sociedade [...] O encarecimento do custo de vida, nos grandes centros, com a decorrente dificuldade de alimentação e moradia, não permite às classes menos favorecidas, usufruir dos benefícios do ensino superior. O interêsse pelos cursos técnicos, verificado nos últimos anos, determinou por outro lado, grande afluxo de candidatos aos exames vestibulares, criando situações dificeis às faculdades, pelos reduzidos números de vagas existentes (MEMORIAL, 1952: II-III).

Sobre esses cursos técnicos que acabavam sendo uma das poucas alternativas para os interessados em qualificação para o mercado de trabalho, surge durante a década de 1940 duas instituições mistas e profissionalizantes, criadas pelo Governo Federal, uma mantida pelo Comércio e outra pela Indústria. Trata-se do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), criado em 1942, e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), criado em 1946 (ROMANELLI, 1988).

> A nova fase de expansão da indústria exigia, portanto, que algumas medidas fossem tomadas no sentido da preparação da mão-de-obra. O sistema educacional, todavia, não possuía a infra-estrutura necessária à implantação, em larga escala, do ensino profissional. Tampouco as classes médias, que faziam crescer a demanda social de educação, estavam realmente interessadas no ensino profissional de grau médio (ROMANELLI, 1988:166).

Com a criação desses estabelecimentos de ensino em todo o território nacional, pode-se compreender a necessidade de mão de obra qualificada que o setor industrial carecia. O que reforça a importância em se criar, além de escolas profissionais e técnicas, cursos de ensino superior voltados para a Engenharia, principalmente se tratando de uma cidade como Rio Grande, pólo industrial do Rio Grande do Sul desde o final do século XIX e único porto marítimo do estado. Segundo um dos professores fundadores da EEI, Engº Ivo Pereira Braga, havia uma grande dificuldade em prosseguir os estudos superiores morando no interior do estado, principalmente aqueles que desejam a profissão de Engenheiro. O Sr. Ivo rememora este período da seguinte forma:

> [...] era difícil naquela época a pessoa estudar, querer ir para Porto Alegre, era caro isso. Não tinha transporte, não tinha coisa nenhuma. Tu vês que... quando eu sai daqui do Ginásio e fui para Porto Alegre, não tinham estradas para Porto Alegre, era um caminho de barro até Porto Alegre... terias que sair daqui de trem até Pelotas, ai tinha uma balsa lá que atravessava em Pelotas, e um... uma espécie de jardineira, aqueles ônibus abertos do lado. Saia daqui e ia para Porto Alegre. Dormia em Camaquã. Bom, lá tinha outra balsa, para passar para o outro lado, não tinha a tal da ponte. Depois tu ias até [...] depois para Guaíba e lá pegavas outra balsa para Porto Alegre. Era difícil até... depois é que foram diminuindo esses entraves, com os naviozinhos que faziam essa viagem toda. Mas, era difícil, é que eu ainda não gostava, só gostava de ir de ônibus... [...] era muito difícil estudar. Tu vês que a Escola de Engenharia que eu cursei era a única do estado, não tinha outra (BRAGA, 2012).

Em virtude de todos esses percalços mencionados pelo Sr. Ivo, pode-se notar que apenas sujeitos pertencentes a uma dada classe social na cidade do Rio Grande, evocando a categoria weberiana, é que poderia prosseguir seus estudos na capital, afinal, tratava-se de uma formação dispendiosa e que exigia a transferência do estudante do interior para Porto Alegre. Trata-se justamente de uma "escolarização das elites", termo utilizado por Almeida e Nogueira (2002) em seu livro que recebe este mesmo nome. Afinal, são jovens de uma dada classe social, que possuem o respaldo da família que investe em uma formação no ensino superior, na primeira metade do século XX. Famílias que mesmo vivendo no interior do estado do RS, proporcionam aos seus filhos a formação necessária para que estes pudessem continuar fazendo parte de uma dada classe social, categoria que Weber (1982) define como sendo um grupo de pessoas que se encontram em uma mesma situação de classe. Situação esta que pode ser definida como:

> [...] a oportunidade típica de uma oferta de bens, **de condições de vida exteriores e experiências pessoais de vida**, e na medida em que essa oportunidade é determinada pelo volume e tipo de poder, ou falta dêles, de dispor de bens ou habilidades em benefício de renda de uma determinada ordem econômica (idem, ibidem: 212, grifos da autora).

Assim como o Sr. Ivo Braga, o Sr. Eliézer Rios, também professor fundador da EEI, teve a oportunidade de cursar a graduação em Química Industrial na Escola de Engenharia de Porto Alegre, tendo o apoio financeiro de sua família para mudar-se para a capital[26].

Todavia, era crescente a oferta e a procura por qualificação na própria cidade do Rio Grande, visando os indivíduos que permaneciam na cidade, em cursos ali existentes e que mesmo não sendo de ensino superior, auxiliariam na formação de profissionais qualificados para os setores de indústria e comércio do município. É significativo mencionar, que a Escola de Aprendizagem Industrial João Simplício, criada em Rio Grande na década de 1940, teve papel significativo para a implantação da Escola de Engenharia Industrial na década de 1950. Através de um convênio feito com sua entidade

[26] Informação concedida à pesquisadora em entrevista realizada com o Prof. Eliézer de Carvalho Rios em 12 de setembro de 2012.

mantenedora, a escola fornecia seus espaços para que os alunos da EEI pudessem ter suas aulas práticas e de desenho[27].

Todavia, as instituições que foram mencionadas, não eram os únicos estabelecimentos de ensino da cidade, ainda na década de 1940 vestígios do ensino superior podem ter começado a se manifestar. Pimentel no primeiro volume de sua obra "Aspectos gerais do município de Rio Grande" lançado em 1944[28] traz em um breve parágrafo sobre a instrução pública da cidade, o nome de uma instituição escolar dedicada ao ensino de Enfermagem, a extinta Escola de Enfermagem Osvaldo Cruz. Pouco se sabe sobre a existência desta instituição, mencionada unicamente por este autor e que não agrega maiores detalhes sobre a trajetória da mesma. Pela falta de documentação e registros sobre esta escola, é possível levantar duas questões: que ela foi uma escola de ensino profissionalizante, sem possuir uma estrutura de ensino superior; ou que, por meio dela tenha-se iniciado o processo de inserção da cidade do Rio Grande no cenário do ensino superior do país, o que é pouco provável pela falta de registros em jornais da época[29]. Contudo, vestígios, documentação e relatos que retratam a gênese do ensino superior no município, dizem respeito apenas à Escola de Engenharia Industrial (EEI), criada em meados da década de 1950.

Conforme mencionado, em outubro de 1952 os dirigentes do município de Rio Grande, produziram um Memorial para ser entregue ao então reitor da URGS, com o interesse primordial de se criar na cidade uma escola de Engenharia. Justificativas não faltaram no documento que traz dentre outras informações a arrecadação federal do município no ano de 1951, o número de habitantes, o número de indústrias e de profissionais que nelas atuavam, além do total dos salários pagos no referido ano. Dentre as autoridades que construíram e assinaram este documento estão: o Prefeito Municipal Frederico Ernesto Buchholz, o presidente da Câmara de Vereadores Luiz Martins Falcão, o Inspetor da Alfândega Alvaro Romeu, o presidente da Câmara do Comércio

[27] Maiores detalhes sobre este convênio, bem como dos demais feitos pela Fundação Cidade do Rio Grande, entidade mantenedora da Escola de Engenharia Industrial, encontram-se no Capítulo 4.

[28] Neste mesmo período, Fortunato Pimentel também escreveu sobre os aspectos gerais de outros municípios do estado do Rio Grande do Sul.

[29] Pesquisa realizada no acervo de jornais da Biblioteca Rio Grandense da década de 1940, década a qual ela é citada como ativa na obra de Fortunato Pimentel (1944).

Didio de Campos Duhá, o presidente da Associação Santa Casa de Rio Grande, Miguel Riet Corrêa, entre outros. Dois nomes se destacam nessa lista de autoridades, o presidente da Sub-Secção da Ordem dos Advogados Jorge Cunha Amaral e o engenheiro fiscal do Porto de Rio Grande, Cícero Marques Vassão, que dois anos mais tarde viriam a tornar-se personagens decisivos na criação do primeiro curso superior da cidade.

Contudo, para que seja possível compreender como o ensino superior começa a ser efetivamente pensado, discutido e implantado na cidade do Rio Grande, é necessário antes de tudo abordar sobre uma empresa que foi fundamental na constituição da primeira escola de ensino superior do município, a Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos, a qual tinha como diretor-superintendente o sujeito histórico, utilizando uma expressão weberiana, que maior influência teve na criação e trajetória da EEI.

3.1.1. Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos e Francisco Martins Bastos: uma história de inovação e empreendedorismo no cenário industrial riograndino

Optou-se por abordar a história da primeira indústria de refino de petróleo da cidade do Rio Grande juntamente com a atuação do engenheiro Francisco Martins Bastos, pois acredita-se que ambas se confundem. São caminhos trilhados juntos e que através dessa união originaram a Escola de Engenharia Industrial na década de 1950. Pensado como um tipo ideal empreendedor, o Eng.º Bastos durante o período de direção da empresa amplia suas instalações, passa a desenvolver novos produtos e resolve, juntamente com uma grande parte do quadro dos seus engenheiros, investir na criação daquela que seria a primeira instituição de ensino superior da cidade, segunda instituição de Engenharia do estado do Rio Grande do Sul. Contudo, para compreender e reconstruir a trajetória de criação da escola foi necessário analisar todo o percurso trilhado e acima de tudo, reconhecer os sujeitos envolvidos nessa nova empreitada.

3.1.2. Novos rumos para a cidade do Rio Grande

Como mencionado anteriormente, ao final do século XIX a cidade do Rio Grande começava a demonstrar sinais de que iria elevar seu patamar em relação às outras cidades do estado, no que tange o seu desenvolvimento industrial. A primeira metade do século XX confirma a solidificação do status comercial e industrial do município, reforçado pela existente do único porto marítimo do Rio Grande do Sul. Este período, conhecido como República Velha ou Primeira República, demonstrou a construção do perfil que o estado vinha adquirindo.

> No Censo Industrial Brasileiro de 1907, o Rio Grande do Sul aparecia como a terceira força do país, atrás do Rio e São Paulo. A Exposição Estadual de 1901 destacara mais de 300 fábricas em todo o Estado, que produziam móveis, banha, charutos, vinho, cerveja, tecidos, couros, vidros, chapéus, conservas e outros bens de consumo. As principais fábricas estavam localizadas em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre. Eram pequenas empresas, com pouco capital e tecnologia, que abasteciam principalmente o mercado regional. Os principais produtos de exportação do estado continuavam vindo do setor primário, particularmente da pecuária (WASSERMAN, 2004:279).

A ascensão de Getúlio Vargas ao poder na década de 1930 influenciou diretamente o cenário econômico do país. Vargas já havia governado o Rio Grande do Sul por dois anos e desde essa época já obtinha apoio do governo federal para suas ações no estado (WASSERMAN, 2004). O modelo implantado buscava incentivar o setor industrial, buscando o desenvolvimento brasileiro através do ensino profissionalizante, formando mão de obra rápida e qualificada para trabalhar nas indústrias. Nesta mesma década surge em Rio Grande o que viria a ser um dos maiores grupos empresariais brasileiros do século XX.

A Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleos, criada no dia 7 de setembro de 1937, veio para alavancar não só o setor industrial riograndino, como o nacional. Primeiramente, a ideia de se criar uma destilaria de petróleo que trabalhasse com essa matéria-prima e seus derivados, foi de um grupo de

empresários[30] formado por um brasileiro e três argentinos, na cidade de Uruguaiana, também no Rio Grande do Sul. Essa Ideia chega a se consolidar, através da criação da Destilaria Rio-Grandense de Petróleo no dia 26 de novembro de 1934. Sobre a situação de criação e de funcionamento da destilaria, é importante esclarecer alguns pontos. O Brasil não possuía produção própria de petróleo, nem dominava as técnicas de engenharia específicas para a construção de refinarias adequadas, o que fez com que a mão de obra responsável pela construção desta iniciativa pioneira no país, fosse estrangeira.

> [...] o equipamento da destilaria foi produzido na Argentina e sua montagem foi coordenada pelo russo Estéban Polanski, enquanto o búlgaro Pedro Ivanoff Popoff foi quem colocou a destilaria para funcionar. O petróleo era trazido do Equador, chegando ao porto de Buenos Aires, de onde seguia para Paso de Los Libres, cidade argentina na margem oposta do rio Uruguai, em frente à Uruguaiana. Dali, seguia em uma chata-tanque direto para a Destilaria (IPIRANGA, 70 ANOS, 2006:10).

Contudo, a viagem feita pela matéria-prima acabou se transformando em um problema para a destilaria brasileira, já que em 1936 o governo argentino proibiu a reexportação de petróleo a partir de seu território (ASSIS, 1997). Para solucionar este fato chegou-se a conclusão de que o produto, que vinha do Equador, deveria chegar a um porto brasileiro. Por isso, o mais coerente foi construir uma unidade na única cidade como porto marítimo no estado, a cidade do Rio Grande. Em 6 de agosto de 1936 , é assinada em Porto Alegre, a criação da Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleos.

A inauguração da empresa acontece no dia 7 de setembro de 1937, contando com convidados ilustres como o prefeito da cidade, Antônio da Rocha Meirelles Leite representando o governador Flores da Cunha e o presidente da Comissão Pró-Rio Grande Vicente Marsiglia[31] (CESAR, 2011). O recém-contratado engenheiro Thomaz Paes da Cunha Filho é quem faz o discurso de inauguração, mais tarde viria a fazer parte do corpo docente fundador da Escola de Engenharia Industrial. Nesse momento a Ipiranga se consolida como

[30] O grupo era constituído por João Francisco Tellechea, Eustáquio Ormazabal, Raul Aguiar e Manuel Morales (IPIRANGA 70 ANOS, 2006: 9-10).

[31] Segundo relato do Engº Ivo Pereira Braga, Vicente Marsiglia foi o arquiteto responsável pelo projeto e construção do edifício sede da Escola de Engenharia Industrial, que começou a ser construído no final da década de 1950.

a terceira refinaria do país, precedida pela de Uruguaiana e pela Refinaria Matarazzo em São Caetano do Sul, São Paulo, todas criadas na década de 1930 (CESAR, 2011).

No mesmo ano da criação da Ipiranga iniciam-se as negociações para a construção da indústria, para isso começam a ser contratados engenheiros e profissionais aptos para tal serviço. Francisco Martins Bastos, cunhado de um dos principais acionistas da Ipiranga, João Francisco Tellechea, vem a ser um dos primeiros funcionários contratados pela empresa. Engenheiro mecânico-eletricista graduado pela Escola de Engenharia da Universidade Técnica do Rio Grande do Sul[32] torna-se engenheiro-adjunto à gerência, atuando no refino de petróleo, mas principalmente nas etapas de construção da refinaria. Sobre as etapas de construção da empresa e sua organização interna é necessário ilustrar algumas particularidades.

> As obras de instalação começam em dezembro de 1936, contando com cerca de 400 operários. A refinaria ocupa uma área inicial de seis hectares, onde são levantados a unidade completa para destilação e tratamento químicos dos produtos, com sete caldeiras e igual número de chaminés; nove tanques de armazenamento, o maior com capacidade para 12,9 mil litros; fábricas de latas e caixas de madeira; oficina mecânica; edifícios para almoxarifado e armazenamentos de produtos em embalagens; laboratório químico para pesquisas e análises; e escritórios (CESAR, 2011:76).

A contratação para trabalhar na refinaria surpreendeu o Eng.º Bastos, que declarou em entrevista ao Projeto Memória Ipiranga realizada na década de 1980 que "[...] eu nunca tinha visto petróleo... eu disse para eles não entendo nada de petróleo, eu faço montagem como Engenheiro Mecânico" (BASTOS, 1985). Após um ano de funcionamento começam a surgir alguns problemas na construção das unidades, bem como nas operações de refino do petróleo (CESAR, 2011), o que fez com que a diretoria da refinaria contratasse o engenheiro russo Estéban Polanski, que já havia atuado na destilaria de Uruguaiana, para auxiliá-los com as dificuldades encontradas pela empresa[33].

> É com Polanski que os engenheiros da Ipiranga aprendem a refinar petróleo. **Chico Bastos, Paes da Cunha, Alfredo Huch, Heitor Barcellos e João Câncio de Miranda Jr.**, esse último responsável pelo laboratório. E também os demais funcionários do setor de

[32] A Escola de Engenharia de Porto Alegre passa a denominar-se Universidade Técnica do Rio Grande do Sul em 1931 (HANSEN;FERREIRA, 1996:100).
[33] Dados obtidos no livro que seria lançado no ano de comemoração dos 70 anos da empresa, em 2007, que estava sendo concluído em 2006. IPIRANGA 70 anos, Parte I: As origens da Ipiranga, página 16.

> produção. Durante o dia, todos se dedicam às suas tarefas na fábrica e, à noite, assistem às aulas do engenheiro russo falando em espanhol. Ele promove alterações nas unidades de destilação e nas caldeiras a vapor e consegue “acertar o passe”, como se diz na linguagem do petróleo. Bastos enfatiza que só a partir daí é que todos na refinaria começam a somar e a multiplicar em petróleo (CESAR, 2011:91, grifos da autora).

Os nomes grifados na citação acima dizem respeito aos principais envolvidos na criação da EEI na década de 1950, fundadores e professores desta instituição de ensino. É significativo acrescentar que após dois anos trabalhando na empresa, Francisco Bastos se destaca como funcionário e é promovido, em 1938 ao cargo de superintendente técnico da Refinaria (IPIRANGA, 2006). Já é possível perceber a partir desse momento que este seria um funcionário que iria fazer toda a diferença, e realmente fez.

> Um dos pontos que eu mais bati depois que me escolherem como superintendente e depois como diretor, foi que eu achava que uma empresa não é só no capitalista, é daqueles que trabalham para remunerar o capital daqueles que aplicam o dinheiro na empresa. Quer dizer que, sempre que a empresa dê uma justa remuneração do capital aplicado... ela pode dar uma boa assistência aos seus operários. Eu fui criado com os peões na estância e senti esse calor desde pequeno, essa amizade que se fazia entre o homem analfabeto e eu que estava sendo criado com os analfabetos ali... como eles me tratavam com carinho... Trouxe isso para dentro da empresa. Lá todos eram amigos. Continuo lutando para que todos sejam amigos (BASTOS, 1985).

A partir da fala do Engº Bastos, pode-se notar como sua visão empreendedora se destaca, afinal, mesmo tratando-se de uma empresa capitalista que visa o lucro, ele almejava a fraternidade entre seus funcionários. Para Bastos, o bom tratamento ao funcionário traria um bom retorno à empresa. Também é possível perceber algumas características de sua criação na fazenda de seus pais em Uruguaiana, empresários do ramo pecuarista (CESAR, 2011). Características como a humildade e o respeito se mostram fundamentais para com aqueles pertencentes a outras classes sociais, como os peões, que como ele mesmo recorda, eram analfabetos, mas que nem por isso deveriam ser menosprezados. Estas características também são perceptíveis nos tipos ideais weberianos, categoria na qual o Engº Bastos vem a se enquadrar nesta pesquisa. Tais características como humildade, respeito, ética, são alguns exemplos presentes no tipo ideal empreendedor weberiano. Em virtude dessas singularidades, Max Weber acreditava que

> [...] juntamente com a clareza de visão e a habilidade no agir, foi somente em virtude de qualidades "éticas" muito definidas e altamente desenvolvidas, que lhe foi possível angariar a confiança absolutamente indispensável de seus fregueses e trabalhadores. Nada mais lhe poderia ter dado a força de superar inúmeros obstáculos, e, acima de tudo, o trabalho infinitamente mais intensivo que é exigido do empreendedor moderno. Estas, todavia, são qualidades éticas de um tipo bastante diferente daquelas adaptadas ao tradicionalismo do passado (WEBER, 1985:195).

Neste mesmo período, mais especificamente, no mesmo ano em que o Engº Bastos assume o cargo de superintendente da Ipiranga S/A, é criado pelo presidente Getúlio Vargas, o Conselho Nacional do Petróleo (CNP) que tinha como missão controlar e supervisionar a produção e o comércio do petróleo e de seus derivados no Brasil. A partir desse momento ficava determinado que apenas brasileiros natos poderiam ser acionistas de refinarias, o que fez com que a grande parte dos acionistas da Ipiranga vendessem ou transferissem suas ações para os funcionários brasileiros da empresa. É nesse período que Francisco Bastos adquire ações da empresa e passa a ser um dos maiores acionistas do grupo (IPIRANGA 70 ANOS, 2006:18).

Francisco Martins Bastos tem sua história como empresário industrial misturada com a história da própria Refinaria Ipiranga. No final da década de 1930, a refinaria se encontrava estabilizada economicamente e expandido seus produtos por toda a região sul do Brasil. Nesse período ela contava com "43 bombas de gasolina, elétricas e manuais, sendo 41 no Rio Grande do Sul, uma em Curitiba e outra em Joinville" (CESAR, 2011:100). Entretanto, esse progresso foi interrompido durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), já que as importações de petróleo cru para a refinaria fossem barradas, gerando um período de racionamento de combustíveis no país. Desse modo, a Ipiranga ficou praticamente "parada", realizando apenas serviços de manutenção e tendo que dispensar alguns funcionários (ASSIS, 1997).

Francisco Bastos por meio de sua influência pessoal, resolve buscar, durante o período que residiu no Rio de Janeiro, uma solução plausível para a escassez de petróleo, tanto para a Refinaria Ipiranga como para a Destilaria de Uruguaiana. Por meio dos seus contatos com a Comissão de Mobilização Econômica e com o próprio presidente Getúlio Vargas, as refinarias gaúchas acabam recebendo carregamentos emergenciais (CESAR, 2011). Em 1945, de

acordo com decreto-lei 4.937, a Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos é reconhecida como uma empresa "de interesse nacional", o que auxiliou a indústria a reerguer-se após o fim da guerra e a dominar outros mercados como o dos solventes, graxas lubrificantes, inseticidas, asfalto sólido e fertilizantes (IPIRANGA 70 ANOS, 2006).

Como diretor-superintendente da refinaria desde 1948, Dr. Bastos[34], como era conhecido, firmara sua posição como empresário e principalmente, como empreendedor, inovando e buscando alternativas sempre que necessário. Um fato interessante é a questão do marketing da empresa, Bastos foi o responsável em criar o símbolo da Ipiranga ainda na década de 1930. Optou por um triângulo e justifica sua ideia dizendo que "o triângulo é uma das figuras que tem mais sustentação que se conhece na matemática... então, eu digo, vou colocar uma que não vai desmoronar" (BASTOS, 1985). Outra ideia inovadora pensada pelo engenheiro diz respeito à necessidade de um maior diálogo com a comunidade rural em sua maioria analfabeta e que acabava comprando os produtos das empresas multinacionais pois estas possuíam uma imagem, uma propaganda consolidada no mercado. Para isso, ele desenhou o que seria o "garoto-propaganda" do querosene produzido pela Ipiranga, inspirado em seu cachorro, da raça pastor alemão, o que, na concepção de Bastos inspiraria a fidelidade do produto para com seus compradores[35].

O engenheiro pode ser considerado um indivíduo com características bastante distintas, principalmente no que tange sua atuação como empresário e diretor de uma das maiores empresas da cidade do Rio Grande e que se consolidou como um dos maiores grupos empresariais do Brasil. Sua visão empreendedora enxergava o espaço de trabalho como um segmento da família, onde o crescimento dela significasse para eles o crescimento de cada um. Sua trajetória como empresário foi reconhecida pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, na categoria sucesso empresarial. Dentre os gaúchos selecionados como os vencedores e líderes do século XX,

[34] Francisco Martins Bastos é relembrado e chamado de "Dr. Bastos" por todos os entrevistados desta pesquisa, profissionais que conheceram e vivenciaram diversos momentos ao lado deste senhor (Ivo Pereira Braga, Eliézer de Carvalho Rios e Nelson Dias Castro). O Engº Francisco Martins Bastos recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Fundação Universidade Federal do Rio Grande em 1971. Documentos sobre essa homenagem encontram-se preservados no acervo museológico do NUME.

[35] Entrevista de Francisco Martins Bastos ao Projeto Memória Ipiranga, 1985.

estava o engenheiro Bastos, Getúlio Vargas no mérito político, Dom Vicente Scherer com destaque comunitário e Érico Veríssimo como expressão cultural[36].

Seus ideais perpassaram gerações e sua habilidade para lidar com os negócios sempre se destacou. O processo de contratação de funcionários para a refinaria chamava a atenção por suas particularidades, o próprio Bastos tinha suas convicções.

> Tem preferência para entrar na Ipiranga os filhos dos empregados, os irmãos dos empregados, os cunhados dos empregados... quer dizer, dentro da Ipiranga existem várias famílias... que é um sistema que o Japão esta adotando, no Japão você vê que as grandes organizações japonesas são de famílias, gente que trabalha porque gosta daquilo. Lá na Ipiranga nós procuramos fazer isso também (BASTOS, 1985).

Além disso, solicitou em 1939 que a empresa deveria adquirir um veículo de transporte tanto para os diretores, como para os funcionários, visando um benefício para todos (CESAR, 2011). A refinaria possuía um clube particular, o Ipiranga Atlético Clube (IAC), pensado desde 1937, que estava à disposição para práticas esportivas, bailes e casamentos. Outra atividade pioneira desenvolvida durante a direção de Bastos foi a criação de uma gratificação de Natal[37], um bônus especial para as férias, participação nos lucros da empresa, um órgão que cuidava do seguro de vida dos funcionários criado em 1943 e que depois passou a denominar-se Sociedade de Amparo Mútuo dos Empregados da Ipiranga S/A (SAMEISA) (ASSIS, 1996). Sobre a ideia de "família" implantada pelo Engº Bastos, o Engº Nelson Dias Castro um dos primeiros egressos da EEI, que foi funcionário da Refinaria por 36 anos[38], relata como esse espírito fraternal era algo presente no cotidiano da empresa, segundo ele, resquícios da influência do Dr. Bastos. Para exemplificar, segue um trecho da entrevista onde o Sr. Nelson aborda o cuidado ímpar que a empresa tinha com seus funcionários durante o período que esteve no cargo de superintendente da Refinaria.

> Tinha um funcionário nosso, que nós mandávamos ele duas vezes a Porto Alegre para fazer quimioterapia. Às vezes ele ficava ruim e não dava para voltar, e o motorista ficava com ele em Porto Alegre e voltava só no outro dia. E eu pensava: "O que mais eu posso fazer por essa criatura?"... Ai um dia ele entrou na minha sala e disse:

[36] Maiores detalhes ver obra ASSIS BRASIL,1999.
[37] O bônus de Natal, anos mais tarde, foi generalizado e passou a ser obrigatório pela lei nº 4.090/62, passando a chamar-se 13º salário.
[38] Segundo o Sr. Nelson Dias Castro em entrevista realizada em 10 de agosto de 2012, ele trabalhou na Refinaria Ipiranga de 1952 a 1988.

> "Engº Nelson, eu estive fazendo as contas e se eu durar 100 anos nem com todo o meu salário eu vou conseguir pagar a Ipiranga" (risos). E eu disse: "Nem esquenta, cara. Vai te tratar, depois que tu ficares bom, ai nós vamos fazer um plano para ver como tu vais conseguir pagar... se não conseguir pagar, paciência". Eu já sabia, quando falecia um funcionário, eu dava um risco na conta, a família não tem nada para pagar. Terminou... No caso dele, quando ele faleceu, a família teve lá me procurando, mas eu disse: "Vocês não devem nada". Ficava tudo por conta da Refinaria. E tudo era assim. Se uma senhora ficou grávida, a partir daquele instante, que o nosso médico.... porque nós tínhamos cinco médicos que eram funcionários da Ipiranga. A partir daquele instante que o médico dizia que ela estava grávida, tudo era por conta da SAMEISA. Médico, remédio... para a criança tudo o que ela precisasse. Depois que nasce até um ano de idade, tudo, todas as despesas da criança são pagas pela SAMEISA. Não era só os remédios, alimentação também, se precisasse. Principalmente aqueles leites...hoje está na moda o leite Ninho... as funcionárias pegavam na saída da empresa as latas para a semana toda (risos). Era tudo, tudo de graça. Era uma sociedade fantástica (CASTRO, 2012).

Outro detalhe não menos importante é o incentivo aos estudos que fazia parte da posição de Bastos quanto à qualificação constante dos seus funcionários. O engenheiro proporcionava isso aos funcionários, mas mantinha um nível de exigência, de controle sobre aqueles que lhe solicitavam qualquer auxílio dentro da empresa.

> Uma vez eu passava na Refinaria e um negrinho chegou para mim e me disse... era o Felício Leite, ele era ajudante de pedreiro. Ele me disse: Dr. Bastos eu queria falar com o senhor que eu tinha muita vontade de estudar... e de ajudante de pedreiro eu nunca vou ser nada. Está bem Felício, vou te dar uma oportunidade... agora, dada a oportunidade está em você de realizar aquilo que você esta imaginando. Você vai ser contínuo lá do meu escritório. Levei ele para ser contínuo, mas a condição é a seguinte: você vai estudar fora das horas de expediente e eu quero ver as notas. O primeiro dia que você rodar, não precisa mais falar comigo, vai lá no ponto assina... somos amigos... é sinal de que você não está cumprindo aquilo que assumiu comigo. Esse rapaz se formou ...fez o vestibular para Economia, se formou em Economia, se formou em Direito. Foi diretor da Escola de Economia da cidade e chegou a ser do conselho da universidade agora. E assim tem vários... poderia citar 10, 15, 20 casos (BASTOS, 1985).

Com o Engº Nelson Castro não foi diferente. Ao longo de sua entrevista ele relata que após ingressar na EEI foi transferido de auxiliar de escritório para auxiliar de engenheiro, e para auxiliar em seus estudos trabalhava meio expediente, contudo recebia integralmente[39]. Todas essas ideias e intenções

[39] Segundo relato do Engº Nelson Dias Castro, ele era auxiliar de engenheiro do Engº Fernando Abott Torres, um dos professores catedráticos da EEI. Para maiores detalhes ver capítulo 4, subitem 3.1.

frisadas pelo próprio Engº Bastos demonstram sua singularidade como "homem de negócios", na perspectiva de Weber, e segundo este mesmo autor assemelha-se ao tipo ideal empreendedor alemão que ele analisou em seus estudos empíricos. Mesmo com todas as homenagens e reconhecimentos obtidos, ele mantinha-se como um sujeito humilde que buscava o melhor para sua empresa, seus funcionários e para a cidade que lhe acolheu, a cidade do Rio Grande. Para Weber,

> O tipo ideal de empreendedor capitalista como era representado, mesmo na Alemanha, por destacados exemplos individuais, não mantém relação alguma com esta ostentação, ora grosseria, ora refinada. Ele evita a ostentação e as despesas desnecessárias, assim como o gozo consciente de seu poder, e embaraçam-no os sinais de reconhecimento social que recebe. [...] Ele não retira nada de sua riqueza para si mesmo, a não ser a sensação irracional de haver "cumprido" devidamente a sua tarefa (idem, 1985: 197).

Com todas essas características peculiares, o Engº Bastos se destacou no mundo empresarial, principalmente, por manter uma relação quase familiar com seus funcionários e colegas de trabalho. Um visionário que percebeu que era chegado o momento de a cidade que lhe amparou[40] receber um curso de ensino superior. Natural de Uruguaiana precisou realizar seus estudos secundários em Santa Maria, no Gymnasio Santa Maria, os quais concluiu no início da década de 1920. Após essa etapa optou por cursar Engenharia na capital, sempre contando com o auxílio financeiro do pai, estancieiro em Uruguaiana[41]. Após cinco anos de curso, é o único a graduar-se de uma turma que iniciou com 22 ingressantes, obtendo o título de Engenheiro Mecânico e Eletricista em 1928 (HANSEN;FERREIRA, 1996). Bastos tinha consciência, até mesmo por sua experiência pessoal, de que cursar uma faculdade era possível apenas aos que tinham condições financeiras, características das classes sociais que são condicionadas pela ordem econômica (WEBER, 1982). Ao mesmo tempo percebia o potencial da cidade do Rio Grande e a relevância de um curso de nível superior para os riograndinos, que precisavam, assim como Francisco Bastos, se deslocar para outras cidades a fim de concluir os estudos

[40] Francisco Martins Bastos recebe o título de cidadão riograndino em 12 de maio de 1960 (CESAR, 2011:137).
[41] Ângelo Martins Bastos, pai de Francisco Bastos, era dono da Estância Nazareth, uma propriedade com dez mil hectares, investia em gado de corte, couro para curtume e lã (CESAR, 2011:23).

superiores. Caso semelhante de muitos profissionais naturais da cidade do Rio Grande.

Pela sua formação e da grande parte dos seus funcionários da Ipiranga S/A, pensar em organizar um curso voltado para as engenharias estava de acordo com as possibilidades daquele grupo, bem como com o contexto atual da época. Uma instituição desse porte beneficiaria tanto os habitantes quanto o setor industrial que carecia de profissionais qualificados na área. Logo, reuniu-se no dia 18 de setembro de 1951 na residência do engenheiro Bastos, a primeira comissão interessada em criar aquela que seria a primeira instituição de ensino superior do município (MAGALHÃES, 1997). Segundo o Sr. Ivo Braga em entrevista concedida a pesquisadora, o Engº Bastos coordenava essas reuniões, que tinham primeiramente, um caráter motivacional para aqueles que estavam interessados em auxiliar na criação dessa instituição. Na primeira reunião estavam presentes engenheiros que trabalhavam na refinaria e um único membro externo à Ipiranga, que era o engenheiro Cícero Marques Vassão, que trabalhava no Porto de Rio Grande. Os engenheiros presentes eram: Fernando Duprat da Silva, Heitor Amaro Barcellos, Alfredo Huch, Thomaz Paes da Cunha Filho, Roberto Bastos Tellechea, Fernando Abott Torres, João Câncio de Miranda Jr., Edmaro da Silva Abrantes, Paulo de Castro Moreira, além da presença do diretor-superintendente Francisco Martins Bastos[42]. Todos os presentes viriam a se tornar membros do corpo docente da primeira escola de engenharia da cidade. Bastos em entrevista ao Projeto Memória Ipiranga conta como surgiu a ideia de se criar a instituição de Engenharia.

> [...] nós nos reunimos com o Eng. Barcellos e o Eng da Cunha... Olha se não é possível fazer indústria, vamos fazer ensinamento, então, vamos criar uma Escola de Engenharia aqui. Vocês não podem imaginar as dificuldades de se fazer uma Escola de Engenharia, sabe... ninguém era professor... A nossa escola tinha sido o trabalho, mas de dar aula, ninguém tinha experiência nisso (BASTOS, 1985).

Após essa primeira reunião, a ideia foi tomando grandes proporções e a municipalidade, bem como uma série de órgãos dirigentes da cidade, acataram-na e começar a refletir sobre o que poderia ser feito para a criação

[42] Relatório escrito pelo Diretor da EEI, Cícero Marques Vassão à Congregação de professores da escola, relativo ao exercício relativo ao ano de 1956, trazendo um sucinto retrospecto das origens da instituição. Acervo do NUME.

de tal espaço escolar. Para tanto foi organizado um Memorial de cinco páginas, que foi enviado ao Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), Dr. Eliseu Paglioli, no qual eles buscavam o auxílio da universidade para a criação do primeiro curso de ensino superior da cidade do Rio Grande, que estaria subvencionado à URGS. Neste documento evidencia-se a necessidade de se criar outra faculdade de Engenharia no estado, já que segundo este mesmo documento, a evolução técnica e industrial chegava ao estado.

> Vem o Rio Grande do Sul, desenvolvendo, de um modo notável, o seu parque industrial, requerendo, paralelamente novas fontes de energia elétrica, a própria agrícola e pecuária, cada vez mais carece para o seu desenvolvimento, do emprego de maquinaria e produtos químicos, o incremento da produção automaticamente obriga a melhoria dos meios de transporte, construção de rodovias e ferrovias, retificação e melhoria de cursos de água navegaveis e construção de instalações portuárias; ao mesmo tempo, e pela mesma razão, tomam vulto os problemas de habitação e suas decorrências, o urbanismo, fornecimento de água, etc. (MEMORIAL, 1952:1).

Ainda reforçava que a cidade do Rio Grande carecia de uma elite com formação superior, o que prejudicava o desenvolvimento da mesma. Novamente, a relevância de escolarizar as elites (NOGUEIRA, 2002), ou seja, de escolarizar as classes sociais mais favorecidas economicamente, como algo fundamental para o desenvolvimento do município. Afinal, tratava-se de uma cidade essencialmente industrial que possuía “41 engenheiros e químicos, luta de ha muito com a falta de elementos que permitam a formação de uma elite, problema este decorrente do nível de conhecimentos superiores” (MEMORIAL, 1952:2). Vinte e oito assinaturas constam no referido documento, contudo, a assinatura do diretor-superintendente da Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos não encontra-se presente. Um fato que chama atenção, afinal, ele estava envolvido com esse projeto, inclusive cedendo seus engenheiros para participarem junto com ele e com os demais interessados, na criação da escola. Uma hipótese que pode ser lançada é a de que Bastos não quisesse que a escola pertencesse à URGS, ideia inicial presente no respectivo documento, mas que esta fosse uma escola da cidade do Rio Grande e que o município, a partir da Escola de Engenharia Industrial, construísse sua própria universidade, sem ser dependente de qualquer instituição. Fato que chega a se confirmar, afinal, após a criação da EEI, outras instituições de ensino superior

são criadas na cidade[43], e em 1969, é criada a Fundação Universidade Federal do Rio Grande (FURG), primeira universidade do município.

O Dr. Eliseu Paglioli toma posição sobre o assunto e vem até Rio Grande, à convite do Dr. Miguel Riet Corrêa, então presidente da Santa Casa de Misericórdia da cidade. Em 10 de dezembro do referido ano realiza-se a reunião na Prefeitura Municipal, onde o reitor da URGS lança a possibilidade de se criar uma entidade privada que fosse a mantenedora da escola, até que esta estivesse em condições de ser federalizada pelo governo, o que esclarece que a universidade não tinha interesse em possuir mais uma faculdade isolada sob o seu domínio (RELATÓRIO, 1957). A ideia é considerada relevante e começa a ser estruturada a entidade que seria responsável por mudar os rumos da educação na cidade. Ao mesmo tempo, era preciso pessoas comprometidas para administrar e concretizar esse projeto.

3.2. Fundação Cidade do Rio Grande: a base para o ensino superior

No dia 8 de julho de 1953 é criada a Fundação Cidade do Rio Grande, uma entidade de caráter técnico-educativo, com prazo de duração indeterminado, que busca angariar fundos através de doações para poder efetivamente pôr em prática seus objetivos, os quais visavam a educação, a cultura e o bem estar da comunidade riograndina. Por tratar-se de uma fundação é preciso esclarecer o que se compreende por tal.

> [...] as fundações se caracterizam pelo fato de atribuir personalidade jurídica a um patrimônio preordenado com certo *fim social.* A fundação, apresentando personalidade jurídica de direito privado [...] caracteriza-se por sua finalidade social, bem como a perseguição de objetivos que, de alguma forma, produzem benefícios aos membros da coletividade. As características básicas das fundações centram-se na figura do instituidor, no fim social da entidade e na ausência de fins lucrativos (VASCONCELOS, 2007: 47, grifo do autor).

[43] Estas instituições foram: Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Faculdade de Direito Clóvis Bevilácqua e Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande. A Faculdade de Medicina que começa a funcionar em 1971 também contou com a atuação do Eng.º Francisco Bastos, ainda como presidente da Fundação Cidade do Rio Grande, para sua criação (CESAR, 2011).

É importante ressaltar sobre a figura do instituidor, que este foi selecionado pelos membros da entidade e que dele seria toda a responsabilidade das ações dessa fundação. O escolhido para assumir tal cargo foi um sujeito que por toda sua trajetória até o presente momento, mostrava-se apto para ser o presidente da dita entidade. Escolhido por aclamação[44], o Engº Francisco Martins Bastos exerceu o cargo de presidente de 1953 até 1987, ano em que vem a falecer. É impossível não reconhecer que a história da própria Fundação, assim como foi com a Ipiranga, se confunde com a história e a trajetória desse empreendedor que tanto fez pela cidade do Rio Grande, desde que aqui chegou, na década de 1930.

> Pode-se dizer que na maior parte desses 50 anos de história da Fundação, as ações da mesma tiveram a marca de determinação e dinamismo que caracterizaram a vida daquele empresário. Seus feitos renderam frutos que foram satisfatoriamente cultivados por seus sucessores, demonstrados pelas ações da Fundação Cidade do Rio Grande pós-1987 (ALTMAYER, 2003:58).

Segundo Vasconcelos (2007) a criação de fundações era comum para a organização inicial de instituições de ensino superior, como forma de também de gerir esses espaços "por um sistema administrativo mais flexível e eficaz" (idem, ibidem: 66). Além desse fator facilitador, a fundação possuía mais autonomia, afinal "seria organizada pelo próprio órgão supremo da instituição, o conselho diretor e seu próprio estatuto" (idem, ibidem: 66). E assim foi com a Fundação Cidade, que teve após eleger sua diretoria ficava estritamente necessário cumprir com as suas principais atribuições, dentre as quais estava:

> Promover as medidas necessárias para a criação da Escola de Engenharia Industrial; Nomear uma diretoria provisória para a Escola a ser criada com a atribuição de apresentar os planos para o seu funcionamento e promover as medidas legais necessárias para o início de suas atividades em 1954 (ESTATUTO, Art. 34, alíneas a e b, 1953:13).

Conforme relembra o Sr. Ivo Braga, um dos professores fundadores da EEI, a criação da Fundação deu-se da seguinte forma:

> [...] tinha uma turma de engenheiros aqui motivados em fazer... era uma criação de um curso superior. Depois liderados pelo Engº Francisco Bastos... tinha diversas reuniões motivando o pessoal...

[44] Ata nº 1 do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande. Reunião realizada no dia 14 de outubro de 1953. Acervo da Fundação Cidade do Rio Grande.

> isso foi lá por 1953, 1953 por ai, 1953 eu acho [...] Mas, para se fazer uma escola, uma escola superior, era preciso... para ser reconhecida pelo Ministério da Educação e Cultura, era preciso que tivesse uma entidade mantenedora. Por isso, foi criado primeiro a Fundação Cidade do Rio Grande. E essa Fundação Cidade do Rio Grande, já com esse fim específico de criar escolas superiores é que então ficou como patrocinadora da escola (BRAGA, 2012: 4).

Com a criação da Fundação, o Engº Bastos exercendo seu papel de presidente da mesma, indica o Eng.º Cícero Marques Vassão ao cargo de diretor provisório da EEI. Vassão mostra-se como um indivíduo preocupado com a criação da escola desde as primeiras movimentações, fez parte inclusive, da lista de assinaturas do Memorial enviado ao Dr. Paglioli em 1952, representando o Porto da cidade do Rio Grande.

A partir desse momento tem início a longa trajetória da EEI, mas, para que a escola se tornasse realidade era preciso que a Fundação exercesse seu papel de mantenedora e através de suas decisões e da participação de seus integrantes pudesse organizar e administrar o futuro da EEI. Em seu estatuto, aprovado pelo Ministério Público em 26 de agosto de 1953 fica instituído que seu objetivo principal seria: “Promover a criação de uma Escola de Engenharia Industrial para prover a especialização e aperfeiçoamento técnico de pessoal para empreendimentos públicos e privados” (ESTATUTO, 1953:2). E a partir desse objetivo central que se coloca a discussão e a análise deste trabalho, sobre a criação da primeira instituição de ensino superior da cidade do Rio Grande. Segundo Magalhães (1997) pensar na criação de uma Escola de Engenharia era bastante plausível, já que a cidade do Rio Grande contava com um parque industrial que poderia conceder suas instalações para a futura escola.

> Mesmo que começasse sem patrimônio aparente, uma escola de engenharia teria à disposição, desde logo, os muitos bilhões de cruzeiros aplicados nos laboratórios e na maquinaria moderna de setores como a Usina Elétrica, a Hidráulica, as instalações portuárias, as fábricas de tecidos, os grandes frigoríficos, a destilaria de petróleo, as fábricas de produtos alimentícios [...] (MAGALHÃES, 1997:18).

Entidade mantida por empresários e profissionais do município, possuía oito os instituidores que fizeram parte da sua constituição e manutenção, dentre eles: Prefeitura Municipal do Rio Grande, então representada pelo Prefeito Frederico Ernesto Buchholz; Companhia Brasileira de Petróleos Ipiranga S/A, representada pelo Engº Francisco Martins Bastos; Cia União

Fabril e Cia Fiação e Tecelagem Rio Grande, representada pelo Engº João de Miranda Rheingantz; Câmara do Comércio da Cidade do Rio Grande, representada pelo Dr. Jorge da Cunha Amaral; Luiz Loréa S/A Comércio e Indústria, representado por Eurico Bianchini; Abdalla Nader, representado pelo Economista Fuad Nader e Cunha Amaral e Cia Ltda, representada pelo Sr. Jorge José Amaral Hormain. Além da Shell do Brasil Ltda, da ESSO Standard Oil do Brasil e da Viação Férrea do Rio Grande do Sul que também atuaram como colaboradores na criação da EEI (ALTMAYER, 2003).

A Fundação buscou desde sua criação sanar os entraves que dificultavam o desenvolvimento educacional e cultural da cidade, inaugurando ainda em 1953, um Museu Oceanográfico organizado por dois pesquisadores, Boaventura Barcelos e Eliézer de Carvalho Rios, este último se tornaria membro da Congregação de Professores da EEI, e consequentemente, professor catedrático da mesma. Sobre a atuação dessa instituição e seu funcionamento para o desenvolvimento da cidade do Rio Grande, a Fundação esclarece,

> Possui a cidade, ainda, uma Sociedade de Estudos Oceanográficos, única no Estado, a qual mantém um Museu e Aquário, em pleno funcionamento, contendo espécies raras de peixes, crustáceos e equinodermas que ocorrem na região, bem como realiza pesquizas e trabalhos de investigações de oceanografia física e biológica, mantendo intercâmbio com entidades congêneres, como o Instituto Paulista de Oceanografia, a S.O.Y.P., de Montevideo, e outras (RELATÓRIO, 1954:5).

Este museu, hoje reconhecido internacionalmente por suas pesquisas de relevância e por possuir a maior coleção malacológica[45] da América Latina, funcionou em um quiosque ao centro da Praça Tamandaré de 1953 a 1973, sendo então transferido para seu edifício atual. Segundo relato do Prof. Eliézer Rios, que ainda hoje segue trabalhando todas as quartas-feiras à tarde no Museu Oceanográfico, um dos grandes incentivadores para a criação do museu foi o Engº Francisco Bastos. Conforme o Sr. Rios,

> Num belo dia, eu vinha pela rua Zalony e o Dr. Bastos parou o carro e disse assim: “Rios, te considera seqüestrado”. Ai eu entrei no carro, porque o Dr. Bastos era de confiança. E ele me disse: “A Ipiranga quer ajudar o museu e eu tenho amigos em Porto Alegre que tem dinheiro e nós vamos conseguir o terreno” (RIOS, 2012).

[45] Coleção de moluscos (BORTHEIRY, 2008).

O terreno mencionado na entrevista é justamente o terreno que fica localizado próximo ao Yatch Club da cidade do Rio Grande, espaço sede do museu desde meados da década de 1970 até os dias atuais. O profissional que projetou a construção da sede do museu foi o mesmo que projetou o edifício sede da EEI na década de 1950, Sr. Vicente Marsiglia.

Analisando a fotografia apresentada a seguir, percebe-se primeiramente a presença de vários homens vestidos de maneira formal usando terno e gravata, alguns acompanhados de seu chapéu. Ao fundo nota-se uma construção, que após a compreensão do contexto da imagem, reconhece-se como sendo um quiosque localizado na Praça Tamandaré no Centro da cidade, espaço que foi a sede do Museu durante vinte anos. Este espaço, de acordo com o Prof. Rios, foi concedido pelo então prefeito da cidade do Rio Grande, Frederico Ernesto Buccholz, que também encontra-se na imagem. Com o auxílio do Prof. Rios, ao longo dos encontros com a pesquisadora no Museu Oceanográfico, foi possível realizar uma melhor contextualização da fotografia. Segundo uma análise prévia percebe-se a presença de praticamente todos os representantes da Fundação Cidade do Rio Grande, todos estes pertencentes ao sexo masculino, e que viriam a ser profissionais ligados à Escola de Engenharia, o que deixa claro o envolvimento desses indivíduos desde o princípio das atividades em prol do ensino superior da cidade.

A partir do olhar do Prof. Rios foi possível reconhecer alguns dos presentes como, por exemplo, Eng.º Cícero Vassão acompanhado de seu filho, Carlos Alberto Vassão, Eng.º Alfredo Huch ao fundo, Cyro Luz (Tesoureiro da Sociedade de Estudos Oceanográficos (SEORG); Sr. Lino Neves; Leonel Romeu (Secretário da SEORG); Juan Soriano (Biólogo uruguaio) e Juan Llopar (presidente da SEORG). Além da presença dos fundadores e responsáveis pela organização e pesquisa do museu, Sr. Boaventura Barcellos e o Químico Industrial, Prof. Eliézer de Carvalho Rios, ambos de bigode localizados ao centro da fotografia.

Figura 2: Fotografia da inauguração do Museu Oceanográfico da cidade do Rio Grande, 1953. Imagem pertencente ao acervo fotográfico do NUME, coleção da Escola de Engenharia Industrial.

A entidade era constituída por três órgãos: a Assembléia Geral, o Conselho Diretor e a Diretoria. A Assembléia Geral é caracterizada como o órgão soberano da entidade, sendo responsável por eleger o Conselho Diretor, emendar ou rever o Estatuto, resolver os tramites sobre a alienação dos bens móveis e imóveis da Fundação, além de decidir sobre a extinção da mesma[46] (ESTATUTO,1953:3). Além disso, os responsáveis por dirigir a Assembléia e reunir os integrantes da instituição quando necessário são o presidente e o vice-presidente da Fundação, escolhidos os engenheiros Francisco Martins Bastos e Cícero Marques Vassão, respectivamente.

Sobre os recursos financeiros da instituição fica decidido que os interessados em participar da Fundação desde sua constituição, deveriam contribuir com no mínimo 25 mil cruzeiros, moeda da época. Contudo, para fazer parte da Fundação e consequentemente, contribuir com ela, deveriam ser organizações privadas, públicas, autárquicas ou de economia mista (ESTATUTO, 1953:4). É interessante notar que a participação dos doadores

[46] Tais objetivos encontram-se no Estatuto da Fundação Cidade do Rio Grande, Capítulo I, Art. 5º, que trata sobre a Assembléia Geral. Acervo do NUME.

era bastante restrita em termos de votação, analisando o Estatuto e as atas do Conselho Diretor da Fundação. Primeiramente, no que tange as deliberações do Estatuto só teriam direito à votação aqueles que contribuíssem com o valor mínimo mencionado, 25 mil cruzeiros, sendo que este valor significaria apenas a possibilidade de um voto, sendo necessário doar mais vezes esta mesma quantia para obter maior quantidade de votos. Vale ressaltar que os doadores e entidades interessados em participar da Fundação deveriam encaminhar um documento por escrito solicitando ao Conselho Diretor que iria avaliar tal possibilidade. Percebe-se nas atas do Conselho Diretor a participação basicamente de professores, do secretário da Fundação e do consultor jurídico da mesma, que também exercia sua função de advogado nas Empresas Ipiranga, Sr. Jorge da Cunha Amaral. Este senhor atuava também como advogado e acionista da indústria Ipiranga S/A (CESAR, 2011). Fato que demonstra a presença marcante dos funcionários da empresa, que pode ser considerada fundamental para a criação e manutenção da escola, tendo como responsável técnico, o Eng.º Francisco Bastos. Conforme relato do Engº Ivo Braga, o Sr. Jorge da Cunha Amaral foi uma importante figura ao longo do processo de criação da EEI e também da universidade, no final da década de 1960.

O primeiro Conselho Diretor da Fundação era formado por Fernando Eduardo Freire, Heitor Amaro Barcelos, Jorge da Cunha Amaral; Cícero Marques Vassão, Américo Papaléo e Eurico Bianchini, todos profissionais e empresários da cidade. A primeira diretoria foi constituída pelo Eng.º Francisco Martins Bastos e pelo Eng.º Cícero Marques Vassão. O primeiro secretário foi Carlos Vignoli, que assim como a maioria dos membros da Fundação, trabalhava na Ipiranga (CESAR, 2011).

Com toda a estrutura organizada era chegado o momento de começar a articular todos os trâmites para a criação da EEI. A relevância de se criar essa instituição ficava demarcada nos primeiros relatórios escritos pela entidade, nos quais enfatizava-se que

> […] a criação de uma Escola de Engenharia Industrial, atendendo a toda zona sul do Estado do Rio Grande do Sul, é necessidade que se impõe, em face das exigências crescentes do desenvolvimento industrial do município e se justifica, ainda, por oferecer as condições culturais e de aplicação prática para o ensino ministrado, imprescindíveis para realizações de tal natureza. Não é demais ressaltar as vantagens de ordem social que decorrerão do

> funcionamento da Escola de Engenharia Industrial, permitindo à nossa juventude ávida de conhecimentos, geralmente oriunda das classes proletária e média, o acésso à um curso de nível superior, contribuindo, a um tempo, para o desenvolvimento e aperfeiçoamento da cultura técnica e para o melhor entendimento entre os diferentes elementos que intégram a nacionalidade (RELATÓRIO, 1954:7).

Ainda no ano de 1953 a Fundação começa a se organizar e a pensar sobre como adquirir, mesmo que momentaneamente, um espaço que funcionasse como sede provisória da escola. Nesse mesmo ano firma um contrato de comodato com a Biblioteca Rio Grandense a fim de torná-la a sede provisória da EEI, até que esta possuísse seu prédio próprio. Como criar uma instituição de ensino requer uma série de demandas, como prédio, materiais de sala de aula, classes, quadros, material de uso contínuo para escritório, entre outros, foi preciso instituir um "livro de ouro", ou seja, um livro que seria assinado por todos os que realizassem algum tipo de doação para a fundação e que não fossem membros da mesma. A ação surte efeito e em 9 de agosto de 1954, o Prefeito Municipal, Frederico Ernesto Buccholz abre uma carta de crédito especial de 150 mil cruzeiros à Fundação Cidade do Rio Grande. No dia 13 do mesmo mês a Fundação recebe a doação de um terreno localizado próximo às instalações da refinaria, um ato nobre de um cidadão riograndino.

> Um terreno próprio, sem benfeitorias medindo vinte e nove metros e cinquenta centímetros (29m50) de frente, ao Sul, pela face da rua Val Porto, por quinze metros e oitenta e dois centímetros (15m82) de frente, a Oeste, pela face de uma rua ainda em projeto e com a qual faz esquina, situado na Vila Sueste, na quadra número 190, nésta cidade de Rio Grande, constituído dos lotes números dezesseis (16), dezessete (17) e dezoito (18) que se divide ou confronta; pelo fundo, ao Norte e pelo lado Leste, com terrenos pertencentes aos doadores. (RELATÓRIO, 1954)[47] .

O doador é o Sr. Adelino Campos Assumpção, o qual é apresentado pelo Eng.º Heitor Amaro Barcellos, integrante do Conselho Diretor, aos membros da Fundação na reunião do dia 31 do corrente mês, sendo enaltecido pelo seu gesto altruísta para com o ensino superior da cidade[48]. Como esse terreno não era suficiente para abarcar a instalação de uma Escola de Engenharia Industrial, em setembro de 1956, com a escola já funcionando desde março no prédio da Biblioteca Rio Grandense, o Eng.º Bastos comunica

[47] No Relatório de Inspeção da EEI que data de 1954, existe uma cópia autenticada do Livro de Escrituras (nº 25, páginas 69 verso – 80 verso) onde constam alguns detalhes sobre o terreno doado à Fundação Cidade do Rio Grande.

[48] Ata nº 5 do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande. Acervo da Fundação Cidade do Rio Grande.

à fundação a compra de um terreno próximo ao que havia sido doado pelo Sr. Assumpção, no valor de CR$ 55. 669 (lê-se cinquenta e cinco mil seiscentos e sessenta e nove cruzeiros). O presidente justifica a compra assegurando que " aquisição a ser feita vinha ao encontro das prementes necessidades da Escola, ou seja, de ser procedida a instalação definitiva da mesma, em edifício próprio e adequado" (ATA, 1956[49]).

Depois de solucionadas as primeiras demandas, a Fundação continua firme em seus objetivos e no ano de 1954, inicia a trajetória da primeira escola de ensino superior de Rio Grande. Para compreender essa trajetória foi preciso reconstruir alguns dos momentos da história da instituição. Analisar e contar uma história institucional que mudou o cenário de uma cidade e que abriu caminhos para outras instituições é mais do que significativo. É uma construção histórica que busca não contar apenas o olhar oficial, ou seja, os escritos feitos pela própria escola, mas trazer alguns olhares particulares, tanto das pessoas que vivenciaram esses momentos, como, por exemplo, ouvir os dois professores fundadores e um dos primeiros egressos da escola, além do próprio olhar do pesquisador que selecionou suas fontes documentais e que delimitou-se a reconstruir um certo período, abordando alguns momentos. Tendo a consciência de que este trabalho não esgotará as possíveis histórias a serem contadas sobre a Escola de Engenharia Industrial, desenvolveu-se um capítulo que busca traçar a caminhada inicial desta escola de ensino superior.

[49] Ata nº 14, reunião do dia 25 de setembro de 1956 do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande. Acervo da Fundação Cidade do Rio Grande.

4. A Escola de Engenharia Industrial: pioneirismo no ensino superior da cidade do Rio Grande

Nesse capítulo analisa-se como se deu a criação da Escola de Engenharia Industrial. Para compreender tal feito foi necessário contextualizar como se encontrava o município na década de 1950, década de criação dessa instituição pioneira, bem como os primeiros movimentos em prol do ensino superior, que também iniciam nesse período, os quais fazem parte do capítulo anterior. A partir desse contexto parte-se para a análise, propriamente dita, dos primeiros anos da escola, dando ênfase aos momentos considerados de relevância dentro desse processo inicial, desde sua criação, em 1954, até sua federalização em 1961. Partindo dos pressupostos de uma análise histórico-institucional baseada na cultura material escolar pretende-se levar em conta o espaço escolar, as disciplinas escolares, o corpo docente, o corpo discente, bem como as atividades que foram desenvolvidas durante esse período, atrelados ao uso da fotografia como fonte documental. É significativo lembrar que as entrevistas que foram realizadas com professores fundadores e um aluno da primeira turma, sujeitos que presenciaram esses primeiros anos da Escola de Engenharia Industrial, foram fundamentais para o cruzamento de informações e para a problematização das fontes documentais que já haviam sido analisadas previamente. Desse modo, foi possível reconstruir essa história sem adotar apenas o discurso oficial da instituição (WERLE,2004a).

4.1. As primeiras instalações: um espaço escolar provisório

Após a criação da Fundação Cidade do Rio Grande, em 1953, fica evidente que o objetivo central dessa instituição precisava ser implementado o quanto antes, afinal, já existia um número representativo de autoridades e empresários locais, bem como profissionais do ramo da Engenharia, interessados em dar início ao projeto de criação da primeira faculdade de Engenharia da cidade. Na reunião do Conselho Diretor da Fundação em outubro de 1953, onde o Engº Francisco Martins Bastos é empossado presidente da mesma pelo período de 1953 a 1957, fica claro que os trabalhos

de criação da escola deveriam iniciar em breve. De acordo com a ata[50] desta reunião,

> [...] o Presidente da Fundação disse que era finalidade principal da Instituição, a criação de uma Escola de Engenharia Industrial, determinando os Estatutos que as medidas necessárias fossem iniciadas imediatamente à posse da Diretoria (RELATÓRIO, 1954:4).

Desse modo, o então presidente eleito indica para Diretor provisório da EEI, o Engº Cícero Marques Vassão, que no momento também era engenheiro chefe do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais do 18º distrito, que passou então a ser o responsável por articular e resolver as demandas pendentes para a criação da escola.

Primeiramente, para que a escola enfim começasse a funcionar era necessário que possuísse um espaço físico que cumprisse com as exigências necessárias que compete uma instituição de ensino superior. Deveria possuir instalações para as salas de aula, espaço para reuniões e para a direção, bem como para a secretaria e administração da escola. A fim de que a EEI começasse a funcionar em seguida e cumprindo as normas exigidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), foi realizado um contrato de comodato, ainda no ano de 1953, entre a Fundação Cidade do Rio Grande, na pessoa do Engº Cícero Marques Vassão, vice-presidente da Fundação e diretor provisório da EEI, e do secretário Carlos Vignoli, com a Biblioteca Rio Grandense, representada pelo Engº Fernando Duprat da Silva, vice-presidente em exercício, do secretário e do tesoureiro da biblioteca. É possível perceber através das autoridades envolvidas, que todos pertenciam ao movimento em prol do ensino superior da cidade do Rio Grande. Afinal, o vice-presidente da Biblioteca naquele momento, também viria a fazer parte das bancas examinadoras dos primeiros concursos de habilitação da EEI, bem como do corpo docente da escola.

É preciso considerar que a necessidade e a escolha de um espaço escolar fazem parte do que se denomina como cultura escolar. Esse espaço escolar, também podendo ser pensado como um “lugar de memória” (NORA, 1993), é repleto de significados para aqueles que vivenciam suas instalações e

[50] Essa ata encontra-se disponível no Relatório de Inspeção da Escola de Engenharia Industrial de 1954, pertencente ao acervo do NUME e também pode ser encontrada no acervo da Fundação Cidade do Rio Grande, localizado no escritório da mesma, no Centro de Convívio dos Meninos do Mar (CCMAR-FURG).

para o próprio contexto no qual ele esta inserido. Ele faz parte da identidade da instituição, da sua memória e da sua história. Portanto, não se pode pensar que a transformação ou a constituição de um local determinado em um espaço escolar é neutra. Os usos, os espaços, as salas de aula, a biblioteca, a sala da diretoria e etc., todos esses elementos fundamentais para a criação de uma escola, são pensados.

> [...] a instituição escolar ocupa um espaço que se torna, por isso, lugar. Um lugar específico, com características determinadas, aonde se vai, onde se permanece umas certas horas de certos dias, e de onde se vem. Ao mesmo tempo, essa ocupação do espaço e sua conversão em lugar escolar leva consigo sua vivência como território para aqueles que com ele se relacionam. Desse lugar é que surge, a partir de uma noção objetiva – a de espaço-lugar -, uma noção subjetiva, uma vivência individual ou grupal, a de espaço-território (VIÑAO, 2005:17).

Para este autor a instituição escolar faz parte de um todo complexo, no qual se incluem esses espaços determinados e que na concepção de Viñao, é um "espaço-lugar organizado arquitetonicamente para a realização de uma educação em sua forma escolarizada" (FARIA FILHO;OLIVEIRA, 2011:105). Partindo desse pressuposto é que Funari e Zarankin (2005:138) defendem que "a escola é, antes de tudo, um lugar planejado no espaço, formado por uma estrutura arquitetônica, dentro da qual têm lugar práticas vinculadas ao processo de ensino do saber "legítimo"". Portanto, é significativo refletir que,

> Ao pensar em uma escola, a primeira imagem que vem à nossa cabeça, provavelmente, é a de um edifício. Podemos dizer, então, que a representação mental que temos de uma escola é seu correlato físico (edifício). Sem dúvida, é necessário tornar claro que essa ideia de um prédio construído especificamente para funcionar como escola é um feito relativamente recente (meados do século XIX) e coincide com o estabelecimento da educação fundamental, pública e gratuita (FUNARI; ZARANKIN, 2005: 139).

No caso da EEI, foram vários os espaços que foram adaptados e que concederam a ela seu uso como estabelecimento de ensino. O espaço escolar escolhido como sede provisória para a EEI que foi concedido em comodato dizia respeito ao andar superior do referido prédio, o qual contava com uma sala de conferências, uma sala para a diretoria e mais cinco salas, as quais foram utilizadas para sala de reuniões e as demais para salas de aulas, sendo que uma ficou restrita à disciplina de Desenho. O contrato tinha duração de três anos, podendo ser prorrogado por igual prazo se caso "na data do seu término, a outorgada ainda não estiver instalada em seu prédio próprio" (RELATÓRIO,

1954)[51]. O que vem a acontecer, já que a EEI só é transferida para seu edifício sede em 1960.

Nas fotografias do Relatório de Inspeção de 1954 percebe-se que os espaços foram devidamente organizados a fim de demonstrar que ali já estava pronto para funcionar uma escola, e mais do que isso, uma instituição de Engenharia. Nota-se que um ambiente como o de uma biblioteca realmente precisa ser modificado para receber uma instituição escolar, independente do seu grau de ensino. São lugares e usos que são modificados, bem como sua rotina. É de se supor que apenas a sala de conferências e os sanitários fossem atribuições da própria biblioteca e que os demais ambientes foram adaptados para os fins da escola que ali passaria a funcionar durante seis anos[52]. Todavia, outra hipótese provável é a de que como a biblioteca já havia oferecido aulas de instrução pública, bem como cursos de aperfeiçoamento técnico para a comunidade riograndina desde a segunda metade do século XIX[53], é possível que ela estivesse em boas condições para receber um curso de ensino superior e fornecer as dependências necessárias para a EEI nesse primeiro momento.

[51] Tais informações referentes a este contrato encontram-se no Relatório de Inspeção da Escola de Engenharia Industrial de 1954, no documento intitulado “Instrumento Particular de Comodato” que data de 1953.
[52] A Biblioteca Rio Grandense foi sede da Escola de Engenharia Industrial de 1954 a 1960.
[53] As primeiras aulas de instrução pública oferecidas pela Biblioteca Rio Grandense datam de 1879, o curso de desenho e o curso de escrituração mercantil surgem no início da década de 80 do século XIX (RELATÓRIO, 1888).

Figura 3: Sala de aula localizada no prédio da Biblioteca Rio Grandense, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.

Figura 4: Sala de Desenho localizada no prédio da Biblioteca Rio Grandense, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.

Figura 5: Sala da Diretoria da Escola de Engenharia Industrial, localizada no edifício da Biblioteca Rio Grandense, sede provisória da Escola, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, de 1954. Acervo do NUME.

Como o foco deste trabalho é analisar e reconstruir a história da Escola de Engenharia Industrial por meio de sua cultura escolar que se mantém preservada, levar-se-á em conta a análise fotográfica das imagens que evidenciam os espaços escolares da instituição. Na figura 3 que mostra uma das salas de aula da futura EEI percebe-se nitidamente a organização do espaço como sala de aula propriamente dita. As classes escolares substituídas por cadeiras sem mesas, contendo um único braço para o apoio do material escolar do aluno, a sua disposição em filas, lado a lado, preenchendo os espaços de circulação. Logo a frente encontra-se a mesa designada ao professor, contendo uma cadeira e talvez o que seria um apagador ou caixa com giz para o quadro negro, que se situa próximo à mesa do professor. Um quadro relativamente pequeno em suas proporções e não fixado na parede, fato que pode reforçar a assertiva anterior de que este espaço foi adaptado para receber a estrutura de uma escola de Engenharia ou que o quadro negro neste período era um utensílio escolar bastante utilizado, mas que não tinha a obrigatoriedade de estar fixado nas paredes.

Na figura 4 que ilustra a sala reservada para as aulas de desenho nota-se uma quantidade menor de mesas em relação à sala anterior, estas por sua

vez sem cadeiras, o que leva a suposição de que os alunos assistiam e realizavam os exercícios da disciplina em pé. O que fica visível ao leitor é que trata-se de três fileiras contendo de três a quatro mesas de desenho. Na frente ao centro da sala encontra-se a mesa de desenho do professor, em um plano mais elevado como que evidenciando o poder, o controle do mesmo para com os alunos. Ao fundo, está o quadro negro também de tamanho pequeno e que aparenta não estar fixado na parede da sala. Um importante adendo sobre a questão das aulas de Desenho, que aconteciam logo no primeiro ano do curso é que, além desta sala localizada na Biblioteca Rio Grandense, a Fundação Cidade do Rio Grande através de convênios com outras instituições de ensino conseguiu que a Escola de Aprendizagem Industrial "João Simplício" concedesse sua sala de desenho à EEI, quando necessário[54].

A partir da análise iconográfica e iconológica dessas imagens percebe-se a organização das salas, com as classes e mesas devidamente distribuídas como se a escola já estivesse em pleno funcionamento. O que não deixa de ser uma possibilidade, já que a biblioteca forneceu durante um dado período cursos de desenho e escrituração mercantil, para citar alguns. Contudo, não se sabe ao certo quando estes pararam de funcionar[55], mas, pode-se pensar que talvez as salas que aqui se encontram sejam vestígios das salas de aula utilizadas pela própria biblioteca.

Sobre a questão da neutralidade da fotografia, percebe-se que a disposição das classes, tanto dos alunos, como a mesa do professor e o quadro negro, demonstram o cuidado que o fotógrafo teve ao tentar capturar a organização que a escola já se encontrava antes mesmo de ter sido autorizada a funcionar. Outro detalhe significativo é pensar nas mudanças deste espaço público que foi adaptado para ser escolar, afinal trata-se de uma biblioteca pública municipal. Todos esses cuidados devem ter sido muito bem recomendados ao fotógrafo, afinal essas imagens foram selecionadas para fazerem parte de um documento de caráter oficial que foi avaliado pelo Ministério da Educação.

---

[54] Maiores detalhes sobre os convênios feitos pela Fundação Cidade do Rio Grande no subitem 4.1.1 deste capítulo.

[55] Tais dados serão pesquisados na pesquisa de doutoramento que iniciará em 2013, sob orientação do Prof. Dr. Elomar Tambara, que abordará a trajetória da Biblioteca Pública Rio Grandense, criada em 1846 e que se mantém atuante até o presente momento.

A figura 5 que representa a sala de reuniões da Diretoria da Escola de Engenharia Industrial retrata uma grande mesa de madeira de lei[56] contendo onze cadeiras também de madeira e estofadas no seu entorno, além de uma cadeira isolada que encontra-se próxima à mesa. Percebe-se que no centro da mesa estão distribuídos quatro cinzeiros que acredita-se serem de vidro, o que demonstra que o hábito de fumar em lugares públicos e de trabalho era comum e permitido. Por meio dessa fotografia pode-se constatar novamente a organização impecável dos diversos espaços ocupados pela escola dentro do edifício da biblioteca, e que esta, de acordo com o que buscava retratar nas imagens, já encontrava-se apta para administrar uma instituição de ensino superior na cidade do Rio Grande, tendo pensado em todos os espaços necessários para se gerir um estabelecimento educativo. Um fato imprescindível de ser mencionado sobre essa fotografia é que tanto a mesa como as cadeiras que compõem esta sala ainda encontram-se preservadas em sua materialidade no acervo museológico do Núcleo de Memória Eng.º Francisco Martins Bastos (NUME). Atualmente fazem parte da exposição de longa duração do museu, situadas na Sala do Mobiliário.

Sobre as instalações provisórias da escola, localizadas no segundo andar da Biblioteca Rio Grandense, maiores detalhes são explicitados pelo Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande em relatório escrito no ano de criação da EEI, antes do efetivo início das atividades da mesma.

> O prédio, no qual funcionará a Escola, preenche satisfatóriamente, as exigências para o fim a que se destina, sendo fartamente iluminado com luz natural e elétrica e amplamente arejado. No pavimento superior, estão localizadas as salas da Diretoria, da Secretaria e aulas, além de amplo salão para conferências e atos solenes. As instalações sanitárias, nos dois pavimentos, preenchem os requisitos higiênicos, reclamados para estas dependências. A escada é de fácil acésso, larga e bem iluminada. A Biblioteca Rio Grandense, situada no pavimento térreo, com mais de 100.000 volumes em obras gerais e cêrca de 15.000 técnicos, confére à Escola condições ideais quanto à consulta bibliográfica (RELATÓRIO, 1954:2).

A citação anterior demonstra a importância e a necessidade da EEI ter surgido nas dependências da Biblioteca Rio Grandense. Não somente por possuir salas de aula que encontravam-se disponíveis naquele momento,

[56] Segundo relatório feito pela Fundação Cidade do Rio Grande em 1954, o mobiliário das salas de aulas assim como dos demais espaços utilizados pela escola eram constituídos por madeira de lei, de tipo especial (RELATÓRIO, 1954:2).

espaços arejados e uma luminosidade agradável, mas, também pelo grande acervo bibliográfico que ali existia. Sem um acervo próprio, a instituição poderia vir a ser prejudicada pela avaliação do MEC. Situação que não chega a acontecer, possibilitando seu funcionamento a partir de 1955. Provavelmente um dos fatores considerados pela comissão avaliadora, foi o fato de a escola estar respaldada pelo acervo da própria biblioteca, proporcionando aos estudantes o livre acesso aos livros que necessitassem. Segundo um dos alunos da primeira turma, Sr. Nelson Castro, as aulas da EEI funcionaram no prédio da biblioteca até o ano de 1960, ano em que ele se formou, passando então a funcionar no edifício sede da escola, construído no terreno próximo à Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleos.

Por meio desse contrato, a EEI já estava apta para ministrar suas aulas, dirigir a instituição, além de poder desenvolver outras atividades como, por exemplo, palestras, conferências e sediar eventos. Todavia, para um curso como o de Engenheiro Industrial modalidade Mecânica era preciso muito mais do que aulas teóricas e palestras para a formação deste profissional. E pensando na necessidade de aulas práticas, imprescindíveis para a constituição do profissional engenheiro, foram feitos alguns convênios com empresas e indústrias do município, a fim de auxiliar na constituição dos primeiros engenheiros formados na cidade do Rio Grande.

4.1.1. As aulas práticas e os espaços conveniados

Após selado o contrato com a Biblioteca Rio Grandense para as aulas teóricas, ainda estavam faltando organizar e definir onde os seriam ministradas as aulas práticas para os alunos da escola, afinal tratava-se de um curso de Engenharia, curso que tem em sua base a aplicação prática. Para tanto, a Fundação Cidade se mobilizou durante todo o ano de 1954 solicitando convênios e parcerias entre espaços que possuíssem laboratórios, oficinas e equipamentos industriais que pudessem ceder esses ambientes, entre outros, para a aprendizagem dos estudantes da EEI. É importante ressaltar que para

que a escola fosse autorizada a funcionar, ela precisaria contar com todas as instalações necessárias para a formação de engenheiros industriais mecânicos, antes de realizar seu primeiro vestibular. Desse modo, a entidade mantenedora da escola começou a articular os convênios necessários para que a instituição pudesse se tornar uma realidade. Para o ensino prático de física e química foram feitos dois convênios com dois colégios, um privado dirigido pelos Irmãos Maristas, o Colégio São Francisco e outro estadual, o Colégio Lemos Jr, já mencionados no capítulo anterior sobre o ensino na cidade do Rio Grande. Para ambos, o convênio deixava bem claro que sem qualquer ônus, seriam utilizados pelos alunos da escola os laboratórios, gabinetes de física e seus respectivos equipamentos, sempre levando em consideração o regimento interno de cada instituição. Além disso, as aulas práticas deveriam contar com no máximo cinco alunos, sempre acompanhados por um professor da EEI, afinal as aulas eram de total responsabilidade da escola. Para o controle do que estava sendo ministrado, além da duração e do número de aulas práticas, no início de cada ano letivo, a EEI deveria repassar para os colégios o programa prático das disciplinas que necessitariam do uso do laboratório, com o intuito de não prejudicar o funcionamento normal do mesmo.

As aulas práticas aplicadas pela EEI tanto nos colégios, como em outros estabelecimentos, deveriam ser avaliadas por meio de relatórios feitos pelos alunos. Nos convênios com os colégios São Francisco e Lemos Jr consta, assim como nos demais convênios, que “do melhor relatório apresentado pelos alunos, uma cópia poderá ser fornecida ao Colégio mediante pedido, a título de cooperação da Escola e reconhecimento pelas facilidades proporcionadas ao ensino” (Convênio entre o Colégio São Francisco e a Fundação Cidade do Rio Grande, 1954, parágrafo segundo, letra d).

O Gabinete de Física do Colégio São Francisco é ressaltado no Relatório de Inspeção, trazendo algumas das possíveis aplicações e especificidades do mesmo.

> “[...] um moderníssimo Gabinete completo de Física da Fábrica “PHYWE”, composto de 716 peças, que além das experiências normais, poderemos fazer 265 experiências de Mecânica, 520 de Eletricidade, e 180 de ótica e muitas outras de Calorimetria (...)” (RELATÓRIO, 1954:49F).

É expressivo lembrar que por se tratar de convênios de mútua cooperação, os conveniados receberiam avaliações, consertos e reparos sem

qualquer cobrança sempre que solicitassem à Escola de Engenharia Industrial, de acordo com o terceiro parágrafo estabelecido pelo convênio.

Figura 6: Gabinete de Física e Laboratório do Colégio Estadual Lemos Jr, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, de 1954. Acervo do NUME.

Na Figura 6 referente ao espaço de ensino cedido pelo Colégio Estadual Lemos Jr, percebe-se a grande quantidade de equipamentos e aparelhos de diferentes tamanhos e especificidades para o ensino de Física e Química. Pode-se perceber também que é um espaço de uso frequente da escola, pois ao fundo da imagem avista-se um quadro negro fixado na parede e uma mesa que acredita-se, seja reservada ao professor responsável pela disciplina. Outro detalhe diz respeito ao cuidado no armazenamento das peças e equipamentos da instituição que encontram-se acondicionados em armários de madeira e vidro, priorizando sua conservação e organização. O uso desse espaço, bem como o do espaço cedido pelo Colégio São Francisco foi de fundamental importância aos alunos da EEI, afinal são práticas necessárias para a formação do engenheiro e sem esses espaços de aprendizagem a escola não poderia ser autorizada a funcionar, pois foi obter seus laboratórios próprios apenas em 1960, com o término da primeira parte das obras do edifício sede da EEI.

Além dessas instituições escolares, a EEI também assinou um convênio com a Escola de Aprendizagem Industrial “João Simplício”, criada e mantida pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) criada em 1942 pelo

Governo. Era uma escola profissional de nível pós-primário e mista, portanto permitia que tanto homens quanto mulheres pudessem cursá-la. A partir do decreto-lei nº 4.436, de 7 de novembro de 1942, ficava estabelecido que esses estabelecimentos federais deveriam proporcionar outros cursos além do técnico profissionalizante.

> Determinava ainda que essas escolas passassem a ministrar, além dos cursos de aprendizagem, o ensino de continuação, aperfeiçoamento e especialização, o que significava uma ampliação de duas ordens: em primeiro lugar, quanto aos setores de produção, a qualificação de pessoal em várias áreas de trabalho, tendo como consequência uma diversificação maior dos seus cursos; em segundo lugar, a ampliação, quanto aos níveis de cursos, com a inclusão do aperfeiçoamento e especialização e, portanto, com a possibilidade da reciclagem profissional e da formação de professores (ROMANELLI, 1988:166-167).

Abarcando todas essas determinações do governo, a Escola de Aprendizagem da cidade do Rio Grande estava caracterizada como uma instituição de ensino técnico voltada para o ramo industrial, que possuía as condições necessárias para auxiliar a EEI em seus primeiros passos. Por possuir oficinas e salas de aulas específicas, foi realizado um convênio com esta escola a fim de utilizar alguns de seus espaços, como, por exemplo, a sala de desenho e a sala de ensino e tecnologia mecânica.

Figura 7: Sala de desenho da Escola de Aprendizagem Industrial “João Simplício”, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.

Na Figura 7 encontra-se uma imagem da sala de desenho da Escola de Aprendizagem Industrial, onde é possível verificar uma quantidade superior de mesas específicas para o ensino de desenho em relação com as existentes na sala localizada na sede provisória da EEI, inclusive, a falta de espaços para os estudantes também deve ser ressaltada. Fato que reforça a intencionalidade do relatório e do próprio fotógrafo. Vale notar que através da realização desse convênio, um número maior de alunos poderia cursar a disciplina de desenho.

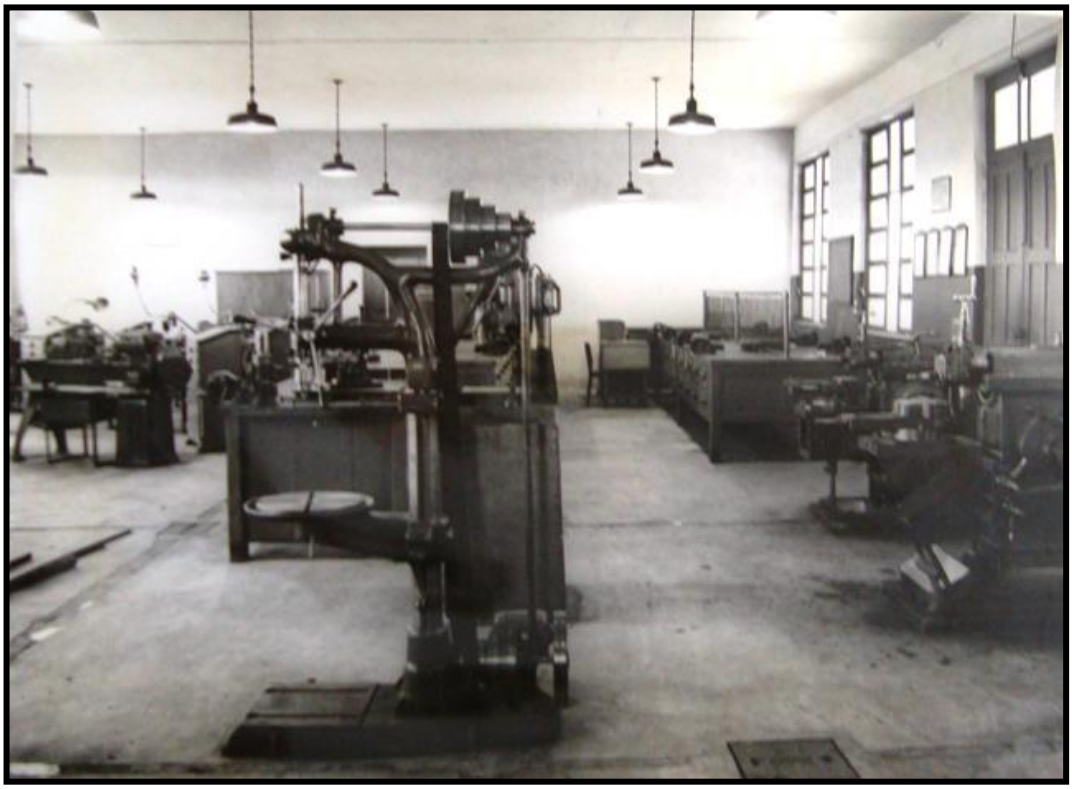


Figura 8: Sala de ensino de tecnologia mecânica da Escola de Aprendizagem Industrial “João Simplício”, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.

A figura 8 permite visualizar o investimento que vinha sendo feito no ensino técnico-profissional, afinal, trata-se de uma sala, que poderia ser uma oficina, na qual se encontram distribuídos, equipamentos, mesas, armários e uma série de aparelhos utilizados para o ensino de tecnologia mecânica. Podem-se notar as grandes proporções da sala, talvez pelo foco dado pelo fotógrafo que pode ter buscado dar esse olhar de grandiosidade a este ambiente. A existência de espaços consolidados e com infraestrutura como esta instituição, demonstram a base fértil que existia para a implantação de uma instituição de Engenharia Industrial na cidade, mesmo que esta ainda não possuísse instalações próprias. Evidentemente, esses convênios possuíam um prazo de duração, com possibilidade de ser renovado, entretanto, caberia a FCRG enquanto mantenedora da EEI, pleitear a aquisição de um espaço escolar próprio para a escola almejando que esta um dia se tornasse uma instituição de referência no que tange o ensino de Engenharia.

Outras disciplinas práticas necessitavam ser contempladas e para isso, os lugares para essas aulas se encontravam no próprio parque industrial da

cidade do Rio Grande. Ao analisar os convênios que foram feitos em benefício dos primeiros anos da escola, não se pode acreditar plenamente que estes eram os espaços "ideais" de ensino para os estudantes, contudo, é preciso notar que naquele momento estas eram as únicas opções para que a escola pudesse ser autorizada a funcionar, caso contrário, o ensino superior de Rio Grande continuaria no plano das ideias.

Mesmo enfrentando um período de "crise" durante a década de 1950 (MARTINS, 2006) resultado proveniente do cenário mundial pós-guerra, o setor industrial riograndino resistia e tinha como uma de suas principais empresas, a Ipiranga Cia Brasileira de Petróleos S/A. Empresa que, ao contrário das demais, lucrou com a Segunda Guerra Mundial. A afirmação do Diretor-superintendente da empresa, Francisco Martins Bastos esclarece esse momento.

> No período de guerra o combustível, o petróleo valia muito, então tinha que ser usado só para coisas nobres... e a indústria de borracha de São Paulo estava completamente quase que paralisada por falta de solvente para borracha. E não podia trazer porque solvente vinha em tambor, e nenhum navio se arriscava a trazer dos EUA para aqui uma carga de tambores inflamáveis no convés do navio. Nessa ocasião então, nós viemos a São Paulo, eu vim com o Eng.º Barcellos e conseguimos convencê-los de que nós éramos capazes de fazer um solvente igual àquele americano. Eles não acreditavam, disseram que não, nós não tínhamos capacidade, nós não tínhamos isso, nós não tínhamos técnicos... Esta bem, nós vamos mandar o solvente para os senhores, os dois caminhões de tambor de solvente, se não funcionar os senhores não pagam... se funcionar os senhores continuam nos comprando. Eles testaram, deu certo, ai nós fomos os únicos fornecedores. Com isso, a Ipiranga, enriqueceu […] a guerra fez muito mal para uns, mas fez muito bem para outros (BASTOS, 1985).

O Engº Francisco Martins Bastos, considerado um dos personagens principais da criação da EEI, além de desempenhar a função de diretor-superintendente da Ipiranga, era presidente da Fundação Cidade do Rio Grande desde 1953, professor catedrático[57] e membro da Congregação de professores da escola. Portanto, era de se esperar que a empresa concedesse seus espaços para auxiliar na implementação das aulas práticas da instituição. Para isso, colocava à disposição da escola todo o aparelhamento industrial, assim como seus laboratórios. As demais especificações com relação ao número de alunos, presença de professores, programa prático das disciplinas,

[57] A respeito do regime de cátedra e dos professores catedráticos da Escola de Engenharia Industrial ver o subitem 4.2 que trata sobre o corpo docente da escola.

entre outras exigências, permaneciam as mesmas já tratadas nos outros convênios. Contudo, a refinaria solicitava em contrapartida que além da escola realizar qualquer tipo de reparo ou avaliação técnica sem custo à empresa, também deveria desenvolver pesquisas técnicas relacionadas ao ramo industrial. É importante lembrar que a maioria dos professores pertencentes ao corpo docente da escola eram funcionários da Ipiranga, portanto, essa solicitação viria a contribuir tanto para as disciplinas como para a própria melhoria nos setores da empresa. Além desse requerimento, a refinaria admitiria que os alunos da escola, além das aulas práticas pudessem realizar estágios durante o período de férias da escola. Sobre os convênios realizados pela Fundação, o diretor da EEI, Cícero Vassão em relatório que aborda as atividades desenvolvidas pela Diretoria durante o ano letivo de 1962 apresentado à Congregação de professores, enfatiza os primeiros anos da escola, suas dificuldades e a participação ímpar desta empresa e de seus funcionários.

> Sentíamos que a vida universitária não podia se restringir a aulas, conhecimento de programas, realização de provas mensais e parciais. Era necessário que a Escola se dinamizasse, levando a todos os seus integrantes o exato sentido da responsabilidade que todos assumiam, fortificasse o espírito universitário, objetividade sem utilitarismo, enfim uma série interminável de necessidades. Felizmente as bases da Escola eram relativamente sólidas, pois nascera ela com a participação efetiva da indústria, particularmente a Refinaria de Petróleo Ipiranga, diretamente e através de seus eminentes técnicos, colaborando decidida e desinteressadamente com a nossa administração (RELATÓRIO, 1962:3).

Outras empresas também aceitaram conveniar-se à Fundação Cidade do Rio Grande com intuito de participar deste movimento que intentava criar a primeira instituição de ensino superior do município. Dentre esses estabelecimentos industriais encontram-se a Companhia União Fabril, antiga Fábrica Rheinghantz, e a Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande, as quais forneciam seus laboratórios, teares, maquinário mecânico e a vapor, incluindo caldeiras. Ambas foram indústrias têxteis de grande importância para a economia local desde o início do século XX. Um dos professores fundadores da EEI, Prof. Ivo Pereira Braga, recorda-se dos convênios realizados na época como algo muito natural, como uma vontade generalizada, onde todos se

sentiam envolvidos de alguma forma com aquele projeto, o qual daria novos rumos à comunidade riograndina. O Prof. Ivo relembra que:

> [...] na ocasião que se criou a Escola de Engenharia, todas as entidades aqui, o Porto, a Ipiranga, a... como se chama... a União Fabril [...] ofereceram seus... vamos dizer, laboratórios de trabalho, suas oficinas, para que os alunos pudessem ir lá e era assim. De vez em quando tinham essas oportunidades de se fazer visitas lá... (BRAGA, 2012).

A partir da figura 9 é possível visualizar um espaço de grandes dimensões, repleto de rolos com linhas ligados a grandes teares com algumas pessoas entre eles, circulando e trabalhando. Também possuía grandes janelas que pode-se perceber ajudam a iluminar o ambiente. Após essa leitura prévia, identificando alguns elementos da imagem, nota-se que se trata de uma indústria que deve possuir uma grande demanda de produção, afinal a quantidade de matéria-prima e as proporções do espaço físico da mesma são identificados na fotografia. Juntamente com a Companhia União Fabril, a Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande tinha sua produção voltado ao mercado têxtil ligada a manufatura de algodão, matéria-prima esta que era importada do Nordeste do Brasil. Fundada no final do século XIX, foi uma empresa implantada por imigrantes italianos, a qual empregava mais de 600 operários, em sua maioria mulheres (MARTINS, 2006). Como essa era uma empresa que encontrava-se em pleno funcionamento na época, atuante na economia local, foi uma das opções possíveis de espaço para prática dos estudantes da EEI. Essa diversificação dos ramos e das possibilidades de atuação dos futuros engenheiros pode ter sido positiva na formação desses profissionais, que necessitavam conhecer cada tipologia de indústria e de matéria-prima para entender o funcionamento desses estabelecimentos.

Figura 9: Visão parcial das instalações da Companhia Fiação e Tecelagem Rio Grande, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.

O Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais do 18º Distrito também assinou convênio para auxiliar no andamento das aulas práticas da EEI. Pode-se pensar que a participação ativa do Eng.º Cícero Vassão na trajetória da criação da Fundação Cidade e consequentemente, da Escola de Engenharia Industrial, sendo primeiro diretor, membro da Congregação e professor catedrático da instituição, foi fundamental para a efetivação deste convênio, já que nesta mesma época ele atuava neste departamento federal como engenheiro chefe, o que pode ter facilitado o processo. Além do departamento nacional, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPREC) também fornecia suas instalações para o uso da EEI. Ao todo ficavam à disposição da escola: laboratórios, oficinas mecânicas, instalações portuárias e inclusive, um dique seco em pleno funcionamento. O Prof. Ivo Pereira Braga, neste período atuava na administração do DEPREC, e reforça a importante atuação do primeiro diretor da EEI, Engº Cícero Vassão juntamente com o Engº Francisco Bastos, que segundo ele, foi o responsável por coordenar todo o processo de criação da escola.

O Serviço Riograndino de Eletricidade e o de Transportes Coletivos também faziam parte do convênio. O serviço municipal de eletricidade fornecia suas caldeiras de alimentação automática, um elevador para carvão e sua sub-estação de transformadores, todos setores atuando concomitantemente ao empréstimo de seus espaços para as aulas práticas dos primeiros estudantes de engenharia da cidade do Rio Grande. Este fato demonstrava que os alunos teriam a oportunidade de presenciar e vivenciar a realidade de diversos setores industriais do município, podendo avaliar os pontos positivos e as presenças e ausências de tecnologia e mão de obra qualificada. O Serviço Riograndino de Transportes Coletivos permitia que a EEI tivesse acesso a sua oficinas mecânica e à suas seções de torno e de soldagem. A figura 10 ilustra um desses espaços e através dela pode-se perceber que trata-se de um lugar que realiza o conserto e a manutenção de peças mecânicas, peças provenientes dos meios de transporte da época. É importante notar que nesse período, década de 1950, o meio de transporte coletivo eram os bondes elétricos. Um outro detalhe nessa imagem é a presença de dois, supostos funcionários desse serviço público, um mais velho localizado ao fundo recostado sobre uma peça, e um outro bem mais próximo ao fotógrafo, de boina escura e com uma expressão de concentração sob o que estava a fazer. Nenhum dos dois encara a máquina fotográfica, ambos desviam o olhar. Pode-se perceber que este com a boina escura é um jovem rapaz que talvez ainda não tenha concluído o ensino secundário e que se encontra no mercado de trabalho. Fato que não era incomum neste período, onde mulheres, crianças e jovens eram mãos de obra barata e útil para a maioria das indústrias da cidade do Rio Grande (PAULITSCH, 2008). Por meio dessa imagem, fica evidente a precariedade dos espaços que os alunos da EEI teriam suas aulas práticas, diferentemente de um espaço criado especificamente para ser uma oficina ou um laboratório criados pela instituição escolar. Outro dado perceptível é a desqualificação da mão de obra que atuava nesses espaços, jovens sem formação na área, além da falta de segurança no trabalho, fato que talvez fosse comum na época, mas que seria melhor analisado se fizesse parte de uma prática de ensino dentro da escola.

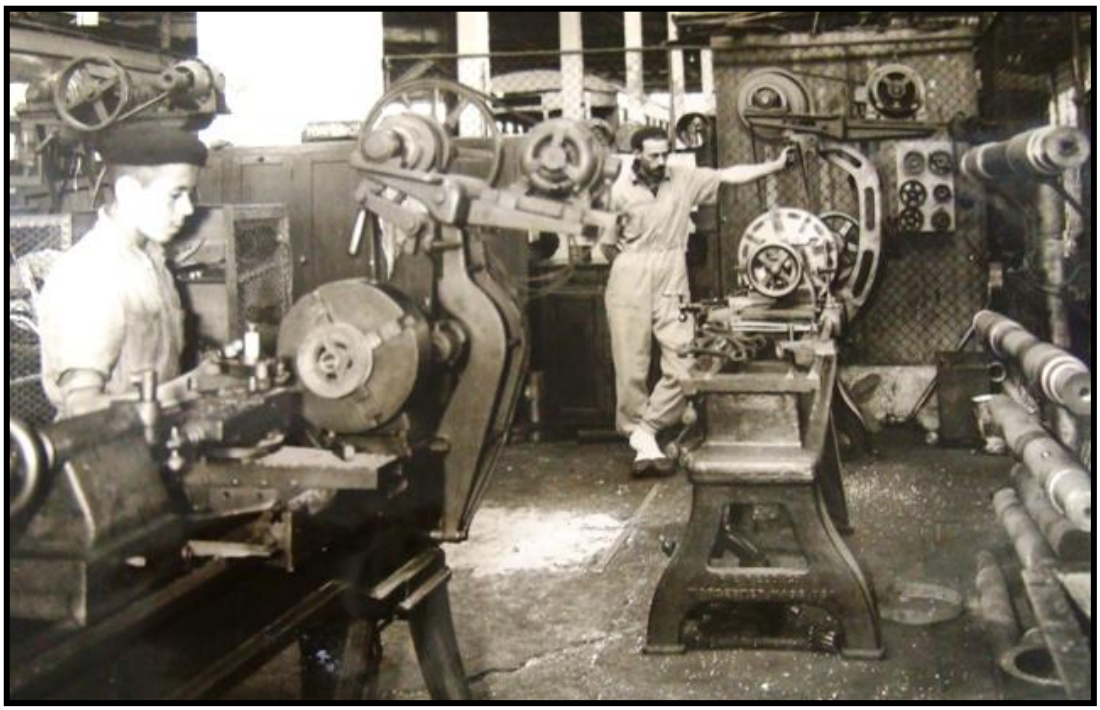


Figura 10: Visão parcial da oficina mecânica do Serviço Riograndino de Transportes Coletivos, década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.

Todavia, para o Engº Nelson Dias Castro, egresso da EEI que se formou na primeira turma, o fato da escola ter começado sua trajetória nestes espaços escolares provisórios acabou sendo um grande benefício para os estudantes das primeiras turmas, possibilitando o contato dos futuros engenheiros com sua profissão e com seu espaço de trabalho. Para o senhor Nelson,

> Isso foi uma grande vantagem, porque todos nós éramos incluídos como estagiários. Como eu já trabalhava na Ipiranga eu fiquei como "voluntário", vamos dizer assim, do meu chefe, do Dr. Bastos... eles me tiraram da parte de escritório e eu já fui para a parte de oficina mecânica, eu fui para a fábrica de (...), para a fábrica de graxas, então, eu já vinha desde o primeiro ano a trabalhar dentro da indústria. Tinha o Santiago Solis que era um espanhol, que também estava na nossa turma, e trabalhava na Companhia Swift, ele também já era funcionário, mas já pegou na parte de... passaram ele para a parte industrial. Os outros todos foram arrumando estágios, um na Fábrica Rheingantz, um na Fábrica (...), um na Viação Férrea, todos desde o primeiro, segundo ano, tinha aqueles que não precisavam trabalhar, porque os pais tinham condições financeiras (...) Tinha o Nelson Pereira que era filho do prefeito... o pai dele era o Álvaro Pereira. Então, foi uma grande vantagem nossa, nós já saímos diretamente trabalhando numa indústria... foi uma grande vantagem nossa (CASTRO, 2012).

Uma instituição que chama a atenção nesta lista de espaços conveniados à Fundação Cidade do Rio Grande é a de um espaço para aulas de Educação Física. Trata-se do Club de Regatas Rio Grande (CRRG), que firmou convênio para que os alunos da escola pudessem desempenhar suas atividades físicas e esportivas em suas instalações. Tais instalações compreendiam “canchas de “basket-ball”, “voley-ball”, “tenis”, pistas para corridas, barcos para a prática de remos, álteres, discos, etc. etc.” (RELATÓRIO, 1954:s/n).

Na fotografia que segue (figura 11) percebe-se uma grande casa de madeira de frente para o mar, alguns homens ao lado da casa e logo a frente uma estrutura em madeira com quatro elevações. Após interpretar a imagem e conhecer o contexto a que ela se refere, sabe-se que a casa funciona como depósito para barcos a remo, e a grande estrutura de madeira na beira do mar são trampolins, utilizados para a prática de mergulho e natação. O que possibilita compreender que esses eram esportes praticados na cidade neste período e que estavam à disposição dos estudantes da EEI.

Figura 11: Casa de barcos do Club de Regatas Rio Grande (CRRG), década de 1950. Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.

Realmente o Club de Regatas Rio Grande (CRRG) foi um importante clube náutico e esportivo da cidade, que tem seus tempos áureos na década de 1940 e 1950 (BITTENCOURT, 1999). Mesmo não estando explicitada na listagem de disciplinas escolares da escola, a prática de Educação Física, bem como a participação em eventos esportivos fazia parte da rotina dos estudantes da EEI e de muitas instituições de Engenharia do país (HASSEN;FERREIRA,1996). Este seria um possível exemplo do que Forquin (1995) ilustra como sendo o "currículo oculto" de algumas instituições escolares, ou seja, disciplinas escolares ou programas escolares que não constam no "currículo oficial" da escola, mas que fazem parte da sua realidade escolar.

No referido convênio fica estabelecido que as práticas esportivas ou exercícios físicos deveriam sempre acontecer com a presença de um professor de Educação Física, contratado pela escola. Não é possível afirmar que esta fosse uma disciplina de caráter obrigatório na EEI, ou se quer que ela realmente existiu, já que em nenhum momento o Club de Regatas foi citado ou reconhecido pelos professores e aluno entrevistados, os quais fizeram parte dos primeiros anos da EEI. O Sr. Nelson Dias Castro quando questionado sobre este clube como sendo um dos espaços escolares provisórios da escola, se surpreende e afirma: "Eu nunca estive no Club de Regatas, nem soube de ninguém que tenha utilizado-o. Para mim isso é novidade" (CASTRO, 2012). Tal afirmação, reforçada pela falta de qualquer registro ou vestígio de cultura material escolar que remetam aos primeiros anos da EEI, demonstram que este espaço pode ter sido incluído no Relatório de Inspeção na possível tentativa de ser considerado um espaço diferenciado perante os avaliadores do MEC, no momento de autorizar o funcionamento da escola. Reforçando, o que se pode afirmar como, uma possível preocupação com o bem estar físico e mental dos seus futuros estudantes. Por meio da análise de um trecho do discurso que consta em todos os convênios realizados, é possível refletir sobre algumas questões.

> "[...] considerando as vantagens que decorrem da criação de cursos de ensino de nível superior, com a finalidade de formação de técnicos habilitados nos diversos ramos da moderna engenharia industrial e as

> exigências do desenvolvimento crescente da indústria local, fica estabelecido o seguinte convênio de mútua cooperação" (RELATÓRIO,1954: s/n).

Mesmo com todas as vantagens citadas pelo convênio, é perceptível, que dentre tantas indústrias na cidade, apenas três de caráter privado, um órgão federal, um estadual e dois municipais foram "selecionados" por suas instalações para fazerem parte dos convênios com a FCRG. O que também demonstra que estes talvez não fossem os melhores e mais adequados espaços para as práticas de alunos de Engenharia, mas sim os que se disponibilizaram a acatar o movimento. Portanto, fica claro que se tratava de um grupo de empresários e de profissionais da cidade que tinham certo interesse em participar desse empreendimento voltado para o ensino superior, tanto pela contrapartida oferecida pelo convênio, como pela oportunidade de conseguir novos profissionais específicos para atuarem em seus espaços. Em relatório escrito pelo professor Cícero Vassão, ele destaca como se encontrava o setor industrial da cidade quando da criação da EEI. Naquele período,

> […] com exceção de duas ou três organizações industriais que se mantinham em bom nível técnico e social, as atividades dos demais estabelecimentos práticamente não evoluiria; uma certa falta de iniciativa local para mudar tal situação; a existência de um elevado número de operários sem menores vínculos empregatícios, vivendo em condições precárias e sem qualquer assistência social, sofrendo a influência de certas ideias extremistas, o que gerava por vêzes situações comprometedoras para a vida da cidade (RELATÓRIO, 1962:1).

Tal realidade é perceptível nas narrativas dos três entrevistados desta pesquisa. Quando questionados sobre a situação socioeconômica e cultural da cidade do Rio Grande na década de 1950, década em que iniciou o movimento para a criação da primeira instituição de ensino superior do município, todos são taxativos em afirmar que a cidade era precária em diversos sentidos. Para o Sr. Ivo Braga, ficou a recordação das indústrias de pesca, da prática da pesca como um dos principais mercados que começava a se desenvolver. Contudo, a educação continuava esquecida, segundo ele: "[...] a cultura era muito baixa. Eu te disse que era muito difícil estudar" (BRAGA, 2012), fator que ele toma como justificativa para sua formação ter se dado na capital, afinal, esta era a única instituição de ensino superior de Engenharia do estado.

Sobre este mesmo período, o Sr. Nelson Dias Castro relembra da precariedade do transporte coletivo e das dificuldades enfrentadas por aqueles que dependiam daquele meio de transporte. Conforme o Sr. Nelson:

> Não me recordo muito dessa época... só me lembro que era uma cidade muito pobre. Era bonde para cá, bonde para lá. Tu repara, era a época do bonde, nós não tínhamos nem ônibus na cidade do Rio Grande. Quando eu morava na frente do SENAI, eu morava junto com meus pais, eu, minha esposa, minha criança, meu pai e minha mãe. Nós pegávamos... o meu pai trabalhava na Cia Swift que era lá no fim da linha. Só para tu teres um ideia da dificuldade que era morar em Rio Grande. Passava o que eles chamavam de "bonde operário", que saia me parece que do Prado às 6h, 5h45min. Passava ali na frente de casa umas 6h30min, e ele nos deixava lá naquele posto da Silva Paes, e eu tinha que atravessar todo aquele campo para chegar até a Ipiranga. Não tinha um ônibus que fizesse a volta por lá. Não tinha nada, nada. Rio Grande é uma cidade, para não dizer miserável, muito pobre (CASTRO, 2012).

O Prof. Eliézer de Carvalho Rios recorda-se de uma situação bastante comum na cidade do Rio Grande, mas, que para ele representava o baixo nível cultural da comunidade riograndina, situação que serviu como fator impulsionador para a criação do Museu Oceanográfico em 1953. O Prof. Rios relembra este caso em específico, da seguinte forma:

> [...] eu estava numa reunião no Café... tinha um Café aqui em Rio Grande, onde era o Hotel Charrua, chamado Café Santos. E numa reunião sem convocação sem nada, eu disse assim: "Vamos fundar um Museu Oceanográfico?". Por que as pessoas chegam aqui e vão para a banca do peixe conhecer os peixes... isso é um absurdo (RIOS, 2012).

Tais perspectivas auxiliam e reforçam o pioneirismo desse grupo de profissionais e dessas empresas que visaram organizar e proporcionar uma escola que formasse não apenas engenheiros, mas cidadãos capazes de lidar e transformar problemas da cidade e da região, em soluções. Esse objetivo é elucidado pelo primeiro diretor da EEI, nesse mesmo relatório, no qual ele afirma,

> […] a Escola se constituiria em um centro de desenvolvimento, estudando e analisando os problemas que impediriam o progresso industrial dos municípios, situados em sua área de influência. Considerar ainda a participação da Escola no instante de transição que passa o Brasil na era tecnológica que vem a ingressar, de modo a preocupar-se futuramente com o desenvolvimento de pesquisas técnicas e científicas que viessem a contribuir para superar e ultrapassar com segurança o citado estado de transição (RELATÓRIO, 1962:2).

Sobre essa zona de influência citada por Vassão, encontra-se no Relatório realizado no ano de criação da escola, uma relação de municípios, suas indústrias, matérias-primas, número de funcionários, dentre outros dados que elucidam essa tentativa que a EEI almejava. A criação desse estabelecimento de ensino não estava sendo pensado apenas para Rio Grande, mas sim, visava abranger todo o interior do estado do Rio Grande do Sul.

Cidades	**Número de indústrias**	**Número de operários**	**Número de habitantes**
Alegrete	71	300	46.670
Arroio Grande	33	83	18.830
Bagé	224	1.821	68.370
Caçapava do Sul	84	184	34.900
Canguçu	54	140	61.690
Dom Pedrito	53	196	27.300
Herval	19	39	10.440
Jaguarão	66	249	17.760
Lavras do Sul	29	198	12.960
Livramento	79	3.866	51.990
Pelotas	463	4.964	137.320
Pinheiro Machado	37	122	14.620
Piratini	48	77	21.910
Quarai	33	104	16.300
Rio Grande	351	10.331	84.080
Rosário do Sul	40	2.225	29.760
Santa Vitória do Palmar	37	104	16.040
São Gabriel	34	393	40.280
São José do Norte	4	9	23.590
São Lourenço do Sul	129	222	33.920
Uruguaiana	93	450	52.890
TOTAL	**1.981**	**26.077**	**821.620**

Tabela 3: Pesquisa sobre a zona de influência da Escola de Engenharia Industrial no interior do estado do RS, década de 1950. Adaptada do Relatório de Inspeção da EEI, 1954. Acervo do NUME.

Com esta tabela pode-se ter uma ideia do objetivo macro que tinham os idealizadores da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande. Ao relativizar os dados expostos pela tabela 3 se nota uma grande quantidade de habitantes e de indústrias em pequenos municípios do interior gaúcho, os quais, atualmente, não totalizam essas taxas. Todavia, ao tomar como exemplo o caso do município de Canguçu, percebe-se que os dados podem estar de acordo com a realidade do período. Afinal, conforme o estudo realizado por Cesar de David (2005) respaldado pelo censo demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano 2000, Canguçu registrou

uma redução de mais de 10.000 habitantes desde a década de 1970. Segundo o autor, a diminuição da população deve-se “ao êxodo dos filhos de agricultores ou a migração de algumas famílias” (DAVID, 2005: 76). Vale ressaltar que as indústrias registradas na tabela podem estar se referindo a qualquer tipo de produção, mesmo as de pequenas propriedades rurais.

Logicamente, é fundamental compreender que todos os dados que compõem um relatório que estará sendo avaliado podem sofrer algum tipo de influência, a fim de beneficiar ou justificar, como neste caso, a criação de uma Escola de Engenharia Industrial nesse contexto e nesse período. O que se percebe no discurso dos relatórios e dos demais documentos analisados, incluindo atas, regimentos, fotografias e fontes orais, é que a escola estava sendo construída para suprir uma demanda de mão de obra qualificada da indústria local. Entretanto, a partir desse levantamento que consta no relatório de criação da instituição fica implícito que este não era o único objetivo da escola, mas sim, tornar-se uma referência em formação de engenheiros e fornecer esses profissionais para o interior do estado do Rio Grande do Sul, em específico a metade sul. Afinal, é de se supor que a metade norte já estivesse sendo contemplada com os engenheiros formados pela Escola de Engenharia localizada na capital.

Outro detalhe significativo é notar que a cidade com maior número de indústrias não é Rio Grande, cidade que almeja a criação de um curso voltado para este setor, mas Pelotas, cidade vizinha, contabilizando um número expressivo de habitantes ultrapassando a margem dos 100 mil. Contudo, Pelotas nesse período já possuía instituições voltadas para o ensino superior, diferentemente de Rio Grande que estava começando a trilhar seu caminho acadêmico.

Após a consolidação dos espaços escolares provisórios para o ensino de Engenharia da escola, era necessário, para que ela pudesse realmente estar apta para receber seus alunos, que esta possuísse um corpo docente formado por profissionais da área e que estivessem capacitados para assumir essa responsabilidade com aquela que seria a primeira instituição de ensino superior da cidade do Rio Grande.

4.2. O regime de cátedra: o poder nas mãos dos professores

Antes de falar especificamente sobre o corpo docente da EEI, é significativo esclarecer de que forma os professores de ensino superior atuavam no cenário educacional nacional, além de buscar definir o conceito de professor catedrático, conceito tão caro e discutido pela história da educação brasileira. A presença de professores catedráticos no ensino superior brasileiro tem sua origem no período imperial, momento em que surgem os primeiros estabelecimentos de ensino deste nível no Brasil. Para Fávero (2000b:1) o regime de cátedra pode ser considerado o "núcleo ou "alma mater" das instituições de ensino superior" no Brasil, tendo como base as primeiras cadeiras de Anatomia e Cirurgia nomeadas por D.João VI no início do século XIX. Segundo Cunha (2007) esse regime administrativo pedagógico tem como referência principal o decreto 1.386, de 28 de abril de 1854, que transformou os cursos jurídicos isolados em faculdades e deu outras providências. Contudo, Fávero (2000b) já aponta que no Império a partir da Carta de Lei de 11 de agosto de 1827, que institui os primeiros cursos jurídicos no Brasil, já estava presente a propriedade da cátedra para o ensino público, prevendo a vitalicidade aos professores que seriam nomeados pelo governo após prestarem concursos de provas e títulos. A autora ainda reforça,

> Outro aspecto a merecer a atenção, além da ideia de propriedade, da associação entre as funções do magistério e a do poder judiciário, considerado como poder independente, é de que os juízes gozavam de garantia de perpetuidade no cargo. Tal associação é absorvida, e mais tarde, passa a ser defendida e garantida através da obtenção da vitalicidade nas instituições universitárias públicas do País. Importa observar que, embora tais vantagens devessem ser adquiridas mediante concursos de títulos e provas, na prática, isso nem sempre ocorreu (FÁVERO, 2000:2).

Dentro dessa nova forma de ensino, surge a presença do professor catedrático, docente responsável por uma cadeira, que seria um sinônimo para disciplina escolar. Nesse período esse professor era denominado como "lente catedrático" e "lecionava a matéria da sua *cadeira* durante uma vida útil de 25 anos de serviço ativo, após o que era jubilado" (CUNHA, 2007:108, grifo do autor). Assim que o catedrático tivesse concluído sua trajetória docente em

uma instituição, era necessário nomear o “lente substituto” que seria o professor mais antigo da faculdade, e que através de decreto imperial era nomeado como o catedrático para essa cadeira que precisava ser preenchida. Esses professores substitutos não estavam ligados a disciplinas específicas, fazendo parte de uma “reserva docente” (CUNHA, 2007). Entretanto, deveriam estar disponíveis sempre que surgisse a necessidade do preenchimento de alguma cátedra. Mas, para se tornar “lente substituto” de qualquer faculdade era preciso realizar concursos para o ingresso na instituição, já que apenas o diretor de cada faculdade era nomeado pelo imperador[58].

> O diretor da faculdade anunciava o concurso em edital publicado nos jornais, convocando os interessados e apresentando as restrições: ser cidadão brasileiro, estar em pleno gozo dos direitos civis e políticos, ter grau de doutor pelas faculdades de direito do Império. O concurso consistia em defesa de tese, escolhida pelos candidatos em uma relação elaborada pela congregação com antecedência, e em preleção oral e dissertação escrita sobre os pontos sorteados no momento, entre os de uma lista estabelecida pela congregação. Computados os resultados, a congregação apresentava ao governo os que obtiveram as notas mais elevadas, no máximo três. Dessa lista, o governo escolhia o candidato para preencher a vaga de “lente substituto” (CUNHA, 2007:108).

Seguindo a perspectiva anterior, é preciso pontuar que a Reforma Leôncio de Carvalho que data do final da década de 70 do século XIX, teve significativo papel no que diz respeito ao regime de cátedra nas instituições de ensino superior. Conforme a reforma: “Os lugares do lente catedrático serão preenchidos por meio de concurso, para o qual poderão se inscrever não só os lentes substitutos como quaisquer bacharéis ou doutores pela respectiva faculdade ou outra da mesma natureza” (MOACYR, 1937:207). Além de reiterar que os professores catedráticos que completassem 30 anos como docentes, eram obrigados a jubilar. A reforma também reitera algumas particularidades do regime de cátedra, tanto para os lentes catedráticos quanto para os lentes substitutos. Segundo Primitivo Moacyr:

> Os lentes e substitutos gosarão de honras de desembargador e o tratamento de senhoria. O catedrático que completar 25 anos e tiver no magistério bem desempenhado os seus deveres terá direito ao titulo de conselho. Os filhos dos professores das faculdades (efetivos ou jubilados) ficam isentos da matricula ou de exame e será ela

[58] Segundo Cunha (2007) o governo poderia nomear um substituto caso não houvesse candidatos para o preenchimento de vagas.

> restituída aos indivíduos que, provando ser pobres, obtiverem no exame a nota de aprovado com distinção (MOACYR, 1937: 208).

A autonomia dos professores catedráticos em relação à instituição que pertencem e ao próprio estado sempre esteve presente, desde o Império. Ser catedrático significava antes de tudo ser um funcionário vitalício que permaneceria em um cargo definitivamente, além de exercer poder pedagógico sobre a cadeira da qual fazia parte. A Reforma Francisco Campos de 1931, define e reitera novas demandas ao professor catedrático, como por exemplo, ratificando que ele deveria continuar sendo considerado o "primeiro na hierarquia do corpo docente" (FÁVERO, 2000b:2). Além disso, permitia que candidatos a provimento de cátedra pudessem ingressar nas instituições sem concurso no caso do mesmo ter inventado ou descoberto algo de alta relevância ou publicado obra de valor doutrinário. Todavia, essa indicação deveria partir de um professor catedrático da instituição e seria avaliada por uma comissão. A partir dessa reforma educacional e da Constituição de 1934, o catedrático adquire além da vitaliciedade de cargo, o caráter de inamovibilidade, ou seja, garantia a impossibilidade de ser removido sem que o desejasse (GRACIANI, 1984). É importante ressaltar que

> A cátedra foi considerada, ainda, como uma "repartição administrativa" do ensino superior e de outros níveis (secundário) e o "legítimo" representante desta unidade escolar era o catedrático, único responsável por tal repartição e pelos docentes que dela faziam parte; poderia ser compreendida, também, como sendo um agrupamento de docentes de determinada área do conhecimento sob a tutela de um único "chefe" - o catedrático – que mantinha todo poder decisório em suas mãos (GRACIANI, 1984:82-83).

A autonomia dos catedráticos também influenciava na seleção dos outros professores da instituição, denominados de professores assistentes ou auxiliares. Estes eram escolhidos pelo catedrático, portanto, deveriam ser de total confiança do mesmo afinal estes o auxiliavam com as disciplinas, ministrando aulas sempre que solicitados pelo catedrático. Essa seleção era "resultado quase exclusivo do arbítrio do catedrático, em decisões às vezes tendenciosas e eivadas de autoritarismo" (FÁVERO, 2000b: 3). Segundo Graciani (1984) após dois anos no cargo, os professores auxiliares ou assistentes deveriam submeter-se ao concurso de livre-docência, caso

contrário, perderiam sua posição. É válido ressaltar que a presença do regime de cátedra não acontecia apenas no ensino superior brasileiro, pois, também existiam professores catedráticos no ensino secundário. Um exemplo que merece ser ilustrado é a realização do primeiro concurso para professor catedrático do Colégio Estadual Lemos Júnior, o qual, na época do concurso ainda denominava-se Ginásio Municipal Lemos Júnior. Para ilustrar tal fato, vale acrescentar uma imagem (figura 12) que registra o evento, realizado na década de 1920 na cidade do Rio Grande.

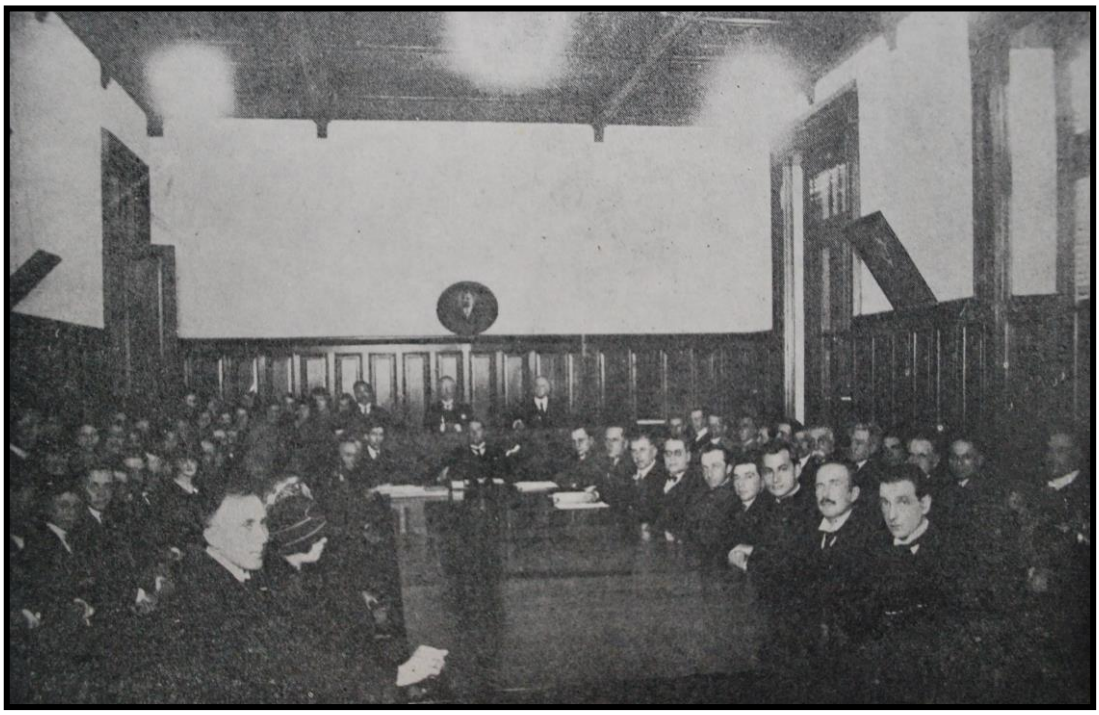


Figura 12: Imagem do primeiro concurso para professor catedrático do Ginásio Municipal Lemos Júnior, em 26 de outubro de 1926. Fonte: FONTOURA, 1933:65.

Esta fotografia pertence ao livro comemorativo dos 87 anos da Biblioteca Rio Grandense, escrito por Edgar Fontoura. Contudo, a segunda parte do livro, escrito na década de 1930, dedica-se ao histórico do Colégio Lemos Júnior e dentre sua trajetória, traz este concurso para professor catedrático como um dos grandes momentos dessa instituição que foi criada em 1906 pela municipalidade. Sobre a imagem, o autor destaca:

> O primeiro concurso para catedrático, foi realizado no “Lemos Júnior” em 26 de outubro de 1926. Foi candidato único o jovem professor (22 anos) Pedro da Costa Rocha (á direita do presidente da mesa) que obteve, por unanimidade de votos da banca examinadora aprovação com grau máximo de distinção, sendo, assim o primeiro catedrático laureado, como o havia sido antes no mesmo Ginásio, como aluno. Seus ex-colegas, prestaram-lhe expressiva homenagem, em que foram oradores o quintanista Oswaldo Miller Barlem e a segundanista Lizete Vaz Dias (FONTOURA, 1933:67).

Como um dos objetivos desta dissertação é analisar o regime de cátedra no ensino superior brasileiro, a questão da presença deste regime no ensino secundário brasileiro será pautada pelo exemplo anterior, a fim de demonstrar que este regime ocorria em outros níveis de instrução. Contudo, espera-se que tal aprofundamento venha a ocorrer em futuras pesquisas no âmbito da história da educação, em específico, voltadas para a história da educação da cidade do Rio Grande.

O regime de cátedra é caracterizado por diversas especificidades, como, por exemplo, a partir da Constituição de 1946, mais uma particularidade é agregada ao regime, trata-se da liberdade de cátedra. Esta significava a liberdade de ensino ao professor, não sendo uma exclusividade apenas do catedrático, mas de todos os docentes (GRACIANI, 1984). Mesmo assim, o catedrático exercia cada vez mais um poder centralizador em suas mãos, agregando a si uma figura centralizadora, com interesses demarcados, que possuía uma série de direitos a seu favor. Fávero (2000b:7) acredita que eles representavam o “poder saber, o poder do saber e a possibilidade de poder fazer”. Graciani (1984) define as peculiaridades de ser catedrático da seguinte forma:

> A função do catedrático – mesmo do século passado – consistia basicamente em ministrar o ensino de uma área do conhecimento, em nome do Estado e em favor dele e desenvolvia-se com vistas à pregação de bons costumes como: pontualidade, cortesia, urbanidade, manutenção da ordem, detrimento de propagação de doutrinas subversivas (GRACIANI, 1984: 85).

Apesar de todo poder depositado na figura do catedrático é necessário reconhecer que estes foram os preconizadores do ensino superior brasileiro e que através do ensino por eles ministrado foi possível organizar as instituições que por muito tempo se mantiveram isoladas e seguindo diferentes perspectivas dentro de suas organizações e conhecimentos. Com a Escola de

Engenharia Industrial não foi diferente, ela tem em sua origem e trajetória a presença de professores que trabalharam em regime de cátedra por muitos anos, até a transferência da escola para a universidade em 1969. O regime de cátedra é extinguido em 1968 com a Reforma Universitária e a criação dos Departamentos, todavia, segundo Celeste Filho respaldado por Chamlian (2006) mesmo com a extinção das cátedras após a reforma, alguns privilégios ainda se mantiveram para os agora denominados “professores titulares”, os quais ainda mantinham-se com amplos poderes dentro das universidades. No que diz respeito à EEI até o momento dessa reforma de ensino seus professores seguiram atuando em suas cátedras para o desenvolvimento do ensino de Engenharia na cidade do Rio Grande.

4.2.1 O papel da Congregação e do Conselho Técnico Administrativo da EEI

Como em muitas instituições de ensino superior a existência de uma congregação de professores era crucial para que elas pudessem efetivamente funcionar ou estarem aptas ao funcionamento. Após a criação da Fundação Cidade do Rio Grande em 1953, era necessário montar o que viria a ser o corpo docente da Escola de Engenharia, mas além de professores, eles necessitariam de um corpo dirigente que estivesse também engajado na manutenção e na administração da escola. Para isso, foram criadas duas esferas administrativas para a escola, a Congregação e o Conselho Técnico Administrativo.

A Congregação, constituída por professores catedráticos, tinha amplos poderes para excluir professores que não estivessem cumprindo com as designações necessárias da docência, como, por exemplo, efetuar trabalhos eficientes ou publicações de valor científico, bem como pesquisas voltadas para sua área. Segundo Graciani (1984),

> As congregações constituíam a primeira instância de decisão e os catedráticos por sua vez eram seus membros natos. Além disso estiveram sempre entre os que poderiam assumir a direção da escola de que faziam parte, podendo desse modo assumir igualmente cargos administrativos (GRACIANI, 1984:86).

A Escola de Engenharia Industrial possui em seus registros a presença de 29 membros na sua Congregação, em sua maioria engenheiros e integrantes do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande e do que viria a ser o Conselho Técnico Administrativo da escola. Conforme foi afirmado por Graciani (1984), os professores que faziam parte desse seleto grupo poderiam assumir outras funções além do ofício de professor, o que aconteceu com o primeiro diretor da EEI, o Eng.º Cícero Marques Vassão. É relevante lembrar que o cargo de diretor, designado pela Congregação e com prazo de dois anos, poderia contar com uma reeleição, fato que efetivamente aconteceu com o Eng.º Vassão, que exerceu a função de diretor da escola durante o período de sua criação até sua federalização, em 1961[59].

As decisões da Congregação eram tanto de caráter didático como administrativo. Assim como afirmado por Graciani (1984:86) "na esfera didática, decidiam sobre programações, horários, manutenção de disciplinas, etc. E na dimensão administrativa iam desde a homologação de nomeações de funcionários até a anulação de contratos". Abaixo encontra-se a listagem dos membros da Congregação da Escola de Engenharia Industrial, presente no Relatório de Inspeção enviado ao MEC em 1954 para a autorização do funcionamento da escola.

Engº Jayme da Motta;
Químico Industrial Eliezer de Carvalho Rios
Engº Álvaro José Fernandes;
Engº Ivo Pereira Braga;
Engº Francisco Martins Bastos;
Engº Agrônomo Affonso Motta da Costa;
Químico Industrial Reinaldo F. de Oliveira Maia;
Engº João Kramer de Lima;
Engº Gunther Heinz Gerard Schinke;

[59] Escolhido em 1953 como diretor provisório da EEI pelo Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande, foi eleito novamente em 1954 quando da primeira reunião da Congregação da escola. Sendo novamente reeleito em 1960 pela mesma (De acordo com as atas do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande e com o Relatório do 2º período letivo, 1960). Acervo da Fundação Cidade do Rio Grande e do NUME.

Engº João Rocha;
Engº Fernando Bezerra Bertoli
Dr. Luiz Amaro Faral;
Engº Agron. Hélio Benjamim Vieira;
Químico Industrial Irineu Soares de Souza Filho;
Engº Ruy Honório Bacellar;
Econ. Fuad Abdalla Nader;
Engº Carlos Ingve Beckman;
Engº Cícero Marques Vassão;
Química Industrial Glasphyra Monteiro Piffero;
Engº Darcy Pedro Piccini;
Químico Industrial Edmaro da Silva Abrantes;
Químico Industrial João Câncio de Miranda Jr;
Engº Alfredo Huch;
Engº Roberto Bastos Tellechea;
Engº Thomaz Paes da Cunha;
Engº Heitor Amaro Barcellos;
Engº Paulo de Castro Moreira
Químico Industrial João Rubem de Oliveira Almeida;
Engº Fernando Abott Torres;

Conforme o Regimento Interno da Escola de Engenharia Industrial, aprovado pela Diretoria do Ensino Superior em maio de 1956, o número de disciplinas que a escola possuía era de 24. O que leva a crer que o número de professores catedráticos da escola, neste período inicial, fosse de 24, afinal cada disciplina deveria ser organizada e regida por um único professor catedrático. De acordo com a lista da Congregação da EEI, encontram-se elencados 29 professores, o que deixa claro que além de professores catedráticos a escola possuía professores assistentes para as cadeiras. De acordo com as memórias do Sr. Nelson Castro, aluno da primeira turma da escola, a diferença entre o professor catedrático e o professor assistente era muito clara. Segundo o Sr. Nelson, o professor catedrático era “geralmente, o mais velho... era basicamente por uma hierarquia de idade e logicamente de maior conhecimento. Era numa escala de idade e de conhecimento, o qual era

muito superior. E geralmente, iam os dois para a aula, para se completarem (CASTRO, 2012).

Através desta listagem de professores, é possível perceber também, que a maioria dos professores pertencentes à Congregação eram engenheiros que trabalhavam nas empresas e indústrias da cidade do Rio Grande, além de exercer sua função no magistério. Mais do que isso, a maioria deles pertencia ao corpo de funcionários da Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos. Para o Engº Ivo Pereira Braga, professor fundador e membro da Congregação da EEI, o engajamento dos profissionais da cidade foi fundamental para que a escola pudesse contar com um corpo docente apto para transmitir os conhecimentos necessários aos futuros egressos, os quais viriam a preencher uma lacuna profissional nas empresas do município. Sobre esse envolvimento, Sr. Ivo destaca:

> A cooperação de todos os engenheiros da cidade, a Ipiranga com o velho Bastos botou todos os empregados dele. Do Porto também tinha, poucos, mas também todos foram ajudar, muitos foram professores e etc. Da União Fabril... dessa gente toda que tinha e de outros setores. E naquele tempo precisava-se bastante, como é que se chama, de pessoal mais técnico, que em Rio Grande não tinha (BRAGA, 2012).

Outro detalhe interessante é a presença de uma única mulher, a Profª Glasphyra Monteiro Piffero, que trabalhava na Companhia União Fabril e ministrava a disciplina de Química inorgânica na EEI. O que demonstra a existência de uma hegemonia masculina no corpo docente da escola, além de poucas profissionais femininas da área de Engenharia atuando na cidade do Rio Grande. De acordo com Relatório feito pela Fundação Cidade do Rio Grande no ano de criação da escola, a Congregação possuía as seguintes obrigações,

> […] é órgão da direção didática, sendo constituída pelos professores no exercício de suas funções, competindo-lhes eleger os membros do Conselho Técnico e apresentar a lista tríplice para a escolha do Diretor; elaborar os regimentos necessários; aplicar penas disciplinares; resolver, em última instância, sôbre recursos interpostos entre atos de professores e do Conselho Técnico, além das demais atribuições fixadas no Regimento Interno (RELATÓRIO, 1954:3).

Anísio Teixeira em texto publicado no início da década de 1960, originalmente em inglês com tradução feita por Macioniro Celeste Filho (2006), descrevia o papel da congregação de professores como um dos mais

importantes órgãos dentro da escola, sendo ela de nível superior ou não. Além de reforçar a presença dos professores que faziam parte do sistema de cátedras das instituições e que eram os responsáveis pela organização da congregação. Para Teixeira,

> A escola superior, como as demais escolas, pode estar sob o controle da lei e do governo nos aspectos de organização e finanças, mas no que se refere ao ensino, o professor tem uma situação inexpugnável. A "cátedra" é realmente soberana e a "congregação", isto é, a assembléia dos "catedráticos" é o verdadeiro órgão coletivo de governo da escola. O professor catedrático é vitalício, intransferível e tem "status" semelhante ao dos juízes do Supremo Tribunal. São "magistrados" do "saber", pondo e dispondo soberanamente a respeito do que seja este "saber" (TEIXEIRA apud CELESTE FILHO, 2011:39).

A primeira reunião da Congregação de professores da EEI data do dia 7 de junho de 1954, realizada no edifício da Biblioteca Rio Grandense. Nem todos os citados na lista de professores que consta no Relatório de Inspeção estavam presentes, contudo, é possível notar o poder de decisão que esse órgão possuía, afinal nesta reunião foram escolhidos o secretário da mesma que ficou sendo o professor Paulo Moreira, além do Diretor e do Conselho Técnico da escola. O Conselho Técnico Administrativo (CTA) é outra esfera importante dentro de uma instituição escolar de ensino superior, sendo considerada a entidade responsável pela organização e redação de documentos, pareceres de ordem didático-pedagógica e regimentos, dentre outras atribuições. Contudo, toda as decisões do Conselho deveriam ser submetidas ao exame da Congregação (GRACIANI, 1984). Vale frisar que os membros da Congregação eram também membros do Conselho Técnico, ou seja, também se compunha de professores catedráticos.

O primeiro Conselho Técnico da EEI era constituído pelos professores Affonso Motta da Costa, Irineu Soares de Souza Filho e Heitor Amaro Barcellos (ATA nº 1 do CTA, 11 de junho de 1954). Estes eram professores das cadeiras de Zoologia e Botânica tecnológicas, Física e Termodinâmica, respectivamente. Estes foram os professores responsáveis em criar e manter, já nos primeiros anos da escola, um curso preparatório para os interessados em ingressar na instituição. Para isso nomearam professores, escolheram as disciplinas e os programas que seriam ensinados, as bancas examinadoras para os concursos de habilitação (vestibular), bem como dividiram os horários para as aulas que aconteceriam à noite na sede provisória da EEI, no prédio da

Biblioteca Rio Grandense. No Relatório de Inspeção enviado ao MEC (1954), já se encontra a definição e as demandas do CTA da Escola de Engenharia Industrial, tais como:

> Tem a Escola um Conselho Técnico, formado de três membros, escolhidos anualmente pela Congregação, entre os professores. Compéte a êsse órgão: dar parecer sôbre assuntos de ordem técnica ou didática; aprovar programas de ensino; organizar horários e indicar os membros das comissões examinadoras dos concursos de habilitações e exames finais (RELATÓRIO, 1954:3).

É significativo reconhecer que a organização técnica e administrativa da escola já estava prevista no seu Regimento Interno e que, além da Congregação e do Conselho Técnico Administrativo faziam parte da mesma, o Diretor e o Secretário. O Diretor sendo considerado como órgão executivo da escola era escolhido e nomeado, como já mencionado, pelo presidente da Fundação, dentre uma lista tríplice indicada pela Congregação de professores. O Diretor da Escola de Engenharia Industrial de 1954 a 1961, periodização desta pesquisa, foi o Eng.º Cícero Marques Vassão. A nomeação de funcionários para a instituição também era função do diretor, bem como a exoneração e a designação de suas respectivas funções. Para o secretário recaía a responsabilidade de desempenhar e administrar os serviços cotidianos da EEI, como, por exemplo, arquivo, contabilidade e biblioteca (RELATÓRIO, 1954).

A fim de iniciar o ano letivo em 1955, o Conselho Técnico Administrativo da escola resolveu criar um curso de caráter provisório e preparatório para os interessados em fazer parte da primeira turma de discentes da EEI. Para tanto foi necessário organizar um grupo de professores, as disciplinas que seriam ministradas, os programas ensinados, assim como uma série de exigências para que o curso enfim, pudesse ter início. A ideia de criar o curso preparatório era de que este funcionasse durante o ano de 1954 para que então fosse realizado o primeiro vestibular da escola em janeiro de 1955. Isso por que em 1954 foi enviado ao Ministério da Educação e Cultura (MEC) o Relatório de Inspeção para autorização de funcionamento da escola. Para entender como se deu o processo de criação e consolidação do curso preparatório é importante trazer maiores detalhes sobre sua atuação.

4.2.2 O Curso preparatório: a preparação para o ingresso na EEI (1954-1955)

Através da Reforma Francisco Campos (Decreto-Lei nº 19.890, de 18 de abril de 1931), fica instituído, dentre uma série de particularidades, a exigência de habilitação nos dois ciclos do ensino secundário, um fundamental e outro complementar, para o ingresso no ensino superior (ROMANELLI, 1988). O complementar não tinha caráter obrigatório para as instituições secundárias, mas no caso da Escola de Engenharia Industrial, os primeiros egressos do curso passaram por esta formação, fornecida pela própria escola, até que sua autorização fosse confirmada. O ciclo complementar no ensino secundário deveria ter duração de dois anos, enquanto, o chamado curso preparatório fornecido pelos futuros docentes da EEI, teve duração de um ano e meio, já que a autorização para o funcionamento da escola só foi concedida em abril de 1955, fazendo com que a escola só começasse a funcionar verdadeiramente, no primeiro semestre de 1956.

O curso preparatório, que funcionava nas dependências da Biblioteca Rio Grandense, sede provisória da escola, ministrava as seguintes aulas: Física, Química, Matemática e Desenho, disciplinas que seriam posteriormente cobradas no momento da realização do vestibular, ou como denominado pela EEI, no momento da realização do concurso de habilitação. Através da Reforma Carlos Maximiliano de 1915, fica instituído o exame vestibular para o ingresso em qualquer curso superior, e este deveria ser realizado nas e pelas próprias faculdades, além da apresentação obrigatória do diploma de conclusão do curso secundário para a realização do exame. A partir da Reforma Rocha Vaz que data de 1925, os currículos das instituições de ensino superior são fixados, assim como o número de vagas para cada curso deveria também ser delimitado pelas instituições, implantado-se, desse modo, um sistema de aprovação classificatória (XAVIER, 1994).

Contudo, vale ressaltar que as disciplinas mencionadas não eram as únicas exigidas nos ciclos complementares para os candidatos aos cursos de Engenharia, designadas pela Reforma Francisco Campos (1931). As disciplinas que faziam parte da Reforma eram: Matemática, Física, Química,

História Natural, Geofísica e Cosmografia, Psicologia e Lógica, Sociologia e Desenho (ROMANELLI, 1988:136). Estas disciplinas também eram exigidas para os interessados em cursar Arquitetura.

De acordo com reunião do Conselho Técnico Administrativo[60], em junho de 1954, fica estabelecida a criação de um curso preparatório para os interessados em ingressar na EEI. O curso contaria com as disciplinas de Matemática, Física, Química e Desenho, tendo duração de 50 minutos cada aula. Os primeiros professores designados pelo conselho foram:

Disciplina	Professores
Matemática	Hélio Benjamin Vieira; Alfredo Huch; Roberto Bastos Tellechea; João Rocha; Darcy Pedro Piccini.
Física	Cícero Marques Vassão; Thomaz Paes da Cunha; Irineu Soares de Souza Filho; Heitor Amaro Barcellos; Fernando Abott Torres.
Química	Eliézer de Carvalho Rios; João Rubem de Oliveira Almeida; Edmaro da Silva Abrantes; João Câncio de Miranda Jr.; Reinaldo Ferreira Maia.
Desenho	João Kramer de Lima; João Rocha.

Tabela 4: Quadro provisório do corpo docente e das disciplinas escolares para o Curso Preparatório da EEI, anos 1954 e 1955. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

Contudo, na segunda reunião do Conselho[61] ocorrem algumas modificações no corpo docente do curso para o vestibular da primeira turma da escola. O engenheiro Thomaz Paes da Cunha, também funcionário da Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos, solicita dispensa do curso por razões acatadas pelo Conselho, já os engenheiros Roberto Bastos Tellechea e Fernando Abott Torres, ambos funcionários da Ipiranga, também se afastam do corpo docente do curso, pois durante o período do mesmo estariam fora da cidade. O comunicado de afastamento desses professores é feito pelo então diretor-superintendente da empresa e professor catedrático da EEI, Engº Francisco Martins Bastos. Outras alterações são introduzidas com relação ao corpo docente e na estrutura do curso. Fica instituído que cada disciplina terá um coordenador responsável e são acrescidos novos professores.

[60] ATA nº 1 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial de 11 de junho de 1954. Presente no Relatório de Reconhecimento da escola que data de 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

[61] ATA nº 2 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial de 18 de junho de 1954. Presente no Relatório de Reconhecimento da escola que data de 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

Disciplina	Coordenador	Professores
Matemática	Alfredo Huch	Darcy Pedro Piccini; Hélio Benjamin Vieira; Fernando Bertolli; João Rocha; Werner Horn.
Física	Irineu de Souza Filho	Cícero Marques Vassão; Gunther Schinke; Olavo Kramer da Luz.
Química	Eliezer de Carvalho Rios	Edmaro Abrantes; João Câncio de Miranda Jr.; João Rubens Almeida; Reinaldo Maia.
Desenho	João Kramer de Lima	João Rocha; Olavo Kramer da Luz.

Tabela 5: Quadro definitivo do corpo docente e das disciplinas escolares para o Curso Preparatório da EEI, anos 1954 e 1955. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

É significativo notar que todos os professores selecionados para trabalharem no curso preparatório, já faziam parte do corpo docente da EEI elencado em 1953, ou seja, eram membros da Congregação da escola. Bem como possuíam atividades profissionais paralelas ao trabalho docente que viriam a desempenhar na escola. Por tais fatores, as aulas do curso ficaram organizadas no turno da noite e nos sábados à tarde, acontecendo na sede provisória da escola, ou seja, no prédio da Biblioteca Rio Grandense. Nesta primeira reunião fica decidido que o valor pago por cada aluno seria de 100 cruzeiros, podendo ser pago à vista ou em prestações. Valor que era revertido para os gastos da escola, já que os professores não recebiam qualquer remuneração nesses primeiros anos de EEI[62]. Também fica estabelecido que o curso deva ter no máximo vinte e no mínimo cinco alunos. Todavia, a procura pelo curso é grande e é decidido em reunião do Conselho[63] que o número de vagas aumentará para 40, permitindo-se alunos como ouvintes. O Sr. Nelson Dias Castro, egresso da primeira turma, foi um dos alunos que participou do curso preparatório oferecido pela futura EEI. Ele relembra alguns dos professores que estavam envolvidos com as aulas do curso, eram eles:

> [...] o Dr. Bastos, o Engº. Barcellos, Engº. Miranda... da Ipiranga o Engº Torres, Engº. Huch... era uma porção deles todos... e fora da Ipiranga tinha muitos, o Engº. Piccini que não era da Ipiranga, o Engº João *[Câncio de Miranda Jr.],* parece que o pai dele foi o fundador da Fábrica Rheingantz... e outros mais que nem eram engenheiros, o Dr. Amaral que era advogado... isso tudo... Dr. Fuad Nader, também dono do Nader. (CASTRO, 2012, grifos da autora).

Percebe-se na fala do Sr. Nelson, alguns nomes que não estão contemplados nas tabelas organizadas pelo CTA. É provável que todos os

[62] Maiores detalhes sobre o salário dos professores serão abordados no subitem 4.3.
[63] Ata nº4 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 17 de agosto de 1954. Presente no Relatório de Reconhecimento da escola que data de 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

membros da Congregação estivessem envolvidos no processo, mas por razões burocráticas, era necessário possuir um plano organizacional que delimitasse o número de professores, número de aulas, coordenador das disciplinas, dentre outras questões. Contudo, é possível que outros professores da escola ministrassem algumas aulas ocasionalmente, talvez como um revezamento entre eles, afinal, todos possuíam trabalhos externos ao curso preparatório.

O curso inicia suas atividades no dia 2 de agosto de 1954, tendo sua aula inaugural no dia 31 de julho, no edifício provisório da escola. Pensado para durar quatro meses, período calculado como suficiente para o concurso de habilitação, o qual estava sendo aguardado para acontecer em janeiro de 1955, acaba se estendendo por todo o outro ano, já que o parecer de autorização de funcionamento da EEI só é aprovado em abril de 1955[64]. Um detalhe relevante é que conforme a demora do parecer de autorização da escola, o curso pré-vestibular[65] que inicia seu segundo ano em janeiro de 1955, passa a ter apenas uma aula por noite, diminuindo as horas semanais do corpo docente[66].

Sobre as disciplinas ministradas, é importante observar que o que estava sendo ensinado no curso encontrava-se de acordo com o que era cobrado em outro estabelecimento de ensino, o único do Estado que possuía cursos voltados para as Engenharias. Conforme ata do Conselho Técnico Administrativo da escola, a matéria dada pelos professores do curso "vem sendo desenvolvida dentro do programa estabelecido para o concurso de habilitação organizado pela Escola de Engenharia de Porto Alegre" (ATA nº4 do CTA, de 17 de agosto de 1954). Percebe-se que a existência desta que foi a primeira instituição de Engenharia do estado, bem como uma das mais antigas de ensino superior do Brasil, serviu como modelo para muitas das ações empregadas pela EEI da cidade do Rio Grande, além do apoio de seu corpo docente e do próprio Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, Dr. Eliseu Paglioli. O apoio prestado pelo Dr. Eliseu Paglioli é relembrado enfaticamente

[64] Parecer nº82/55 da Comissão de Ensino Superior, Processo nº 57.772/54. Acervo do NUME.
[65] Nomenclatura utilizada pelo próprio Conselho Administrativo a partir da Ata nº 6, de 4 de janeiro de 1955, presente no Relatório de Reconhecimento da EEI, de 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.
[66] Ata nº7 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 7 de janeiro de 1955. Presente no Relatório de Reconhecimento da escola que data de 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

pelo Sr. Nelson Castro, que no momento que iniciam as discussões sobre a criação da EEI, já trabalhava na Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleos juntamente com o Engº Francisco Martins Bastos, Dr. Bastos como ele o chama. Sobre esse apoio vindo de Porto Alegre, o Sr Nelson acrescenta:

> O Eliseu Paglioli foi um dos grandes incentivadores da Escola de Engenharia. Por que ele explicou para o Dr. Bastos, para o Dr. Cícero Vassão também, que seria muito difícil eles conseguirem um curso técnico para Rio Grande [...]. Por que era muito difícil de conseguir naquela época, hoje se consegue com bastante facilidade cursos superiores... criar universidades no Brasil... antigamente era muito difícil o MEC, vamos dizer assim, dar a licença para funcionar. Era um sacrifício. Então, por conselho, provavelmente... de acordo com o que o Dr. Bastos me disse na época, por conselho do Dr. Paglioli, o melhor seria que eles trouxessem para Rio Grande uma escola de engenharia e como Rio Grande tinha muita indústria, que esta fosse voltada para a parte industrial. Pois ai com certeza eles conseguiriam. Foi daí que partiu o princípio dessa luta, em se "atirarem" para conseguir uma Escola de Engenharia Industrial. O Dr. Paglioli dizia: "Eu vou lutar com vocês, eu vou incentivar vocês com tudo que eu puder ajudar" (CASTRO, 2012).

Outro detalhe não menos importante é que as bancas examinadoras dos concursos de habilitação da EEI deveriam ser constituídas por membros de outras instituições de ensino superior do estado, provavelmente pela proximidade e pela relevância de já estarem consolidadas no meio acadêmico, o que também faria com que a escola passasse a ser vista e reconhecida perante estes estabelecimentos. Para tal feito seriam convidados para presidente das bancas professores da Escola de Engenharia de Porto Alegre, da Escola de Filosofia de Porto Alegre e da Escola de Agronomia Eliseu Maciel de Pelotas[67]. De acordo com esta nova demanda do Conselho, esse convite deveria ocorrer "em vista da Conveniência de um maior intercâmbio cultural e unificação do ensino superior" (ATA nº 6 do CTA, de 4 de janeiro de 1955).

Analisar como se deu o primeiro concurso de habilitação da EEI é de relevância para compreender se o que vinha sido debatido e colocado pelos professores do curso preparatório, realmente auxiliou no ingresso dos primeiros estudantes de Engenharia da cidade do Rio Grande. Para tanto, é necessário aprofundar-se no fato em questão, que acontece no início do ano de 1956.

---

[67] Ata nº6 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 4 de janeiro de 1955. Presente no Relatório de Reconhecimento da escola que data de 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG

4.2.3 O primeiro concurso de habilitação da EEI

Antes de se chamar concurso de habilitação ou exame vestibular terminologias que surgem a partir das reformas educacionais do período republicano, existia no Brasil as chamadas aulas de preparatórios e os exames preparatórios que funcionavam como uma preparação para o ensino superior. Segundo Cunha (2007) os candidatos deveriam se inscrever nas aulas dos cursos preparatórios da faculdade ou escola que pretendessem ingressar. Essas aulas não eram obrigatórias, o que permitia que os estudantes que tivessem cursado o ensino secundário ou aulas régias pudessem optar por fazer os exames sem passar pelas aulas. Contudo, durante o período imperial, algumas mudanças ocorreram principalmente no que tange as exigências nos exames preparatórios para o ingresso no ensino superior brasileiro.

> Até 1851, eles eram realizados nas escolas superiores nas quais os estudantes desejavam ingressar, tendo validade apenas nos anos e na escola onde os exames fossem prestados. Desse ano até 1873, os exames podiam ser feitos também no Rio de Janeiro perante a Inspetoria de Instrução Primária e Secundária e, depois, no Colégio Pedro II; eram os chamados exames gerais preparatórios. Nesse caso, a aprovação garantia ao candidato a matrícula em qualquer escola superior do Império. A partir de 1854, a validade dos certificados de aprovação, fosse a dos exames gerais, fosse a dos realizados numa escola específica, foi estendida para dois anos; a partir de 1864, para quatro anos. Depois de 1877, os certificados ganharam validade permanente. A partir de 1873, os exames gerais preparatórios passariam a ser realizados, também, nas capitanias das províncias, onde não havia escolas superiores, perante delegados do inspetor de instrução e bancas constituídas segundo a indicação dos presidentes dessas províncias (CUNHA, 2007:115).

Quando realizado o primeiro concurso de habilitação da Escola de Engenharia Industrial no início do primeiro semestre de 1956, os interessados em prestar o exame, que aconteceu nas dependências da escola, portanto, na Biblioteca Rio Grandense, tiveram a possibilidade de se preparar para os exames já que desde 1954 estava funcionando o curso preparatório para a EEI. Segundo a Reforma Rocha Vaz (1925) era preciso que cada instituição registrasse o número de vagas para cada curso fornecido. No caso da EEI, foram ofertadas no primeiro concurso 20 vagas, sendo que houveram no total 26 inscritos.

Dentre os requerimentos[68] exigidos para poder participar do concurso de habilitação da escola estavam: ter concluído o curso secundário (1º ciclo e 2º ciclo), possuir os atestados de idoneidade moral e de sanidade física e mental, além do recibo de pagamento da inscrição, afinal tratava-se de uma instituição particular de ensino superior.

No primeiro concurso foram realizadas provas escritas e orais de Matemática, Química e Física, e prova gráfica de Desenho, no período de 17 a 25 de janeiro de 1956. As provas escritas e a prova gráfica aconteciam pela manhã, enquanto que as provas orais eram divididas em dois turnos, matutino e vespertino, e os alunos eram separados em turmas. A prova oral tinha duração de no máximo 20 minutos e a escrita e gráfica de no máximo duas horas. O Sr. Nelson Castro, frequentou o curso preparatório oferecido pela futura EEI e logo se inscreveu no primeiro concurso de habilitação da escola. Ele também se recorda que no curso preparatório eram mais de cem alunos, contudo, apenas 20 vagas foram oferecidas para o ingresso na escola[69].

Conforme deliberação do Conselho Técnico Administrativo da escola, professores de outras instituições de ensino superior do estado deveriam ser convidados para participarem das bancas examinadoras dos concursos de habilitação. Conforme reunião realizada pelo CTA em 1955, foi discutida a questão da apresentação dos pontos que seriam sorteados no momento das provas, assim como a constituição dos membros das bancas que seriam formadas de quatro professores, três examinadores e um presidente por matéria. Ficava decidido nesta reunião que seria realizada

> […] remessa de convite ao professor Fernando Antônio Brasil e Eng.º Duprat da Silva para completarem a banca de Física já constituída anteriormente, mas com menos número de membros; se convidasse os Engºs Químicos Hélio Pontes e Reinaldo Maia para completarem a de Química; o Prof. Alfredo Huch para constituir a banca de Desenho, pela parte de Descritiva. O Conselho, ainda, dentro dêste mesmo assunto, deliberou que a Direção da Escola oficiasse às Escolas de Engenharia de Pôrto Alegre e de Agronomia de Pelotas, solicitando como colaboração, fossem indicados, da primeira, um examinador para Matemática, um para Física e um para Desenho, e da segunda dois membros do seu corpo de Professores para a constituição da banca de Química (ATA nº 7,1955).

[68] Dados extraídos do Edital do Concurso de Habilitação da EEI, de dezembro de 1955, pertencente ao Relatório de Reconhecimento de 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.
[69] Dados obtidos através da entrevista realizada com o Sr. Nelson Dias Castro em 10 de agosto de 2012.

As bancas do primeiro concurso de habilitação da escola eram constituídas por professores da EEI e por professores convidados. Ficando estabelecida a seguinte estrutura:

Disciplina	Presidente	1º examinador	2º examinador	3º examinador
Matemática	Luiz Duarte Viana	Antônio de Souza Brasil	Alfredo Huch	Roberto Bastos Tellechea
Química	Alcindo Flôres Cabral	Hélio Pontes	Carlos Peixoto	João Rubem Almeida
Física	Werner Arthur Mundt	Werner Arthur Mundt	Fernando Duprat da Silva	Fernando Abott Torres
Desenho	João K. de Lima	João K. de Lima	Alfredo Huch	Olavo K. da Luz

Tabela 6: Relação das disciplinas e das bancas examinadoras do primeiro concurso de habilitação da Escola de Engenharia Industrial. Relatório de Reconhecimento, 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

As lembranças do primeiro concurso de habilitação realizado pela EEI ainda estão presentes na memória de um dos candidatos aprovados. Vale destacar a minúcia nos detalhes rememorados na fala do Sr. Nelson Castro, quando este conta como foi o primeiro processo seletivo da EEI, os professores da banca, as provas, as questões sorteadas e toda a expectativa presente em todo candidato que concorria a uma vaga na primeira instituição de ensino superior da cidade do Rio Grande. Para ele o vestibular,

> [...] era terrível. Hoje o vestibular é uma brincadeirinha de criança, hoje é só sim ou não, risca e faz cruzinha... naquela época não era. Inclusive, era muito difícil haver, vamos dizer assim, safadeza. Por que os professores não podiam ser de Rio Grande. Eles vieram de Porto Alegre e de Pelotas para fazer o vestibular em Rio Grande, então não conheciam ninguém. Chegava aqui e tu nunca tinha visto o cara na tua vida (CASTRO, 2012).

Sobre as provas, o Sr Nelson lembra com descontração das avaliações e diferencia os dois tipos de exames que existiam na época:

> Tinha exame escrito e exame oral. Um que era só escrita era o desenho que era eliminatório, no primeiro exame era só uma. Os outros eram Física, Química, Matemática, era uma prova escrita e uma prova oral, uma prova escrita e uma prova oral... A prova escrita... quer ver como era difícil ter safadeza de qualquer parte até de um professor, tu não tinha, era dificílimo. Por que tu chegava na aula, geralmente eram cinco, seis engenheiros, que ficavam lá na frente, e eles diziam assim: “Bom, a matéria será a partir de 110 títulos.... Nós vamos sortear um título”. Ai pegavam a urna e liam um

> título, número 1: Física, sei lá eu, qualquer bobagenzinha... óptica, química... então, eu lembro que para a nossa turma caiu dilatação dos sólidos, na parte de física, a parte de teoria seria dilatação dos sólidos. Depois tinha um problema, e ai sorteavam o problema... Primeiro era o sorteio, "então nós vamos fazer a prova de vocês sobre a questão número tal", que era dilatação dos sólidos, a parte de teoria. Então, eles se fechavam em uma sala e diziam: "Agora vocês fiquem rezando, fazendo o que vocês quiserem porque aqui ninguém pode conversar com ninguém" (risos) e saíam de sala de aula, levando quase meia hora. E ai é que eles iam preparar as questões... eles não sabiam... nem eles sabiam qual era o título que iria cair. Então, se reuniam em uma sala, preparavam aquilo ali... dilatação dos sólidos, fala o que tu souber sobre dilatação dos sólidos. Problema: preparar um problema sobre cordas vocais (risos) quem soubesse, quem se lembrasse da fórmula das cordas, resolvia o problema que era uma barbada, quem não soubesse não adiantava mais nada. E sempre testes... quer dizer, era muito difícil ludibriar alguém, por que era feito na hora ali, não tinha como. E os cinco mesmo é que corrigiam depois, com a presença do diretor, do diretor da Fundação... quando terminava a prova... e depois tu tinha que enfrentar esses "velhinhos" no oral... primeiro eles sorteavam um ponto e depois perguntavam, perguntavam, perguntavam, até eles se enjoarem e te mandarem embora (risos) (CASTRO, 2012).

É interessante destacar que ao mesmo tempo em que o curso preparatório estava sendo aplicado pelo corpo docente da EEI e se organizava o primeiro concurso de habilitação da escola, acontecia o I Simpósio de Geometria Descritiva e Desenho Técnico em Porto Alegre, sob coordenação da Escola de Engenharia da capital. Um simpósio de relevância para a EEI já que são duas das disciplinas escolares exigidas pelo curso e que se encontram logo no primeiro ano. Alguns dos professores da escola se fizeram presentes, como o Prof. Alfredo Huch, Prof. João Kramer de Lima e o Prof. Cícero Marques Vassão. Pode-se compreender que a participação dos membros do corpo docente da escola significava de certa forma, uma aproximação com diretores e professores de outras instituições de engenharia do país, tentando, talvez, adequar-se ao que estivesse em voga naquele momento, no que tange o ensino de engenharia. Afinal, a maior parte dos professores da EEI não tinha experiência no magistério, muito menos no ensino superior de Ciências Exatas. Além de participarem desse evento, consta em Ata do CTA[70], que o secretário da EEI aproveitou o evento para fazer um estágio junto à Secretaria da Escola de Engenharia da URGS, o que demonstra todo cuidado que estava sendo tomado para com as necessidades da futura escola.

[70] Ata nº 11 do Conselho Técnico Administrativo da EEI, de 18 de outubro de 1955. Relatório de Reconhecimento, 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

Sobre a pouca experiência didática entre os professores da escola, foi organizado um curso intensivo de matemática para engenheiros, ou seja, específico para os professores que pertenciam à EEI. O professor convidado a ministrar o curso foi o Prof. Ivo Wolff, membro do corpo docente da Escola de Engenharia da URGS, responsável pela disciplina de Cálculo (HASSEN;FERREIRA, 1996). O curso aconteceria no mesmo período da realização do concurso de habilitação, mas para não atrapalhar o andamento do processo seletivo, nem o trabalho que era desempenhado pelos professores nas indústrias e empresas onde trabalhavam, ele aconteceria à noite, o que reforçaria a participação de todos. O professor Luiz Duarte Vianna que participou como presidente da banca examinadora de Matemática em janeiro de 1956, foi novamente convidado pela escola a realizar uma palestra para os professores antes do início do ano letivo. O assunto escolhido foi Didática, fato que demonstra o interesse pelo aperfeiçoamento do corpo docente da escola. Outro professor da Escola de Engenharia da universidade foi escolhido para proferir a primeira aula inaugural da EEI, que aconteceu no dia 5 de março de 1956. Trata-se do diretor desta escola, o Eng.º Luiz Lesseigneur de Faria, que também foi designado pelo MEC para realizar a inspeção da EEI em 1954 e autorizar seu funcionamento.

Na próxima imagem (figura 13) visualiza-se a presença de um grupo de quatorze homens bem arrumados, de terno e gravata. Alguns estão em pé, outros se encontram sentados. À frente uma mesa bem ornamentada com flores e atrás um quadro negro com alguns desenhos geométricos. Dentre esses homens um chama a atenção, pois este não olha para o fotógrafo diferentemente dos demais que confrontam as lentes da câmera. É um senhor que se encontra com o corpo levemente voltado para o lado esquerdo e que parece não se preocupar com o registro que está sendo realizado naquele instante.

Figura 13: Primeira aula inaugural da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande, 5 de março de 1956. Acervo do NUME.

Após interpretar a imagem, percebe-se que trata justamente da aula inaugural proferida pelo Eng.º Luiz Lesseigneur de Faria, o quarto homem da esquerda para a direita. Um aspecto que pode ter sido levado em consideração no momento da escolha deste professor para proferir a aula inaugural seria o de que este foi o inspetor designado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC) para proceder a inspeção prévia da EEI em setembro de 1954, para que a mesma pudesse ser autorizada a funcionar (RELATÓRIO, 1957:2). Do seu lado esquerdo está o diretor da EEI, Eng.º Cícero Marques Vassão, e no seu lado direito está o senhor que não se preocupa em posar para a fotografia ou que talvez tenha sido pego de surpresa pelo fotógrafo. Este senhor é o Dr. Eliseu Paglioli, Magnífico Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, que se faz presente na inauguração da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande, afinal, esteve presente desde os primórdios de criação da escola,

sendo o responsável por encaminhar ao Ministro da Educação o pedido de autorização prévia para o funcionamento deste estabelecimento de ensino superior (RELATÓRIO, 1957:2).

O primeiro senhor sentado à esquerda é o Prof. Luiz Duarte Vianna, que há poucos dias havia proferido uma palestra para os professores da EEI. Também presente na imagem esta o prefeito da cidade do Rio Grande, no período, Sr. Álvaro Pereira, o sexto indivíduo contando da esquerda para a direita, o qual se encontra ao lado do Dr. Eliseu Paglioli. Um dos egressos da primeira turma era filho do prefeito, trata-se do estudante Nelson Pereira[71]. Ao fundo encontram-se os primeiros alunos da EEI, recentemente aprovados e que já se faziam presentes nos eventos organizados pela escola[72].

Pode-se afirmar sem receio, que esse diálogo entre essas duas instituições foi fundamental para o desenvolvimento e solidificação da EEI como instituição escolar, o fato da própria escola buscar a capacitação dos seus professores, demonstra que realmente existia um interesse por fazer da escola um espaço de troca de conhecimentos e principalmente, de transformá-la em um estabelecimento significativo perante o ensino superior brasileiro, para que este pudesse ser reconhecida como tal e viesse a fazer parte do sistema federal de ensino. Meta que foi alcançada no início da década de 1960, quando a escola é enfim, federalizada.

Para compreender as razões desta busca por aperfeiçoamento didático e qualificação do ensino de Engenharia, é necessário reconhecer quem eram esses professores, o que faziam, onde trabalhavam, quais disciplinas ministravam, dentre outras questões que serão trazidas a seguir.

4.3 Corpo docente: a formação e a trajetória profissional dos primeiros professores da EEI

É interessante notar o fato dos professores que fizeram parte dos primeiros anos da EEI, possuírem ocupações paralelas à atividade docente.

[71] Tal informação foi obtida através da entrevista realizada com o Sr. Nelson Dias Castro, aluno da primeira turma, que se encontra presente na fotografia.
[72] Nessa fotografia estão apenas alguns dos alunos aprovados no primeiro concurso de habilitação da EEI em 1956.

Portanto, não é de se estranhar que os salários fossem doados para a Fundação Cidade do Rio Grande e revertidos em auxílio para a manutenção da escola, informação obtida através de entrevistas que foram realizadas com professores que fizeram parte do primeiro corpo docente da escola. Fato que se altera apenas na década de 1960, quando a escola é enfim federalizada[73], permitindo que o corpo docente passe a fazer parte do quadro do funcionalismo público federal, sendo então remunerado.

Outra característica que poderia influenciar na decisão dos professores em não se dedicar exclusivamente a carreira docente, era que a mesma ainda estava em construção no que tange a docência no ensino superior (CATANI, 2011). A profissionalização do professor, da categoria profissional ainda estava em voga, principalmente em uma cidade como Rio Grande, que foi ter seu primeiro curso superior em meados da década de 1950. De acordo com Relatório realizado pela Fundação Cidade do Rio Grande durante o período de criação da escola, fica claro que o corpo docente estava apto a assumir as demandas de ensino impostas pela instituição.

> [...] compreende profissionais ilustres, com vasta experiência, alguns exercendo funções de rêlevo em grandes empreendimentos públicos e privados, relacionados com a engenharia industrial e outros no magistério, como professores de cursos existentes na cidade. A capacidade moral do corpo docente, a par de ser pública e notória, é atestada pelo largo conceito e prestígio que desfrutam os seus membros, não só na cidade do Rio Grande, como no estado do Rio Grande do Sul (RELATÓRIO, 1954:4).

É evidente que se deve levar em consideração que trata-se de um relatório escrito pela entidade responsável pela criação da escola, portanto, não iria fazer afirmações negativas sobre os professores da instituição. Contudo, é um dado importante a ser considerado, pois reforça a ideia de que a categoria professor de ensino superior, com dedicação exclusiva para aquele espaço escolar, não existia. O que acontecia era que os professores exerciam outras funções em outros estabelecimentos na cidade além da EEI. Todavia, percebe-se que nas fichas de inscrição dos candidatos à vaga de professor, era fundamental que estes possuíssem atividades relacionadas com a especialidade da cadeira, o que reforçava o caráter de comprometimento da escola com as disciplinas escolares, com os programas implantados e com o

[73] Mais detalhes sobre o processo de federalização da Escola de Engenharia Industrial encontram-se no item 4.7.

corpo discente que eles viriam a instruir. A seguir será realizada uma compilação dos primeiros professores que atuaram na criação da escola e se mantiveram por um longo período na instituição. Dentre os dados levantados encontra-se a formação acadêmica, disciplina escolhida para ministrar, atuação profissional fora da escola, dentre outras informações. Algumas das informações foram entrecruzadas com os relatos de dois professores que se encontram nesta compilação, bem como do relato de um egresso da primeira turma e que após sua formação também atuou como professor assistente na Escola de Engenharia Industrial e no Colégio Técnico Industrial, criado no final da década de 1960.

4.3.1 O primeiro corpo docente da EEI

O professor e primeiro diretor da EEI, **Cícero Marques Vassão**, natural de Curitiba/Paraná, possuía graduação em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia do Paraná. Na ficha cadastral anexada ao Relatório de Inspeção da EEI de 1954, todos os professores do futuro corpo docente da escola manifestavam a escolha por uma ou mais disciplinas que gostariam de ministrar. Fato que demonstra a não realização de concursos de cátedra nos primeiros anos da EEI, afinal, nota-se, por meio de atas do CTA que os professores que ingressaram no curso na década de 1950, eram indicados pelos demais colegas catedráticos[74]. No caso do Engº Vassão, as disciplinas escolhidas foram Cálculo Diferencial Integral e Hidráulica teórica e prática, esta última ministrada no 3º ano de curso. Sua experiência no magistério trata-se unicamente da participação em banca examinadora no curso de provas e títulos para provimento efetivo de cátedra de Matemática na Escola de Agronomia “Eliseu Maciel” da cidade de Pelotas. Além de ser professor da EEI, também exercia a função de engenheiro chefe do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais, do 18º distrito, secção de Rio Grande. É significativo elucidar que no momento em que o professor inicia sua carreira docente no ensino superior de Rio Grande, já possuía dois trabalhos publicados, que são:

[74] Um exemplo disso é a indicação do Prof. Mário Alquati explicitada na Ata nº 13 do Conselho Técnico Administrativo da EEI, do dia 13 de dezembro de 1955. Relatório de Reconhecimento, 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG

Reconhecimento topo-hidrográfico da Lagoa Mangueira e *Investigação sobre as causas da precipitação coloidal nas águas do Rio São Gonçalo*. Em 1956 (ATA nº 22 do CTA, de 28 de junho de 1956) precisa se afastar da disciplina de Cálculo e passá-la para outro catedrático, o escolhido é o Prof. Miguel de Castro Moreira. Vale destacar, que o Engº Cícero Vassão foi lembrado com muito carinho pelos entrevistados desta pesquisa, sendo considerado um dos principais atores na consolidação da EEI como instituição de ensino superior. Segundo relato do Sr. Ivo Braga, professor catedrático da EEI e na época de criação da escola trabalhava na administração do Porto de Rio Grande, duas pessoas merecem ser referendadas quando se menciona a criação da escola, uma delas

> [...] era o Engº Bastos, era ele quem coordenava essa coisa toda. Agora, outro que fez muito pela Escola de Engenharia foi o Cícero Vassão, que foi o primeiro diretor. E ele era naquele ano, o fiscal federal do Porto, porque todos os portos são federais e todos os portos têm concessionários, e o estado era concessionário do porto federal. Eles tinham uma fiscalização federal que era ali onde está a Polícia, ali na Osório... Lá que foi a sede da Companhia Francesa, e a sede dos fiscais de fiscalização federal. O Cícero era o diretor e ia lá no Porto pedir umas coisinhas (risos) (BRAGA, 2012).

Concomitante ao ofício de professor e diretor da EEI, o Engº Cícero Vassão era fiscal do Departamento Nacional de Portos, Rios e Canais e atuava no perímetro que correspondia a cidade do Rio Grande. Conforme mencionado pelo Prof. Ivo Braga, a escola inicia sem patrimônio e todos que fizeram parte do processo de criação da mesma, se recordam das dificuldades financeiras, das doações e da boa vontade daqueles que confiaram naquele projeto. O Sr. Nelson Castro também se recorda desses momentos difíceis que a EEI passou até conseguir sua federalização. Nas recordações do Sr. Nelson, o cenário era este:

> O negócio era o seguinte, no princípio quando eu era aluno, por exemplo, e até quando eu já estava formado e trabalhava como professor... quando nós precisávamos de alguma coisa, era tudo comprado por nós. Bom, as mobílias da EEI, tudo era doação, ou da Ipiranga, ou da Rheingantz, ou da Cia Swift, ou da Viação Férrea. Cada um ajudava com um pouco. Dando uma escrivaninha para cá... precisamos de cinqüenta cadeiras para os alunos, quanto custa? Vamos fazer um “rateio” [...] Os próprios alunos saiam pedindo, eu sai pedindo uma vez (CASTRO, 2012).

O professor **Hélio Benjamin Vieira**, natural de Camburiú/Santa Catarina, era Engenheiro Agrônomo graduado pela Escola de Agronomia e

Veterinária da Universidade do Rio Grande do Sul. Foi professor catedrático da cadeira de Complementos de geometria analítica, com noções de nomografia. Era membro do Conselho Técnico Administrativo da EEI. Como experiência docente, o que era raro entre os professores que pertenciam ao corpo docente da escola, ele ministrava a disciplina de Matemática para o segundo ciclo do Colégio Estadual Lemos Jr (FONTOURA, 1933). Também havia feito um curso intensivo de Matemática de professor realizado na Faculdade de Filosofia de Porto Alegre em 1953.

O professor **Alfredo Huch**, natural de Porto Alegre/RS, graduou-se em Engenharia Civil pela Universidade Técnica do Rio Grande do Sul na década de 1930. Era professor catedrático da cadeira de Complementos de geometria descritiva, Elementos de geometria projetiva e perspectiva e Aplicações técnicas, disciplina ministrada no 1º ano do curso. A nomenclatura da disciplina foi alterada para Geometria descritiva de acordo com o Relatório de Reconhecimento da escola de 1957. Tinha como professor assistente da disciplina, o professor **Sérgio Pernigotti.** O Engº Huch possuía experiência docente através de sua experiência como professor do Curso Propedêutico da Escola de Comércio Dr. Fernandes Moreira, localizado na cidade do Rio Grande, no qual ministrava as disciplinas de Matemática, Física, Química e História Natural. Além disso, havia sido engenheiro ajudante da Diretoria dos Serviços Industriais do Rio Grande, ligada à Prefeitura Municipal. Concomitante ao trabalho docente, o Engº Alfredo Huch trabalhava como engenheiro na Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos.

O professor **Roberto Bastos Tellechea,** sobrinho do Engº Francisco Martins Bastos[75], era natural de Uruguaiana/RS e havia se graduado recentemente em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Universidade Técnica do Rio Grande do Sul. Não possuía experiência docente, atuando somente como Engenheiro na Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleos. A cadeira que ministrava era a de Resistência dos materiais e grafo - estática, disciplina pertencente ao 2º ano do curso.

O professor **João Rocha**, natural de Rio Grande, havia graduado-se em Engenharia Civil na Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do

[75] Roberto Bastos Tellechea era filho de João Francisco Tellechea, um dos fundadores da Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleos, e Felisbina Bastos Tellechea, irmã de Francisco Bastos Tellechea (Relatório de Inspeção, 1954:335).

Sul, em 1946. Mesmo sem possuir experiência docente, era o responsável pela cadeira de Mecânica, precedida de elementos de cálculo vetorial, localizada no 2º ano do curso. Além dessa disciplina, foi professor assistente da cadeira de Geometria Analítica, trabalhando junto com o Prof. Hélio Benjamin Vieira. O professor ainda possuía experiência nestas áreas do conhecimento, pois havia atuado como Diretor da Diretoria de Obras e Saneamento de Rio Grande e do Serviço riograndino de água e esgoto.

O professor **Thomaz Paes da Cunha Filho**, natural de Rio Grande/RS, graduou-se Engenheiro Mecânico na Bélgica em 1934. Possuía experiência docente no Colégio Estadual Lemos Jr (FONTOURA, 1933), além de atuar como engenheiro chefe da destilaria da Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleos.

O professor **Fuad Abdalla Nader**, natural de Rio Grande/RS, graduou-se na década de 1940 em Ciências Econômicas pela Faculdade de Ciências Econômicas de Pelotas. Possuía experiência docente por ter sido professor da Escola Técnica de Comércio São Francisco, localizada na cidade do Rio Grande, ministrando a disciplina de Contabilidade Industrial. Era o respondável pela disciplina de Estatística, Economia política e Finanças. Vale ressaltar que o professor declara não ter tido atividades relacionadas com as especificidades da disciplina, contudo, havia realizado dois cursos de especialização na área, um sobre Economia Política e Contabilidade Industrial e outro sobre Teoria Econômica, entre 1951 e 1954. Além de ter publicado diversos artigos de fundo econômico em jornais da cidade do Rio Grande, bem como em conferências e eventos fora da cidade.

O professor **Ivo Pereira Braga**, natural de Rio Grande/RS, graduou-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul. Foi um dos professores entrevistados nesta pesquisa, o que proporcionou outras perspectivas que auxiliaram na reconstrução histórica dos primeiros anos da EEI. Sem experiência docente, O Engº Ivo Braga atuava como Engenheiro Diretor Técnico da Divisão de Rio Grande do Departamento estadual de Portos, Rios e Canais (D.E.P.R.C), além de ter sido Engenheiro Chefe da secção de oficinas e conservação da Diretoria Técnica do D.E.P.R.C. Era responsável pela cadeira de Construção Civil, ministrada no 4º ano do curso. Sobre a disciplina ele recorda da seguinte forma:

> Eu ia dar Construção Civil para os alunos, é uma parte muito mais teórica, nomes de peças [...] é mais uma nomenclatura, vamos dizer assim, da construção civil. Outros dados sobre as construções gregas [...] sei lá, gregas e romanas, etruscas... isso eu passei assim que era uma... rapidamente, porque ao final das contas era uma situação que não ia dar trabalho a ninguém. Então, resolvi, na parte de Construção Civil, dar mais concreto armado. Porque já que era construção civil eu dava mais construção de lages, pilares, construção de edifícios, isso era comigo. E dava construção metálica também, estruturas metálicas...ligações metálicas. Agora, quanto a forma de dar aula, na parte de dar aula, eu primava muito pela ética naquele tempo. Eu acho que é fundamental. E, não sei... eu gostava de ministrar coisas que fossem úteis, que as pessoas trabalhassem com aquilo (BRAGA, 2012).

O Sr. Ivo Braga também relembra da remuneração dos professores, que nos primeiros anos da escola não recebiam nada pelo serviço prestado. Segundo ele:

> Os primeiros anos foram de pobreza (risos). Pobreza, não tinha nada, dinheiro nenhum. Então, todos davam aula de graça. Então nós... eu acho que até o MEC reconhecer a escola... Porque a escola começou a funcionar em 1955. Em 1960 formou a primeira turma e o MEC reconheceu a escola em 1960, eu acho que eles já se formaram com a escola reconhecida pelo MEC. Então, após esse reconhecimento a escola, o MEC então admitiu a ele, os professores da escola. Então nós passamos a ganhar pelo MEC. Até lá, nós não ganhávamos nada. Mas ai continua a história. Como não tinha dinheiro para nada então, todos eram obrigados... obrigados não, quer dizer, tu recebias o cheque de pagamento e tu, assinavas atrás e entregavas para a Fundação Cidade do Rio Grande. Assim passamos mais (...). E o pior da história é que nós pagávamos no imposto de renda (risos) sobre o que a gente recebia. Porque a escola não tinha sido reconhecida como entidade pública, e ela pagava os professores, e depois se acertou esse negócio. E no fim, já começou a ser subvenção do governo e essa coisa toda, e nós ficamos com o pagamento (BRAGA, 2012).

O fato de os professores doarem seus salários à FCRG reforça a necessidade deles continuarem com seus trabalhos paralelos, afinal, apenas com o processo de federalização efetivado, o que acontece em meados da década de 1960, é que estes passaram a receber sua devida remuneração. Na fala do Sr. Nelson Castro, ele também deixa registrado a situação do corpo docente na época e justifica a pouca experiência dos professores da seguinte maneira:

> Eram bons professores... não vou te dizer que... alguns tinham dificuldade de ensinar, mas tinham boa vontade. Essa é que era a verdade, ninguém ali ganhava nada... A Escola de Engenharia naquela época, não gastava um “tostão” com professor, tudo, tudo era “no amor e na graça” (CASTRO, 2012).

O professor **Heitor Amaro Barcellos**, natural de Rio Grande/RS, graduou-se em Engenharia Mecânica e Elétrica pela Escola de Engenharia de Porto Alegre. Trabalhava como engenheiro da destilaria da Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleos. Provavelmente por possuir experiência na área, ficou responsável pela cadeira de Termodinâmica e motores térmicos para o 5º ano, que depois modificou-se para apenas Termodinâmica (RELATÓRIO, 1957). Apesar de não possuir experiência docente, já havia publicado em 1950 um artigo intitulado *O problema do custo e da tributação dos transportes rodoviários, fluviais e lacustres* na Revista Orientação Econômica e Financeira. Faleceu prematuramente em 1957[76] (CESAR, 2011), sendo substituído pelo professor **Darcy Pedro Piccini.** O Prof. Darcy era Engenheiro civil graduado pela Escola de Engenharia da URGS era engenheiro chefe da Oficina Mecânica da Cia. União Fabril. Ministrava também a disciplina de Tecnologia Mecânica e Instalações Industriais.

O professor **Fernando Abott Torres**, natural de São Gabriel/RS, graduou-se em Engenharia Elétrica e Mecânica, mas no Instituto Eletrotécnico e mecânico de Itajubá. Almejava ministrar a disciplina de Física Industrial, principalmente pelo fato de atuar como engenheiro da destilaria da Ipiranga S.A. Companhia Brasileira de Petróleos. Segundo relato do Sr. Nelson Castro, ele também foi professor da disciplina de Eletrotécnica. Inclusive, quando o Sr. Nelson ingressou na EEI, foi transferido de auxiliar de escritório para auxiliar de Engenheiro na Ipiranga, sendo auxiliar do seu chefe e também professor Engº Torres[77]. O professor Torres não possuía em seu currículo experiência docente, mas já havia publicado em 1945 um artigo de nove páginas sobre a *Contribuição para o estudo da tração de trens, entre Santa Maria e Pinhal,* na Revista de Engenharia do Rio Grande do Sul.

O professor **Francisco Martins Bastos**, natural de Uruguaiana/RS, graduou-se Engenheiro Mecânico eletricista pela Universidade Técnica do Rio Grande do Sul, em 1928, sendo o único formando de sua turma (CESAR, 2011:41). Era o presidente da Fundação Cidade do Rio Grande, entidade mantenedora da EEI e também Diretor Superintendente da Ipiranga S/A.

[76] Segundo o Sr. Nelson Dias Castro, ele veio a falecer em Porto Alegre por conseqüência de uma cirurgia de úlcera (CASTRO, 2012).
[77] Dados obtidos na entrevista com o Sr. Nelson Dias Castro, realizada em 12 de agosto de 2012.

Companhia Brasileira de Petróleos, além de ter sido engenheiro e diretor da cooperativa dos empregados da Viação Férrea do Rio Grande do Sul. Até o momento em que assumiu a cadeira de Organização das indústrias, Contabilidade pública e industrial, Direitos administrativos e Legislação, ministrada no último ano de curso, não possuía qualquer experiência docente.

O professor **Eliézer de Carvalho Rios**, natural da cidade do Rio Grande, graduou-se em Química Industrial[78] pela Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul, ainda não federalizada no momento[79]. Sua experiência no magistério se resumia ao ensino particular de química, ao passo que exercia a função de chefe do Laboratório Bromatológico da Secretaria da Agricultura e químico do Laboratório de tecnologia do Entreposto de pesca de Rio Grande. Optou por ministrar a disciplina de Química Tecnológica e Analítica que era oferecida no segundo ano do curso, provavelmente por toda a sua experiência na área, sendo inclusive, especialista em Química Bromatológica e proficiente em língua inglesa. O Prof. Rios, foi um dos professores fundadores da EEI e, por isso, um dos entrevistados em potencial da presente pesquisa. Em seus relatos, ele também se recorda das dificuldades dos primeiros anos como professor da escola e da necessidade de possuir outro emprego para sobreviver. Sobre isso, o Prof. Rios conta que na Escola de Engenharia Industrial,

> O orçamento era muito curto, sempre. Pagavam muito pouco. Primeiramente, nós dávamos aula de graça. Então eu fui dar aula em Pelotas [...] O ônibus da volta era 12h, mas como a aula ia até às 12h, eu perdia. O das 12h30min era indireto, entrava gente com galinha embaixo do braço (risos) (RIOS, 2012).

Vale lembrar que este professor possuía uma série de pesquisas e de trabalhos publicados com referência a fauna e flora da cidade do Rio Grande, inclusive doando suas pesquisas e coleções científicas ao que veio se tornar o primeiro Museu Oceanográfico do município, criado em 1953, tendo o apoio da Prefeitura Municipal e da Fundação Cidade do Rio Grande.

O engenheiro **Jayme da Motta** concluiu sua graduação em Engenharia de Minas e Metalurgia na Escola de Engenharia da URGS, e ficou responsável

[78] O curso de Química Industrial é alterado para Engenharia Química em 1955 (HASSEN; FERREIRA, 1996).
[79] A Universidade do Rio Grande do Sul é federalizada em 1950, contudo é oficializada apenas em 1970 adquirindo passando a se denominar Universidade Federal do Rio Grande do Sul, com a sigla UFGRS (HASSEN; FERREIRA, 1996:111).

por ministrar a cadeira de Geologia Econômica e Noções de Metalurgia. Sem possuir experiência docente, atuava como engenheiro chefe e Assistente do Diretor da Cia União Fabril, empresa manteve convênio de seis anos com a Fundação Cidade do Rio Grande, concedendo suas instalações industriais para as aulas práticas e estágios dos estudantes da EEI. Era catedrático da disciplina e tinha como professor assistente, o Engenheiro **Fernando Duprat da Silva** que era formado pela Faculdade de Ciências Exatas, Físicas e Naturais da Universidade de Buenos Aires, Argentina. Foi professor de Física do Colégio Estadual Lemos Jr, trabalhando com a parte de Mineralogia e Geologia. E também projetou e dirigiu as obras de construção do edifício do Lemos Jr em 1922 (FONTOURA, 1933).

O professor **Irineu Soares de Souza Filho** formado em Química Industrial pela Escola de Engenharia da URGS, possivelmente em razão de ter experiência docente como professor de Física do 2º ciclo do Colégio Estadual Lemos Jr (FONTOURA, 1933), optou por ministrar a disciplina de Física, no primeiro semestre do primeiro ano do curso de Engenharia.

O professor **Reinaldo Pereira de Oliveira Maia**, também era graduado em Química Industrial, mas formou-se no Curso de Química da Escola de Engenharia de Pernambuco. Atuava como Químico do Ministério da Agricultura na chefia do Laboratório de Análises de Vinha, na cidade do Rio Grande. Era professor da disciplina de Eletroquímica.

O engenheiro civil **Paulo de Castro Moreira** graduou-se na Escola de Engenharia da URGS e era professor catedrático da disciplina de Topografia. Apesar de não possuir experiência no magistério, atuava como engenheiro da Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleos. O Engº Paulo de Castro Moreira possuía um irmão, também engenheiro, chamado **Miguel de Castro Moreira**, que inclusive, havia sido prefeito da cidade do Rio Grande no final da década de 1940. O Engº Miguel não se encontra na lista de membros da Congregação da EEI, contudo, recebeu homenagem póstuma como professor homenageado pelos alunos da primeira turma da escola[80]. Ele foi contratado pela EEI para substituir o Prof. Vassão na disciplina de Cálculo no ano 1957 pois o mesmo já

[80] Dados obtidos no Convite de formatura da primeira turma de Engenheiros Industriais da cidade do Rio Grande, realizada em 28 de dezembro de 1960. Acervo do NUME.

não comportava atuar como diretor e professor de mais de uma disciplina[81] Com a realização da entrevista com um dos alunos da primeira turma, Sr. Nelson Castro, ele coloca que o Prof. Miguel veio a falecer prematuramente em um acidente de automóvel juntamente com sua esposa e filhos[82]. Vale destacar a maneira como o Sr. Nelson se recorda do Prof. Miguel, rememorando uma série de detalhes do cotidiano de sala de aula, como a didática, os trejeitos do professor, dentre outros.

> Tinha professores super exigentes. Chegavam a ser quase antipáticos. Era o Engº Miguel de Castro Moreira, que foi prefeito de Rio Grande. Ele também tinha um irmão que foi professor de Topografia, Paulo de Castro Moreira. O Miguel era engenheiro e foi prefeito, o Paulo trabalhou na Refinaria muitos anos como engenheiro. Inclusive, como estagiário, eu trabalhei com ele. Aquele posto do Mercado fui eu que fiz com ele. Ele só me dava as ordens e eu ia... Esse Miguel de Castro Moreira era um professor impressionante. Nunca se via ele sorrir em aula, carrancudo. Mas, tinha uma didática para explicar que era impressionante. Ele sempre estava de roupa azul, camisa branca e gravata de top. Naquela época já não era mais comum se usar essa gravata, mas ele estava sempre com ela. Ele dava uma aula inteira de Cálculo Integral no quadro negro com giz, terminava a aula, colocava o giz de volta e só limpava as mãos. Ele só havia sujado a ponta dos dedos, tu olhavas para ele, ele estava impecável. As aulas eram muito boas, mas ele era super exigente. Qualquer coisinha ele não aceitava [...] (CASTRO, 2012).

Auxiliando o Prof. Paulo de Castro Moreira na disciplina de Topografia também encontravam- se os professores assistentes: **Arthur Américo de Oliveira Ehlers**, engenheiro civil formado pela Escola de Engenharia da URGS e que também não possuía experiência docente anterior, contudo, era o Diretor de Saneamento e Urbanismo da SPO e chefe da Secção da Barra e Balizamento do DEPREC. E o professor **Mário Alquati,** que havia graduado-se na década de 1950 em Engenharia Mecânica Elétrica e Civil, pela Escola de Engenharia da URGS. Um detalhe significativo é que a indicação desses dois professores assistentes foi feita pelo Eng.º Francisco Martins Bastos, ideia que foi acatada pelo Conselho Técnico Administrativo assim que colocada em pauta[83]. Em abril de 1956 o professor Alquati é transferido para assistente da cadeira de Cálculo Infinitesimal, de responsabilidade do professor catedrático,

[81] Dados retirados da Ata nº 22 do CTA da EEI, pertencente ao Relatório de Reconhecimento da EEI, 1957. Pertencente ao acervo do Arquivo Geral da FURG.
[82] Dados obtidos na entrevista realizada com o Sr. Nelson Dias Castro, em 12 de agosto de 2012.
[83] Dados retirados da Ata nº 13 do Conselho Técnico Administrativo da EEI, do dia 13 de dezembro de 1955. Relatório de Reconhecimento, 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

Cícero Vassão[84]. O professor **José Mabilde Ripoll** com graduação em Engenharia Civil, realizada em Porto Alegre, também atuava como professor assistente da disciplina de Topografia. Trabalhava como Engenheiro encarregado da seção de Pelotas do 18º distrito do DEPRC.

O professor **João Câncio de Miranda Jr**, químico industrial graduado pelo Instituto de Química Industrial da Escola de Engenharia da Universidade do Rio Grande do Sul. Foi professor de Química Industrial da EEI e não possuía experiência docente. Atuava como Chefe do Laboratório da destilação da Ipiranga, além de já ter trabalhado com mineração de carvão e pesquisas auríferas. O professor **João Rubem de Oliveira Almeida** possuía a mesma formação do professor João C. de Miranda Jr, contudo ficou responsável por ministrar a disciplina de Química Física. Também era funcionário da Ipiranga S/A. O professor **Edmaro da Silva Abrantes** com a mesma graduação de ambos ficou responsável pela disciplina de Química Orgânica, ao mesmo tempo em que atuava como Chefe de Operações e Assistente de Laboratório da Destilaria Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleos. A única professora da escola era a Química **Glasphyra Monteiro Piffero,** com graduação no mesmo curso e na mesma instituição dos demais químicos industriais. Era a química chefe do Laboratório da Cia União Fabril. Nenhum deles possuíam experiência docente.

O professor **Ruy Honório Bacellar** graduado em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da URGS, ficou com a disciplina de Materiais de Construção, Tecnologia e Processos Gerais de construção. Trabalhava como engenheiro chefe da divisão do Departamento de Portos, Rios e Canais do Estado do RS. Mesmo sem experiência docente participou da tradução de uma obra acadêmica de seis volumes, o *Manual do Engenheiro*, no qual ele traduziu a parte de *Cálculo diferencial e intergral de R. Courant*.

O professor **Olavo Kramer da Luz**, com graduação em Engenharia Civil pela URGS, era o professor catedrático da disciplina de Desenho a mão livre, presente já no primeiro semestre do curso de Engenharia. Possuía além da graduação um curso de especialização em Arquitetura e Desenho Técnico pela Escola Técnica Parobé, pertencente à Escola de Engenharia da URGS. Atuava

[84] Dados retirados da Ata nº 18 do Conselho Técnico Administrativo da EEI, do dia 9 de abril de 1956. Relatório de Reconhecimento, 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

como desenhista da Secretaria das obras públicas e do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais. O professor **João Kramer de Lima**, engenheiro eletricista-mecânico formado pela Universidade Técnica do RS, era o responsável pela disciplina de Desenho Técnico e à mão livre, junto com o professor Olavo. Era ex-chefe do Serviço riograndino de eletricidade, e tinha experiência em Berlim de 1914 a 1920 atuando na Companhia Siemens Shuckert.

O professor **Edy Paulo Pereira dos Santos** também formado em Engenharia Civil em Porto Alegre, ministrava a disciplina de Cálculo Diferencial e Integral, como professor assistente, já que a cadeira pertencia ao professor catedrático Cícero Marques Vassão. Além disso, havia ministrado as disciplinas de Matemática e Física no curso científico do Colégio Manuel Ribas em Santa Maria.

O professor **Álvaro José Fernandes**, era Engenheiro Mecânico formado na Escola de Engenharia de Oldenburg, na Alemanha. Desempenhava a função de chefe do Departamento de Construção Naval da firma Manoel José Fernandes Jr & CIA. A disciplina escolhida foi Metalurgia com desenvolvimento de Siderurgia. Já havia se aperfeiçoado em Construção naval quando trabalhou no Estaleiro Deutsche Werft em Hamburgo nos anos de 1927 e 1928.

O professor **Fernando Bezerra Bertolli**, engenheiro civil e mecânico eletricista, graduado na Escola de Engenharia da URGS, era Engenheiro Chefe das oficinas da Viação Férrea do RS, em RG. Ministrava a disciplina de Mecânica aplicada, bombas e motores hidráulicos.

O primeiro corpo docente da EEI, formado por professores catedráticos e assistentes, e ocasionalmente por professores contratados, possuía uma formação variada, inclusive com graduações realizadas no exterior, como Argentina e Alemanha. Por meio dessa análise pode-se notar que tratava-se de um grupo de profissionais atuantes e consolidados em suas respectivas áreas, tendo a carreira docente como um novo desafio, um verdadeiro diferencial para o período principalmente tratando-se de ensino superior. Também é possível visualizar que dos trinta e três professores mencionados, apenas oito possuíam experiência docente, experiência obtida através de aulas no ensino secundário e profissionalizante, nenhum possuía experiência docente com ensino superior.

Outra ocorrência notável é a presença majoritária de funcionários da Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleos, incluindo, o diretor superintendente da época, o Engº Francisco Martins Bastos. Novamente, a atuação de gestor do Engº Bastos deve ter influenciado os funcionários a fazer parte desse movimento em prol do ensino superior riograndino e, mesmo com todas as dificuldades já mencionadas, convencê-los em ter uma participação marcante nos primeiros anos da EEI.

É imprescindível destacar o fato destes profissionais conseguirem consolidar o trabalho técnico com a docência, principalmente, tratando-se de uma docência da qual nenhum possui experiência. Tal fato reforça a importância desses sujeitos para a consolidação da EEI, uma instituição que inicia sua trajetória em 1954 sem possuir estrutura física e sendo mantida por uma entidade privada que é sustentada por seu corpo dirigente.

Após verificar alguns dos principais dados de formação e da procedência dos primeiros professores da Escola de Engenharia Industrial, é interessante poder entender como estavam subdivididas as disciplinas escolares ao longo do curso, que tinha duração de cinco anos.

4.4 As disciplinas escolares dos primeiros anos da EEI: saberes e práticas

Antes de aprofundar a discussão acerca das disciplinas escolares propriamente ditas da EEI, é necessário compreender que as instituições escolares são os espaços privilegiados onde as disciplinas escolares foram sendo construídas e modificadas ao longo do tempo. As disciplinas também fazem parte da chamada cultura escolar, conceito abordado anteriormente, que diz respeito às normas e práticas criadas e instituídas pela escola, que foram e são responsáveis por definir valores e comportamentos nos sujeitos que dela compartilham (JULIA, 2001). As disciplinas escolares, por fazerem parte da cultura escolar, buscam representar a identidade da instituição através do seu conjunto, tendo seus objetivos claramente definidos dentro daquele espaço, visando a formação do indivíduo que lá se encontra.

Segundo Chervel (1990) o interesse em se pesquisar a história das disciplinas escolares é relativamente recente no campo da história da educação. O conceito de disciplina escolar muitas vezes se confunde com o próprio conceito de disciplina no sentido de normas, não frisando necessariamente o histórico dos conteúdos ministrados pelos docentes nas instituições de ensino. Com relação à terminologia, o autor reitera

> A história da palavra *disciplina (escolar)* e as condições nas quais ela se impôs após a Primeira Guerra Mundial colocam contudo em plena luz a importância deste conceito, e não permitem confundi-lo com os termos vizinhos. No seu uso escolar, o termo "disciplina" e a expressão "disciplina escolar" não designam, até o final do século XIX mais do que a vigilância dos estabelecimentos, a repressão das condutas prejudiciais à sua boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso (CHERVEL, 1990:178).

Percebe-se então que nas primeiras décadas do século XX, o termo disciplina escolar passa a significar tudo aquilo que era ensinado pelos mestres aos alunos, passando a constituir "uma matéria de ensino suscetível de servir de exercício intelectual" (CHERVEL, 1990: 179). De acordo com esse mesmo autor, a história das disciplinas escolares está intrinsecamente ligada à história do ensino, bem como aos docentes que fazem parte do núcleo dessa história. Tal afirmação justifica o reconhecimento e o uso das disciplinas escolares como parte das ditas culturas escolares, além de ser mais um enfoque dentro da história das instituições educativas que pode ser abordado, principalmente sob o viés da História Cultural. Para o autor,

> Desde que se compreenda em toda a sua amplitude a noção de disciplina, desde que se reconheça que uma disciplina escolar comporta não somente as práticas docentes da aula, mas também as grandes finalidades que presidiram sua constituição e o fenômeno de aculturação de massa que ela determina, então a história das disciplinas escolares pode desempenhar um papel importante não somente na história da educação mas na história cultural (CHERVEL, 1990:184).

No que tange a especificidade das disciplinas da história institucional que se está analisando, fica claro que estas fazem parte do ensino superior, portanto, se diferenciam das disciplinas do ensino primário e do secundário, sendo denominadas de disciplinas acadêmicas (BITTENCOURT, 2003). Para Chervel (1990) a principal característica que as difere encontra-se no caráter obrigatório em um caso e livre, no caso do ensino superior. Dentro dessa perspectiva o autor afirma que

> O que caracteriza o ensino de nível superior, é que ele transmite diretamente o saber. *Suas práticas coincidem amplamente com suas finalidades.* Nenhum hiato entre os objetivos distantes e os conteúdos do ensino. O mestre ignora aqui a necessidade de adaptar a seu público os conteúdos de acesso difícil, e de modificar esses conteúdos em função das variações de seu público: nessa relação pedagógica, o conteúdo é uma variante (CHERVEL, 1990:185, grifos da autora).

O ensino de Engenharia pode ser caracterizado como um ensino voltado para a prática, para a aplicação dos conhecimentos específicos para cada área do ramo. Um ensino caracterizado como profissionalizante voltado para um saber aplicado. Na Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande não foi diferente, esta ofertou em seus primeiros anos apenas a modalidade Mecânica, dando ênfase ao saberes voltados para a indústria[85].

O curso que iniciou em 1956, era dividido em cinco anos, os quais foram pensados e divididos por séries e estas subdividas em dois períodos ou semestres. De acordo com o Regimento Interno da Escola de Engenharia Industrial (1956) as disciplinas escolares eram 24, cada uma ministrada por um professor catedrático e por seu assistente, quando necessário. É válido agregar que a maior parte dos professores da EEI não possuía experiência docente, o que evidencia a possível falta dos conhecimentos de didática para ministrarem suas aulas. É preciso esclarecer que a didática "tem por objetivo fundamental criar formas de transpor o conhecimento científico para a escola da maneira mais adequada possível" (BITTENCOURT, 2003:24). A didática diz respeito às formas de transmissão de saber entre professor-aluno, o que é denominado por Forquin (1995) de "transposição didática". Para tal transposição podem ser utilizados dispositivos mediadores, aprendizagens metódicas, manuais didáticos, exercícios escolares, entre outros meios (FORQUIN, 1995:16-17).

Para compreender melhor como eram as possíveis realidades escolares da EEI, foi preciso ter contato com uma memória escolar que ainda não havia sido contemplada. Através das entrevistas realizadas no decorrer da pesquisa foram sendo percebidas novas perspectivas sobre a realidade empírica do cotidiano da escola. Com a realização e análise das entrevistas pode-se apreciar e entender o que afirma a autora Circe Bittencourt (2003:36), quando ela afirma que "[...] fotografias, matérias escolares, livros de memorialistas,

[85] A segunda modalidade oferecida pela instituição é Engenharia Química no ano de 1964, de acordo com as fontes documentais do acervo museológico do NUME.

memória oral e entrevistas são fundamentais para se conhecer a disciplina escolar e vivida por professores e alunos".

Na primeira série ou primeiro ano, os dois períodos possuíam as disciplinas de Geometria analítica e noções de nomografia, Cálculo diferencial e integral, Física, Topografia, Complementos de geometria descritiva – Elementos de geometria projetiva, perspectiva e aplicações técnicas e Desenho a mão livre. Na segunda série estavam as disciplinas de Física, Química Tecnológica e analítica, Mecânica racional precedida de elementos de cálculo vetorial, Geologia econômica e noções de metalurgia e Desenho técnico. O Prof. Eliézer Rios era o professor responsável pela disciplina de Química Tecnológica e ao falar sobre como organizava suas aulas para a EEI, ele rememora um fato que lhe foi bastante significativo:

> Primeiro, o programa não foi feito por mim, eu já recebi o material e tive que segui-lo. Eu dava aula através do sistema periódico de Mendeleiev. Naquele tempo não tinha (...) eu construía com nanquim todo bonitinho, o número atômico... no fim, eu acabei construindo cinco sistemas periódicos. O curso de Engenharia de RG não tinha, em Pelotas não tinha... então eu tive que fazer a tabela do sistema periódico (longa pausa). Um dia... eu sabia a tabela de cor, uma vez eu fiz ela no quadro... ela tem nomes muitos difíceis... eu coloquei todos no quadro e os alunos se levantaram e bateram palmas. Eu fui aplaudido em aula, pela primeira vez (risos). Nunca tinha sido aplaudido, nem havia ouvido falar nisso (risos) (RIOS, 2012).

Novamente são perceptíveis algumas dificuldades que foram enfrentadas por esses profissionais que tiveram sua trajetória profissional um tanto quanto modificada, quando aceitaram participar desse novo empreendimento, ou seja, aceitaram participar da criação da Escola de Engenharia Industrial. Entretanto, bons momentos também foram vivenciados por aqueles que ali dedicaram boa parte de sua vida, como, por exemplo, a recordação do Prof. Rios sobre os aplausos que recebeu dos alunos em plena sala de aula.

Ao ser questionado sobre as disciplinas escolares da EEI, o Sr. Nelson Castro recorda do seu primeiro convite para ser monitor de uma disciplina, convite que se deu logo no segundo ano do curso. Relembrando, ele coloca a necessidade de auxílio que o corpo docente possuía naqueles primeiros anos:

> Olha, eu sempre gostei muito de Eletrotécnica. Gostava também de Topografia. A grande dificuldade da EEI e dos professores... eu tirei Topografia no primeiro ano, e quando eu passei para o segundo ano

> o professor já me convidou “Nelson, não queres ser meu monitor?”. Quer dizer, eu no segundo ano já sair monitor de Topografia para a turma que estava entrando no primeiro ano, justamente porque não tinha... tudo é na base da ajuda. O professor de Topografia foi o professor Arthur Ehlers. O professor de Eletrotécnica foi o professor Fernando Torres [...] (CASTRO, 2012).

Na terceira série encontravam-se no primeiro e no segundo períodos as disciplinas de Física, Hidráulica teórica e prática, Mecânica aplicada – Bombas e motores hidráulicos, Materiais de Construção – Tecnologia e processos gerais de construção, Resistência de materiais – Grafostática. No penúltimo ano do curso estavam presentes as disciplinas de Eletrotécnica, Estatística - Economia política e finanças, Construção Civil, Termodinâmica e motores térmicos, Zoologia e botânica tecnológica e Higiene geral – Higiene industrial e dos edifícios. A disciplina de Construção Civil era ministrada pelo Prof. Ivo Braga, outro entrevistado desta pesquisa, que se recorda que no seu tempo de professor da EEI ele considerava fundamental primar pela ética dos profissionais que ele estava ajudando a formar, bem como auxiliá-los a pensar na teoria e na prática como algo interligado com aquilo que os futuros engenheiros pudessem vir a trabalhar.

O último ano reservava aos estudantes as disciplinas de Física Industrial, Tecnologia mecânica – Instalações industriais, além da Organização dos serviços e do trabalho – Contabilidade pública e industrial – Direito Administrativo e legislação reunidos em uma única disciplina ministrada pelo professor Francisco Martins Bastos experiente dirigente de uma das principais indústrias da cidade do Rio Grande e do Brasil. Um detalhe importante diz respeito à organização didática da escola, que segundo Relatório redigido pela Fundação Cidade do Rio Grande em 1954 estava de acordo com a “seriação dos cursos em vigôr na Universidade do Rio de Janeiro, aprovada pelo Decreto 19.852, de 19 de abril de 1935” (RELATÓRIO, 1954:4). Exemplo disso, é a colocação do Prof. Rios[86], quando ele menciona que não era o responsável em organizar a disciplina de Química Tecnológica, pois, ele recebia o programa pronto, que havia sido organizado pela própria escola.

Vale ressaltar que o ensino da escola era ministrado através de aulas teóricas, práticas e prática-oral. Sendo que as aulas práticas poderiam ser

[86] Sobre essa colocação ver citação do Prof. Rios localizada na página 170.

divididas em exercícios de campo ou laboratório, e este era realizado com turmas de no máximo três alunos e com o mínimo de duas horas de duração[87]. Toda essa concepção da escola como espaço organizado, de formação (NÓVOA, 1995) e de produção de conhecimento, esta intrinsecamente ligado também à seleção das disciplinas escolares que são ministradas pelas instituições. Estas, assim como tantos outros elementos, devem ser reconhecidas como parte fundamental da cultura escolar de cada espaço educacional. Afinal,

> […] a história das disciplinas escolares deve ser analisada como parte integrante da cultura escolar para que se possam entender as relações estabelecidas com o exterior, com a cultura geral e a sociedade. Conteúdos e métodos, nessa perspectiva, não podem ser entendidos separadamente e, ainda, os conteúdos escolares não são vulgarizações ou meras adaptações de um conhecimento produzido em um "outro lugar" […] A seleção dos conteúdos escolares depende intrinsecamente de finalidades específicas e, assim como os métodos, não são decorrentes dos objetivos das ciências de referência (BITTENCOURT, 2003:26).

Realizando uma análise comparativa com a Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), criada no final da década de 1940, mas instalada em meados da década de 1950[88], pode-se notar que a EEI não se encontrava fora dos parâmetros dos programas curriculares das demais instituições de engenharia do país. As disciplinas escolares do currículo da EESC que se diferenciavam da EEI eram: Arquitetura, Solos e Transportes. A EEI em compensação mantinha em seu currículo algumas disciplinas diferenciadas como, por exemplo, Higiene geral: higiene industrial e dos edifícios e Organização das indústrias, contabilidade pública e industrial, direitos administrativos e legislação, que estavam mais de acordo com o tipo de formação em Engenharia Mecânica que a EEI buscava engenheiros voltados para as indústrias. Vale ressaltar que as modalidades de Engenharia que a EESC fornecia eram Civil e Mecânico e que a mesma estava vinculada à Universidade de São Paulo (USP), criada na década de 1930. Pode-se compreender a organização curricular das instituições de Engenharia criadas neste período, como um

[87] Dados da secretaria da EEI, de setembro de 1957, pertencentes ao Relatório de Reconhecimento da escola realizado neste mesmo ano.
[88] Para maior aprofundamento ler o trabalho de pesquisa de Paolo Nosella e Ester Buffa sobre a história da Escola de Engenharia de São Carlos (EESC), publicado no ano 2000.

> [...] reflexo da política nacional desenvolvimentista dos anos 50, calcada na industrialização do país e na confiança na tecnologia. Acreditava-se que esse seria o caminho para a superação do atraso de uma sociedade agrária que começava a se urbanizar. Otimisticamente, acreditava-se que em pouco tempo o Brasil alcançaria o desenvolvimento das nações hegemônicas (NOSELLA;BUFFA, 2000:38).

A figura 14 mostra outro momento de diálogo da EEI com profissionais de outras instituições de engenharia do país. Nessa imagem nota-se um professor a frente de um quadro negro contendo uma série de números sendo subdivididos pelas palavras regiões desenvolvidas, intermediária e subdesenvolvida. Nota-se também que a aula está sendo proferida em uma das salas de aula da sede provisória da escola, pelo detalhe das janelas e do quadro negro, semelhantes aos já visualizados em fotografias anteriores das salas da Biblioteca. O professor presente nesta fotografia é o Prof. Ruy Aguiar da Silva Leme, contratado pela EESC em 1956 para ministrar a disciplina de Economia Política e Estatística (NOSELLA; BUFFA, 2000:54) e que foi convidado pela EEI para ministrar a aula inaugural da turma de egressos de 1960, sobre o tema *Engenharia e Desenvolvimento econômico*. Um assunto de repercussão nacional, tratado nas escolas de engenharia do centro do país, como é o caso da EESC, e que estava em voga no momento atual em que se encontrava o Brasil. Momento em que a política nacional estava voltada ao desenvolvimento e a tecnologia, buscando a industrialização da maioria de seus setores, atrelado às mudanças econômicas da sociedade daquele período (SANTOS, 2011). Portanto, não é de se estranhar o tema escolhido para ser abordado na aula inaugural daqueles futuros engenheiros da década de 1960.

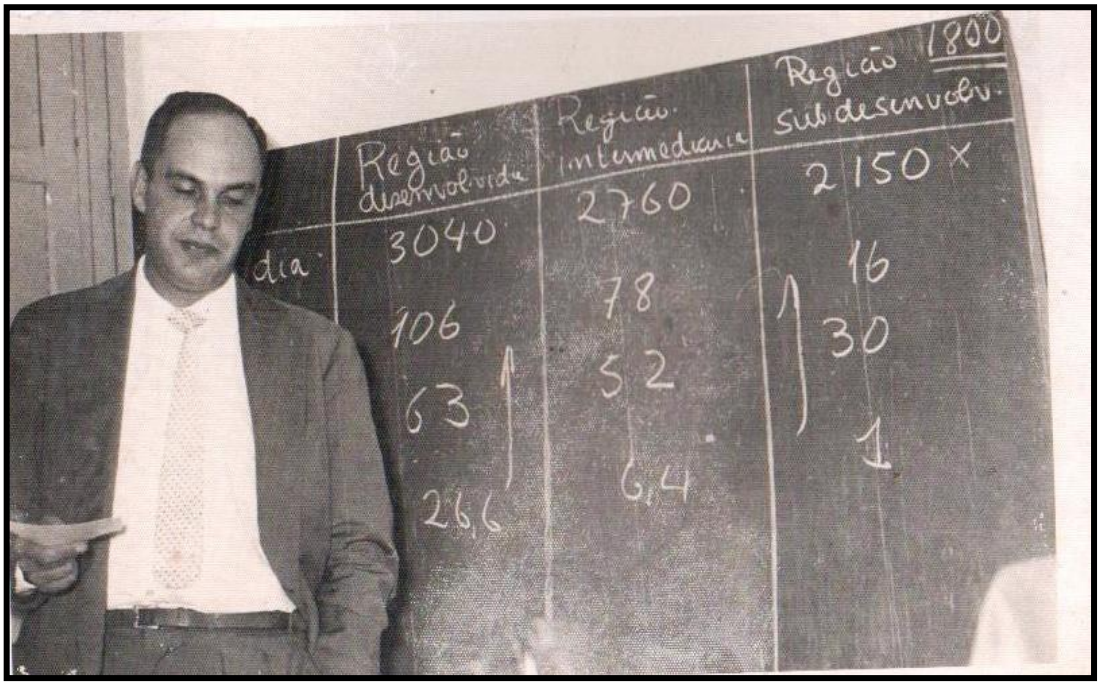


Figura 14: Aula inaugural da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande, março de 1960. Acervo do NUME.

É significativo destacar que a escolha por este tema diz respeito à realidade que o país se encontrava desde a década de 1940, caracterizado como o período pós-guerra. Esse período, segundo Cruz (2006: 2) abarcou uma série de mudanças estruturais no país, incluindo "toda uma ideologia que dava sustentação às políticas de governo, revestidas dos valores urbano-industriais, do populismo, nacionalismo e desenvolvimentismo". Essa ideologia acabava justificando as ações governamentais da época, tendo como principal objetivo a busca pelo desenvolvimento econômico do país (FONSECA, 2004). Para o autor:

> [...] o desenvolvimento não é apenas uma palavra de ordem a mais, mas o elo que unifica e dá sentido a toda a ação do governo, ao legitimar a ampliação de sua esfera nos mais diferentes campos, além da economia propriamente dita: educação, saúde, legislação social, cultura, políticas públicas, etc. Torna-se um fim em si mesmo, porquanto advoga para si a prerrogativa de ser condição para desideratos maiores, como bem-estar social, ou valores simbólicos de vulto, como soberania nacional. Assim, o desenvolvimento assume a configuração de uma utopia, um estágio superior a ser conquistado, com patamar mais elevado de felicidade. Sem ele a nação permanecerá no atraso, com péssima distribuição de renda, periférica ou subordinada no contexto internacional, com indicadores sociais degradantes (FONSECA, 2004: 227-228).

É neste contexto desenvolvimentista que a EEI surge e que os seus alunos são instruídos. Localizada em uma cidade do interior do estado do Rio Grande do Sul, onde sua economia gira em torno do setor industrial. Nada mais natural do que buscar manter um diálogo com outras instituições que se consolidaram nesse mesmo contexto e que também formavam profissionais para vivenciar essa realidade, ou seja, essa busca pelo desenvolvimento econômico do país.

Após mencionar as disciplinas escolas e os professores, é mais do que fundamental tratar sobre um dos principais atores dessa jornada escolar. O corpo discente da EEI começa a se constituir em 1956, quando são aprovados os primeiros alunos no vestibular organizado e realizado pela escola. Para abordar a trajetória dos primeiros alunos, que fizeram parte da primeira turma da Escola de Engenharia Industrial é preciso reservar um espaço específico para a análise dos primeiros profissionais graduados por uma instituição de ensino superior em Rio Grande.

4.5 O corpo discente da EEI: os primeiros egressos da escola

Após a realização do primeiro concurso de habilitação da Escola de Engenharia Industrial no início do primeiro semestre de 1956, no mês seguinte iniciava o primeiro ano letivo da escola. Os primeiros alunos somaram um total de dez, tendo uma única mulher entre os ingressantes na Engenharia Mecânica Industrial daquele ano. A naturalidade dos alunos era diversa, a maioria era formada por riograndinos, contudo, dentre os dez encontravam-se estudantes naturais de Cuba, da Polônia, de Porto Alegre, de Tupanciretã e de Pelotas.

O regime escolar da escola funcionava de acordo com as demandas exigidas e organizadas pela direção e pelo CTA. Desse modo, ficava limitado o mínimo de seis horas diárias de aulas ministradas, tanto teóricas como práticas, sendo que para cada disciplina era reservado duas ou três aulas teóricas por semana, em dias alternados, e o número de aulas práticas ficava à

cargo do professor, que decidiria quantas eram necessárias por semana (REGIMENTO, 1956:5). O Sr. Nelson Castro lembra da dificuldade que era conciliar o horário de trabalho com o horário da EEI, contudo, na concepção dele, a escola havia sido pensada justamente para esse público trabalhador e em função disso, os horários da escola eram atrelados aos horários de serviço da maioria dos alunos e professores, os quais também tinham empregos paralelos no setor industrial da cidade. A partir da fala do Sr. Nelson, é possível compreender um pouco do cotidiano escolar dos alunos da EEI, já que em sua percepção

> [...] a faculdade já foi bem pensada, como que ela foi feita, os horários, porque a cidade do Rio Grande é uma cidade operária e uma cidade pobre, e eles não podiam fazer o vestibular para filhos de doutor, de médico... era para filhos de operário. Que é o meu caso, filho de operário. Então, como eles fizeram... a pessoa trabalha, como vou fazer para que ele possa estudar? Então, nós tínhamos aula das 10h ao meio dia e, eu como trabalhava na Ipiranga pegava às 7h, ai eles me davam licença para que 9h55min eu saísse. Eu saía correndo... A EE iniciou em cima da Biblioteca Pública, depois é que passou para lá... no quinto ano eu já tive aula lá no Campus Cidade. Mas, o primeiro, segundo, terceiro e quarto ano foram em cima da Biblioteca Pública. Então, ao meio dia eu saia, vinha correndo em casa, porque eu morava em frente ao SENAI, almoçava e já saia. Para chegar à Ipiranga às 13h15min. [...] depois nós tínhamos aula das 17h às 19h. 16h55min eu soltava, para chegar aqui na Biblioteca às 17h, depois tinha aulas das 17h às 19h. Depois eles davam um intervalo para fazer um... eu tinha tempo de ir... naquela época tinha o bonde, eu pegava o bonde ali no abrigo, vinha em casa, porque eu morava em frente ao SENAI e a minha esposa já estava com a comida na mesa quente, prontinha, e enquanto o bonde Saraiva, ia até o fim da linha e voltava, eu já tinha jantado e já estava esperando ele de volta, porque às 20h retornavam as aulas, das 20h às 22h. Todos os dias. E sábado o dia todo, não... sábado só tinha aula à tarde, pois de manhã todo mundo trabalhava, naquela época. Então, nós tínhamos aula das 13h às 18h no sábado (CASTRO, 2012).

Quanto ao comportamento dos alunos, ficava estabelecido que, caso estes não se comportassem conforme o regime escolar imposto pela escola, poderiam vir a sofrer até cinco níveis de punição. De acordo com o Regimento Interno da Escola de Engenharia Industrial, eram as seguintes penas disciplinares: “[...] Advertência reservada, oral ou escrita; Advertência escrita, afixada na portaria da Escola; Admoestação em classe; Suspensão temporária; Exclusão” (REGIMENTO: 1956:9). Segundo os documentos analisados dentro da periodização desta pesquisa, não se encontra qualquer menção sobre alguma punição referente aos alunos da primeira turma. Todavia, algo que foi mencionado pelo Sr. Nelson em sua entrevista, diz respeito ao processo de

jubilamento que um dos seus colegas da primeira turma sofreu, em razão da segunda reprovação na mesma disciplina. Relembrando-se do grau de exigência do curso, ele discorre:

> Era muito exigente. E tinha um problema muito grande que o pessoal não faz nem ideia, que se chamava *jubilamento*. Tu só tinhas direito a rodar uma vez, se não tu eras eliminado da escola. Assim, no primeiro ano aconteceu com um aluno que rodou... Ele rodou em Cálculo, ai passa para o segundo ano levando "de reboque" Cálculo. Ele teria todas as cadeiras do segundo ano, mais Cálculo que ele tinha ficado de dependente, não tinha passado no primeiro ano. Ele podia rodar em mais uma cadeira do segundo ano, mas em Cálculo ele não poderia rodar mais. E ele rodou em Cálculo, e foi eliminado. A gente lamenta... Ele foi eliminado da Escola de Engenharia. A gente lamenta pela pessoa... a gente luta uma vida inteira para chegar e para rodar é uma facilidade, ainda mais matérias que são problemas que aparecem, não é teoria que tu possas desenvolver algum assunto... acertou tem dez ou tem zero (CASTRO, 2012, grifo da autora).

A dificuldade no aprendizado dos alunos ocasionado pelo déficit na formação secundária dos estudantes que ingressavam na EEI, era justamente uma das grandes preocupações da direção da escola, bem como dos professores. Assim como os demais cursos de Engenharia do país, a escola buscava manter certo nível de exigência, o que de certo modo, era dificultado devido às baixas médias obtidas já no primeiro ano. Em relatório de 1962, o diretor da escola Cícero Vassão nota tal situação e esclarece:

> A transição entre os cursos médio e o superior deve ser bem atendida. O espírito ainda infantil dos estudantes recém-ingressados deve ser substituído pela noção de responsabilidade que deve ter o futuro engenheiro que precisa com urgência saber do papel que lhe está reservado na sociedade em que irá atuar, cabendo-lhe preocupar-se com os problemas técnicos, científicos, econômicos e sociais. É preciso que o estudante saiba que êle **pertence** de fato à Escola e deve participar pessoalmente do trabalho que ela realiza (RELATÓRIO, 1962:4, grifos da autora).

Percebe-se que para a direção da EEI era necessário que se criasse um sentido de pertencimento entre aluno e escola, para que desse modo este compreendesse todo o processo que fazia parte e estava diretamente ligado. O fato do estudante sentir-se parte da instituição escolar que frequenta, criando vínculos e despertando um espírito coletivo de identidade era imprescindível para que a escola pudesse verdadeiramente existir, afinal, foram os primeiros alunos, os primeiros formandos, que puderam traduzir fielmente todo o empenho depositado por todos os envolvidos na criação desse espaço escolar.

A escolha do símbolo que representa a escola também inclui-se nessa gama de signos identitários que acabam interligando os alunos com a instituição. Para a EEI foi escolhida uma abelha localizada em uma figura geométrica, mais especificamente representando um hexágono, caracterizando a sua colmeia, desenho que pode ser visualizado através de uma grande estrutura construída em madeira (figura 15), que costumava ficar localizada no anfiteatro da instituição[89], construído em meados da década de 1960 e também, por meio das flâmulas (figura 16) que eram produzidas pela escola, que costumavam ficar expostas em eventos, como formaturas e conferências, e também eram oferecidas como lembrancinhas pelos alunos da EEI, como forma de divulgar a instituição[90]. Para ilustrar a presença das flâmulas como objeto da cultura escolar da EEI, é necessário reparar na figura 17, a qual representa uma mesa constituída por figuras solenes, como autoridades militares, além da presença dos professores Francisco Martins Bastos, o quarto da esquerda para a direita, e Cícero Marques Vassão, o segundo da esquerda para a direita. Esta conferência organizada pela EEI, estava sendo proferida pelo Capitão de Fragata Paulo Moreira da Silva, que abordava os trabalhos e pesquisas que vinham sendo realizados pela Marinha do Brasil no ano de 1958. Pode-se notar que a mesma foi realizada nas dependências da Biblioteca Rio Grandense, sede provisória da EEI neste período.

[89] Dado obtido por meio de fotografias pertencentes ao acervo museológico do NUME.
[90] Dados obtidos na entrevista realizada com o Sr. Nelson Dias Castro, em 12 de agosto de 2012.

Figura 15: Abelha talhada em madeira, símbolo da EEI. Pertencente ao acervo museológico do NUME. Acervo particular da autora.

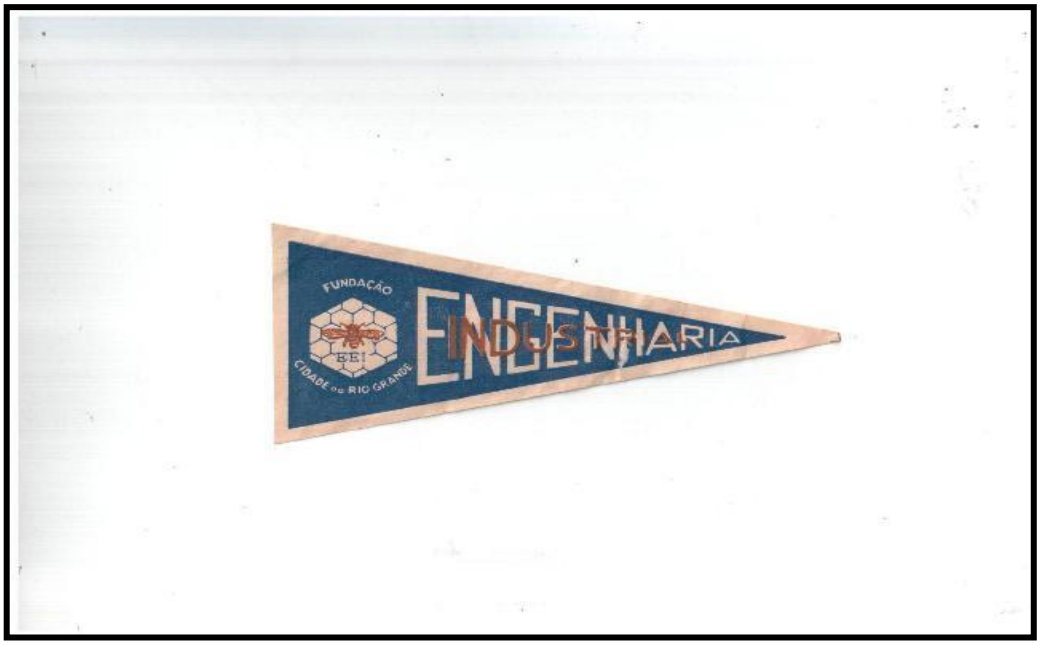


Figura 16: Flâmula da EEI. Pertencente ao acervo museológico do NUME. Acervo particular da autora.

Figura 17: Imagem da mesa composta por autoridades da EEI e convidados durante a conferência do Capitão de Fragata Paulo Moreira da Silva, realizada na sede provisória da escola em 1958. Pertencente ao acervo fotográfico do NUME.

O símbolo da abelha em sua colmeia pode ser interpretado como inspiração para os futuros engenheiros, a fim de que estes se constituam em bons profissionais que buscam trabalhar árdua e meticulosamente, assim como as abelhas trabalham na construção de suas colmeias. Pode-se considerar que uma construção complexa como a de uma colmeia deveria servir como exemplo a ser seguido pelos estudantes que ingressavam na EEI, afinal, o engenheiro deve ser como a abelha, estar apto a construir quaisquer estruturas físicas em perfeitas condições. É importante destacar que segundo Werle (2004) o emblema de uma escola esta diretamente ligado a sua ideia de representação, de signo, de vestígio histórico. Para a autora a escolha do símbolo, bem como suas formas e cores estão ligados à filosofia da mesma, as quais tem o poder de “sintetizá-la, lembrá-la, mesmo dela distanciado” (WERLE, 2004:17). Cabe ressaltar que a criação deste símbolo pertence a criatividade do Prof. Eng.º Heitor Amaro Barcellos, que segundo documentação da escola, teria se inspirado na filosofia das universidades americanas (RESUMO, s/d:2). Um fato relevante que envolve diretamente esta questão

identitária diz respeito ao pedido dos alunos da primeira turma ao Conselho Técnico Administrativo (CTA), solicitando a mudança do emblema da escola, questão esta que foi indeferida pelo conselho, justificando a originalidade do símbolo[91] Tal fato demonstra que existia certa imposição do corpo dirigente e docente com relação a construção identitária dos estudantes, afinal as decisões recaíam sempre sobre os mesmos, ou que poderia existir certa rigidez quanto a participação dos alunos nesta construção, por talvez já existir uma imagem formada sobre aquilo que eles, os dirigentes, gostariam de transmitir. Contudo, após mencionar o símbolo da EEI no momento da entrevista com o Sr. Nelson Castro, um dos primeiros alunos da escola, ele apanha um álbum de fotografias de sua época de estudante, e ali traz fotografias, convites, recortes de jornais e algumas flâmulas que ainda se encontram em ótimo estado de conservação. Ao vislumbrar o álbum, ele recorda:

> [...] nós tínhamos um casaco azul marinho com o emblema da EEI, que era diferente. Não era a roda dentada, era um hexágono, uma colmeia com uma abelha. Foi a própria EEI que escolheu. Eles quiseram fugir de um padrão das escolas de engenharia que era uma roda dentada... tu lembras? [*As flâmulas*] Eram usadas para dar para as pessoas. Essa aqui esta assinada, uns assinavam para dar de presente para o outro. O diretor que fazia e dava para que nós distribuíssemos para as pessoas conhecidas, em viagens [...] (CASTRO, 2012).

Outro detalhe interessante é presença dos alunos em reuniões do CTA ou em assembleias, que era ínfima, afinal, estes não tinham direito à voto e poderiam participar apenas quando convidados (REGIMENTO, 1956:10). Contudo, nota-se a manifestação constante do corpo discente, antes mesmo de constituírem seu Diretório Acadêmico, órgão de representação discente. Este é criado no primeiro semestre de 1957, tendo como primeiro presidente o aluno da primeira turma, Ascencio José Martinez Balaguez[92], que não chega a concluir o curso (MAGALHÃES, 1997:77). Outro exemplo de manifestação a ser frisado é a solicitação por meio de ofício escrito pelos estudantes, de uma palestra que abordasse o campo de atividades abrangido pela engenharia industrial, e que esta fosse proferida pelo professor da disciplina de

[91] Ata nº 19 do CTA, de 3 de maio de 1956. Pertencente ao Relatório de Reconhecimento da EEI, 1957, localizado no Acervo do Arquivo Geral da FURG.
[92] Ata de fundação presente no Livro Ata do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia Industrial (DAEEI), pertencente ao acervo do NUME.

Organização dos serviços e do trabalho, o Eng.º Francisco Bastos[93]. Pode-se perceber que talvez os alunos em seu primeiro ano de curso ainda estavam refletindo sobre seu futuro como engenheiros, possivelmente apreensivos com a escolha de sua profissão. A escolha do palestrante pode ser justificada pela vasta experiência no ramo da indústria, afinal este atuava na Ipiranga S/A desde a sua criação no final da década de 1930 e naquele momento desempenhava a função de diretor-superintendente da mesma. É significativo destacar que as atribuições do profissional engenheiro industrial estavam em voga desde 1939, através do decreto nº 23.269, e deveriam compreender os seguintes requisitos:

> […] A) Trabalhos topográficos e geodésio; B) A direção, fiscalização e construção de edifícios; C) O estudo, projeto, direção, execução e exploração de instalações industriais, fábricas e oficinas; D) O estudo e projeto de organização e direção das obras de caráter tecnológico dos edifícios industriais; E) Assuntos de Engenharia legal, em conecção com os mencionados nas alíneas A), B), C) e D) dêste artigo; F) Vistorias e arbitramentos relativos à matéria das alíneas anteriores; G) O estudo, projeto, direção e execução das instalações mecânicas e eletro-mecânicas (COLMEIA DO PROGRESSO, s/d:5).

Outra hipótese que pode ser levantada é a de que os alunos poderiam estar apreensivos quanto à própria infraestrutura do curso, pensando que talvez este não os fosse preparar suficientemente bem para o trabalho. Ou, simplesmente, pelo interesse de todo aluno de primeira turma, que cria expectativas sobre sua formação, mas que não sabe exatamente onde e como irá chegar, afinal, trata-se dos primeiros estudantes a cursarem um curso superior na cidade do Rio Grande, tudo acabava sendo novidade, tanto para os alunos, quanto para os professores.

Outro fato curioso que envolve os primeiros alunos da EEI trata da declaração de greve antes mesmo de completarem um semestre de curso, o que preocupou os professores e a direção. Em junho de 1956 um ofício é pauta de discussão de reunião do CTA, tratando justamente da greve que seria realizada pelos alunos. O motivo, de acordo com ata da reunião, seria por "solidariedade aos seus colegas, universitários do Rio de Janeiro e de mais sete estados da Federação, referente ao movimento estudantil iniciado no

[93] Ata nº 23 do CTA, de 20 de agosto de 1956. Pertencente ao Relatório de Reconhecimento da EEI, 1957, localizado no Acervo do Arquivo Geral da FURG.

Distrito Federal”[94]. Pesquisando sobre o assunto encontra-se algumas notícias e artigos sobre um fato curioso que aconteceu em 1954 com dois estudantes de Agronomia de uma instituição isolada de Minas Gerais que foram expulsos sem maiores explicações, fato que ficou conhecido como “Caso Hans”. Talvez possa ser este caso que tenha ocasionada a greve de tantos estabelecimentos de ensino, pois segundo Silva (s/d: 7) “[...] no dia 19 de março de 1956 o jornal Última Hora reproduziu a nota da UNE de que todos os estudantes universitários brasileiros estariam dispostos à greve caso os seus colegas não fossem logo readmitidos”. A greve realmente chega na EEI, e as aulas são encerradas em 18 de junho vindo a reiniciar somente em 1º de agosto. Segundo o artigo nono do Regimento Interno da escola, as férias de inverno deveriam acontecer do dia 1º ao dia 30 de julho, segundo calendário escolar. Fato que logo no primeiro ano de funcionamento da instituição não chega a se efetivar. Essa situação ímpar na trajetória da instituição foi questionada ao único membro do corpo discente que foi entrevistado pela pesquisadora, e sua lembrança sobre a greve traz um novo olhar sobre os documentos que haviam sido analisados anteriormente. Nas palavras do Sr. Nelson Castro,

> [...] o que eu me lembro é do diretor ter nos dito uma vez, que nós acompanhássemos simbolicamente essa greve. O diretor mandou. Simbolicamente, para não ficar feio perante as outras instituições. Pois nós éramos pequenos... (CASTRO, 2012).

Uma visão que auxilia diretamente na problematização de um dos momentos históricos no percurso da EEI, o qual poderia ser considerado como uma situação de engajamento por parte dos estudantes ou talvez, marcar uma atitude de rebeldia por parte deles. Entretanto, a partir da fala do Sr. Nelson, aluno que presenciou essa greve, percebe-se que a intenção pode ter sido outra, partindo do próprio diretor da instituição, que pode ter considerado aquele momento como propício para que os egressos da EEI participassem de um movimento nacional e fossem percebidos e reconhecidos como membros da comunidade universitária. Intenção que foi acatada pelos estudantes que participaram do movimento, permanecendo em greve por mais de um mês.

[94] Ata nº 20, de 4 de junho de 1956. Pertencente ao Relatório de Reconhecimento da EEI, 1957, localizado no Acervo do Arquivo Geral da FURG.

Um dos primeiros egressos da escola, Orion Herter Cabral, solicita, no início do ano de 1957, sua transferência[95] à Escola de Engenharia da URGS (RELATÓRIO, 1957). Possivelmente as prováveis razões sejam a própria proximidade com sua cidade de origem, era natural de Tupanciretã, ou até mesmo por questões financeiras, afinal a EEI ainda não possuía uma casa do estudante para receber os alunos provenientes de outras cidades. Segundo publicação da escola, a revista "Colmeia do Progresso" do final da década de 1960, a Casa do Estudante de Engenharia Industrial é criada em setembro de 1958, iniciando seu funcionamento em janeiro de 1959. Todavia, conforme as recordações do Sr Nelson Castro, o colega Orion não concluiu o curso em Rio Grande pois "o pai dele era dono de curtumes ou coisa parecida e percebeu aqui que não era bem isso que ele queria... era química. Então, ele passou no final do ano e pediu transferência para Porto Alegre. Porque aqui era só a modalidade Mecânica" (CASTRO, 2012).

É importante mencionar que a Casa do Estudante de Engenharia Industrial, primeiramente, esteve localizada em espaços alugados no centro da cidade do Rio Grande, apenas em 1966 ela adquire sede própria no mesmo espaço do edifício da EEI, com acomodações tipo apartamento para cada dois moradores. Segundo a revista "Colmeia do Progresso", a casa possuía um estatuto próprio, além de eleições com mandato de um ano aos membros que ficavam responsáveis pelo espaço. Eram estes: diretor-presidente, diretor-tesoureiro, diretor de abastecimento, diretor de conservação e higiene e um diretor interno. A organização do espaço evidenciava-se por também contar com dois supervisores por um período de dez dias com objetivo de cuidar das despesas da casa, de elaborar os cardápios para os moradores, dentre outras demandas (COLMEIA DO PROGRESSO, s/d:7).

Em uma publicação da Fundação Cidade do Rio Grande, encontra-se a descrição do que a direção da escola acreditava que era necessário ser aplicado e cobrado dos estudantes de Engenharia Industrial, o que inclui o contato constante dos alunos com os seus futuros espaços de trabalho, as indústrias e seus respectivos laboratórios e oficinas. Para a direção da EEI:

[95] O documento de transferência do aluno Orion Herter Cabral encontra-se no Relatório de Reconhecimento da EEI, 1957, localizado no Acervo do Arquivo Geral da FURG.

> No ensino da engenharia deve residir um perfeito equilíbrio entre a teoria e a prática. Nem a primeira deve superar a segunda, nem esta predominar sôbre aquela. Os laboratórios que despertam a atenção do aluno para o campo experimental e para a pesquisa, é onde êle tem campo para aplicação dos princípios teóricos que informam as disciplinas de seu curso, são órgãos fundamentais de sua preparação técnica (ANAIS CIENTÍFICOS, s/d:144).

Baseado nesta ideia basilar, a primeira turma em seu segundo ano de curso realiza visitas técnicas fora da cidade do Rio Grande, em uma viagem que vai passa por Porto Alegre e Caxias do Sul, acompanhados do professor da disciplinas de Química Tecnológica, Prof. Eliézer de Carvalho Rios. Dentre os espaços de pesquisa e indústria que eles visitaram nestas cidades estão: Instituto de pesquisas tecnológicas do Rio Grande do Sul, Instituto de pesquisas hidráulicas, Fábrica de tintas e vernizes Renner e Hermann, Fábrica de porcelanas Renner, Cia de Cimento Brasileiro S/A, Metalúrgica Abramo Eberle S/A, Fábrica de garrafas de E. Mosele S/A, entre outros (RELATÓRIO, 1957). Como exercício escolar todos os alunos que participaram das visitas técnicas realizaram relatórios sobre cada uma delas, em dupla, em trio ou individualmente. Estes relatórios encontram-se no Relatório de Reconhecimento da EEI, que data de 1957. Sobre as viagens realizadas ao longo do curso, o Sr. Nelson se recorda de duas viagens que lhe foram marcantes:

> Nós fomos numa viagem... agora não me recordo onde... sei que nós passamos uns 3, 4 dias no interior do Rio Grande do Sul. Nós estivemos nessas fábricas de curtume. Caxias, eu lembro que nós estivemos. Os guris quase que se embebedaram nas vinícolas aquelas (risos). Fábricas de vidros, de garrafas para bebidas... E ai, mas foram poucos, eu e mais três, fomos ao Rio de Janeiro, estivemos em Volta Redonda, nós havíamos ido a um congresso. Foi no primeiro ano, que eles nos mandaram um convite... souberam da criação da Escola de Engenharia em Rio Grande e nos mandaram um convite para o Congresso de estudantes de Engenharia em Niterói, no Rio de Janeiro (CASTRO, 2012).

Além das visitas técnicas e da cobrança de relatórios, desde o primeiro ano de funcionamento da escola já era exigido dos alunos a realização de estágios obrigatórios. Uma atitude arriscada e inovadora por parte da instituição, já que possivelmente os alunos ingressantes não teriam qualquer experiência nos ambientes industriais que viriam a atuar. Contudo, a instituição reconhecia os pontos negativos e positivos da realização desses estágios, demonstrando que essa atitude estava de acordo com os interesses da escola.

Em relatório escrito pelo diretor da EEI no início da década de 1960, ele aborda a questão dos estágios e afirma:

> Não se pode dizer que a realização de estágios tenha sido fácil. Muitos erros foram cometidos da falta de experiência inicial. O assunto é complexo, porém inteiramente viável. Vários resultados positivos foram alcançados. Foram os próprios alunos mais avançados que trouxeram inestimável contribuição para o aperfeiçoamento do sistema empregado. Atualmente, os professores de cada série constituem a Comissão de estágios da série correspondente, organizam e distribuem os alunos pelos diversos locais, mediante entendimentos com a direção. Algumas falhas tem surgido e devem ser corrigidas para o futuro. […] os estágios em equipe também foram realizados com êxito. Entretanto, um fatôr merece atenção especial para a continuação de estágios em organizações privadas e mesmo oficiais: referimo-nos a ética profissional (RELATÓRIO, 1962:14).

Algo que merece destaque é a boa convivência entre alunos e professores mencionada pelo Sr. Nelson Castro. Inclusive, ele se lembra do pacto que existia entre eles, uma particularidade dos alunos da primeira turma da EEI com o corpo docente. Segundo o Sr. Nelson:

> Uma coisa que foi marcante para a nossa turma e que os professores chamavam a atenção, era que nós fizemos um pacto de seriedade... ninguém cola os exames. Os professores faziam o seguinte, davam as matérias e iam embora. Quando vocês terminarem entreguem na secretaria e rodavam de três a quatro alunos. Nós ficávamos na aula, conversávamos sobre todos os assuntos, menos... nós começamos com dez, no primeiro ano saiu um ficaram nove. No segundo ano, uma das alunas pediu trancamento de matrícula, porque ela queria ir para a Itália fazer um curso, de Belas Artes se não me engano. O Orion foi embora [...] lembro que teve uma prova, acho que foi de Física, éramos seis, o professor deu as questões e foi embora. Era o Luis Augusto de Campos Morais, já faleceu. Daqui a pouco ele levantou e perguntamos: “O que houve?” e ele respondeu: “Não tive tempo de estudar”. Ele entregou a prova em branco com cinco colegas ali, ele não perguntou e ninguém se ofereceu para dar. Era padrão, entregavam as avaliações, explicavam as questões, perguntavam se havia alguma pergunta e iam embora. Quando nós terminássemos deveríamos entregar na secretaria. Esse foi um *pacto de seriedade* que nós fizemos no início do curso e levamos até o fim. No máximo, permitiam que nós revisássemos as respostas, para não perdermos muito tempo revisando os cálculos, principalmente quando eram problemas muito grandes (CASTRO, 2012, grifos da autora).

Os melhores alunos também eram selecionados para a função de monitores em certas disciplinas escolares, como, por exemplo, as disciplinas de Física, Termodinâmica e Eletrotécnica (RELATÓRIO, 1960:4). Conforme já mencionado, o Sr. Nelson Castro foi monitor da disciplina de Topografia no segundo ano do curso, auxiliando os professores com os egressos de 1957. A

imagem que segue (figura 18) trata de um flagrante em uma aula prática. Nesta fotografia, intencional, pois encontra-se anexada em um relatório entregue ao Ministério da Educação e Cultura, nota-se a presença de quatro homens, todos vestidos socialmente utilizando inclusive gravatas. Vale ressaltar que a boa aparência nas fotografias da escola era uma constante, tanto para os professores quanto para os alunos, existia certa etiqueta para aqueles que frequentavam a escola. Um homem se destaca na imagem por estar trajando um jaleco branco sobre a roupa social, essa diferenciação possivelmente buscava distinguir o professor dos alunos. O professor em questão é Químico Industrial Eliézer de Carvalho Rios, responsável pela disciplina de Química Tecnológica. Ao longo dos encontros com o Prof. Rios, o uso das fotografias pertencentes aos acervos do NUME e do Arquivo Geral, foram fundamentais para contextualizar uma pergunta ou até mesmo para auxiliar na recordação de um momento em específico. No caso, da figura 18, o Prof. Rios ao analisar essa imagem, comenta que esta fotografia foi registrada no Laboratório da Secretaria da Agricultura da cidade do Rio Grande, localizada na rua Marechal Floriano, número 38. A intenção desta era compor o Relatório de Reconhecimento da instituição, portanto, todo cuidado em mostrar um estabelecimento de ensino superior adequado às exigências do MEC, era bem vindo. Os três homens que acompanham o Prof. Rios na fotografia, são alunos da primeira turma da EEI, que ali simulam estar atentamente anotando, observando e realizando experiências juntamente com o olhar minucioso do professor.

Figura 18: Simulação do que seria uma aula de Química Tecnológica com o Prof. Eliézer de Carvalho Rios, turma do segundo ano da EEI. Pertencente ao Relatório de Reconhecimento da EEI, 1957. Acervo do Arquivo Geral da FURG.

Após realizar esta análise que almejou reconstruir alguns dos momentos da história do primeiro corpo discente da EEI, por meio da cultura material escolar da instituição, assim como, com o auxílio da memória escolar daqueles que vivenciaram esses momentos, é preciso que se aborde o momento de transição desses estudantes em profissionais. Abordando justamente a consolidação dos primeiros Engenheiros Industriais formados por uma instituição de ensino superior riograndina. Vale lembrar que esta reconstrução histórica traz um novo olhar sobre a documentação que se encontra preservada pelos acervos museológicos e arquivísticos da cidade do Rio Grande, principalmente, a partir das novas leituras obtidas com as entrevistas realizadas com sujeitos que participaram da história da escola. A presente pesquisa não tem a pretensão de esgotar a possibilidade de novas análises e novas interpretações, o que é sempre considerado como algo positivo para o pesquisador.

4.5.1. A colação de grau: primeira formatura da EEI (1960)

A primeira turma a se graduar na Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande é formada por apenas seis alunos. Dos dez estudantes que ingressaram em 1956, apenas seis homens concluem o curso. A única mulher, Ornella Maria Carmelo Anselmo, natural de Rio Grande, optou por cursar uma bolsa de estudos no exterior em 1956 e por não conseguir exames finais fossem adiados até o seu retorno, precisou cancelar sua matrícula[96]. Entretanto, a aluna chega a formar-se na EEI, mas na turma de 1963 (MAGALHÃES 1997:77). De acordo com o relato do Sr. Nelson Castro, colega de Ornella, ela optou por participar de um curso de Belas Artes na Itália[97]

Com o término dos cinco anos de curso em 1960, os primeiros formandos foram: José Antonio Amaral Martinez, que foi escolhido como orador da turma, Luiz Augusto Campos Morais, Nelson Dias Castro, escolhido como juramentista da turma, Nelson Pires Pereira, Santiago Domingo Solis del Cerro e Tadeu Antonio Zyszkiewiez. Todos eles aparecem registrados na figura 19, em uma imagem fotografada no momento da solenidade de colação de grau, onde todos se encontram socialmente trajados de smoking, sentados para o evento. Dois dos formandos localizados ao centro encontram-se de braços cruzados, enquanto os demais mantiveram as mãos unidas, uma sobre a outra, demonstrando, talvez, um sinal de ansiedade por aquele momento tão esperado ao longo desses cinco anos. O Sr. Nelson Dias Castro, juramentista e destaque da turma com as melhores notas durante os cinco anos do curso, é o quinto da esquerda para a direita.

O homenageado de honra escolhido pelos alunos, Eng.º Francisco Martins Bastos, tem sua história marcada como uma figura paterna da EEI e dos que dela fizeram parte. Como não poderia ser diferente o paraninfo escolhido foi uma das personalidades mais marcantes e mais envolvidas com a trajetória desta instituição escolar, o professor e diretor da EEI de 1954 a 1963, Eng.º Cícero Marques Vassão. Aos professores que também fizeram parte da

[96] Dados sobre o pedido de Ornella Anselmo encontram-se na Ata nº 23 de 20 de agosto de 1956 do Conselho Técnico Administrativo (CTA), pertencente ao Relatório de Reconhecimento da EEI, 1957. Pertencente ao acervo do Arquivo Geral da FURG.
[97] Dados obtidos na entrevista do Sr. Nelson Dias Castro, realizada em 12 de agosto de 2012.

história da EEI, mas que não puderam vivenciar aquele momento de conquista dos estudantes foram ofertadas homenagens póstumas. Os homenageados foram os engenheiros Heitor Amaro Barcellos e Miguel de Castro Moreira, falecidos na década de 1950.

Figura 19: Formandos da primeira turma da EEI em sua colação de grau. Auditório da Escola Normal Santa Joana d'Arc. Pertencente ao acervo fotográfico do NUME.

Os homenageados em caráter especial foram o reitor da URGS, Dr. Eliseu Paglioli e o Deputado Clóvis Pestana. A atuação de Paglioli na trajetória de criação e de reconhecimento da escola é percebida. As boas relações mantidas pela EEI com a universidade, mas, principalmente com a Escola de Engenharia da mesma, foram fundamentais para o desenvolvimento e consolidação da EEI como importante instituição de ensino superior do estado. A atuação do deputado Pestana serão abordadas no subitem que trata da federalização da escola, afinal, este assim como o deputado Tarso Dutra, foram as autoridades políticas que tiveram notável atuação para que a escola fosse reconhecida como estabelecimento isolado de ensino superior.

A formatura aconteceu no dia 28 de dezembro de 1960, dia que reservava outras comemorações para a escola, afinal foi neste dia que foi inaugurado o edifício sede da EEI, momento tão aguardado por todos que fizeram parte desta história escolar. Como o anfiteatro do edifício sede só foi construído em meados da década de 1960, a colação de grau da primeira turma ocorreu no Salão nobre da Escola Normal Santa Joana d'Arc, renomada escola católica da cidade do Rio Grande. Esta escola na década de 1960 concedeu seus espaços escolares para outra instituição escolar de ensino superior da cidade, a Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande, que assim como a EEI, não possuía sede própria quando iniciou sua trajetória.

Um dos formandos da primeira turma, Sr. Nelson Castro se recorda com carinho desse dia tão especial e novamente reitera a relevância da EEI para a história do município. De acordo com o Sr. Nelson:

> A formatura foi toda organizada pela EEI, nós alunos pouco podíamos fazer. Foi um evento para a cidade. Quem se envolveu mais foi o diretor Cícero Marques Vassão. Foi uma semana de festas em Rio Grande, a nossa formatura. Todo mundo nos oferecia alguma coisa (risos). Nós passamos a semana inteirinha comemorando (CASTRO, 2012).

A mesa com autoridades que participaram da solenidade foi composta por profissionais do município e região, como, por exemplo: o presidente da Fundação Cidade do Rio Grande e professor da escola, Francisco Martins Bastos, o diretor e paraninfo Cícero Marques Vassão, Dr. Eliseu Paglioli reitor da URGS, deputado federal Engº Clóvis Pestana, Prefeito Municipal Engº Horácio Ubatuba de Faria, Dr. Ruy Poester Peixoto, inspetor federal de ensino, Dr. Roberto Coimbra Edom diretor da Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas, Dr. Odenath Pereira Ferreira diretor da Faculdade de Direito Clóvis Bevilácqua e Engº Edy Paulo Pereira dos Santos, diretor do Instituto Politécnico de Santa Maria (RELATÓRIO, 1961:4). Realmente tratou-se de um momento única na história da cidade, momento de grande significado para todos aqueles que de alguma forma participaram, direta ou indiretamente, da gênese da primeira instituição de ensino superior da cidade do Rio Grande.

Para o Engº Nelson Dias Castro, o Engº Bastos teve um significado especial em sua vida, tendo sido seu chefe na Ipiranga e tendo sido seu

professor na EEI. Sr. Nelson se lembra de um fato peculiar que aconteceu antes de sua formatura, o qual tem um espaço reservado em sua memória:

> Dr. Bastos me passou automaticamente de auxiliar de Engenheiro, para Engenheiro, pois eu iria me formar em seguida, no final do ano. Foi no dia 28 de dezembro a nossa formatura. Meu salário passou de 4 para 40 (risos). Na Ipiranga era assim (CASTRO, 2012).

Após concluir esta etapa referente à caminhada discente dos primeiros formandos da EEI, é preciso que seja elucidado um episódio marcante na história da escola e que aconteceu no mesmo dia da primeira colação de grau dos alunos. A inauguração do edifício sede marca o momento de transferência e de mudança estrutural e organizacional de toda a escola e por isso deve ser analisado em separado, com o auxílio de fotografias pertencentes ao acervo fotográfico do NUME.

4.6 Espaço escolar próprio: a inauguração do edifício sede da EEI (1960)

O edifício sede construído para abrigar toda a estrutura da Escola de Engenharia Industrial é inaugurado no mesmo dia da primeira formatura da escola, no dia 28 de dezembro de 1960. Localizado na Rua Coronel Sampaio, sem numeração na época, mais tarde esta rua viria a receber outro nome, passando a denominar-se Eng.º Alfredo Huch (BORTHEIRY, 2008). Uma homenagem a um dos primeiros professores da instituição, que também exerceu a função de diretor da escola entre os anos de 1963 e 1964 (MAGALHÃES, 1997: 65).

Um prédio de grandes proporções foi construído, em um terreno bem próximo ao da Refinaria de Petróleo Ipiranga, antiga Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos, cuja denominação foi alterada em 1959 (CESAR, 2011). É válido recordar que parte deste terreno havia sido doado em meados da década de 1950 pelo Sr. Adelino Campos Assumpção, conforme já mencionado no capítulo 3, e o restante do mesmo foi comprado pela Fundação Cidade do Rio Grande em 1957. Dividido em três zonas, algumas ainda em fase de construção ou ainda para serem iniciadas, possuía dois pavimentos

onde funcionariam os órgãos administrativos, didáticos e de pesquisas, além de um grande auditório, que ainda encontrava-se na planta, com capacidade para 300 pessoas (RELATÓRIO, 1960: 2). Dentro dessa parte já construída encontra-se as salas para aulas teóricas, salas de desenho, gabinetes de física e química, bem como as salas para os professores, incluindo a sala para a Congregação e para o Conselho Técnico Administrativo. No final da década de 1960, este edifício já possuía seis laboratórios específicos para aplicação das disciplinas práticas, como Tecnologia Mecânica e Metalurgia, além de 16 salas de aula com capacidade para 35 alunos (COLMEIA DO PROGRESSO, s/d:5).

É significativo mencionar que de acordo com o relato do Sr. Nelson Dias Castro, ele deixa claro que o trabalho de topografia do terreno onde foi construído o prédio sede da EEI foi feito pelos alunos, como exercício prático da disciplina. O profissional responsável pelo projeto arquitetônico do prédio foi o Sr. Vicente Marsiglia, que também foi o responsável por fazer o projeto do edifício sede do Museu Oceanográfico Prof. Eliézer de Carvalho Rios, na década de 1970[98].

A inauguração do espaço escolar próprio da EEI contou com a presença de membros da comunidade riograndina, de autoridades políticas e eclesiásticas, bem como de algumas personalidades ilustres que podem ser consideradas por aqueles envolvidos na criação da escola, como de auxílio fundamental durante a trajetória da instituição até este momento solene. O Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS), Dr. Eliseu Paglioli foi um dos ilustres convidados presentes. Também estaria presente na colação de grau que aconteceria à noite, pois, encontrava-se desde cedo na cidade do Rio Grande por ter sido convidado pelo Presidente da Fundação Cidade do Rio Grande, Eng.º Francisco Bastos, para cortar a fita simbólica de inauguração do novo prédio da escola. Entretanto, este optou, segundo relatório escrito pelo Inspetor responsável pela fiscalização da EEI Sr. Dr. Ruy Poester Peixoto, em transferir esta honra ao deputado Clóvis Pestana, figura política que auxiliou a escola nos trâmites legais de reconhecimento e federalização. Na imagem abaixo (figura 20) consegue-se visualizar esta cena.

[98] Dados obtidos através da entrevista realizada com o Prof. Eliézer de Carvalho Rios, realizada no dia 3 de outubro de 2012.

Figura 20: Ato solene de inauguração do edifício sede da EEI, 28 de dezembro de 1960. Pertencente ao acervo fotográfico do NUME.

O deputado federal Clóvis Pestana, localizado no centro da fotografia utilizando óculos de grau, era engenheiro e esteve sempre interligado com as questões da EEI, inclusive vindo a ministrar a aula inaugural do ano de 1957, na qual abordou a temática “A responsabilidade do técnico e do cidadão no progresso do Brasil” (RELATÓRIO, 1957). Atrás do deputado encontra-se com um lenço branco na lapela do paletó, o Eng.º Francisco Martins Bastos, professor da EEI, presidente da Fundação Cidade do Rio Grande e idealizador na criação da escola. Pode-se perceber na imagem a grande quantidade de pessoas que encontram-se presentes para a inauguração do edifício da Escola de Engenharia Industrial. Alguns anos se passaram e agora a escola estava prestes a iniciar uma nova etapa, uma fase de consolidação e de novas metas, sendo uma delas, sua federalização.

Esse novo espaço buscava englobar todas as necessidades que um estabelecimento de ensino superior voltado para a engenharia industrial necessitava abarcar. Por tais razões além da construção do edifício sede, foi construído um pavilhão com oficinas e outro para Eletrotécnica. Em relatório

escrito pelo diretor Cícero Vassão, ele aborda a necessidade de ampliação do pavilhão de oficinas, pois este já não comporta o crescente desenvolvimento da escola, precisando de mais máquinas e aparelhos (RELATÓRIO, 1962: 17). Outros espaços encontravam-se em construção, como já mencionado, dentre eles estava o auditório, um pavilhão para o almoxarifado e escritórios, um para Metalurgia e Operações Unitárias, incluindo Termodinâmica, além de vestiários e sanitários para as instalações de caráter industrial. Uma infraestrutura que visava um espaço adequado e moderno, capaz de reunir todas as especificidades que uma escola de engenharia necessita.

Na figura de número 21, nota-se a movimentação dos convidados presentes na inauguração do prédio, bem como de um dos fotógrafos da cerimônia no canto esquerdo da imagem. Esta pode ser classificada como umas das fotografias mais instigantes da trajetória da escola. Tal afirmação pode ser justificada principalmente pela cena capturada, que consegue mostrar tanto o novo prédio ao fundo, quanto as relações sociais estabelecidas entre o Engº Bastos e o Dr. Paglioli que aparecem de braços dados, num gesto que pode ser interpretado como um sinal de amizade e afinidade, fato já demonstrado em situações anteriores, entre a EEI e a Universidade do Rio Grande do Sul (URGS). Esta imagem consegue abranger vários planos imagéticos, conseguindo inclusive, capturar o movimento da fotografia, o que pode ser percebido pela posição das pessoas na foto, todas caminhando, seguindo uma mesma direção. Um para e acende um cigarro, outros conversam, outros sorriem, andam em grupos, outros sozinhos. Enfim, uma fotografia que consegue retratar de diferentes formas um dos vários momentos deste dia memorável para a história da EEI. Um detalhe a ser frisado é que ao fundo da imagem pode-se enxergar o a estrutura central do prédio da escola, notando que este ainda não possuía seu anfiteatro ou auditório, construído ao longo da década de 1960, ao lado esquerdo dessa estrutura.

Figura 21: Imagem da inauguração do edifício sede da EEI, 28 de dezembro de 1960. Pertencente ao acervo fotográfico do NUME.

Concluída esta etapa tão esperada por todos que vivenciaram a criação da EEI, chegava o momento de buscar novos rumos para a escola, que não era mais a única instituição de ensino superior da cidade, já contando com a Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas mantida pela Prefeitura Municipal desde 1958 (BORTHEIRY, 2008), e que precisava continuar crescendo e buscando novos objetivos tanto para ela quanto para estes outros espaços de ensino que foram surgindo a partir da sua pioneira iniciativa em meados da década de 1950. Para isso foi preciso conciliar as relações sociais e políticas estabelecidas desde a criação da escola, para que estas se tornassem importantes aliados durante o processo de federalização da escola, tópico que será desenvolvido a seguir.

4.7. O processo de federalização da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande (1961)

Para adentrar na questão do processo de federalização da primeira instituição de ensino superior da cidade do Rio Grande, é necessário trazer a definição da categoria federalização e contextualizar como essa ação que permeia os poderes executivo e legislativo, vinha sendo tratada no país nas décadas de 1950 e 1960. Para tanto, é necessário compreender que durante todo o período de 1950, o Brasil foi marcado por momentos de transformações políticas e econômicas. Mesmo com o fim do Estado Novo em 1945, as orientações educacionais permaneceram praticamente as mesmas, de acordo com a quarta Constituição republicana feita em 1946, durante a presidência de Eurico Gaspar Dutra. Contudo, a educação continuava sofrendo a influência dos demais processos que o país estava atravessando, como, por exemplo:

> A intensificação dos processos de industrialização e de monopolização, ao lado da emergência do populismo como instrumento de dominação das massas incorporadas à política [...] foram os primeiros fatores determinantes das mudanças no campo da educação escolar (CUNHA, 2011:171).

Durante esse período também se pode perceber a expansão do ensino secundário, que se subdivide em dois ramos, um voltado ao ingresso no ensino superior para os que concluíam esta etapa e outro, voltado para o ramo profissional, que não permitia ingresso posterior ao ensino superior. Segundo Cunha (2011), essa nova política educacional possuía características discriminatórias, afinal estava marcada pelo “ensino propedêutico para as “elites condutoras” e o ensino profissional para as “classes menos favorecidas” (idem, ibidem:171). Todavia, com o retorno de Vargas ao poder em 1950, é revogada a equivalência dos cursos profissionais ao secundário. Com isso, cresce a demanda por cursos de ensino superior, o que faz com o que o governo se manifeste de três formas: primeiro criando novos cursos onde não existia nenhum ou onde apenas existiam instituições superiores provadas; segundo, implantando a gratuidade dos cursos superiores das instituições federais, mesmo que de acordo com a legislação lhes fosse permitido cobrar taxas; e em terceiro, e mais significativo para a análise deste trabalho, é a

federalização das instituições, escolas e faculdades, estaduais e privadas, reunindo-as, posteriormente em universidades federais (CUNHA, 2011).

O que acontecia após a federalização dessas instituições era que elas passavam a ser custeadas e controladas pelo governo federal através do Ministério da Educação. A vinculação dessas instituições ao poder público também significava que elas estavam "firmando uma postura de publicização da educação superior" (VASCONCELOS, 2007:16), ou seja, que estas estavam se tornando públicas e gratuitas, gerando um aumento na oferta de ensino e de possibilidade de ingresso para um maior número de alunos.

> Compreender a federalização, processo que envolve além das universidades outras instituições de ensino superior, requer vislumbrá-la como um fenômeno que manifesta em si importantes dimensões, como sua localização histórica, a participação de atores da sociedade, o viés político do período analisado, bem como as características inerentes a formação do ensino superior no Brasil, que apresenta regularidades e especificidades diante de outras realidades (VASCONCELOS, 2007:19).

Segundo Ricardo Rossato (2005) no final da década de 1950 "o governo federal apoiou claramente a expansão do ensino superior através da chamada "política de federalização" tanto de algumas universidades como de instituições isoladas" (idem, 2005:144). Por meio dessa atuação do governo, houve um aumento significativo nas matrículas e uma "forte demanda pelo ensino superior" (idem, ibidem:144).

Os processos de federalização do ensino superior brasileiro tiveram um papel fundamental na criação da maior parte das universidades federais do país, através da união das escolas e faculdades pré-existentes, principalmente na década de 1960, exemplo característico que vem a acontecer na cidade do Rio Grande em 1969[99]. De acordo com Vasconcelos (2007) é nessa década que ocorre um número significativo de casos de federalização de universidades, escolas ou faculdades reunidas. Esse crescimento da demanda educacional por instituições de ensino superior diz respeito ao período histórico que se estava vivendo.

> [...] no cenário internacional do pós-guerra, seguiu-se nas décadas de 1950 e 1960 um crescimento de ocupações que exigiam a formação escolarizada, sobretudo em nível superior, onde a criação de universidades pelo mundo foi um fenômeno nitidamente visível (VASCONCELOS, 2007:42).

[99] Em agosto de 1969 é oficializada a Universidade Federal do Rio Grande agregando as faculdades já existentes na cidade.

De acordo com a ata[100] do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande, de outubro de 1961, após a federalização todos os bens móveis e imóveis da Escola de Engenharia Industrial deveriam ser transferidos para a União, ou seja, para o governo federal que passava a ser o responsável por custear e controlar a instituição. Nessa mesma reunião do Conselho fica decidido que será realizada uma solenidade por motivo da transferência da escola ao governo federal, onde seriam entregues diplomas aos instituidores e doadores que fizeram parte da criação da Fundação e da EEI. Uma atitude nobre de agradecimento a todos que de alguma forma possibilitaram que a escola funcionasse durante todo o período que esteve ligada à Fundação.

A lei nº 1.254 de 1950, sancionada pelo governo de Eurico Gaspar Dutra trata especificamente sobre estas transições administrativas e organizacionais das instituições de nível superior que passaram pelo processo de federalização, como foi o caso da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande.

> [...] professores (então catedráticos), empregados e servidores dessas instituições fossem aproveitados no serviço público federal e que ocorresse a incorporação ao Patrimônio Nacional de todos os bens móveis, imóveis e os direitos dos estabelecimentos federalizados pela lei (VASCONCELOS, 2007: 49).

De acordo com a pesquisa realizada por Isamara Martins Vasconcelos (2007),

> A preocupação com o ônus ao erário público versava diante do fato de que muitas federalizações foram requeridas – e alcançadas – no momento em que as escolas ou faculdades de caráter privado, seja relacionadas ao ensino católico ou às elites regionais, encontravam-se em vias de falência, pela falta desses recursos próprios, o que levava a uma verdadeira "disputa" de recursos da União pela federalização (VASCONCELOS, 2007:73).

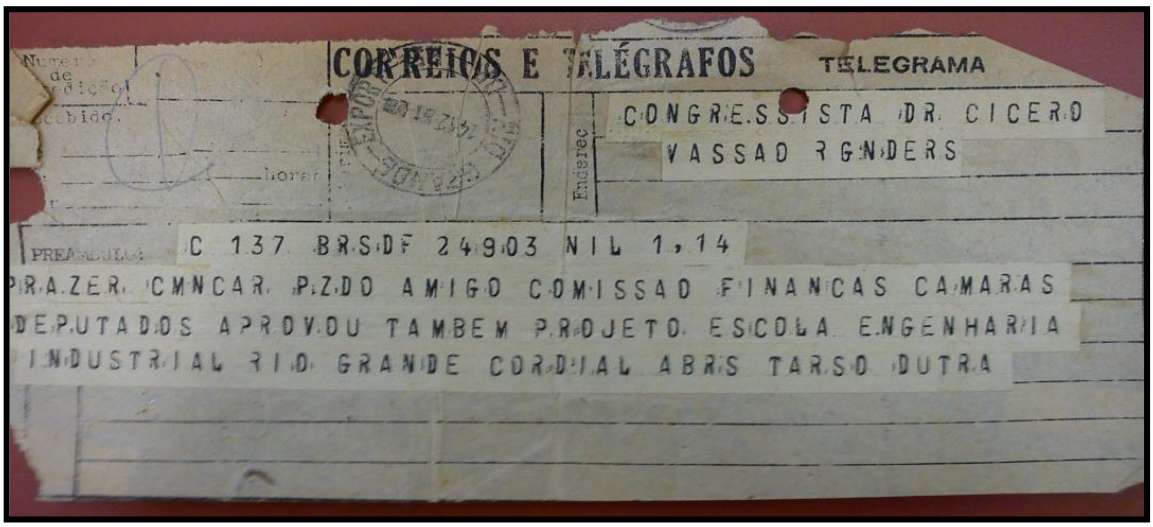
Contudo, o caso específico de federalização da EEI demonstra que este não é um processo simples. A Escola de Engenharia Industrial foi autorizada a funcionar em 24 de maio de 1955, pelo decreto nº 37.378 e reconhecida através do decreto nº 46.459 de 18 de julho de 1959. A comissão designada para realizar a inspeção da EEI era composta pelo Prof. Engº Luiz Lesseigneur de Faria, diretor da Escola de Engenharia da URGS que também foi o inspetor

[100] Ata nº 79 do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande, de 4 de outubro de 1961. Acervo da Fundação Cidade do Rio Grande.

responsável por autorizar o funcionamento da escola em 1955. Além dele foram escolhidos pela Diretoria do Ensino Superior do MEC para constituir a comissão de reconhecimento da escola, o Prof. Oscar Maximiliano Homrich, diretor do Instituto de Tecnologia Alimentar da URGS e pelo Dr. Franklin de Olivé Leite, inspetor do ensino superior em Pelotas (RELATÓRIO, 1962). Todo o contato com a Diretoria de Ensino Superior e todos os méritos adquiridos pela escola ao longo da sua trajetória escolar foram fatores relevantes para que esta conseguisse iniciar seu processo de federalização em 2 de maio de 1961, pelo decreto nº 3. 863.

Entretanto, tratava-se justamente do início de um processo de federalização e, portanto, a instituição precisava dentro de um prazo delimitado de sessenta dias, adequar-se às exigências feitas pelas comissões dos ministérios que avaliaram o projeto de lei, para que esta pudesse receber todas as atribuições de um estabelecimento escolar federal de ensino superior para continuar funcionando. O projeto de lei nº 3.247 enviado para a Câmara dos Deputados no segundo semestre de 1961, com o auxílio do deputado Clóvis Pestana, foi avaliado por comissões mistas do governo que analisaram as medidas necessárias para o funcionamento da Escola de Engenharia Industrial após sua federalização. Este deputado, denominado pelo Prof. Cícero Vassão como um “grande amigo desta Escola” (RELATÓRIO, 1962:8), exercia o cargo de Ministro das Obras Públicas no momento da promulgação da lei que federalizaria a escola. Perante este acontecimento, escreveu uma carta ao Presidente da República justificando de diversas maneiras a relevância de a EEI ser federalizada. Essa carta foi enviada para Brasília em abril de 1961 e a escola acaba por ter seu processo de federalização aprovado em maio do mesmo ano.

Um episódio interessante que também marca esse processo é que o responsável pela Comissão de Educação e Cultura era o ilustre educador Sr. Paulo Freire, que avaliou positivamente a proposta da escola. Outro importante político envolvido nesse processo foi o deputado Tarso Dutra, membro da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados e que auxiliou a EEI em diversos momentos. Na imagem 22 encontra-se um telegrama enviado pelo deputado ao então diretor da EEI, Cícero Vassão, trazendo notícias sobre o projeto que tramitava no Congresso Nacional.


CORREIOS E TELÉGRAFOS TELEGRAMA

CONGRESSISTA DR CICERO
VASSAD RGNDERS

C 137 BRSDF 24903 NIL 1,14
PRAZER CMNCAR P.ZDO AMIGO COMISSAD FINANCAS CAMARAS
DEPUTADOS APROVOU TAMBEM PROJETO ESCOLA ENGENHARIA
INDUSTRIAL RIO GRANDE CORDIAL ABRS TARSO DUTRA

Figura 22: Telegrama enviado ao Diretor da EEI, Cícero Marques Vassão em 1961. Pertencente ao acervo do Arquivo Geral da FURG.

Cabe destacar algumas das propostas do projeto inicial escrito pela escola e enviado ao Congresso em 1961, o qual abordava as medidas necessárias para que a escola pudesse vir a funcionar como instituição isolada de ensino superior ligada ao MEC. Dentro dessas novas medidas encontrava-se a criação de mais uma modalidade dentro do curso, a Engenharia Industrial Química. A escolha por esta modalidade condiz com o grande contingente de professores da EEI que eram formados em Química Industrial, o que facilitaria a própria concepção do novo currículo, além das especificidades das novas disciplinas escolares agregadas ao curso. Este projeto de lei também previa a criação de um Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI). De acordo com o artigo 3º deste projeto, o IPOI “objetivará essencialmente pesquisas científicas e considerará, em cooperação e assistência, as necessidades das indústrias regionais” (BRASIL,1962). Este ficaria responsável por manter o Colégio Técnico Industrial de Rio Grande, criado em meados da década de 1960, que tinha como finalidade principal preparar técnicos de nível médio para atuar nas indústrias do município e região (COLMEIA DO PROGRESSO, s/d:4).

Após tramitar pela Câmara Federal, o projeto foi encaminhado ao Senado, ainda em 1961, recebendo novamente pareceres favoráveis. Todavia, ao passar pela avaliação do Presidente da República ele acaba auferindo alguns vetos a certas expressões nos artigos, além de ter sido contra a criação de gratificações para cargos, como o de diretor, secretário, chefe de portaria,

entre outras, e também exigia que o regimento da escola estivesse mais adequado às possibilidades da mesma naquele momento de transição. Após analisar o veto presidencial, compreende-se que este se deu unicamente em função da gratificação dessas novas funções criadas pela EEI. Este fato viria encarecer a manutenção da escola, pois esta agora fazia parte de uma gama de instituições escolares isoladas que dependiam da Diretoria do Ensino Superior. Enquanto a lei tramitava no Congresso Nacional a EEI continuava suas atividades atuando em um "regime transitório", conforme mencionado pelo diretor Cícero Marques Vassão em relatório escrito em junho de 1962. Regulando-se através do seu Regimento Interno. Sobre essa transição, o diretor esclarece:

> No regime de natureza transitória em que atualmente se encontra, não é dado à Escola prover em caráter efetivo os cargos de professores, ou administrativos, que deverão ainda serem criados pela lei que vier a ser promulgada. Assim, e durante o período transitório os cargos de professores e administrativos terão de ser exercidos por pessoal temporário [...] (RELATÓRIO, 1962:1).

No entanto, com relação ao corpo docente dessas instituições ficava estabelecido que

> Os professores catedráticos desses estabelecimentos passaram a ser efetivados nos quadros do funcionalismo público federal, com remuneração e privilégios idênticos aos seus colegas da Universidade do Brasil, considerada nos anos 50 como a universidade federal por excelência (CUNHA, 2011:171).

Entretanto, no projeto inicial enviado pela EEI deveriam ser criados no quadro permanente do MEC, Diretoria do Ensino Superior, dez cargos de professor catedráticos, além de quatro funções gratificadas. Estas seriam: diretor, chefe de portaria, secretário e coordenador do IPOI. Funções que foram vetadas, pois não se encontravam discriminadas no Regimento da instituição. O projeto de lei só foi realmente aprovado com todas as mudanças necessárias, em 3 de julho de 1962, recebendo o nº 4.085.

Dentre as principais mudanças encontravam-se as modificações no Regimento Interno da escola, vindo a caracterizar-se como um "instrumento normativo de uma organização universitária isolada" (RELATÓRIO, 1962:11). No que diz respeito ao currículo da escola, as alterações sofridas dizem respeito à nomenclatura de algumas disciplinas juntamente com os programas de ensino que passaram por algumas reestruturações. Cabe destacar que

foram mantidos como alicerces do curso de Engenharia Industrial as disciplinas de Matemática, Física e Mecânica Geral. Sobre essa atualização curricular nas disciplinas, o diretor da EEI exemplifica algumas mudanças:

> A Hidráulica passou a ser um capítulo da Mecânica dos Fluidos, Materiais de Construção passou para Materiais de Construção Mecânica, a Física Industrial dividiu-se em Operações Unitárias, Transporte Industrial, Transmissão de Calôr, Instrumentos de Controle e Medida. A cadeira de Organização das Indústrias, por sua vez, desdobrou-se em Administração, Contabilidade e Custos e Direito e Legislação. A tradicional cadeira de Geologia Econômica e Noções de Metalurgia passou a Metalurgia e Noções de Geologia Econômica [...] A cadeira de Cálculo por sua vez, foi distribuída em Cálculo I e II parte, Cálculo Numérico – Estatística Matemática (RELATÓRIO, 1962:13).

Os professores entrevistados nesta pesquisa, Sr. Ivo Braga e Sr. Eliézer Rios não se recordam das modificações que o processo de federalização causou na EEI. Talvez, essa parte mais burocrática tenha ficada a cargo apenas do corpo dirigente, mantendo os professores a par, mas sem grandes movimentações. Os professores afirmam que o processo foi algo natural, algo já esperado por todos. Mas, que os principais envolvidos no processo foram o Engº Francisco Bastos auxiliando com seus contatos políticos e o Engº Cícero Marques Vassão, então diretor da escola.

Outra mudança curricular foi o deslocamento da disciplina de Tecnologia Mecânica para o primeiro e o segundo ano, sendo subdividida em duas partes. Esta cadeira era antigamente ministrada no último ano de curso. Foi reservada para o último ano a nova disciplina de Instalações Industriais e Organizações de Oficinas, com foco na manutenção de equipamentos (RELATÓRIO, 1962). Pode-se entender que este novo currículo que precisou adequar-se às exigências do MEC, buscou manter o interesse do aluno pelo curso como algo sempre presente, fazendo com algumas disciplinas fossem mescladas com outras, talvez pelo grau de dificuldade na aprendizagem notado pelos professores ou pelas próprias exigências da escola. Tentando unir a prática, grande foco do curso, com a teoria, almejando intercalar estas disciplinas durante cada semestre, para que o aluno não perdesse o interesse pela Engenharia Industrial em suas diferentes modalidades.

As mudanças na nomenclatura de algumas disciplinas também auxiliaram num maior esclarecimento sobre o que ela pretendia abordar, proporcionando, talvez, uma maior expectativa por parte dos estudantes. É

significativo mencionar que a escola passa a denominar-se Faculdade Federal de Engenharia Industrial no final da década de 1960, quando é agregada à Universidade Federal do Rio Grande, estabelecimento oficializado em agosto de 1969, que teve como sede provisória o prédio da EEI (COLMEIA DO PROGRESSO, s/d:9).

Esse é mais um grande passo na história da EEI, o momento em que ela passa a fazer parte da primeira universidade federal da cidade do Rio Grande. Na visão do Sr. Nelson Castro, aluno da primeira turma, professor assistente da EEI e do Colégio Técnico Industrial na década de 1960, o MEC reconhecia todo o empenho da FCRG e daqueles que auxiliaram na criação e na manutenção da escola durante todos os anos em que ela se manteve como instituição privada. A leitura que o Sr. Nelson faz é a seguinte:

> Simplesmente, passaram para o MEC. Eles não fizeram mudança em nada. Eles não queriam que a EEI passasse a integrar a universidade. Eles queriam que existisse a universidade e ficasse a EEI independente. Diziam: “Vocês são um padrão para o Brasil, não deveriam se misturar em nada”. O Dr. Bastos também foi criador da universidade e queria juntar tudo, deixar uma coisa só... por amizade, aquela coisa toda. Através de Assembleia dos professores se resolveu passar para a universidade. Nunca vi ninguém vir aqui fiscalizar a EEI. Era só na base do telefone. Se precisasse de alguma coisa, o Cícero ia lá levar algo que eles queriam. Não me lembro de ver alguém fiscalizando, se estava funcionando ou não (CASTRO, 2012).

Provavelmente existia algum tipo de fiscalização por parte do MEC, afinal, após a federalização a EEI precisava prestar contas ao Ministério. Todavia, a intenção do Engº Bastos e de todos aqueles que fizeram parte da gênese da escola era de ampliar os horizontes daquela que seria a primeira de muitas. Ter a iniciativa foi fundamental, destaque para a boa gestão daqueles que se empenharam nesses primeiros anos, e, a partir dai trilhar novos caminhos para o ensino superior da cidade, que começa tardiamente, mas que vem a se consolidar com uma universidade federal no final da década de 1960, quinze anos após a criação da EEI.

Considerações finais

A história da educação da cidade do Rio Grande, cidade mais antiga do estado do Rio Grande do Sul, é uma história que ainda esta sendo escrita pelos pesquisadores que buscam se debruçar sobre esse arcabouço de informações que, na maioria dos casos, ou se encontram isoladas, ou desorganizadas, ou, talvez, perdidas. Escolher trabalhar com a história da instituição escolar de ensino superior mais antiga do município foi um grande desafio. Contudo, ao perceber a relevância de poder analisar tudo que havia sido escrito sobre esta escola e, sobretudo, ao perceber a possibilidade de reconstruir uma nova leitura sobre a mesma, entrecruzando diversas tipologias de fontes documentais, o desafio acabou se tornando uma realização.

Desde os primeiros contatos com os documentos produzidos pela instituição, os quais se encontram preservados em acervos localizados na cidade do Rio Grande, percebeu-se a necessidade de refletir acerca de uma história institucional que a própria comunidade riograndina desconhece. Ter a formação técnica na área foi um privilégio em momentos de total silêncio lidando com as fontes documentais, já que elas se encontram dispersas em diferentes acervos, com diferentes tipologias e diferentes formas de preservação. O contato prévio com as fontes foi fundamental para poder traçar questionamentos e lançar algumas das possíveis hipóteses que foram sendo percebidas ainda na fase inicial de projeto da pesquisa. Trabalhar com essa diversidade de fontes é uma característica das pesquisas realizadas no âmbito da História da Educação, quando norteadas pela perspectiva histórica da História Cultural, permitindo assim, que o pesquisador tenha a consciência que se trata de uma leitura, uma interpretação dentre tantas possíveis, de um passado que está sendo analisado no presente. Sempre considerando a criticidade no trato com as fontes e a problematização como algo essencial.

É necessário reiterar que a dissertação teve como questão central de pesquisa a seguinte pergunta: Por que a Escola de Engenharia Industrial, primeira instituição de ensino superior da cidade do Rio Grande, foi criada na década de 1950? Para conseguir responder essa pergunta, foi preciso, além da leitura de bibliografia pertinente ao assunto, contar com a análise da cultura escolar que ainda se mantém preservada em sua materialidade e também por

meio das fontes orais coletadas com os depoimentos de três sujeitos históricos que presenciaram a gênese e a trajetória da EEI. Trabalhar com as entrevistas, considerando a memória como fonte documental se mostrou como um diferencial desta pesquisa. Novas perspectivas foram destacadas e novas análises puderam ser feitas. Ao mesmo tempo, permitindo que o olhar do pesquisador se modifique e enxergue outras questões, interpretando práticas escolares de diferentes formas. Afinal, as entrevistas englobaram vivências, cotidianos, lembranças e esquecimentos, oportunizando momentos únicos, os quais, na maioria dos casos, não foram contemplados pelos documentos produzidos pela instituição.

Vale destacar que a periodização da pesquisa (1953-1961), foi balizadora para delimitar as fontes e os entrevistados em questão. Fato que permite que outras pesquisas, com outras leituras, possam ser realizadas abordando diferentes periodizações, já que a Escola de Engenharia existe até os dias de hoje, integrando as unidades acadêmicas da Universidade Federal do Rio Grande (FURG). A partir de novas questões de pesquisa, novas periodizações poderão ser contempladas e novos entrevistados surgirão possibilitando a coleta e a análise de novas fontes orais como corpus documental.

Para conseguir responder a questão central de pesquisa, foi necessário reconstruir como se deu a gênese, ou seja, o processo de criação da instituição. Para tanto, foi indispensável refletir acerca da trajetória de um dos personagens principais dessa história, o Engº Francisco Martins Bastos. A partir da análise, foi possível compreender que o papel de gestor atrelado ao espírito empreendedor desempenhado pelo Engº Bastos foi imprescindível para que a EEI pudesse ser criada. Logicamente, ele não estava sozinho nesse desafio, como um bom gestor, ele se manteve cercado de boas parcerias e boas relações em diferentes meios sociais, mas, foi com o apoio de um grupo de profissionais da cidade, pertencente a uma classe social escolarizada, é que a criação e a consolidação da Escola de Engenharia Industrial se tornou uma realidade. O fato do Dr. Bastos, como os entrevistados o chamam, ser um bom “homem de negócios”, nas palavras de Max Weber, e estar à frente da Ipiranga S/A Cia Brasileira de Petróleos na época do surgimento da escola, tornou a criação desse estabelecimento de ensino uma possibilidade para uma cidade

relativamente pobre, no que diz respeito à formação profissional dos seus habitantes. Uma possibilidade de progresso não só para a refinaria, mas, também para todas as indústrias envolvidas nesse movimento, afinal, teriam uma instituição de ensino e pesquisa voltada para suas realidades industriais. Vale destacar que o uso do referencial teórico weberiano foi fundamental para compreender a atuação do Engº Bastos no processo de criação da EEI, principalmente, respaldado pela categoria do tipo ideal weberiano. Analisá-lo sob esta perspectiva tornou possível compreender por que essa classe social escolarizada não havia se organizado antes da década de 1950 para a criação de um curso de ensino superior. A figura do Engº Bastos, através de suas características, demonstra o perfil de um sujeito comprometido com o empreendedorismo e que ousou investir em um projeto que além de beneficiar a cidade do Rio Grande, também o beneficiaria, no que diz respeito à mão de obra qualificada que estariam formando.

Contudo, a questão ainda não estava respondida por completo, e para isso foi preciso elencar e investigar os principais momentos e os principais envolvidos na criação desta instituição, pesquisando desde o surgimento da entidade mantenedora da EEI, a Fundação Cidade do Rio Grande criada em 1953, até o início do processo de federalização da escola, em 1961.

Por meio da reconstrução das práticas escolares da EEI, dentro do período delimitado, é que foi possível analisar sua trajetória institucional, e finalmente, poder compreendê-la como espaço educacional único, com suas particularidades e ao mesmo tempo, percebê-la como fruto do seu tempo, da sua época. Ao pesquisar a cultura escolar da EEI, a fim de responder a questão central da pesquisa, é que surgiu a necessidade de elencar quais práticas, quais personagens, quais espaços escolares iriam ser investigados.

Primeiramente, percebe-se que a EEI surge tardiamente no cenário educacional da cidade do Rio Grande, sobretudo, pela falta de investimentos, afinal, a maior parte dos estabelecimentos de ensino superior do país surgiram como instituições privadas mantidas por particulares. Perante tal realidade, surge o interesse de indivíduos pertencentes a uma classe social escolarizada e estabilizada profissionalmente, em organizar e investir na capacitação profissional e cultural da comunidade riograndina, que na época, tinha como principal forma de desenvolvimento econômico, o setor industrial do município.

E é justamente nesse momento inicial que o papel de gestor do Engº Francisco Martins Bastos, se mostra como essencial para que a EEI pudesse vir a existir. Destacando-se como um bom empreendedor ao longo de sua trajetória de vida, e como diretor superintendente de uma das refinarias de petróleo mais antigas do país, esse indivíduo se mostra como uma das peças chave para a criação da escola.

Os investimentos para criar uma instituição de ensino superior não foram poucos, foi preciso que todos se envolvessem de uma forma ou de outra. Começando pelos espaços escolares, pois a EEI, surge sem espaço físico próprio, o que seria um grande problema para ser autorizada a funcionar. Através das relações interinstitucionais são firmados convênios, acordos e contratos com a Fundação Cidade do Rio Grande, entidade que arcaria com todas as responsabilidades de manter uma instituição de grandes proporções como a Escola de Engenharia Industrial.

Mesmo sem a autorização do MEC para o funcionamento da escola, criar-se o curso preparatório, provavelmente como forma de sondar e preparar tanto o corpo docente, como o futuro corpo discente que iria integrar os primeiros anos da EEI. Através dos contatos mantidos com a Escola de Engenharia de Porto Alegre, a EEI consegue organizar seu curso preparatório e o concurso de habilitação, realizada em 1956. A presença do reitor da URGS, Dr. Eliseu Paglioli e dos professores pertencentes ao corpo docente da Escola de Engenharia de Porto Alegre, reforça a ligação entre as duas instituições desde os primeiros movimentos para a criação de uma escola de engenharia na cidade do Rio Grande. Pode-se notar que esse diálogo foi basilar para as primeiras práticas escolares empregadas pela EEI e também para as decisões de cunho burocrático e pedagógico.

Quanto ao corpo docente, percebe-se que a presença do regime de cátedra, característica do ensino superior brasileiro que estava diretamente ligada ao poder docente e dirigente, pode ter sido um importante meio de influência para que este grupo de profissionais passassem a dedicar parte do seu tempo de trabalho para o magistério, afinal a autonomia dentro da instituição favorecia o professor, deixando-o livre para organizar sua disciplina e sua prática escolar. Além disso, a maioria dos professores da escola vivenciou um processo de autoformação docente, afinal, poucos possuíam

experiência no magistério e era praticamente nula a experiência no ensino superior.

Outro fator fundamental que pode ter sido levado em consideração é a ligação mais do que direta do diretor-superintendente da Ipiranga S/A Companhia Brasileira de Petróleos e também presidente da Fundação Cidade do Rio Grande, Engº Francisco Martins Bastos com a EEI. O envolvimento dessa figura na criação e na trajetória da escola pode ter sido algo que "motivou" os demais engenheiros que atuavam na empresa Ipiranga a também se dedicarem ao ensino de engenharia na EEI. Um detalhe importante é a presença de uma única mulher, a Profª Glasphyra Monteiro Piffero, que trabalhava na Companhia União Fabril e ministrava a disciplina de Química inorgânica na EEI. O que deixa claro que existia uma hegemonia masculina no corpo docente da escola, além de poucas mulheres profissionais da área atuando na cidade do Rio Grande.

Sobre a cátedra, é preciso ressaltar que apesar de todo poder depositado na figura do catedrático é necessário reconhecer que estes foram os preconizadores do ensino superior brasileiro e que através do ensino por eles ministrado, foi possível organizar as instituições que por muito tempo se mantiveram isoladas e seguindo diferentes perspectivas dentro de suas organizações e conhecimentos. Com a Escola de Engenharia Industrial não foi diferente, ela tem em sua origem e trajetória a presença de professores que trabalharam em regime de cátedra por muitos anos, até a transferência da escola para a universidade em 1969. Um detalhe que vale destacar, é a possibilidade de novas pesquisas acerca deste assunto em específico, já que o regime de cátedra não era exercido unicamente no ensino superior, fato que foi brevemente ilustrado nesta dissertação quando mencionado o primeiro concurso de professor catedrático do Colégio Estadual Lemos Jr. na década de 1920. Partindo desse indício histórico, podem surgir novas investigações no âmbito da História da Educação da cidade do Rio Grande.

Outra categoria que foi analisada na dissertação e que poderia se tornar objeto de estudo de futuras pesquisas, é a história das disciplinas escolares da EEI. Como a dissertação buscou contemplar a trajetória da EEI sob diferentes aspectos, não foi possível considerar somente essa categoria. Por isso, notou-se que existem fontes documentais para futuras pesquisas que optem por

trabalhar unicamente com as disciplinas escolares, podendo abordar outros momentos da história da escola. Para citar algumas possíveis fontes documentais: cadernos escolares, relatos de professores e alunos de um dado período, cotidiano da sala de aula, analisando em separado, a parte prática e a parte teórica.

A dissertação não poderia deixar de abordar o primeiro corpo discente, trazendo um olhar sobre os primeiros egressos e primeiros profissionais formados pela EEI. Momentos singulares como a relação com os professores, as disciplinas, os espaços escolares provisórios e depois o espaço próprio, os estágios, as visitas técnicas, a colação de grau, dentre tantos outros, puderam ser analisados. A partir desse estudo, percebe-se que a EEI possibilitou novos horizontes aos estudantes riograndinos, já que com ela tornou-se possível dar continuidade aos estudos superiores voltados para a Engenharia na cidade do Rio Grande. Realidade diferente daquela vivenciada por alguns dos professores da escola, exemplos como o do Prof. Ivo Braga e do Prof. Eliézer Rios, que precisaram concluir seus estudos na única instituição de Engenharia do estado, a qual ficava na capital, exigindo que o estudante possuísse boas condições financeiras para concluir seus estudos em Porto Alegre. A EEI, ao mesmo tempo em que apresenta uma nova possibilidade de carreira para os riograndinos, também lança essa oportunidade para todo o interessado em ingressar no curso de Engenharia Industrial modalidade Mecânica, fato que se nota já nos primeiros egressos da escola, com diferentes nacionalidades e de diferentes cidades.

Ao analisar a parte final do trabalho, a qual diz respeito ao processo de federalização da Escola de Engenharia Industrial, pode-se notar que esta almejava o status de ser uma instituição federal desde sua origem. Na verdade, a partir das leituras que foram realizadas percebeu-se que a década de 1960 foi um período no qual o governo intensificou os processos de federalização de instituições escolares de ensino superior isoladas. Com o início do processo, em maio de 1961, a EEI passa por algumas alterações normativas e de cunho curricular, inclusive, se responsabilizando em criar estabelecimentos vinculados à escola, como, por exemplo, o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI) que futuramente cria o Colégio Técnico Industrial (CTI) e, a criação da modalidade Química para o curso de Engenharia Industrial. A federalização era

um desejo de todos aqueles que participaram da trajetória da EEI, beneficiando a todos os envolvidos. Para os professores, seguir a carreira docente com dedicação exclusiva tornou-se uma possibilidade, afinal, com a federalização da escola eles passaram a receber seus salários sem precisar doá-los à FCRG. Com a federalização da EEI uma etapa se concluiu, mas outras tantas ainda estavam por vir, como, a aglutinação das instituições de ensino superior da cidade do Rio Grande em uma única Universidade, fato que efetivamente se oficializa em 1969.

Por fim, vale reiterar que esta dissertação buscou reconstruir o processo de criação e os primeiros anos da EEI, através de sua cultura escolar, que ainda se mantém preservada em sua materialidade. Para realizar a reconstrução das práticas escolares da EEI, foi preciso descrever a cultura escolar em diversos momentos, contudo, foi imprescindível atrelar ao processo descritivo de reconstrução a problematização da questão de pesquisa, para que esta pudesse ser enfim, respondida. Com esta dissertação muitos caminhos foram abertos para novos objetos de análise, bem como novas interpretações e leituras dos objetos que aqui foram abordados. A Escola de Engenharia Industrial possui um leque de possibilidades de leitura e análise para a História da Educação, bem como, a própria cidade do Rio Grande. Espera-se que a partir deste e de outros trabalhos acadêmicos, novos olhares se encantem pela história da educação do município, sempre com a consciência de que estes objetos fazem parte de uma época e de um meio, e que desse modo, seja possível preservar essa memória, para que esta não venha a cair no esquecimento.

Referências

ABREU, Regina. Patrimônios etnográficos e museus: uma visão antropológica. In: **E o patrimônio?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2008, pp. 33-57.

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, p. 155-202, 2009.

ALTMAYER, Flávia de Lima. **Fundação Cidade do Rio Grande – 50 anos:** Uma história de realizações. Rio Grande: Editora da FURG, 2003.

ALVES, Cláudia. Educação, memória e identidade: dimensões imateriais da cultura material escolar. In: **História da Educação,** ASPHE/FaE/UFPel, Pelotas, v. 14, nº 30, p. 101-125, Jan/Abr 2010. Disponível em: <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>

ALVES, Francisco das Neves (org.). **Fundação Universidade Federal do Rio Grande: 35 anos a serviço da comunidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2004.

AMARAL, Giana Lange do. **Gatos pelados x galinhas gordas**: desdobramentos da educação laica e da educação católica na cidade de Pelotas (décadas de 1930 a 1960). 2003. Tese (Doutorado em Educação), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

AMARAL, Giana Lange do. **O Gymnasio Pelotense e a Maçonaria**: uma face da História da Educação em Pelotas. Pelotas: Seiva Publicações/Ed. Universitária-UFPel, 1999.

ANAIS CIENTÍFICOS da Escola de Engenharia Industrial da Fundação Cidade do Rio Grande. Rio Grande, s/d. Acervo do NUME, Coleção da Escola de Engenharia Industrial.

ARRIADA, Eduardo. **A educação secundária na província de São Pedro do Rio Grande do Sul**: a desoficialização do ensino público. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.

ASSIS BRASIL, Luiz Antônio de. **Gaúchos**: líderes e vencedores do século XX. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul / Federação das Associações Empresariais do Rio Grande do Sul FEDERASUL, 1999.

ASSIS, Célia de. **Sixty years of achievments**: Empresas de Petróleo Ipiranga. São Paulo: Prêmio, 1997.

ATA nº 1 do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande. Reunião realizada no dia 14 de outubro de 1953. In: **Livro de Atas do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande.** Acervo da Fundação Cidade do Rio Grande.

ATA nº 79 do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande, de 4 de outubro de 1961. In: **Livro de atas do Conselho Diretor da Fundação Cidade do Rio Grande.** Acervo da Fundação Cidade do Rio Grande.

ATA nº 1 do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia Industrial (DAEEI). In: **Livro Ata do Diretório Acadêmico da Escola de Engenharia Industrial (DAEEI).** Acervo do NUME, Coleção da Escola de Engenharia Industrial, 1957.

ATA nº 1 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 11 de junho de 1954. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial**. Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 2 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial de 18 de junho de 1954. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial**. Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 4 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 17 de agosto de 1954. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial**. Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 6 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial de 4 de janeiro de 1955 In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial**. Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 7 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 7 de janeiro de 1955. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial**. Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 11 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 18 de outubro de 1955. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial**. Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 13 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, do dia 13 de dezembro de 1955. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial.** Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 18 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, do dia 9 de abril de 1956. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial.** Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 19 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 3 de maio de 1956. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial.** Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 20 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 4 de junho de 1956. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial.** Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 22, Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, do dia 28 de junho de 1956. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial.** Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 23 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 20 de agosto de 1956. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial.** Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

ATA nº 27 do Conselho Técnico Administrativo da Escola de Engenharia Industrial, de 28 de janeiro de 1957. In: **Relatório de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial.** Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, p. 23-79, 2009.

BARROS, José D'Assunção. **O Projeto de Pesquisa em História.** Petrópolis: Vozes, 2008. 4ª edição.

BASTOS, Francisco Martins. **Francisco Martins Bastos**: depoimento [1985]. Entrevista concedida ao Projeto Memória Ipiranga, 1985. 1 DVD.

BENITO, Agustín Escolano. Patrimônio material de la escuela e historia cultural. In: **Revista Linhas**. Florianópolis, vol.11, nº 2, p.13-28, jul/dez.2010.

BERTEN, André. **Modernidade e desencantamento** – Nietzsche, Weber e Foucault. São Paulo: Saraiva, 2011.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Disciplinas escolares: história e pesquisa. In: **História das disciplinas escolares no Brasil**: contribuições para o debate. Bragança Paulista: EDUSF, p. 9-38, 2003.

BITTENCOURT, Ezio. **Da rua ao teatro, os prazeres de uma cidade**: sociabilidades & cultura no Brasil Meridional – Panorama da história de Rio Grande. Rio Grande: Ed. da FURG, 1999.

BORTHEIRY, Aída Luz Meirelles. **Memória FURG – NUME**: fragmentos da história da Fundação Universidade Federal do Rio Grande segundo os Arquivos do Núcleo de Memória Engenheiro Francisco Martins Bastos. Rio Grande: Fundação Universidade do Rio Grande, 2008.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BRAGA, Ivo Pereira. **Escola de Engenharia Industrial**: depoimento [2012]. Entrevista concedida a Vanessa Barrozo Teixeira, 2012.

BRASIL. **Parecer** de autorização para funcionamento do curso da Escola de Engenharia Industrial. Processo nº 57.772/54. Comissão de Ensino Superior, Ministério da Educação e Cultura, 11 de abril de 1955.

BRASIL. Congresso Nacional. **Veto presidencial**. Brasília, DF, 1962.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Funções do museu em debate: Preservação. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, nº10, p. 23-34, 1997.

BRUNO, Maria Cristina de Oliveira. Teoria museológica: a problematização de algumas questões relevantes à formação profissional. In: **Cadernos de Sociomuseologia**. Lisboa, nº10, p. 13-21, 1997.

BUFFA, Ester. História e filosofia das instituições escolares. In: **Novos temas em história da educação brasileira**. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG, 2002, p. 25-38.

BURKE, Peter (org.). **A escrita da história**: novas perspectivas. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

BURKE, Peter. **História e teoria social**. São Paulo: Ed. UNESP, 2002.

BURKE, Peter. **Testemunha ocular**: história e imagem. Bauru, SP: EDUSC, 2004.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

CANDAU, Jöel. **Memória e identidade.** São Paulo: Contexto, 2011.

CAMPOS, Daniela de. O ensino profissional no Rio Grande do Sul no início do século XX. In: **Anais do III Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.** Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG), 2010. Acessado em: 13 de julho de 2011. Disponível em: < http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Anais_2010/Artigos/GT4/O_ENSINO_PROFISSIONAL.pdf>

CASTRO, Nelson Dias. **Escola de Engenharia Industrial**: depoimento [2012]. Entrevista concedida a Vanessa Barrozo Teixeira, 2012.

CATANI, Denise Barbara. Estudos de história da profissão docente. In: **500 anos de educação no Brasil**. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, p. 585-599, 2011.

CELESTE FILHO, Macioniro. A fotografia e a pesquisa em História da Educação: escola paulista na década de 1930. In: **InterMeio**: revista do Programa de Pós-Graduação em Educação, Campo Grande, MS, v.16, n.31, p.134-155, jan./jun. 2010.

CELESTE FILHO, Macioniro. **A constituição da Universidade de São Paulo e a reforma universitária da década de 1960**. São Paulo: PUC, 2006, 293F. Tese (Doutorado em Educação: História, Política e Sociedade). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CESAR, Willy. **Chico Bastos, o pescador**. Rio de Janeiro: UniverCidade, 2011.

CHAGAS, Mário de Souza. Pesquisa museológica. In: **Museus Instituição de Pesquisa**. Rio de Janeiro: MAST, p. 51- 63, 2005.

CHAGAS, Mário de Souza. **Há uma gota de sangue em cada museu**: a ótica museológica de Mário de Andrade. Chapecó: Argos, 2006.

CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre, nº 2, p.177-229, 1990.

COHN, Gabriel. **Crítica e resignação**: Max Weber e a teoria social. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

COLMEIA DO PROGRESSO. Rio Grande. Fundação Cidade do Rio Grande, s/d.

COLMEIA DO PROGRESSO. Rio Grande. Faculdade Federal de Engenharia Industrial, s/d.

CONVITE para a Colação de Grau dos formandos da Escola de Engenharia Industrial. Rio Grande: Fundação Cidade do Rio Grande, 28 de dezembro de 1960.

CRUZ, Marta Vieira. Brasil Nacional-Desenvolvimentista (1946-1964). In: **Navegando pela História da Educação brasileira.** Campinas, SP: Graf. FE: HISTEDBR, 2006. Disponível em:
< http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos.html >

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: **500 anos de educação no Brasil**. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, p. 151-204, 2011.

CUNHA, Luiz Antonio. **A universidade temporã:** o ensino superior, da Colônia à Era Vargas. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

DAVID, Cesar de. **Estratégias de reprodução familiar em assentamentos**: limites e possibilidades para o desenvolvimento rural em Canguçu - RS. 2005. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Federal de Santa Catarina, Santa Catarina.

DINIZ, Pery Pinto. Origem e evolução da Universidade do Rio Grande do Sul. In: **Fundamentos da cultura rio-grandense**. Faculdade de Filosofia. Quarta Série. Porto Alegre: Gráfica da Universidade do Rio Grande do Sul, 1960, p. 167-196.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico e outros ensaios**. Campinas, São Paulo: Papirus, 1993.

ESTATUTO da Fundação Cidade do Rio Grande. Rio Grande: Tipografia Esperança, 1953.

FALCON, Francisco José Calazans. **História Cultural:** uma nova visão sobre a sociedade e a cultura. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2002.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

FARIA FILHO, Luciano Mendes; OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de. Antonio Viñao Frago: a crítica da educação como crítica cultural. In: **Memória, história e escolarização**. Petrópolis, RJ: Vozes; São Paulo, SP: Revista Educação; Editora Segmento, 2011, p. 93-124.

FÁVERO, Maria de Lourdes de Albuquerque. **Universidade do Brasil: das origens à construção.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Inep, 2000.

FÁVERO, M. L. A. Da Cátedra Universitária ao Departamento: subsídios para discussão. In: **23ª Reunião Anual da ANPEd**, 2000, Caxambú-MG. Anais da 23ª Reunião da ANPEd, 2000. Acessado em 27-11-11; Disponível em: < http://www.anped.org.br/reunioes/23/textos/1118t.PDF>.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. In: **Revista Pro-Posições.** Dossiê Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus. Faculdade de Educação, UNICAMP: Campinas, SP. Vol. 16, nº1 (46), jan/abr, p.87-102, 2005.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Minidicionário da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. Patrimônio industrial: lugares de trabalho, lugares de memória. In: **Revista Museologia e Patrimônio**. PPG-PMUS Unirio, MAST. Vol.II, jan/jun de 2009. Disponível em: <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/view/43>

FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil. In: **Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política** – Departamento de Economia da PUCSP, SP. Volume 15, nº 2 (26), pp. 225-256, 2004. Disponível em: < http://revistas.pucsp.br/index.php/rpe/article/view/11934/8639 >

FONTANA, Hugo Antonio. **A expansão das instituições de ensino superior no Rio Grande do Sul (1950-2000):** implicações filosóficas, históricas e

sociológicas. Tese (Doutorado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Santa Maria, 2001.

FONTOURA, Edgar. O Colégio Lemos Júnior. In: **A Bibliotheca Riograndense.** Rio Grande: Officinas do Rio Grande, 1933.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e Cultura**: as bases sociais e epistemológicas do conhecimento escolar. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

FUNARI, Pedro Paulo; ZARANKIN, Andrés. Cultura material escolar: o papel da arquitetura. In: **Revista Pro-Posições.** Dossiê Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus. Faculdade de Educação, UNICAMP: Campinas, SP. Vol. 16, nº1 (46), jan/abr, p.135-144, 2005.

GATTI JÚNIOR, Décio. A história das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: **Novos temas em história da educação brasileira**: instituições escolares e educação na imprensa. Campinas, SP: Autores Associados; Uberlândia, MG, 2002, p. 3-24.

GEERTZ, Clifford**. A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GHIRALDELLI JR, Paulo. **História da educação brasileira**. São Paulo: Cortez, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GINZBURG, Carlo. **O queijo e os vermes**: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GRACIANI, Maria Stela Santos. **O ensino superior no Brasil**: A estrutura de poder na universidade em questão. Petrópolis: Ed. Vozes, 1984.

GUINCHAT, Claire; MENOU, Michel**. Introdução geral às ciências e técnicas da informação e documentação.** Brasília: IBICT, 1994.

HASSEN, Maria de Nazareth; FERREIRA, Maria Letícia Mazzucchi. **Escola de Engenharia/UFGRS** – Um século. Porto Alegre: Tomo editorial, 1996.

IPIRANGA 70 ANOS. Parte I: As origens da Ipiranga. 2006, p. 7-33.

JENKINS, Keith. **A história repensada.** São Paulo: Contexto, 2009.

JOUTARD, Philippe. História oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: **Usos & Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, p. 43-62, 2006.

JULIA, Dominique. A Cultura Escolar como objeto histórico. In: **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados. Nº 1. jan/jun de 2001.

KALBERG, Stephen. **Max Weber**: uma introdução. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOMBARDI, José Claudinei. História e historiografia da educação; atentando para as fontes. In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura. (Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação.**Campinas: Autores Associados et alli, p. 141-176, 2004.

LONER, Beatriz Ana. **A construção de classe**: operários de Pelotas e Rio Grande (1888-1930). Pelotas: Universidade Federal de Pelotas. Ed. Universitária: Unitrabalho, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACEDO, Francisco Riopardense de. **História das profissões da área tecnológica no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: CREA/RS, 1993.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. **Tecendo nexos**: história das instituições educativas. Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2004.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Breve apontamento para a história das instituições educativas. In: **História da educação**: perspectivas para um intercâmbio internacional. Campinas, SP: Autores Associados, Histedbr, p. 67-72, 1999.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente.** São Paulo: Escrituras Editora, 1998.

MAGALHÃES, Mario Osório. Engenharia, Rio Grande: **História & algumas histórias.** Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1997.

MARTINS, Solismar Fraga. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: Editora da FURG, 2006.

MEMORIAL apresentado ao Exmo. Snr. Professor Eliseu Paglioli – Reitor Magnífico da Universidade do Rio Grande do Sul pela Municipalidade e as forças vivas da Cidade do Rio Grande. Rio Grande, 29 de outubro de 1952.

MENESES, Ulpiano Bezerra de. A exposição museológica e o conhecimento histórico. In: **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte/Brasília: Scientia: UFMG/CNPq/ Argvmentvm, p. 15-84, 2010.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. Fontes visuais, cultura visual, História visual: Balanço provisório, propostas cautelares. In: **Revista Brasileira de**

História. São Paulo, v. 23, nº 45, p.11-36, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16519.pdf>.

MENEZES, Maria Cristina. A escola e a sua materialidade: o desafio do trabalho e a necessidade de interlocução. In: **Revista Pro-Posições.** Dossiê Cultura escolar e cultura material escolar: entre arquivos e museus. Faculdade de Educação, UNICAMP: Campinas, SP. Vol. 16, nº1 (46), jan/abr, p.13- 17, 2005.

MEZZANO, Alicia Corvalán de. Lembranças pessoais – memórias institucionais: para uma metodologia de questionamento histórico-institucional. In: **Pensando as instituições**: teorias e práticas em educação. Porto Alegre: ArtMed, p. 35-66, 1998.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; NETO, Otavio Cruz; GOMES, Romeu. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOACYR, Primitivo. **A instrução e o Império (1850-1887)**, 2º volume. Reformas do Ensino. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.

MORAIS, Christianni Cardoso; PORTES, Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida (org.). **História da educação**: ensino e pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

MÜLLER, Andrea (coord.). **75 anos de refino de petróleo no Brasil**. Rio Grande: Gráfica Rei, 2012.

NAGAMINI, Marilda. Engenharia e técnicas de construções ferroviárias e portuárias no Império. In: **História da técnica e da tecnologia no Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994, p. 131-161.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. Educação Superior (1930-85). In: **República**: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Passo Fundo: Méritos, 2007, vol.4, p. 335-354.

NOGUEIRA, Maria Alice. Estratégias de escolarização em famílias de empresários. In: **A escolarização das elites**: um panorama internacional da pesquisa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002, p. 49-65.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. In: **Projeto História**. PUC, São Paulo, nº 10, p. 7-28, dez/ 1993.

NOSELLA, Paolo; BUFFA, Ester. **Universidade de São Paulo; Escola de Engenharia de São Carlos; os primeiros tempos**: 1948-1971. São Carlos: EdUFSCar, 2000.

NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares. In: **As organizações escolares em análise.** Lisboa: Publicações Dom Quixote, Instituto de Inovação educacional, p. 13-43, 1995.

OLIVE, Arabela Campos. Histórico da educação superior no Brasil. In: **A Educação Superior no Brasil**. Brasília: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 2002.

OLIVEIRA, Maria Augusta Martiarena de. **A educação durante o governo de Augusto Simões Lopes (1924-1928)**. Pelotas: UFPel, 2005, 260f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas.

OSÓRIO, Fernando. **Ensino superior livre em Pelotas**. Pelotas: Livraria Universal Echenique & C, 1914.

PANOFKSY, Erwin. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

PARECER nº82/55 da Comissão de Ensino Superior, Processo nº 57.772/54. Acervo do NUME, Coleção da Escola de Engenharia Industrial, 1955.

PAULITSCH, Vivian da Silva. **Rheingantz:** uma vila operária em Rio Grande. Rio Grande: Editora da FURG, 2008.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. A imagem como fonte na pesquisa em História da Educação. In: **Museus**: dos gabinetes de curiosidades à museologia moderna. Belo Horizonte/Brasília: Scientia: UFMG/CNPq/ Argvmentvm, p. 177-219, 2005.

PEIXOTO, Ana Maria Casasanta. O museu da Escola de Minas Gerais face aos desafios das novas tecnologias. In: **Arquivos, fontes e novas tecnologias**: questões para a história da educação. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: Universidade São Francisco, 2000.

PEREIRA, Potiguara. Engenharia Militar. In: **História da Técnica e da Tecnologia no Brasil.** SP: Editora da Universidade Estadual Paulista: Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza, 1994.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O cotidiano da república**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1992.

PESAVENTO, Sandra Jatahy (org.). **História Cultural**: experiências de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

PHILLIPS, Bernard S. **Pesquisa social**: estratégias e táticas. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais do município de Rio Grande.** Of. Gráfica da Imprensa Nacional. Porto Alegre, 1944. Vol. 1.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. In: **Tempo**, Rio de Janeiro, vol. 1, n°. 2, 1996, p. 59-72.

RANZI, Serlei Maria Fischer. Memória e história das disciplinas escolares: possibilidades de uma aproximação. In: **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, p. 322-354, 2007.

REGIMENTO da Escola de Engenharia Industrial. Fundação Cidade do Rio Grande, Rio Grande: Artes Gráficas RIO GRANDE Ltda, 1956.

RELATÓRIO da Fundação Cidade do Rio Grande sobre a Escola de Engenharia Industrial. Rio Grande: Papelaria Phenix, s/d.

RELATÓRIO de Inspeção da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande. Fundação Cidade do Rio Grande, 1954.

RELATÓRIO de Reconhecimento da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande. Fundação Cidade do Rio Grande, 1957.

RELATÓRIO apresentado à Congregação da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande. Prof. Engº Cícero Marques Vassão (Diretor da EEI). Rio Grande, fevereiro de 1957.

RELATÓRIO apresentado à Congregação da Escola de Engenharia Industrial da cidade do Rio Grande. Prof. Engº Cícero Marques Vassão (Diretor da EEI). Rio Grande, 1962.

RELATÓRIO do 2º período letivo da Escola de Engenharia Industrial da Fundação Cidade do Rio Grande. Dr. Ruy Poester Peixoto (Inspetor Federal). Rio Grande, janeiro de 1961.

RELATÓRIO da Bibliotheca Rio-Grandense apresentado pela Directoria à Assembléia Geral em 22 de janeiro de 1888. Typographia do Artista – de Franklin da Fonseca Torres, 1888.

RESUMO sobre os primeiros anos da Escola de Engenharia Industrial. Rio Grande: Fundação Cidade do Rio Grande, s/d. Acervo do Núcleo de Memória Engº Francisco Martins Bastos (NUME), Coleção da Escola de Engenharia Industrial.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 1999.

RIO GRANDE, Rio Grande, 14 de junho de 1940.

RIO GRANDE, Rio Grande, 15 de junho de 1940.

RIOS, Eliézer de Carvalho. **As histórias que você gostaria de ler**. Rio Grande: Academia Riograndina de Letras, 2009.

RIOS, Eliézer de Carvalho**. Escola de Engenharia Industrial**: depoimento [2012]. Entrevista concedida a Vanessa Barrozo Teixeira, 2012.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil** (1930/1973). Petrópolis: Ed. Vozes, 1988.

ROSSATO, Ricardo; MAGDALENA, Beatriz Corso. **Universidades gaúchas**: impasses e alternativas (o ensino superior no Rio Grande do Sul). Santa Maria: Editora da UFSM, 1995.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade**: nove séculos de história. Passo Fundo: UPF, 2005.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia. **História & Documento e metodologia de pesquisa.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

SANTIAGO, Eduardo Girão. Vertentes teóricas sobre empreendedorismo em Shumpeter, Weber e McClelland: novas referências para a sociologia do trabalho. In: **Revista de Ciências Sociais,** v. 40, nº2, p. 87-103. 2009.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: **500 anos de educação no Brasil**. 5ª edição. Belo Horizonte: Autêntica, p. 205-223, 2011.

SANTOS, Sara Rios Bambirra; SILVA, Maria Aparecida da. Os cursos de Engenharia no Brasil e as transformações nos processos produtivos: do século XIX aos primórdios do século XXI. In: **Anais do I Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica.** Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-MG), 2008. Acessado em: 15 de janeiro de 2011. Disponível em: < http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema2/TerxaTema2Artigo2.pdf>

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a história da educação. In: LOMBARDI, José Claudinei & NASCIMENTO, Maria Isabel (Org.). **Fontes, história e historiografia da educação.** Campinas: Autores Associados, p. 3-12, 2004.

SAVIANI, D. O Legado educacional do “Longo Século XX” Brasileiro. In: SAVIANI, D. et. al. **O legado educacional do século XX no Brasil**. Campinas: Autores Associados, p. 9-58, 2004.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 1996.

SILVA, Fabrício Valentim da. Os estudantes da Universidade Rural do estado de Minas Gerais e suas reinvindicações: rebeldes ou conformistas? In: **Anais do VI Congresso de Pesquisa e Ensino de História da Educação em Minas Gerais**. UFV, 2011. Disponível em: < http://www.cch.ufv.br/copehe/trabalhos/ind/Fabricio2.pdf>

SILVEIRA, Josiane Alves da. **Faculdade Católica de Filosofia de Rio Grande:** os primeiros anos da formação docente no ensino superior da cidade (1960-1969). 2012. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

SOUTO, Marta. Sobre incertezas e buscas no campo institucional. In: **Pensando as instituições**: teorias e práticas em educação. Porto Alegre: ArtMed, p. 67-108, 1998.

SOUZA, Rosa Fátima de. História da cultura material escolar: um balanço inicial. In: **Culturas escolares, saberes e práticas educativas**: itinerários históricos. São Paulo: Cortez, 2007, p.: 163-189.

SOUZA, Sérgio Alves. Uma aplicação dos tipos ideais weberianos. In: **O fazer do trabalho científico em Ciências Sociais Aplicadas**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2006. Disponível em: < http://www.ufpe.br/gepec/exemplos/06_artigo03(sergioalves).pdf>

SUCUPIRA, Newton. O ato adicional de 1834 e a descentralização da educação. In: **A educação nas constituintes brasileiras (1823-1988).** Campinas, SP: Autores Associados, 2001, p. 55- 67.

SZYMANSKI, Heloísa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: **A entrevista na pesquisa em educação**: a prática reflexiva. Brasília: Liber Livro Editora, 2004.

TAMBARA, Elomar. **A educação no Rio Grande do Sul sob o castilhismo**. Porto Alegre: UFGRS, 1991. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação.

TAMBARA, Elomar. **Introdução à história da educação do Rio Grande do Sul.** Pelotas: Ed. Universitária/Seiva Publicações, 2000.

TAMBARA, Elomar. Educação e Positivismo no Brasil. In: **Histórias e Memórias da educação no Brasil**, vol II: século XIX. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

TEIXEIRA, Anísio**. Ensino superior no Brasil**: análise e interpretação de sua evolução até 1969. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1989.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

VASCONCELOS, Isamara Martins. **A Federalização do ensino superior no Brasil**. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2007.

VEIGA, Cynthia Greive. **História da Educação**. São Paulo: Ática, 2007.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documento e arquivos escolares. In: **A cultura escolar em debate:** questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa. Campinas, SP: Autores Associados, p. 3-30, 2005.

VIDAL, Diana Gonçalves. **As lentes da história**: estudos de história e historiografia da educação no Brasil. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

VIEIRA, Eurípedes Falcão. **Rio Grande: Geografia Física, Humana e Econômica.** Porto Alegre: Sagra, 1983.

VIÑAO, Antonio. Memoria, Patrimonio e Educación. In: **Revista História da Educação**. Vol.15, nº 33, p. 31-62, jan/abr. 2011.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. Espaços, usos e funções: a localização e disposição física da direção escolar na escola graduada. In: **História da Educação, arquitetura e espaço cultural.** São Paulo: Cortez, p. 15-47, 2005.

VIÑAO-FRAGO, Antonio. Historia de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. São Paulo: **Revista Brasileira de Educação**. Anped. Set/Dez, 1995.

WASSERMAN, Clarissa. O Rio Grande do Sul e as elites gaúchas na Primeira República: guerra civil e crise no bloco do poder. In: **Capítulos de história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora da UFGRS, 2004.

WEBER, Max. **Textos selecionados**. Coleção Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1985.

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982.

WEBER, Max. **Classe, status, partido.** In: VELHO, Otávio Guilherme C. A.; PALMEIRA, Moacir G.S.; BERTELLI, Antonio R. Estrutura de classes e estratificação social. 5. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEIDUSCHADT, Patrícia. **O Sínodo de Missouri e a educação pomerana em Pelotas e São Lourenço do Sul nas primeiras décadas do século XX**: identidade e cultura escolar. Pelotas: UFPel, 2007, 253f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pelotas.

WERLE, Flávia Obino Corrêa. História das instituições escolares: de que se fala? In: LOMBARDI, José Claudinei e NASCIMENTO, Maria Isabel Moura.

(Org.). **Fontes, História e Historiografia da Educação.**Campinas: Autores Associados et alli, p 13-33, 2004.

WERLE, Flávia Obino.História das instituições escolares: responsabilidade do gestor escolar. In: **Cadernos de História da Educação** - nº. 3, p. 109-120, jan./dez. 2004.

WERLE, Flávia Obino; BRITTO, Lenir Marina Trindade de Sá; COLAU,Cinthia Merlo. Espaço escolar e história das instituições escolares. In: **Diálogo Educacional – PUC/PR**., Curitiba, v. 7, n. 22, p. 147-163, set./dez. 2007.

XAVIER, Maria Elizabeth et.al. **História da Educação**: a escola no Brasil. São Paulo: FTD, 1994.

Apêndices

Apêndice A – Cessão de direitos sobre depoimento oral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Acadêmica: Vanessa Barrozo Teixeira
Orientador: Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, ..Ivo Pereira Braga.., carteira de identidade nº..100 113 1922.., emitida por..SJS.., CPF nº..005251330-72.., residente e domiciliado na cidade de..Rio Grande.., cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Vanessa Barrozo Teixeira, acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPel), o uso dos direitos autorais para Dissertação de Mestrado e/ou Tese de Doutorado, do PPGE-FAE-UFPel, trabalhos de caráter acadêmico, como artigos, periódicos, revistas, projetos de extensão, projetos de pesquisa, livros, eventos com comunicações orais, exposições em painéis ou pôsteres, e outros meios de comunicação e informação que estejam relacionados com a temática pesquisada pela acadêmica.

Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o ENTREVISTADO, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os interesses da acadêmica e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-FAE-UFPel), assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

..Rio Grande.. (Local) ..17 de janeiro de 2022.. (Data)

Assinatura do entrevistado: .....
Assinatura da pesquisadora:..Vanessa Barrozo Teixeira..

Apêndice B – Cessão de direitos sobre depoimento oral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Acadêmica: Vanessa Barrozo Teixeira
Orientador: Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, NELSON DIAS CASTRO, carteira de identidade nº 3003510942, emitida por SSP, CPF nº 005 234 700-10, residente e domiciliado na cidade de Rio Grande, cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Vanessa Barrozo Teixeira, acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPel), o uso dos direitos autorais para Dissertação de Mestrado e/ou Tese de Doutorado, do PPGE-FAE-UFPel, trabalhos de caráter acadêmico, como artigos, periódicos, revistas, projetos de extensão, projetos de pesquisa, livros, eventos com comunicações orais, exposições em painéis ou pôsteres, e outros meios de comunicação e informação que estejam relacionados com a temática pesquisada pela acadêmica.

Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o ENTREVISTADO, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os interesses da acadêmica e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-FAE-UFPel), assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Rio Grande, 10 de agosto de 2012
Local Data

Assinatura do entrevistado: .....

Assinatura da pesquisadora: Vanessa Teixeira

Apêndice C – Cessão de direitos sobre depoimento oral

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

Acadêmica: Vanessa Barrozo Teixeira
Orientador: Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara

CESSÃO DE DIREITOS SOBRE DEPOIMENTO ORAL

Pelo presente documento, Eliézer de Carvalho Rios, carteira de identidade nº....., emitida por....., CPF nº 066750340/49, residente e domiciliado na cidade de Rio Grande/RS, cede e transfere neste ato, gratuitamente, em caráter universal e definitivo à Vanessa Barrozo Teixeira, acadêmica do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Pelotas (PPGE-UFPel), o uso dos direitos autorais para Dissertação de Mestrado e/ou Tese de Doutorado, do PPGE-FAE-UFPel, trabalhos de caráter acadêmico, como artigos, periódicos, revistas, projetos de extensão, projetos de pesquisa, livros, eventos com comunicações orais, exposições em painéis ou pôsteres, e outros meios de comunicação e informação que estejam relacionados com a temática pesquisada pela acadêmica.

Na forma preconizada pela legislação nacional e pelas convenções internacionais de que o Brasil é signatário, o ENTREVISTADO, proprietário originário do depoimento de que trata este termo, terá, indefinidamente, o direito ao exercício pleno dos seus direitos morais sobre o referido depoimento, de sorte que sempre terá seu nome citado por ocasião de qualquer utilização.

Sendo esta a forma legítima e eficaz que representa legalmente os interesses da acadêmica e do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE-FAE-UFPel), assinam o presente documento em 02 (duas) vias de igual teor e para um só efeito.

Rio Grande, 3 de outubro de 2012
Local Data

Assinatura do entrevistado: Eliézer de C. Rios
Assinatura da pesquisadora: Vanessa Barrozo Teixeira

Anexos

Anexo A – Carta redigida pelo Prof. Eliézer de Carvalho Rios em novembro de 2012 (página 1)

A cidade de Rio Grande vinha, há muitos anos, com o desejo, muito forte, de ter uma escola de nível superior, onde seus filhos pudessem estudar. Assim foi planejada a Escola de Engenharia Industrial. O principal articulador das obras, foi o Eng: Cícero Marques Vassão. Não havia recursos. Foi conseguida, então, a colaboração da Cia. de Petróleo Ipiranga. Os engenheiros da Ipiranga davam aula, sem cobrar nada, tendo a frente o Eng Francisco Martins Basto. A aula inaugural foi dada pelo Prof. E.C. Rios sobre os novos fundos da Oceanografia.

A Escola de Engenharia Industrial começou a funcionar, nos altos da Biblioteca Riograndense. Realizou-se o exame vestibular tendo comparecido 12 alunos, sendo 10 aprovados. Destes 10, 2 faleceram, durante o Curso, e, assim apenas 8 conseguiram o diploma.

Com os recursos iniciais, já referidos, iniciou-se a construção do prédio da Escola, em um terreno próximo a estação de energia da C.E.E.E, na rua Cel. Sampaio.

Era necessário, nesta altura dos acontecimentos, formar o Diretório Acadêmico, o que foi feito. O primeiro presidente o Engº Élio Comberlato, em 1957. O Reitor da futura universidade já havia sido eleito. Era o Engº Adolfo Pradel, o mais idoso dos engenheiros que estavam trabalhando na Escola.

O Diretório Acadêmico teve influência significativa

Anexo A – Carta redigida pelo Prof. Eliézer de Carvalho Rios em novembro de 2012 (página 2)

na federalização da Escola. Em 1961 o Engº Comberlato e o colega, piloto civil, foram de teco-teco a Uruguayana para falar o Presidente da República Jânio Quadros. Não foi possível a entrevista, mas entregaram um documento, que foi entregue ao Presidente, ~~sobre o assunto~~ [sobre o assunto]. A Escola foi, assim, federalizada.

Ivo Hoffman

* Em 1970 o Diretório promoveu o 1º Festival Universitário da Canção sendo presidente o radialista de Pelotas Ayres Pastorino e pela Rádio Riograndina, Américo Souto.

As brincadeiras Os trotes com os "bichos" foram realizados, todos os anos, nos lagos da Praça Xavier Ferreira, até com "banho" no lago dos ~~marrecos~~ marrecos e finalidade com uma "choupada"

Concluimos, assim, este pequeno resumo sobre os primeiros anos da Escola de Eng. Industrial.

As aulas práticas eram dadas no Laboratório da Secretaria da Agricultura, onde trabalhava um dos professores da Escola (Prof. Eliézer C. Rios). Os alunos analisavam a cal, o cimento e as argamassas.